

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MATEUS MORETTI GOMES DE AZEVEDO

A teoria das classes sociais no marxismo: um estudo das abordagens de Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright

São Paulo
2023

MATEUS MORETTI GOMES DE AZEVEDO

A teoria das classes sociais no marxismo: um estudo das abordagens de Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Paula Regina Pereira Marcelino

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A994 Azevedo, Mateus Moretti Gomes de
A teoria das classes sociais no marxismo: um estudo das abordagens de Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright / Mateus Moretti Gomes de Azevedo; orientadora Paula Regina Pereira Marcelino - São Paulo, 2023.
200 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. CLASSES SOCIAIS. 2. MARXISMO. 3. LUTA DE CLASSES. 4. SOCIOLOGIA. I. Marcelino, Paula Regina Pereira, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE
Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Mateus Moretti Gomes de Azevedo

Data da defesa: 12/12/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Paula Regina Pereira Marcelino

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 19/07/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

AZEVEDO, M. M. G. **A teoria das classes sociais no marxismo**: um estudo das abordagens de Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovado em: 12 de dezembro 2022

Banca Examinadora

Prof. Dr.: Leonardo Gomes Mello e Silva

Instituição: FFLCH/USP

Julgamento: Aprovado

Profa. Dra. Paula Regina Pereira Marcelino

Instituição: FFLCH/USP

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr.: Sávio Machado Cavalcante

Instituição: IFCH/UNICAMP

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr.: Danilo Enrico Martuscelli

Instituição: INCIS/UFU

Julgamento: Aprovado

Agradecimentos

Dedico o primeiro agradecimento aos meus pais, Josemar e Celi, que, independentemente da distância, sempre me deram todo o apoio e incentivo possíveis para a realização desta pesquisa. Sem eles este trabalho realmente não seria possível. Muito obrigado aos dois!

Um agradecimento especial deve ser feito também à minha orientadora, Paula Marcelino, pelo apoio em todas as minhas decisões, pela orientação, por proporcionar os melhores debates e discussões possíveis e, por fim, por toda liberdade que me deu para que eu seguisse os caminhos que julguei necessários para a realização deste trabalho. Agradeço também os puxões de orelha e as correções sempre atentas e precisas. Sem esses empurrões o trabalho não seria o que é hoje.

Quero agradecer também à minha família em Salvador, Marina, Vanessa, Rodrigo, Tia Dani, Lulu, Joana e Elis, a mais nova integrante da família. Distantes, porém, sempre nos meus pensamentos. Saudades de vocês.

Um agradecimento especial à Manoela Amorim, que me aturou e esteve sempre ao meu lado nos momentos mais difíceis desse processo. Sem sua ajuda, acolhimento e carinho este trabalho não seria uma realidade.

Outro agradecimento especial vai para o amigo e parceiro, Leni Felipe, que também viveu ao meu lado todas as aflições e alegrias envolvidas nesse processo.

Aos amigos de bairro e de Ampère, Marquinhos, Lu Mira, Paschoal, Malu, Brad, Mika, Rafa e Jorginho, que recentemente chegou para iluminar nossas vidas.

Aos amigos de vida e do Gonzaga, Mari, Nico, Matheus, Júlio e Pedro, os quais tive a oportunidade e o privilégio de conhecer e estreitar laços no processo de Mestrado.

Aos amigos da vida e de Carnaval, Mari, Tico, Digão, Gu, Rebs e Iaiá, nova alegria que a vida nos trará em breve.

Agradeço aos companheiros do Grupo de Pesquisas LUTA – Estudo e pesquisa sobre classes sociais, sindicalismo e gênero no Brasil Contemporâneo – pelos excelentes debates e leituras atentas dos textos de qualificação e defesa.

Agradeço também à Prof.^a Dra. Andreia Galvão e ao Prof. Dr. Leonardo Mello e Silva, pelos comentários e pela arguição na qualificação.

Agradeço, por fim, ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq), pela Bolsa de Mestrado que possibilitou a realização desta pesquisa.

Resumo

AZEVEDO, M. M. G. A teoria das classes sociais no marxismo: um estudo das abordagens de Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

O presente trabalho é uma análise comparativa das abordagens de classes de Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright com o objetivo de avaliar quais aspectos específicos, conceitos e métodos mobilizados por cada autor possuem mais relevância e consistência no tratamento de dois temas que envolvem o postulado da luta de classes como motor da história, apresentado no programa de pesquisa marxista do sociólogo norte-americano Michael Burawoy. Os dois temas são: i) as classes sociais na reprodução e na transição dos modos de produção e ii) as soluções específicas elaboradas por Poulantzas e Wright para o “problema das classes médias”. O primeiro se relaciona diretamente ao postulado da luta de classes como motor da história na medida em que incide diretamente sobre o papel específico das classes sociais nos momentos de transição. Já o “problema das classes médias” faz referência à expansão de conjuntos de assalariados interpostos entre a burguesia e a classe operária, fenômeno histórico que caracteriza uma das mais importantes anomalias (refutação) dirigidas à teoria das classes sociais marxista e, conseqüentemente, ao postulado da luta de classes como motor da história. A principal conclusão da pesquisa é que Wright, ao se apropriar da problemática da estratificação social em sua teoria de classes, acaba se afastando do postulado central do marxismo, que é aquele da luta de classes como motor da história. Isso ocorre na medida em que Wright abandona o caráter relacional da constituição das classes sociais — ou seja, a ideia de que as classes se constituem através da contradição de interesses determinados pela sua posição na divisão social do trabalho — e, concomitantemente, abandona as ideias de polarização e de conflito político transformador, contidas na base da teoria de classe marxista. Considerando esses aspectos e baseado em Burawoy, caracterizamos o elemento da transição e o conceito de exploração em torno de ativos de qualificação na teoria de classes de Wright como menos progressivos. Isto é, um elemento que, de certa maneira, rompe com o postulado central da luta de classes como motor da história, cedendo a explicação a um programa de pesquisas rival. Diferentemente, a abordagem de Poulantzas pode ser caracterizada como mais progressiva, na medida em que sua construção das classes como efeito global das estruturas (econômica, política e ideológica) se mantém fiel ao postulado da luta de classes como motor da história. Isso acontece porque Poulantzas entende e incorpora à sua teoria o caráter relacional de constituição das classes. Ademais, acreditamos que Poulantzas aponta caminhos para fortalecer o postulado da luta de classes como motor da história através da sua teoria da transição, na qual o autor defende a tese da *luta política de classes visando o poder do Estado como motor da história*.

Palavras-chave: teoria das classes, marxismo, luta de classes, Nicos Poulantzas, Erik Olin Wright.

Abstract

AZEVEDO, M. M. G. The theory of social classes in Marxism: a study of the approaches of Nicos Poulantzas and Erik Olin Wright. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

The present paper is a comparative analysis of the class approaches of Nicos Poulantzas (1973, 2019) and Erik Olin Wright (1997, 1998) with the aim of evaluating which specific aspects, concepts and methods mobilized by each author have more relevance and consistency in the treatment of two themes involving the postulate of class struggle as the motor of history, presented in the Marxist research program of the American sociologist Michael Burawoy (1990). The two themes are: i) social classes in the reproduction and transition of modes of production and ii) the specific solutions elaborated by Poulantzas and Wright to the "problem of middle classes". The first one is directly related to the postulate of class struggle as the motor of history insofar as it directly thinks about the specific role of social classes in the opposing pairs of reproduction and transition. The "problem of middle classes" on the other hand, refers to the expansion of sets of wage earners interposed between the bourgeoisie and the working class. A historical phenomenon that characterizes one of the most important anomalies (refutation) directed to the Marxist social class theory and, consequently, to the postulate of class struggle as the motor of history. The main conclusion of our dissertation is that Wright, by appropriating the problematic of social stratification in his class theory, ends up departing from the central postulate of class struggle as the motor of history. This occurs to the extent that Wright abandons the relational character of the constitution of social classes, that is, the idea that classes are constituted through the contradiction of interests determined by their position in the social division of labor, he concomitantly abandons the ideas of polarization and transformative political conflict, contained in the basis of Marxist class theory. These elements led us to characterize the element of transition and the concept of exploitation around skills assets in Wright's class theory as less progressive, that is, an element that breaks, in a sense, with the central postulate of class struggle as the motor of history, yielding explanation to a rival research program. In contrast, Poulantzas approach can be characterized as more progressive, insofar as his construction of classes as an overall effect of structures (economic, political and ideological) remains faithful to the postulate of class struggle as the motor of history. Furthermore, we believe that Poulantzas points to ways to strengthen the postulate of class struggle as the motor of history through his theory of transition, which defends the thesis of political class struggle aiming state power as the motor of history.

Key-words: class theory, Marxism, class struggle, Nicos Poulantzas, Erik Olin Wright.

Sumário

Introdução	19
1. Pressupostos teóricos das análises de classes de Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright	31
1.1 Poulantzas e o marxismo estrutural	32
1.1.1 O corte epistemológico nas obras de Marx e Engels.....	35
1.1.2 Marxismo como ciência social	41
1.1.3 A renovação do conceito de modo de produção	47
1.2 Wright e o marxismo analítico	53
1.2.1 O compromisso com normas científicas convencionais: crítica ao “método” marxista “ortodoxo”	57
1.2.2 Marxismo e individualismo metodológico	60
1.2.3 O conceito de exploração de John Roemer	63
2. A análise de classes de Nicos Poulantzas e Erik O. Wright	69
2.1 A abordagem de classes de Nicos Poulantzas	71
2.1.1 Críticas ao economicismo e historicismo: bases da análise de classes de N. Poulantzas	71
2.1.2 A determinação estrutural de classe	74
2.1.3 Gerências e relações de produção.....	78
2.1.4 Classes sociais: o domínio das práticas	79
2.1.5 Classes sociais e a transição	82
2.2 A análise de classes de Erik Olin Wright e o estudo comparativo com Nicos Poulantzas	86
2.2.1 Objetivo central da análise de classes.....	88
2.2.2 Interesses antagônicos e a parábola dos Shmoos.....	89
2.2.4 Exploração e estrutura de classes	99
2.2.5 Luta de classe, práticas de classe e interesses de classe	104
2.2.6 Transição e classes sociais na obra de Wright.....	107
2.2.7 A teoria da história de Gerald Cohen	108
2.2.8 Crítica à abordagem de Cohen sobre a transição.....	112
3. Poulantzas e Wright frente ao “problema das classes médias”	121
3.1 O “problema das classes médias” no marxismo	121
3.2 Pequena burguesia tradicional e nova pequena burguesia	127
3.3 Critério econômico de determinação da nova pequena burguesia e da classe operária	129
3.3.1 Critério econômico: trabalho produtivo e trabalho improdutivo	129
3.3.2 Crítica de Wright ao critério econômico de definição da nova pequena burguesia e do proletariado	139
3.4 Critérios políticos e ideológicos da determinação da nova pequena burguesia e classe operária em Poulantzas	148
3.4.1 Critério político: direção, supervisão e gerências.....	148
3.4.2 Critério ideológico: a divisão do trabalho intelectual/trabalho manual	153
3.5 Críticas de Wright aos critérios políticos e ideológicos de determinação da nova pequena burguesia e da classe operária	157

3.5.1 As localizações contraditórias e privilegiadas nas relações de classe	163
3.6 Efeitos ideológicos e determinação de classe em Poulantzas	168
3.6.1 O subconjunto ideológico pequeno burguês em Poulantzas	168
3.6.2 Crítica de Wright à tese da unidade ideológica entre nova pequena burguesia e pequena burguesia tradicional	174
Conclusão	181
REFERÊNCIAS.....	193

Introdução

A presente pesquisa insere-se na ampla temática da teoria das classes sociais em sociologia. Assunto versado por numerosas correntes teóricas, tanto na sociologia “clássica”, por meio das obras de Karl Marx [1818-1883] e Max Weber [1864-1920], quanto na sociologia contemporânea, pelas obras de Pierre Bourdieu [1930-2002], John Goldthorpe, Erik Olin Wright [1947-2019] e Nicos Poulantzas [1936-1979] – para ficarmos apenas em alguns exemplos importantes. Em razão da grande quantidade de abordagens existentes em sociologia e da necessidade de especialização de uma pesquisa de mestrado, nosso trabalho possui como recorte a teoria de classes marxista, tal como ela foi elaborada pelo pensador marxista grego Nicos Poulantzas e pelo sociólogo norte americano marxista Erik Olin Wright. Desse modo, definimos como objetivo de pesquisa realizar uma análise comparativa das abordagens de classes de Poulantzas e Wright, desenvolvidas entre finais dos anos 1960 até fins dos anos 1990. A delimitação temporal do nosso objeto de cunho teórico está baseada em duas publicações principais: a primeira, *Poder Político e Classes Sociais* [*Pouvoir politique et classes sociales*], de 1968, primeiro grande trabalho de fôlego realizado por Poulantzas acerca da teoria das classes. A segunda, a publicação de *Class Counts* feita em 1997 por Wright, obra que é fruto do projeto mais ambicioso do autor a respeito da teoria das classes marxistas e na qual Wright (1997b), entre outras coisas, elabora um vasto estudo comparativo de caráter qualitativo sobre consciência de classe no Japão, na Suécia e nos Estados Unidos.

O estudo comparativo de Poulantzas e Wright visa avaliar quais aspectos específicos e conceitos mobilizados por cada autor possuem mais relevância e consistência no tratamento de dois temas que envolvem um dos postulados teóricos centrais do programa de pesquisa marxista elaborado pelo sociólogo norte-americano Michael Burawoy (1990). Ou seja, dois temas que defendem o postulado segundo o qual a luta de classes é o motor da história: i) o papel das classes na reprodução e na transição entre modos de produção e ii) o “problema das classes médias” para o marxismo, isto é, a expansão de posições interpostas entre burguesia e proletariado na divisão social do trabalho em sociedades capitalistas avançadas. O primeiro tema envolve diretamente o postulado da luta de classes como motor da história, pois trata da relação entre a mudança histórica e as classes, o que, por consequência, cria a necessidade de se pensar as classes em períodos de constância ou de reprodução. O segundo tema relacionado ao “problema das classes médias”, por

sua vez, trata diretamente de uma anomalia (refutação), ou instância empírica contestatória, que se impôs à teoria de classes marxista durante o século XX. Essa anomalia contestava diretamente a hipótese de polarização das classes, entre burguesia e proletariado, pois o próprio desenvolvimento histórico do capitalismo impulsionou a expansão de um terceiro conjunto de trabalhadores assalariados que, grosso modo, podemos chamar de “classe média”. A expansão da classe média, portanto, foi utilizada como instrumento de contestação da tese da polarização de classes e, conseqüentemente, da ideia de que a luta de classes é o motor da história, pois sem polarização e conflito entre as duas classes fundamentais do capitalismo, não haveria transição para uma outra forma de sociedade.

Algumas justificativas e esclarecimentos se impõem a essa primeira apresentação geral dos objetivos da pesquisa. Primeiramente, explicaremos a escolha desses dois autores para tratar do tema das classes sociais dentro do marxismo. Em segundo lugar, abordaremos os fundamentos epistemológicos que sustentarão a nossa análise comparada do conjunto da obra de Poulantzas e Wright, a saber, a epistemologia dos programas de pesquisa apresentada por Burawoy (1990), a qual, resumidamente, define os postulados teóricos centrais que devem ser defendidos de anomalias (refutação da refutação), ou seja, fenômenos que contestam os postulados centrais de um determinado programa de pesquisa.

O recorte do nosso objeto de pesquisa se justifica pela relevância da obra de Poulantzas e Wright dentro do campo da teoria de classes marxista. As obras de Poulantzas, em especial *Poder político e classes sociais* [1968] e *Classes sociais no capitalismo contemporâneo* [1974] [*Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*], figuram, segundo Wright (1993 [1978]), como o esforço mais bem sucedido em sistematizar o conceito de classe social marxista. Antes dessas publicações, havia no marxismo um tratamento *prático* do conceito de classe social, realizado por diversos autores, tais como os próprios Karl Marx e Friedrich Engels, Lenin [1870-1924], Rudolf Hilferding [1877-1941], Mao Tsé-Tung [1893-1976] e uma série de outros que poderíamos tomar como clássicos dentro do campo marxista. O conceito de classe social, como aponta Poulantzas (2019 [1968]), era tratado como instrumental teórico prático nas análises desses autores, de modo que não havia, exatamente, uma definição prévia e específica de seu significado. Poulantzas (2019 [1968]) realizará, então, a primeira tentativa de fôlego de sistematizar a ideia de classe social justamente por meio da análise de seu uso prático nos textos clássicos do marxismo. Já a escolha

da obra de Wright se deve ao fato desse autor ter sido relevante não só para o marxismo, mas para a sociologia em geral. Conforme argumenta Bertonecelo (2009), a obra de Wright figura no cenário internacional como uma das abordagens de classe mais importantes da sociologia contemporânea, ao lado da teoria de classes neweberiana do sociólogo inglês Goldthorpe e da teoria das classes de Bourdieu. Obviamente que esse fato por si mesmo não justificaria nossa escolha. Apesar de haver certa arbitrariedade nos recortes de pesquisa científica em geral, podemos certamente afirmar que Wright possui a mais vasta obra produzida no campo da análise de classes marxistas pelo menos desde Poulantzas. Dessa maneira, acreditamos que ambos são autores de fato paradigmáticos para a teoria das classes no marxismo. Até onde nossa pesquisa pôde demonstrar, nenhum outro autor contemporâneo dessa corrente teórica conseguiu alcançar o reconhecimento que Wright e Poulantzas detêm no campo da teoria das classes.

Além da importância dos autores para o debate da teoria de classes marxista, há ainda mais um elemento que justifica nossa escolha: em seu primeiro trabalho de fôlego sobre as classes sociais, *Class Crises and the State* [1978], Wright parte de uma crítica à obra de Poulantzas para construir sua abordagem de classes. Como veremos adiante, parte essencial do terceiro capítulo da dissertação é dedicada a analisar essa crítica específica de Wright e como, a partir dela, o autor desenvolve sua solução para o problema das classes médias no marxismo.

Passemos agora ao conceito de programa de pesquisa científico, justificativa epistemológica que guiará nosso estudo. Na década de 1990, Burawoy (1990) elabora uma epistemologia e uma concepção de desenvolvimento da ciência por meio da incorporação crítica da metodologia dos programas de pesquisa científica desenvolvida pelo filósofo húngaro Imre Lakatos (1989). Até onde nosso trabalho conseguiu demonstrar, Burawoy (1990) é o primeiro e único autor, no campo de debates em epistemologia marxista, a sistematizar o que seriam os postulados teóricos centrais do programa de pesquisas marxista. Devemos admitir que, de certa maneira, há em Althusser (2017) formulações que se aproximam da elaboração de um programa de pesquisa marxista, visto que o autor estabelece o parâmetro de desenvolvimento da teoria marxista assentado em um certo conjunto de obras (teóricas e práticas), conceitos e teses que servem como ponto de referência e partida para o desenvolvimento do marxismo (ALTHUSSER, 2017, p. 105). Ademais, por meio da noção de retificação, Althusser (2017) esboça uma visão de desenvolvimento da ciência que guarda semelhanças com a abordagem epistemológica de Burawoy

(1990). De acordo com Althusser (2017), o marxismo deve se desenvolver a partir da resolução das inadequações de determinados conceitos encontrados em estado prático nas obras clássicas. Dessa forma, por meio da retificação, produção e sistematização, esses conceitos devem ser transformados em conceitos novos e mais adequados. Tais aspectos da epistemologia de Althusser (2017) guardam semelhanças com a noção de programa de pesquisa em Burawoy e Lakatos, na medida em que propõem um referencial teórico (obras clássicas) no qual a ciência deve se referendar e sobre o qual trabalhar para se desenvolver. Entretanto, ao contrário de Burawoy (1990), Althusser (2017) não chega a estabelecer de forma mais concreta os postulados que devem ser defendidos pelo marxismo. Nesse sentido, Burawoy (1990) vai além, propondo postulados específicos que referenciam o desenvolvimento do campo de pesquisa marxista, o que o torna mais adequado aos propósitos deste trabalho: analisar em que medida as teorias de classe de Poulantzas e Wright são mais ou menos progressivas em relação aos postulados centrais do programa de pesquisa marxista construído por Burawoy (1990) a partir de Lakatos (1989).

Para Lakatos (1989), a ciência se desenvolve por meio da *refutação das refutações* de um determinado programa de pesquisa ou, especificamente, dos postulados centrais do núcleo teórico desse programa. Nesse sentido e ainda de acordo com o autor, a ciência não se desenvolveria a partir de refutações de conjecturas especulativas, tal como defende o falsificacionismo de Popper (1972)¹, mas pela defesa de um núcleo teórico contra anomalias ou instâncias contraditórias que se dirigem aos postulados desse núcleo. Segundo Lakatos (1989), a postura de Popper estaria equivocada, pois se falsificássemos todas as conjecturas que desenvolvemos, acabaríamos por afogar qualquer programa científico em um oceano de anomalias. Dessa maneira, cada programa de pesquisa deve ter um núcleo teórico “duro”, composto por uma série determinada de postulados centrais, que deve ser incessantemente protegido pelos cientistas contra o surgimento de anomalias que possam refutar esses postulados (LAKATOS, 1989, p. 47). Como aponta Burawoy (1990, p. 778), Lakatos (1989) não defendia que os cientistas deveriam apenas resolver anomalias ou quebra-

¹ A partir da crítica ao indutivismo enquanto posição epistêmica na ciência, Popper (1972) constrói o que ficou conhecido por falsificacionismo. Para o autor, ao contrário do indutivismo, não há na ciência a possibilidade de se comprovar verdades absolutas sobre determinados fenômenos. Podemos apenas provar a sua falsidade, de modo que as hipóteses que construímos, deduzidas de nossas teorias (não induzidas pelos fatos empíricos), são especulativas (conjecturas especulativas). Nesse sentido, as hipóteses ou conjecturas especulativas seriam provisórias e aproximativas, a melhor verdade que se pode construir acerca de determinado fenômeno em certo período. Assim, a tarefa do pesquisador seria falsificar essas hipóteses mediante testes empíricos, a fim de desenvolver a ciência por meio de conjecturas e refutações, tentativas e erros.

cabeças (*puzzles*) que contestem o núcleo central do programa de pesquisa, mas sim perseguir constantemente novas anomalias, já que o próprio desenvolvimento da ciência aconteceria a partir dessas resoluções sucessivas. Na visão de Lakatos (1989), portanto, são as anomalias que impulsionam o programa de pesquisa "à frente" e permitem a expansão de seu conteúdo empírico.

Lakatos (1989, p. 4) argumenta que todo programa de pesquisa possui uma heurística, isto é, um “maquinário poderoso” para resolução de problemas capaz de “digerir” as anomalias e até mesmo transformá-las em evidência. Conforme afirma Burawoy (1990, p. 778), a heurística dos programas de pesquisa estabelece os princípios de desenvolvimento dos programas de pesquisa. Lakatos (1989, p. 47) desenvolve, então, dois tipos principais de heurística em sua teoria dos programas de pesquisa: a *heurística negativa* e a *heurística positiva*. A *heurística negativa* seria responsável por estabelecer que o “núcleo duro” do programa de pesquisa deve ser defendido a qualquer custo. Nesse sentido, esse núcleo é tomado como irrefutável por decisão metodológica e convencional de seus proponentes (LAKATOS, 1989, 1987). Já a *heurística positiva* determina as ferramentas e caminhos de pesquisa mediante os quais o núcleo duro do programa deve ser defendido (LAKATOS, 1987, 1989), ou seja, define os modelos e hipóteses auxiliares que são desenvolvidos para lidar com as anomalias que ameaçam o núcleo central do programa de pesquisa (LAKATOS, 1987, p. 25-26). A heurística positiva é responsável, também, por estabelecer os problemas e guiar os cientistas na busca das anomalias mais importantes a serem resolvidas (LAKATOS, 1987, p. 26). Lakatos entende que o conjunto de hipóteses auxiliares estabelecido na heurística positiva conforma um cinturão protetor do núcleo central (LAKATOS, 1989, p. 49-50). As anomalias devem interagir, portanto, com as hipóteses levantadas nesse cinturão de defesa (heurística positiva). Dito de outro modo, nada deve abalar os postulados do núcleo duro do programa, pois, de acordo com Lakatos (1989, p. 50), apenas esse cinturão de proteção é a parte refutável de um programa de pesquisa. A heurística positiva, nas palavras de Lakatos (1987, p. 25-26), “define problemas, esboça a construção de um cinturão de hipóteses auxiliares, prevê anomalias e as transforma em exemplos vitoriosos”².

A partir do estabelecimento da heurística dos programas de pesquisa, Lakatos (1987, p. 28) desenvolve uma distinção entre dois tipos de programas: os *progressivos* e os *degenerados*. Nos

² Todas as traduções de citações em língua estrangeira contidas no texto são de minha autoria.

programas de pesquisa progressivos, a expansão dos cinturões teóricos deve levar ao aumento do conteúdo empírico do programa. Isso acontece não só pela resolução de anomalias, mas também pela capacidade de antecipar e predizer um certo número de fatos com sucesso. Já os programas de pesquisa degenerados ou estagnados passam simplesmente a barrar anomalias por intermédio de explicações *ad hoc* ou da “redução do escopo teórico” do programa (BURAWOY, 1990, p. 778), muitas vezes cedendo explicações e hipóteses aos programas de pesquisa rivais. Ademais, como nos diz Lakatos (1987, p. 28), o programa de pesquisa degenerado perde a capacidade de prever novos fatos através de suas teorias.

Com o objetivo de estabelecer um programa de pesquisa marxista, Burawoy (1990) expande certos aspectos que, segundo ele, não foram bem desenvolvidos por Lakatos (1987, 1989) em sua teoria dos programas de pesquisa. Essa expansão proposta por Burawoy (1990) se deve também ao fato de que a teoria dos programas de pesquisa de Lakatos foi pensada para a compreensão das ciências exatas, abordando as ciências humanas apenas de forma indireta. Para Burawoy (1990, p. 779), o núcleo duro dos programas de pesquisa em ciências humanas/sociais não se estabelece de uma hora para outra. O processo de desenvolvimento dos postulados desse núcleo ocorre de forma lenta e mediante sucessivas tentativas e erros. O mesmo pode ser dito para a heurística positiva (cinturão protetivo) (BURAWOY, 1990, p. 779). Ao longo de seu processo de formação, o núcleo duro deve ser entendido como uma *família* de núcleos que se sobrepõem e, normalmente, competem entre si, dando origem, dessa maneira, a “diferentes ramificações em um único programa de pesquisa” (BURAWOY, 1990, p. 779). Cada uma dessas ramificações, segundo o autor, reconstrói o núcleo de uma forma diferente. Assim, as sucessivas teorias desenvolvem-se como cinturões de diferentes ramificações de um programa.

O elemento da reconstrução proposto por Burawoy (1990) é importante para nossa pesquisa, pois tomamos como objeto duas grandes correntes teóricas marxistas que influenciaram as obras de Wright e Poulantzas: o marxismo analítico e o marxismo estrutural. Essas duas correntes serão abordadas como ramificações do núcleo duro do programa marxista. Da mesma maneira, tomaremos as obras de Wright e Poulantzas como teorias desenvolvidas a partir de ramificações distintas de um mesmo programa. De acordo com Burawoy (1990, p. 779), analisar as ramificações de um programa nos permite avaliar se certa ramificação de um mesmo núcleo é

mais ou menos progressiva, ou se uma determinada ramificação é degenerada, sem que isso imponha uma avaliação de degeneração do programa como um todo.

Ainda conforme Burawoy (1990), nas ciências sociais, as anomalias são geradas mais externamente do que internamente. Segundo o autor, as mudanças históricas são as principais fontes externas de anomalias que impõem a construção de novos cinturões teóricos aos programas de pesquisa (BURAWOY, 1990, p. 779). Caso justamente de um dos grandes temas que devem ser abordados pela nossa pesquisa: o tratamento dado por Poulantzas e Wright ao problema das classes médias no marxismo. Em poucas palavras, esse problema refere-se à expansão de camadas de agentes interpostas às duas principais classes do capitalismo (burguesia e proletariado), ocorrida historicamente em sociedades capitalistas avançadas. O problema das classes médias, portanto, se impõe como uma anomalia à tese da tendência de polarização de classes, entre burguesia e proletariado, que ocorreria em função do desenvolvimento econômico de formações sociais capitalistas. O desafio central posto pela questão das classes médias ao marxismo era a afirmação de que, sem a polarização de classes, não haveria motivo para crer em um tipo de conflito de classes que levasse à transição do modo de produção. Dito de outra forma, sem a polarização de classe fundamental em sociedades capitalistas avançadas, não haveria conflito de classe e, por consequência, o postulado da luta de classes como motor da história teria fracassado. Desse modo, as respostas específicas de Wright e Poulantzas ao problema das classes médias, abordadas no terceiro capítulo, funcionam, ao nosso ver, como a *heurística positiva* (cinturões teóricos de defesa do núcleo duro) do programa de pesquisa marxista. O segundo grande tema tratado neste trabalho – as classes na reprodução e na transição –, diferentemente do primeiro, faz parte da construção da *heurística positiva* (núcleo duro) desse programa, na medida em que versa diretamente sobre o postulado da luta de classes como motor da história.

Visto isso, é preciso ainda justificar um último aspecto de nossa escolha em relação à teoria dos programas de pesquisa marxista proposto por Burawoy (1990). Obviamente que o postulado da luta de classes como motor da história (quarto postulado) não é o único apresentado por Burawoy (1990). Há seis outros postulados (p) propostos pelo autor (BURAWOY, 1990, p. 780, grifos do autor): p1) “para que haja história, homens e mulheres devem transformar a natureza em meios de sobrevivência, ou seja, eles devem *produzir* seus meios de existência” (primeiro postulado); p2) “a ‘base econômica’ ou modo de produção define os limites de variação da

superestrutura” (segundo postulado); p3) “um modo de produção se desenvolve através da interação entre as forças produtivas (como produzimos os meios de existência) e as relações de produção (como o produto do trabalho é apropriado)” (terceiro postulado); p5) “uma transição bem sucedida só pode ocorrer quando as condições materiais estão presentes” (quinto postulado); p6) “a história é progressiva, na medida em que segue a expansão das forças produtivas” (sexto postulado); por fim, p7) “o comunismo prediz o fim dos antagonismos sociais e o início da emancipação do indivíduo”. Diante de todos esses postulados, escolhemos o postulado da luta de classes como motor da história como parâmetro de avaliação das abordagens de classes de Wright e Poulantzas em função dele ser o único que versa *diretamente* sobre as classes sociais. Outros postulados, tais como o primeiro, o segundo, o terceiro e o sétimo também refletem sobre o tema, mas de forma indireta. Por exemplo, o terceiro postulado aparecerá indiretamente na discussão que faremos sobre classes e transição, pois tratar de relações de produção no marxismo significa tratar de classes sociais. Contudo, o cerne do terceiro postulado não está exatamente ligado às classes ou às lutas de classe, mas às relações entre forças produtivas e relações de produção. Da mesma forma, quase todos os postulados apresentados acima abordam a temática das classes sociais de maneira mais ou menos indireta.

O primeiro capítulo desta dissertação versa sobre as duas ramificações do marxismo nas quais estão enquadradas a teoria de classes de Poulantzas e Wright. A função principal desse capítulo será apresentar os desenvolvimentos mais importantes do marxismo estrutural francês, que informa a obra de Poulantzas, e do marxismo analítico, ligado ao trabalho de Wright. Trata-se, portanto, de uma contextualização e antecipação de certos debates que serão importantes à exposição posterior (capítulos 2 e 3) das abordagens de classe de nossos autores. Não havendo nele defesa de teses e argumentos ou mesmo um exercício de comparação. O capítulo se divide em dois grandes subitens: o primeiro dedicado ao marxismo estrutural, em que abordaremos três debates: a tese do corte epistemológico nas obras de Marx; a tese do marxismo como ciência; e, por fim, a renovação do conceito de modo de produção. No segundo subitem, apresentaremos três principais discussões relacionadas ao marxismo analítico: a crítica à metodologia “distintiva” marxista; a união do marxismo com individualismo metodológico; e o conceito de exploração do economista norte-americano John Roemer.

No segundo capítulo, discutimos os elementos fundamentais das teorias das classes de Wright e Poulantzas. O capítulo se inicia por uma exposição da abordagem de Poulantzas, passando, em seguida, à de Wright, que será feita em paralelo à comparação da obra dos dois autores. Três principais teses aproximativas são defendidas no capítulo.

A primeira argumenta em favor de uma possível complementariedade do conceito de organização em Wright (1997b) ao conceito de posseção elaborado por Poulantzas (1974, 2019 [1968]). Propomos essa perspectiva porque acreditamos que o conceito de exploração em torno de recursos de organização em Wright (1997b) consegue dar um tratamento mais apropriado à questão das variações internas das gerências do que a posição absoluta defendida por Poulantzas (1974, 2019 [1968]), que aloca todos os gerentes na classe burguesa.

A segunda trata, especificamente, dos problemas que encontramos na noção de qualificação elaborada por Wright (1997b, 1998 [1990]). Essa noção, a nosso ver, apropria-se de uma maneira *degenerativa* (Burawoy, 1990) da problemática da estratificação social, o que gera duas inconsistências principais na abordagem de classes do autor: a primeira estaria ligada ao fato de que, para Wright (1997b), as classes são constituídas em torno de relações de exploração, contudo, é difícil enxergar como haveria exploração em relação às qualificações. Como o próprio Wright (1997b, p. 19) admite, as desigualdades em torno de qualificações denotam mais um modelo de estratos hierárquicos do que de posições nas relações de produção. Os indivíduos ou possuem mais ou possuem menos qualificações. A segunda inconsistência está no fato de Wright (1998 [1990]), ao se apropriar da teoria da estratificação, abdica, concomitantemente, da noção de luta de classes enquanto conflito em torno de interesses fundamentalmente contraditórios, pois se não há relação de exploração, não há também interesses contraditórios e, muito menos, luta de classes. Isso claramente afasta a abordagem de Wright (1998 [1990]) do postulado teórico da luta de classes como motor da história, o que nos leva a caracterizar a concepção de qualificação de sua teoria das classes como *degenerativa*.

A terceira tese defendida é a de que o tratamento dado por Wright (1997b) à relação entre as classes sociais e a transição, ou seja, à tese da luta de classes como motor da história, pode ser caracterizado como *menos progressivo*. Wright (1997b) abandona as noções de interesses fundamentais de classe – ligados à transição – e interesses imediatos de classe – ligados à reprodução – que defendia em *Class, crises and the state* [1978]. Após essa obra, o autor reduz as

pretensões desse conceito e, conseqüentemente, da luta de classes, na medida em que toma como luta de classes qualquer relação conflitual entre indivíduos de distintas posições de classes. Os interesses de classe, que constituem o objeto da luta de classes, passam a ser “padrões de vida, condições de trabalho, nível de esforço, lazer, segurança material e outras coisas” (WRIGHT, 2015, p. 35). Diante disso, a luta de classes torna-se *também*, e não somente, o motor da história. Esse aspecto, a nosso ver, enfraquece o postulado da luta de classes, pois ganha uma acepção genérica, fazendo referência a qualquer tipo de objeto. *Por isso, caracterizamos essa ideia na obra de Wright (1997b) como um elemento menos progressivo, não propriamente degenerativo.*

No terceiro capítulo, abordamos como Wright e Poulantzas lidaram com o problema das classes médias no marxismo. Tratamos essa questão enquanto uma anomalia imposta a uma hipótese auxiliar do programa de pesquisa marxista, ou seja, uma anomalia que contestava apenas indiretamente o postulado da luta de classes desse programa. Entretanto, diferentemente do segundo capítulo, não pretendemos avaliar constantemente se as formulações dos nossos autores estão em consonância com os postulados do programa marxista. O foco principal do capítulo, portanto, será a análise dos conceitos e formulações dos autores acerca do problema das classes médias, o que nos permitirá construir uma camada indispensável para a compreensão de suas respectivas abordagens de classe. O problema das classes médias, como veremos, foi o estímulo principal para a elaboração teórica dos autores. Poulantzas (1974), por exemplo, afirma que a discussão acerca do conceito de nova pequena burguesia é o ponto nodal da teoria marxista de classes. Do mesmo modo, Wright (1997b, 1996) toma esse problema como ponto de partida para sua discussão sobre as classes sociais. A partir desse debate conceitual pretendemos defender dois argumentos relacionados a conceitos desenvolvidos pelos autores para solucionar o problema das classes médias.

Primeiramente, argumentamos acerca da importância do conceito de *trabalho produtivo* para a definição tanto das “classes médias”, quanto da classe operária. Demonstraremos tanto nossa discordância em relação à posição de Wright (1993 [1978]), que não vê relevância nesse conceito para a teoria das classes, quanto à de Poulantzas (1974), que restringe demasiadamente o escopo desse conceito. Poulantzas (1974), como veremos na seção 3.3 do capítulo 3, só concebe o trabalho produtivo como aquele capaz de produzir mais-valia e mercadorias concretas (materiais). Essa concepção, entre outras problemas, restringe sobremaneira o tamanho da classe operária no

capitalismo, por isso acreditamos que essa concepção em Poulantzas (1974) merece ser reformulada. Dessa forma, apesar de concordarmos com a centralidade que Poulantzas dá ao conceito de trabalho produtivo na determinação das classes, discordamos do significado que ele emprega ao conceito.

Em segundo lugar, defendemos que as noções de determinação ideológica e política encontradas em Poulantzas (1974) são importantes para a construção do conceito de classes médias. Por outro lado, criticamos aspectos referentes às concepções de organização e qualificação trazidas por Wright (1997b). Nosso propósito é demonstrar que, de fato, a questão das classes médias é um problema mais relevante para a ideologia e para a política do que para a economia. Ou melhor, a determinação ideológica e política da “classe média” sobredetermina a sua determinação econômica (POULANTZAS, 1974). Acreditamos que essa tese acaba sendo sustentada pelas formulações de Saes (1977), que toma o conceito de classe média como noção prática ou efeito prático da ideologia burguesa. Para Saes (1977), portanto, classe média deve ser compreendida como uma noção ideológica de estratificação, enquanto “aspecto da ideologia dominante que reduz a divisão capitalista do trabalho a uma hierarquia do trabalho, correspondente” (SAES, 1977, p).

Por fim, acreditamos ser importante esclarecer brevemente a trajetória de nossa pesquisa, que partiu de um estudo empírico sobre os petroleiros para uma análise comparativa das abordagens de classe de Poulantzas e Wright. De fato, minha proposta inicial de trabalho não era abordar um objeto teórico, mas sim realizar uma análise da localização, da consciência e da luta de classes dos petroleiros na Bahia. O principal referencial teórico para isso seria a obra de Erik Olin Wright, com a qual possuía certa familiaridade por ter estudado o autor durante a graduação. Contudo, em 2020, com o início da pandemia da COVID-19 no Brasil, o deslocamento à Bahia tornou-se impossível em razão das regras de isolamento social adotadas naquele momento. Assim, com a pesquisa de campo ainda em estágio inicial e diante da inviabilidade de realizá-la, propus à professora Paula Marcelino a mudança do meu objeto para uma pesquisa teórica que abordasse o tema das classes sociais no marxismo. A ideia de um estudo comparativo surgiu a partir da leitura das obras de Wright para a análise dos petroleiros. Mais especificamente, foi mediante o conhecimento da crítica de Wright à obra de Poulantzas, em *Class, crisis and the state* (1993 [1978]), que esbocei o projeto que resultou nesta dissertação.

1. Pressupostos teóricos das análises de classes de Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright

O presente capítulo visa apresentar aspectos relevantes dos campos teóricos aos quais Erik Olin Wright e Nicos Poulantzas filiam-se. Como afirmamos anteriormente, o propósito deste trabalho é explorar comparativamente a abordagem de classes desses dois autores, de modo a avaliar em que medida essas abordagens estariam em concordância com os postulados teóricos do programa de pesquisa marxista proposto por Burawoy (1990). Assim, torna-se importante apresentar certas características das escolas às quais as teorias de Poulantzas e Wright se enquadram, pois esses elementos nos servirão de base e serão constantemente retomados no desenrolar de nossa discussão. Essa exposição também nos poupa de realizar grandes digressões teóricas ao longo dos próximos capítulos, nos quais pretendemos restringir o debate a temas mais específicos. Será, portanto, nos capítulos seguintes que aprofundaremos o *estudo comparativo* de nossos autores.

Na primeira parte deste capítulo, o foco está em alguns aspectos históricos e contextuais do surgimento do marxismo estrutural na França. Abordamos três desenvolvimentos que possuem um lugar de maior destaque em nossa dissertação. O primeiro deles é a noção de corte epistemológico nas obras de Marx e Engels, uma das teses mais polêmicas e importantes elaboradas por Althusser e seus discípulos nos anos 1960. A partir dessa tese, a escola althusseriana desenvolverá os argumentos centrais da diferenciação entre as noções de ciência e ideologia. O segundo ponto a ser destacado está ligado à concepção de marxismo como ciência. Enquanto consequência direta da nova leitura das obras de Marx e Engels proposta pelos althusserianos, a ideia de marxismo como ciência (da história) será, como veremos no capítulo 2, essencial para a construção da teoria de classes em Poulantzas (2019 [1968]). Por fim, trataremos da reformulação do conceito marxista de modo de produção, fundamental para a escola althusseriana, na medida em que é a base da construção de sua concepção de materialismo histórico enquanto ciência da história ou ciência da transição e reprodução dos modos de produção.

Na segunda parte, tratamos das relações entre Wright e o marxismo analítico, com foco em três aspectos fundamentais e distintivos trazidos por tal escola. Em primeiro lugar, apresentaremos a crítica do marxismo analítico a um suposto “método” distintivo ou “ortodoxo” do marxismo. Essa crítica é importante, pois, a nosso ver, representa uma virada no campo da metodologia marxista,

já que os marxistas analíticos assumem um compromisso renovado com normas científicas convencionais, antes relegadas ao jargão pouco fundamentado de “ciência burguesa”. Essa questão, por sua vez, abre caminho para o segundo tópico a ser analisado: a adoção, por parte dos marxistas analíticos, do individualismo metodológico, posição epistemológica historicamente criticada por quase toda teoria marxista. Por fim, pretendemos abordar os elementos centrais da teoria da exploração desenvolvida por um dos maiores nomes do marxismo analítico, o economista norte-americano John Roemer. Será a partir da teoria da exploração de Roemer que Wright (1998 [1990]) elaborará o seu conceito de exploração.

Optamos por não apresentar, neste capítulo, algumas discussões que o leitor mais familiarizado com o conjunto das obras de Poulantzas e Wright possa considerar essenciais para o entendimento da teoria de classe dos autores. Por exemplo, o debate acerca da teoria da transição na escola althusseriana e o desenvolvimento do conceito de materialismo histórico de Gerald Cohen. Acreditamos que desenvolvimentos como esses encaixam-se mais adequadamente em capítulos específicos da presente dissertação. Desse modo, a apresentação a seguir não pretende nem deve ser um relato exaustivo das diversas formulações desenvolvidas ao longo dos mais de cinquenta anos das primeiras publicações apresentadas por essas duas escolas.

1.1 Poulantzas e o marxismo estrutural

A corrente althusseriana do marxismo é representada pelo conjunto da obra de autores que, nos anos 1960 e 1970, principalmente na França, produziram uma inovadora reinterpretação do marxismo conhecida, dentre outras nomenclaturas, por leitura estrutural do marxismo (BOITO JR., 2016). Entre os autores mais importantes estão nomes como os de Louis Althusser, Etienne Balibar, Nicos Poulantzas, Alain Badiou e Charles Bettelheim. A presente seção pretende realizar uma reconstrução de três desenvolvimentos centrais produzidos no âmbito dessa escola a partir das formulações encontradas principalmente nos trabalhos de Louis Althusser: i) a questão do corte epistemológico nas obras de Marx; ii) a ideia de marxismo como ciência social; e, por fim, iii) a reconstrução do conceito de modo de produção. Essa seleção de temas pode, a princípio, parecer arbitrária. Contudo, ressaltamos que outros temas distintivos da escola althusseriana e pertinentes ao nosso objeto de pesquisa serão debatidos no decorrer da dissertação. Os temas do sujeito

histórico, das relações entre prática e estrutura e da teoria da transição, por exemplo, ficarão melhor posicionados nas seções em que trabalharemos os fundamentos do conceito de classe na obra de Poulantzas (capítulo 2).

Outra ressalva importante está ligada à nossa opção por restringir o debate apenas aos textos da – assim agrupada por Boito Jr (2016) – primeira e segunda fase da obra de Althusser, produzidos, grosso modo, nos anos 1960 e 1970. De acordo com Boito Jr. (2016), a obra de Althusser pode ser dividida em três fases distintas. A primeira, localizada nos anos 1960 e caracterizada, segundo o autor, por ser o momento de elaboração do conceito de estrutura e o período em que a escola althusseriana, como um todo, obteve “maior repercussão no mundo intelectual” (BOITO JR., 2016, p. 152). A segunda fase ocorre nos anos 1970 e é quando Althusser passa a responder às críticas dirigidas à sua obra da década anterior. Por fim, temos a terceira fase na década de 1980, momento no qual Boito Jr. (2016) identifica uma ruptura epistemológica específica no pensamento de Althusser (2005a) a partir da elaboração do conceito de “materialismo de encontro”. Assumimos a interpretação e divisão feita por Boito Jr. (2007, 2016) por concordarmos que, na década de 1960, a proposta de Althusser estava fortemente assentada em uma concepção de materialismo histórico que defendia a construção de uma teoria da história pautada na elaboração de leis e relações de causalidade que determinam o seu desenvolvimento. A partir dos anos 1980, essa concepção será abandonada em favor da construção de uma teoria na qual a categoria de *contingência* assumirá uma posição central na análise do desenvolvimento histórico. Nas palavras de Boito Jr. (2016):

Desde o seu início, a corrente althusseriana tinha como preocupação central desenvolver o materialismo histórico, isto é, o conjunto de teses e conceitos elaborados pela tradição marxista para explicar tanto a reprodução quanto a transformação das sociedades humanas. Acontece que nesta terceira fase da produção de Althusser, a ambição do materialismo histórico de apresentar o processo histórico como um processo ordenado e regido por leis e relações de causalidade, ainda que leis e relações de causalidade concebidas de maneira específica, essa ambição foi substituída pela ideia de que na história das sociedades humanas reina a contingência. (BOITO JR., 2016, p. 153).

É importante ressaltar que, apesar de nossa concordância com Boito Jr., a noção de corte epistemológico na obra de Althusser não é totalmente compartilhada e consensual entre seus diversos intérpretes. Não pretendemos, contudo, abordar de forma exaustiva as diversas interpretações acerca do assunto. Mangolin (2018) resume bem essa questão, identificando três posições acerca das interpretações do conjunto da obra de Althusser em relação à sua última fase

(anos 1980). A primeira seria aquela já defendida acima por Boito Jr. (2007) à qual Mangolin (2018) se filia.

A segunda posição é a de que haveria apenas continuidade no conjunto da obra de Althusser. Goshgarian (2012) é o principal representante dessa posição, segundo a qual a noção de materialismo de encontro já estaria presente na primeira obra publicada por Althusser, *Montesquieu: política e história*, e só teria ressurgido de forma mais acentuada nos anos 1960 em *Sur la genèse*. Goshgarian (2012) argumenta que em *Pour Marx* [1965] e *Lire le Capital* [1965] a ideia do encontro também estaria contida: no primeiro livro, ela estaria identificada na multiplicidade de determinações e causas dos fenômenos sociais, que podem ser sintetizadas pelo conceito de sobredeterminação; no segundo, o autor a identifica na teoria da passagem do capitalismo ao feudalismo em Balibar, em que tal autor teria demonstrado que a formação do capitalismo se dá a partir do “encontro” de elementos que possuíam “relativa independência e variedade histórica” (GOSHGARIAN, 2012, s/p).

A terceira posição, segundo Mangolin (2018), seria a de que há uma relação de complementariedade entre as obras pré e pós anos 1980. Essa posição é defendida por Turchetto (2010), para quem há dois momentos na obra de Althusser. O primeiro deles estaria situado nos anos 1960, quando Althusser define os conceitos de formação social, estrutura e determinação em última instância com dominante (TURCHETTO, 2010, p. 84). O segundo, nos anos 1980, quando Althusser define a ideia de gênese aleatória do capitalismo. Esses seriam *os dois passos* de Althusser, sendo que Turchetto (2010, p. 87) considera ainda que a ideia de contingência preordenada, como relação de causalidade sem lei, teria sido essencial para Althusser passar de uma história ideológica do seu pensamento para uma história científica. Contudo, seria necessário o *primeiro passo* (anos 1960) para definir de antemão o objeto da ciência, as formações sociais e o modo do funcionamento auto-reprodutivo da sociedade, de modo que se evitasse cair em dualismos de princípio, tais como homem (“mundo das ideias”) e natureza (“mundo das coisas”). Para Turchetto (2010, p. 88), obtemos uma teoria materialista da história sem dualismos por meio da noção de formação social, na medida em que ela representa o conjunto de relações sociais “estruturadas em última instância pelas relações de produção, isto é, daquelas *relações sociais que se instauram no intercâmbio orgânico com a natureza*” (TURCHETTO, 2010, p. 88). Feitos tais

apontamentos, podemos passar ao primeiro debate importante realizado pela escola althusseriana: o corte epistemológico nas obras de Marx e Engels.

1.1.1 O corte epistemológico nas obras de Marx e Engels

Um dos aspectos distintivos do corpo teórico que caracterizou a escola althusseriana foi a reinterpretação do conjunto das obras de Marx e Engels por meio de uma leitura *sintomal* de seus textos. Segundo essa nova abordagem proposta por Althusser (2005b [1965]), Marx e Engels (2007), a partir de *A Ideologia Alemã* [1845-1846], teriam rompido com as ideias de Hegel e fundado o materialismo histórico, ou melhor, o campo da ciência da história (ALTHUSSER, 2015). Conforme aponta Anderson (2004, p. 70-71), grande parte dessa nova leitura althusseriana acontece em resposta a um acontecimento marcante para a história do marxismo ocidental, a primeira publicação dos *Manuscritos de Paris de 1844* (MARX; ENGELS, 2010b) em 1932. Para Anderson (2004), essa publicação é o marco da virada temática do *marxismo ocidental* que, desde então, volta-se prioritariamente para a filosofia em detrimento da economia e da política, temas caros ao *marxismo clássico*.³ Ainda segundo esse autor, a maior parte dos teóricos do marxismo ocidental – tais como György Lukács, Herbert Marcuse, Henri Lefebvre – passa a dedicar-se totalmente ao estudo dos *Manuscritos* recém publicados, sendo que Althusser representaria a “primeira rejeição efetiva desses textos como elementos constitutivos do materialismo histórico” (ANDERSON, 2004 [1976], p. 71). Segundo Martuscelli (2016, p. 215), no final de década de 1950, ocorre uma guinada humanista no marxismo ocidental a partir da realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e das denúncias contidas no relatório Krushchov sobre os crimes de Stalin e a quebra da *legalidade socialista*. Nesse contexto, como destaca o autor, muitos marxistas, em concordância com as acusações dos crimes de Stálin, passam a ressaltar a importância de “definir o marxismo como um humanismo”, voltando-se, conseqüentemente, às obras de juventude de Marx, nas quais a problemática humanista é marcante.

³ Em resumo, para Anderson (2004 [1976]), o marxismo clássico é caracterizado pela centralidade de temas políticos e econômicos e, principalmente, pela forte ligação entre teoria e práxis revolucionária. Essa última característica marca de forma decisiva sua diferença em relação ao Marxismo Ocidental, o qual teria como característica principal justamente o contrário, ou seja, a ruptura entre teoria e prática, o que impulsiona, junto a outros fatores, a construção de um marxismo de teor mais acadêmico. Os objetos de teor político e econômico, trabalhados pelo marxismo clássico, dão lugar, no Marxismo Ocidental, a reconstruções e interpretações filosóficas do materialismo histórico.

A ideia do corte epistemológico na obra de Marx, desenvolvida por Althusser (2005b [1965]) nos anos 1960, foi uma das questões mais polêmicas envolvendo essa corrente do marxismo durante o século XX. Ademais, como bem notou Balibar (1991, p. 119-120) em *Adieu*⁴, essa proposição de Althusser deve ser compreendida como uma das três grandes teses do conjunto de sua obra. Para Althusser (2015), haveria uma ruptura epistemológica entre os escritos de juventude – obras escritas basicamente na primeira metade da década de 1840 – e os escritos de maturidade de Marx, cujo marco transitório seria a obra *A ideologia alemã* [1845-1846], na qual Marx e Engels (2007) propõem um acerto de contas com o seu passado hegeliano⁵. Essa interpretação nova e polêmica do conjunto das obras de Marx e Engels é, a nosso ver, uma peça-chave para o entendimento da produção de Nicos Poulantzas dos anos 1960 até meados da década de 1970. O principal ganho teórico da tese do corte epistemológico em Marx seria a recusa ao humanismo teórico que se difundiu e foi hegemônico no marxismo ocidental. Humanismo defendido por uma certa leitura das obras de Marx que aproximava, retrospectivamente, conceitos do Marx da maturidade aos conceitos do Jovem Marx, encontrando nas ideias do último os “embriões” que levariam ao desenvolvimento das ideias do primeiro ou, poderíamos dizer, do materialismo histórico. É no ensaio *O Jovem Marx – sua evolução filosófica de 1840 a 1844* que Lukács (2009)⁶, maior representante dessa leitura das primeiras obras de Marx, expressa claramente tal posição. Realizando um comentário sobre os escritos de Marx contra a censura de imprensa implementada pelo regime de Frederico Guilherme IV e contra a filosofia do direito de Hegel, Lukács (2009) afirma:

No início de 1842, Marx — ao identificar-se com Feuerbach, por um lado, e, por outro, ao propor uma crítica da filosofia do direito de Hegel — *tomou o caminho que, nos anos seguintes, irá levá-lo inevitavelmente à fundação do materialismo histórico*. A partir deste momento, seu caminho solitário para além dos resultados mais importantes da filosofia alemã – para além de Hegel no sentido do materialismo, para além de Feuerbach no sentido da crítica da política e, através dela, para a crítica política de Hegel – *não pode mais ser freado*. (LUKÁCS, 2009, p. 133, meus grifos).

⁴ Discurso recitado no enterro de Althusser em 25 de outubro de 1990.

⁵ Sobre o acerto de contas em *A ideologia alemã*, Marx diz: “[...] decidimos elaborar em comum nossa oposição contra o que há de ideológico na filosofia alemã: tratava-se, de fato, de acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica. O propósito tomou corpo na forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana.” (MARX, 1982, p. 26)

⁶ Para uma exposição mais detalhada das divergências entre Lukács e Althusser ver: Boito Jr. (2013)

Seguindo o argumento desenvolvido por Althusser (2005b) em seu famoso ensaio intitulado Sobre o Jovem Marx [Sur le Jeune Marx], publicado em 1965, podemos afirmar que sua crítica ao tipo de leitura proposto por Lukács é elaborada, em um primeiro momento, por meio da ideia de leitura analítica-teleológica das obras de juventude de Marx. O argumento do autor se desenvolve em três etapas: primeiramente, a leitura é analítica porque reduz todo um “sistema teórico” às suas partes (ou elementos⁷). Condição que, nas palavras de Althusser (2005b [1965], p. 53), “permite pensar à parte um elemento desse sistema e de aproximá-lo de um outro elemento parecido pertencente a outro sistema”. Como bem demonstrou Boito Jr. (2013), essa teria sido a característica básica da leitura que permitiu Lukács aproximar respectivamente conceitos presentes nas obras de juventude e maturidade de Marx – tais como emancipação/revolução, alienação/fetichismo, Estado político/Estado capitalista –, desconsiderando, dessa forma, a totalidade do sistema teórico e o contexto próprio no qual foram elaborados. Em segundo lugar, essa leitura pode ser considerada teleológica por entender que as ideias das obras de maturidade já estariam contidas no passado, de forma “embrionária”, de modo que o fim já estaria contido em seu começo. Como demonstra Althusser (2005b [1965], p. 53), essa leitura peca pelo anacronismo, pois estabelece e julga os elementos e a verdade das obras do passado a partir do viés do presente, ou seja, pelo ponto de vista das obras de maturidade. Para Althusser (2005b, p. 53, grifos do autor), desses dois problemas decorre um terceiro: considerar “a história das ideias como seu próprio elemento”, ou seja, o desenvolvimento das ideias como fruto de si mesmo, nada fugindo ao terreno da filosofia, de modo que “o mundo da ideologia é *seu próprio princípio de entendimento*”. Dito de outra forma, a leitura analítica-teleológica desconsidera os contextos históricos e materiais de produção do conhecimento.

Feita a crítica ao modo de leitura histórico genética, podemos chegar ao cerne do argumento de Althusser (2005b [1965]) sobre a tese da ruptura epistemológica nas obras de Marx. Basicamente, o autor argumenta que haveria entre os escritos de juventude e os escritos de maturidade uma *mudança de problemática*, ou seja, uma mudança no sistema de perguntas que

⁷ Althusser utiliza a palavra *éléments*, que traduzimos aqui por elementos ou *partes* de um todo (sistema teórico). Contudo, vale notar que normalmente o autor trata do que chamamos de conceitos, ou seja, reduzir um sistema teórico aos seus conceitos tomados de forma separada desse sistema.

guia e é capaz de estruturar um dado sistema teórico. A problemática, podemos afirmar, é a estrutura que determina uma prática teórica. Nesse sentido, o risco fundamental de não se pensar em termos de problemática, mas em termos da decomposição e redução dos elementos de uma teoria a si mesmos, ou mesmo em termos dos próprios objetos do pensamento teórico, é que toda aproximação ou comparação dos elementos de uma teoria a outra seriam, em última análise, possíveis. Um interessante e irônico exemplo disso é dado por Althusser (2005b, p. 62) por meio da questão das classes sociais. O autor realiza a seguinte reflexão: o tema das classes sociais foi tratado por diversos autores anteriores a Marx e seria esdrúxulo supor que todos esses autores sejam marxistas somente por terem tratado de um tema analisado por Marx posteriormente. Apesar do argumento hiperbólico, podemos afirmar que o risco de não tomar a problemática como ponto de partida da análise teórica, ou seja, não tomar a estrutura da teoria como determinante de sua prática – ou seu sistema de perguntas como guia de suas respostas –, seria, no caso de Marx, encontrar marxismos em quase toda a história das ideias.

Discordamos da posição de Losurdo (2010) quando tenta demonstrar, mediante uma profusão pouco sistemática de citações das obras de Marx, que o humanismo ainda era um aspecto relevante do pensamento de sua maturidade. Contra Althusser, Losurdo (2010) afirma que, especialmente em *O Capital*, o humanismo é utilizado para realizar uma espécie de denúncia moral do capitalismo. Em nosso entendimento, ele erra ao destacar os aspectos morais e normativos do uso da categoria homem em detrimento do aspecto estruturante que tal categoria possuía na obra do jovem Marx. Por mais que o Marx da maturidade tenha feito uso dessa categoria, ela não é, seguindo o argumento de Althusser (2015), um elemento estruturante do seu sistema teórico, ou melhor, de sua problemática.

Nesse mesmo sentido, Monal (2003) demonstra que há no jovem Marx uma tríade de interpretação e unidade teórica calcada basicamente em três conceitos fundamentais: i) essência genérica ou essência humana; ii) alienação e iii) emancipação humana. O primeiro, a essência humana a-histórica, seria o conceito fundamental daquelas obras. Esses três conceitos, como representantes da unidade teórica dos trabalhos do jovem Marx, correspondem, para Althusser (2005b), a uma problemática distinta daquela de sua obra de maturidade. Para o Jovem Marx, portanto, a pergunta que guia as elaborações de seu sistema teórico é: o que é o homem? Ao passo que, para o Marx da maturidade, a questão principal seria: o que é a história? (BOITO JR., 2016).

Na problemática de maturidade se desenvolveram os conceitos pertinentes ao materialismo histórico e à ciência da história: relações de produção, forças produtivas, sociedade de classes, revolução e Estado capitalista. (ALTHUSSER, 2015, p. 188).

Nesse sentido, Althusser (2015, p. 185) entende o humanismo teórico enquanto uma ideologia, ou seja, um conceito que “designa um conjunto de realidades existentes, mas que diferentemente de um conceito científico, não dá os meios de conhecê-las”. Para Althusser (2015), um conceito ideológico, portanto, só é capaz de designar existências e não suas essências. Assim sendo, nosso autor demonstra que Marx só chegará ao domínio da ciência por meio de uma crítica radical à ideologia humanista que figura centralmente em seus textos de juventude. O Jovem Marx, para Althusser (2015), não era marxista, na medida em que ainda estava no terreno da ideologia e não havia fundado a ciência da história, o materialismo histórico. O “Homem” e a essência humana eram os princípios teóricos da concepção de mundo do jovem Marx:

Para o Jovem Marx, o “Homem” não era somente um grito, denunciando a miséria da servidão. Era o princípio teórico de sua concepção de mundo e de sua prática. A “essência do homem” (fosse ela liberdade, razão ou comunidade) fundava tanto uma teoria rigorosa da história quanto uma prática política coerente. (ALTHUSSER, 2015, p. 185).

Althusser (1978, 1999, 2015) afirma que o humanismo teórico seria, portanto, a pré-história ideológica de Marx e do marxismo, pré-história da ciência da história. Podemos dizer que, para o autor, a ciência surge da ideologia, da ruptura com a ideologia, enquanto “sistema de representações dotado de uma existência e de um papel histórico no interior de uma sociedade dada” (ALTHUSSER, 2015, p. 192). A ideologia, portanto, se diferenciaria da ciência “pelo fato de que, nela, a função prático-social prevalece sobre a função teórica (ou função de conhecimento)” (ALTHUSSER, 2015, p. 192). Sampedro (2010, p. 31-32) nota que a teoria da ideologia em Althusser possui dois elementos constitutivos principais, os quais surgem da noção de corte epistemológico em Marx: um deles estaria ligado à relação entre ideologia e ciência, ou seja, o aspecto epistemológico da questão; o segundo, por sua vez, faz referência à ideologia enquanto prática-social, cujo domínio próprio seria a política.

(...) a ideologia, é contemplada [na obra de Althusser] desde sua vertente prática, apreendendo a sua ligação social e a sua estrutura de dominação de classe, isto é, enquanto papel de sujeição que ela cumpre e enquanto papel apriorístico do “vivido”, como

imaginário necessário para a conformação e a percepção social da realidade. Nesse segundo caso, o campo de abordagem é político, no sentido lato do termo. (SAMPEDRO, 2010, p. 32).

Foquemos no segundo aspecto destacado por Sampedro (2010), o político, dado que é nele que a ideologia se relaciona diretamente com a questão das classes sociais. Althusser (1978, p. 123) demonstra que a ideologia e, obviamente, o humanismo teórico, possui como papel a função prático-social de reproduzir as relações sociais de produção de uma determinada sociedade de classes. Portanto, Marx só poderia ter rompido com tal ideologia e fundado a ciência da História a partir de um duplo deslocamento, político e teórico, que segundo Althusser (1999, 1978) aparece de forma muito clara na tensão dos *Manuscritos de 1844*, no qual encontramos um Marx aflito, pois caminhava por uma posição política avançada, o comunismo, mas ainda alicerçado por uma posição teórica atrasada: o humanismo teórico. Somente a partir do deslocamento teórico, ou seja, de se colocar teoricamente para o lado do proletariado, Marx teria conseguido romper com a ideologia humanista, pequeno burguesa em sua essência (ALTHUSSER, 1999, p. 26).

Essas questões são importantes para a presente dissertação, na medida em que estabelecem os parâmetros para a construção de uma teoria das classes sociais, pois, concordando com Althusser (1978), o humanismo encontrado nos textos de juventude acaba por encobrir a centralidade que a noção de classe social desfruta nas obras de maturidade de Marx. No mesmo sentido, Poulantzas (2019 [1968], p. 23) afirma que toda sua teoria das classes sociais, do Estado capitalista e, de forma mais geral, da instância regional do político no modo de produção capitalista, devem ser construídos apenas a partir dos textos de maturidade de Marx, seguindo, assim, a concepção de corte epistemológico elaborada por Althusser (2015).

Outra consequência importante da noção de corte epistemológico elaborada por Althusser (2015) é tratada por Edelman (1976). O autor demonstra a centralidade da noção de homem tanto para a ideologia jurídica burguesa quanto para a relação dessa ideologia com a luta de classes. Conforme Edelman (1976, p. 129), é na esfera da circulação que o homem, por meio da ideologia jurídica burguesa, pode afirmar sua “natureza trinitária”, ou seja, como proprietário, livre e “igual a qualquer outro proprietário”. Ainda de acordo com esse autor, a ideologia jurídica burguesa, ao interpelar os indivíduos enquanto sujeito de direito na esfera da circulação (homem proprietário, livre e igual), encobre, na esfera da produção, as relações sociais de produção e a luta de classes.

No mesmo sentido, Poulantzas (2019 [1968]) mostra que o igualitarismo formal do direito burguês, centrado na noção de homem livre e de direito, ao instituir a ideia de povo-nação, promove a coesão social das formações sociais dominadas pelo modo de produção capitalista. Operação que, por sua vez, dissimula a divisão de classes e, por conseguinte, reproduz as relações sociais de produção. Portanto, para a escola althusseriana, uma teoria das classes sociais não pode ser formulada a partir das obras de juventude de Marx, já que a noção de homem escamoteia as noções de classes e luta de classes. De forma mais específica, essa teoria não poderia, de fato, ser formulada antes da ruptura de Marx com o seu passado ideológico e da fundação da ciência da história, o que fundamenta a tese segundo a qual o marxismo é, para escola althusseriana, uma ciência. Passaremos agora à exposição da maneira pela qual os althusserianos formularam tal ideia.

1.1.2 **Marxismo como ciência social**

Podemos afirmar que a tese althusseriana do marxismo enquanto ciência social é construída, mais especificamente, a partir da crítica de Althusser (1968) ao historicismo, entendido como uma posição epistemológica que não aceita a construção de teorias e a identificação de leis de funcionamento da história. Nesse sentido, para Althusser (1968, p. 150) seria um engano “enxergar no marxismo um historicismo e, em sua versão mais radical de todas, um historicismo absoluto”. O alvo principal da crítica de nosso autor é, sem dúvida, o filósofo marxista italiano Antonio Gramsci. Althusser (1968) defende a ideia de que o marxismo é uma ciência, diferentemente da posição de Gramsci (2014, p. 152), segundo a qual o marxismo deve ser entendido como um guia para a ação, uma “filosofia da práxis” ou uma “concepção de mundo”. Gramsci (2014, p. 121) recusa “qualquer formulação sistemática que se afirme como verdade extra-histórica, como universal abstrato fora do tempo e do espaço”, e, assim, chega à sua formulação célebre do marxismo como um historicismo absoluto: a “filosofia da práxis é o historicismo absoluto, a mundanização e terrenalidade absoluta da história. Nesta linha é que deve ser buscado o filão da nova concepção de mundo.” (GRAMSCI, 2014, p. 155).

Segundo a noção desenvolvida por Gramsci (2014) e resumida na ideia de “filosofia da práxis”, os conceitos devem estar indissolúvelmente atrelados ao momento histórico no qual são desenvolvidos. É importante notar, contudo, que essa construção gramsciana é claramente reativa

a um certo tipo de leitura economicista e mecanicista do desenvolvimento histórico, segundo a qual a ação prática estaria relegada a um mero decalque de uma mudança anterior da economia, invalidando a relevância da práxis no desenvolvimento histórico, já que esse desenvolvimento mesmo seria autogerido por leis imperativas, determinísticas e extra-históricas. Devemos admitir, portanto, que Gramsci (1999) tem razão em querer se distanciar de um economicismo mecanicista fortemente difundido no marxismo do século XX. Entretanto, consideramos que o autor, na tentativa de se distanciar de tal posição, incorre no erro de cair em seu oposto simétrico, na medida em que: i) descarta completamente, segundo a proposição do historicismo absoluto, a possibilidade de formulação teórica e de leis que deem, minimamente, conta do desenvolvimento histórico, vetando, assim, ii) a possibilidade de uma ciência marxista. Essa postura se aproximaria, portanto, do que Althusser (1968, p. 151) denomina empiricismo de matiz hegeliano, segundo o qual o conceito adquire materialidade na realidade concreta de um dado momento histórico. Ou seja, o conceito se torna o próprio real concreto. Em *Materialismo histórico e materialismo dialético* Althusser explicita claramente o conteúdo e os alvos de sua crítica:

Se não há outra ciência que não a do “presente”, se toda ciência não é mais que a expressão de seu “tempo”; de seu “presente”, então a ciência da história se encontra privada do status das demais ciências e se aproxima singularmente ao status hegeliano da filosofia, que é a “consciência de se do presente”, ou a “expressão” teórica do presente histórico. Por este caminho se pode chegar à tentação de assimilar a ciência marxista da história a uma simples filosofia e considerar o materialismo histórico como uma filosofia. Se a ciência marxista da história já é filosofia, o materialismo dialético se torna supérfluo suspeito do pecado metafísico. Se a ciência materialista da história é por excelência “a expressão de seu tempo”, então o marxismo é pensado como um historicismo, como uma radicalização do historicismo hegeliano. Todos esses temas aparecem de maneira explícita ou encoberta em algumas interpretações do marxismo, por exemplo, no jovem Lukács ou no primeiro Gramsci, e em maior ou menor medida são sempre propensos a cair no dogmatismo especulativo ou no empirismo, ambas ideologias da ciência à qual desconhecem. (ALTHUSSER, 1983, p. 41).

Para Althusser (2017, p. 31), portanto, o marxismo deve ser visto como uma ciência social composta por “duas disciplinas científicas” distintas: o *materialismo histórico* e o *materialismo dialético*. Podemos definir o primeiro mais precisamente como a “*ciência da história*”, ou mesmo “*ciência dos modos de produção*, de seu funcionamento e das formas de transição que fazem passar de um modo de produção a outro” (ALTHUSSER, 2017, p. 31). O materialismo dialético, por sua vez, seria a *filosofia marxista* cujo objeto é constituído, basicamente, pela história do pensamento:

O objeto do materialismo dialético é constituído pelo que Engels chama “*a história do pensamento*”, ou pelo que Lenin chama de história da “*da passagem da ignorância ao conhecimento*”, ou por aquilo podemos chamar de *história da produção dos conhecimentos*, ou ainda a diferença histórica entre ideologia e a ciência, ou ainda a diferença específica da cientificidade, problemas todos que abrangem, grosso modo, o domínio chamado, na filosofia clássica, de *teoria do conhecimento*. (ALTHUSSER, 2017, p. 34).

Nossa apresentação, contudo, se restringirá apenas à análise do conceito de *materialismo histórico* elaborado por Althusser e isso se justifica por duas razões: a primeira, a mais óbvia, está ligada ao fato de que os desenvolvimentos contidos na elaboração althusseriana do conceito de materialismo histórico foram diretamente relevantes para a teoria de classes em Poulantzas (1968, 1974). Ademais, enquanto ciência da história, o materialismo histórico versa sobre o postulado central do marxismo – a luta de classes como motor da história – que servirá de parâmetro para avaliação da teoria das classes de Poulantzas (e de Wright). A segunda razão está ligada ao fato de que em inúmeras passagens de sua obra, Althusser (1968, 1983, 2017) reitera a ideia de que haveria realmente um trabalho de desenvolvimento a ser feito sobre o materialismo dialético, disciplina ainda pouco elaborada no marxismo.

Ao fundar essa ciência da história, Marx fundou no mesmo ato outra disciplina científica: o materialismo dialético ou filosofia marxista. Aqui intervém, contudo, uma diferença de fato. Ao passo que Marx pôde desenvolver amplamente o materialismo histórico, não teve tempo para fazer o mesmo com o materialismo dialético ou filosofia marxista. Pôde unicamente lançar suas bases, seja em rápidos esboços (as Teses sobre Feuerbach), seja em textos polêmicos (A ideologia alemã e Miséria da Filosofia, ou ainda um texto metodológico muito denso (A introdução à Contribuição à crítica da Economia Política, de 1859), e em algumas passagens de *O Capital* (em particular no posfácio à segunda edição alemã). As necessidades de luta ideológica no terreno da filosofia é que levaram Engels (Anti-Dühring, Ludwig Feuerbach ou o Fim da Filosofia Clássica Alemã) e Lenin (Materialismo e empiriocriticismo, Cadernos sobre a Dialética, não publicados pelo autor) a desenvolver mais longamente os princípios do materialismo dialético esboçado por Marx. Porém, nenhum desses textos [...] apresentam um grau de elaboração e sistematicidade, portanto, de cientificidade, comparável ainda que de longe, ao grau de elaboração do materialismo histórico que possuímos em *O Capital*. (ALTHUSSER, 2017, p. 34).

Fica claro, portanto, que para Althusser (2017) há uma diferença nos desenvolvimentos do materialismo histórico e do materialismo dialético. Nesse sentido, podemos concordar com a tese de Saes (2007, p. 17), segundo a qual, para a corrente althusseriana, a teoria marxista é, antes de

tudo e em “primeiro lugar”, uma “ciência da história”, ou seja, existe uma “primazia da ciência da história marxista diante da filosofia marxista” (SAES, 2007, p. 17).

A partir desses apontamentos sobre as duas disciplinas que compõem a teoria marxista, podemos passar à análise mais detida do conceito de materialismo histórico — ou ciência da história — elaborado pela corrente althusseriana. Althusser (2017, p. 85) mostra que o discurso teórico tem por efeito geral o “conhecimento de um objeto”. Contudo, segundo o autor, o processo de conhecimento pode se dar em relação a dois tipos de objetos de natureza distinta: i) os objetos reais, concretos e singulares, no caso, os únicos objetos que existem, no sentido forte do termo; ii) os objetos abstrato-formais, os quais não possuem necessariamente existência real, mas são condição para o conhecimento dos objetos reais concretos e singulares – finalidade última do processo de pensamento (ALTHUSSER, 2017; POULANTZAS, 2019 [1968]).

Segundo Althusser (2017), essa diferenciação dos conceitos passaria por uma distinção dos graus de abstração a que eles fazem referência, ou seja, haveria uma espécie de escalonamento que se estenderia desde os conceitos mais abstratos e pobres em determinações (transição, modo de produção em geral, por exemplo) até os conceitos mais concretos e ricos em determinações teóricas (formação social capitalista, por exemplo). Os conceitos concretos não são cópias exatas da realidade, mas fruto de um processo de “elaborações sucessivas” do material inicial (ou empírico) da análise mediante a intervenção de conceitos teóricos (ALTHUSSER, 2017, p. 88). Dessa maneira Althusser consegue se afastar de uma posição empiricista, segundo a qual haveria uma correspondência (indução) mecânica entre os conceitos concretos e os dados empíricos da realidade. O processo de conhecimento para ele se aproxima da realidade sem nunca exatamente tocá-la. Dessa forma, é nesse sentido que defendemos a ideia de que Althusser (2017) consegue elaborar um tipo de análise que recusa o empiricismo de corte hegeliano, para o qual o conceito é, necessariamente, a própria realidade concreta.

Partindo dessa distinção entre o real-concreto e o formal abstrato, Althusser (2017) aborda os diferentes registros de abstração e concretude sobre os quais a análise marxista é aplicada. Sendo mais específico, é a partir dessa distinção que Althusser (2017, 1968) pôde pensar os diferentes registros de concretude e abstração a partir dos quais são construídos os objetos próprios do discurso teórico marxista. Althusser (2017, p. 32) afirma que a ciência da história tem por objeto fundamental o estudo da “totalidade orgânica” ou do “todo social” que constitui o modo de

produção. Em resumo, a noção de modo de produção se define, de acordo com o autor, por uma articulação complexa entre três instâncias principais: econômica, político-jurídica e ideológica. Esse conceito de modo de produção, contudo, não pode ser o único objeto da ciência da história, já que estamos tratando do registro mais abstrato da análise científica: o nível do modo de produção em geral. A partir do conceito de modo de produção em geral, portanto, Althusser (2017, p. 86) pôde derivar os modos de produção em particular, por exemplo, modo de produção capitalista, feudal, escravista, socialista etc. Essas elaborações sucessivas ou modulações do conceito de modo de produção permitem que a análise vá se encaminhando para o registro mais próximo do real-concreto, ou seja, “o domínio da formação social determinada – a França de 1848 [...] a Rússia de 1905 ou de 1917 [...] etc.” (ALTHUSSER, 2017, p. 85). Tanto o conceito de modo de produção em geral quanto em particular são para Althusser (2017, p. 86) “indispensáveis” ao conhecimento de qualquer formação social, pois toda formação social é “estruturada pela combinação de vários modos de produção” e, ao mesmo tempo, dominada por um dado modo de produção em particular (capitalista, feudal, asiático, etc.).

A nosso ver, Althusser (1968 [1965], p. 150) formula uma posição epistemológica que sintetiza tanto uma crítica ao empiricismo quanto ao teoricismo, pois permite ao marxismo elaborar i) teorias abstratas e elucidar leis para o desenvolvimento histórico e ii) construir conceitos concretos e mais próximos de realidades sociais historicamente determinadas sem cair em um historicismo empiricista. Assim, discordamos da tese de Martins (2012) de que Althusser teria imposto uma disjunção entre análise histórica e análise estrutural. Nas palavras do próprio autor: “tal disjuntiva nos sugere que: ou se faz uma análise predominantemente histórica, ou então se faz uma análise estrutural, tal qual a proposta pelo próprio Althusser” (MARTINS, 2012, p. 68). Ao contrário do que propõe Martins (2012), entendemos que a elaboração do marxismo como ciência de Althusser (2017) caracteriza-se por ser uma proposta de síntese e não de disjunção, na medida em que, para Althusser (1968, p. 150), o marxismo deve ser entendido como uma ciência a-historicista⁸. Ou seja, não se trata exatamente de um anti-historicismo (negativa), já que as suas

⁸ “[...] o marxismo é, em um só movimento e em virtude da única ruptura epistemológica que o funda, um anti-humanismo e um antihistoricismo. Eu deveria dizer, com todo rigor, um a-humanismo e um a-historicismo. Emprego, assim, conscientemente, para lhe dar todo o peso de uma declaração de ruptura [...] essa dupla fórmula *negativa* (antihumanismo e antihistoricismo) no lugar de uma simples forma privativa [a-humanismo e a-historicismo]” (ALTHUSSER, 1968, p. 150). [(...) le marxisme est, d’un même mouvement et en vertu de l’unique rupture épistémologique qui le fonde, un antihumanisme et un antihistoricisme. Je devrais dire en toute rigueur un a-

proposições acerca da análise marxista comportam uma certa aproximação com o historicismo de Gramsci (2014), pois, como vimos, ao se aproximarem do registro das formações sociais, os conceitos teóricos, passam a ganhar determinações historicamente concretas e diretamente ligadas a um dado momento histórico.

Devemos notar que toda essa teorização elaborada por Althusser (2005b) acerca do materialismo histórico está baseada na leitura e sistematização do que o autor chama de conceitos e formulações encontrados *em estado prático*, principalmente, mas não somente, nas obras do próprio Marx. Tomando as obras de Marx como exemplo, poderíamos dizer que, em um nível mais elevado de abstração, temos um discurso genérico, portanto, abstrato-formal, sobre a transição de um modo de produção em geral a outro, como na célebre frase do *Manifesto do partido comunista*: “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta das lutas de classe” (MARX; ENGELS, 2010a p. 42). Ao nos aproximarmos mais do registro concreto real encontramos, como em *O capital* (MARX, 2013), uma “análise científica do nível econômico do modo de produção capitalista” (ALTHUSSER, 2017). Por fim, teríamos as análises históricas que tratam de formações sociais específicas, tais como: *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, *As lutas de classe na França*, *A guerra civil na França*, etc. (MARX, 2011a, 2011b, 2012).

Essas diferenciações são importantes para o entendimento da abordagem de classes em Poulantzas (1974), pois influenciam o esquema geral das classes sociais, ou mesmo da estrutura de classes pensada para cada registro de abstração-concretude em que a teoria trabalha. Dessa forma, Poulantzas (1974, p. 25) demonstra que se nos detivermos apenas nos modos de produção, teremos um esquema geral que comporta duas classes sociais, determinadas estruturalmente pela economia, pela política e pela ideologia:

(...) a classe exploradora, politicamente e ideologicamente dominante, e a classe explorada, politicamente e ideologicamente dominada: senhores e escravos (modo de produção escravista), senhor e servo (modo de produção feudal), burgueses e operários (modo de produção capitalista). (POULANTZAS, 1974, p. 25-26)

humanisme et um a-historicisme. J’emploie donc consciemment, pour leur donner tout le poids d’une déclaration de rupture [...] cette double formule *négative* (antihumanisme, antihistoricisme) au lieu d’une forme privative [a-humanisme et a-historicisme].

Contudo, em termos de uma formação social concreta, o mesmo esquema de apenas duas classes não se observa, visto que toda formação social é composta por diversos modos de produção sobrepostos. Para Poulantzas (1974), dessa sobreposição decorre a existência de outras classes e frações de classe que vão se polarizar em torno das duas classes fundamentais do modo de produção dominante. Ou seja, numa formação social capitalista, a polarização se daria em torno da burguesia e da classe operária. O que é importante notar aqui é que o conceito de classe de Poulantzas (1974) desautoriza qualquer crítica de economicismo, ou seja, de que o “marxismo” teria uma análise simplista das classes sociais, capaz de propor apenas um modelo dicotômico de corte estritamente econômico da análise de classes. Ademais, a elaboração específica do conceito de modo de produção da escola althusseriana – enquanto uma articulação complexa do econômico, do político e de ideológico – é o elemento fundamental que permite Poulantzas (2019 [1968]) romper com uma teoria das classes de corte economicista. Portanto, passemos agora ao debate do conceito de modo de produção na escola althusseriana.

1.1.3 A renovação do conceito de modo de produção

A reformulação do conceito de modo de produção desenvolvida pela corrente althusseriana foi um dos elementos mais importantes de sua proposta de renovação do marxismo. Desse modo, é importante analisar e reconstruir esse debate, apontando os principais aspectos dessa nova acepção do conceito. Reconstituiremos, portanto, o conceito de *modo de produção ampliado* elaborado por Althusser e seus discípulos, demonstrando como ele ganha contornos diferentes nas elaborações de tal corrente, principalmente quando levamos em consideração as formulações economicistas, por muito tempo hegemônicas dentro do marxismo no século XX. Saes (1994, p. 41) aponta que a interpretação economicista estava atrelada a uma certa leitura do Prefácio à “*Contribuição à Crítica de Economia Política*” de Marx (1982) e do trabalho de Stalin “*Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*”.

Segundo Saes (1994), existe no *Prefácio de 1859* uma tese sobre a reprodução do “todo social”, apresentada por meio do que poderíamos chamar de “modelo da casa”, pautado na relação entre uma “base” e um “topo”. A formulação central desse modelo propõe que a estrutura econômica das sociedades é a base sobre a qual se erige uma superestrutura jurídico-política. Saes destaca, então, dois erros dessa concepção economicista dos mecanismos da reprodução social: i)

o estabelecimento de uma relação de exterioridade mecânica entre estrutura e superestrutura; ii) a caracterização de maneira unívoca e simples da “estrutura da sociedade como seu *plano determinante*, tratando os demais planos (jurídico-político, ideológico) como meros reflexos da economia” (SAES, 1994, p. 43-44).

Contrariando esse tipo de formulação economicista, os autores da escola althusseriana vão definir o conceito de modo de produção por meio de uma complexa relação entre três instâncias fundamentais: a econômica, a política e a ideológica (POULANTZAS, 2019 [1968]; ALTHUSSER, 2015; ALTHUSSER; BALIBAR, 1968). O conceito de modo de produção assume, assim, uma forma “ampliada” – o “modo de produção ampliado” –, que passa a englobar tanto a infraestrutura econômica como a superestrutura jurídico-política/ideológica. É, portanto, a articulação própria dessas diversas instâncias, não mais exteriorizadas, que constitui o conceito de modo de produção. Como afirma Saes (1994):

O conceito althusseriano de "modo de produção" é, em primeiro lugar, um conceito "ampliado": o "modo de produção" não designa mais apenas a "infraestrutura" (relações de produção, forças produtivas), mas também a "superestrutura" (Estado, direito, ideologia dominante). Esta, agora, é parte constitutiva do modo de produção, ao lado da estrutura econômica; e não mais um mero reflexo externo da "infra-estrutura". "Modo de produção" designa, doravante, uma articulação entre estruturas (ou instâncias) diversas. (SAES, 1994, p. 44)

No nível maior abstração – o do modo de produção em geral, ou modo de produção “puro” –, tais autores afirmam que a relação entre as três instâncias se dá a partir da *determinação em última instância do econômico* sobre os outros níveis. Contudo, isso não quer dizer, em hipótese alguma, que a economia será necessariamente a instância dominante em determinado modo de produção. Como afirma Poulantzas (2019 [1968], p. 18), a economia é “determinante na medida em que atribui a tal ou qual instância o papel dominante, ou seja, na medida em que regula o deslocamento de dominância devido à descentralização das instâncias”.

Nesse sentido, Saes (1994) argumenta que podemos resumir os elementos principais dessa articulação em dois conceitos fundamentais: “determinação em última instância” e “dominância”. Esse seria, portanto, o conjunto de relações que conformam a parte invariante do conceito de modo de produção (SAES, 1994, p. 44). Se pensarmos em termos da particularidade de cada modo de

produção (escravista, asiático, feudal, etc.), o que varia é a instância à qual a economia atribuiu a função de dominante.

A estrutura econômica, que é invariavelmente "determinante em última instância", pode exigir de uma instância (jurídico-política, ideológica) que exerça a "dominância" num modo de produção particular; e pode até mesmo exigir de si própria o exercício de tal "dominância", caso em que ela acumularia dois lugares e duas funções ("determinação em última instância" e "dominância"). (SAES, 1994, p. 44)

Saes (1994) inova ao demonstrar que existe uma não correspondência entre essa versão “oficial” do conceito de modo de produção e a versão “real” de utilização desse conceito pela escola althusseriana. O autor constata que há nas formulações de Althusser e Balibar – principalmente em *Lire le capital [1965]* – um outro tratamento da forma que assume a matriz de articulações específicas das instâncias do “todo social”. Portanto, as relações de “determinação em última instância” e “dominância” – matriz “oficial” de articulação das instâncias do “todo social” – dariam lugar, em determinados momentos, à ideia de *implicação recíproca* ou *condicionamento recíproco* das instâncias.

Como resume Saes (1994, p. 46): “a implicação recíproca – ou condicionamento recíproco – das instâncias do modo de produção significa que cada instância se configura como condição necessária à reprodução das demais instâncias”. É a partir dessa elaboração, por exemplo, que Poulantzas (2019 [1968], p. 20-21) é capaz de sustentar sua construção de uma teoria regional do político no modo de produção capitalista. Esse autor demonstra, por meio de sua teoria do Estado, que existe um processo de implicação recíproca entre as instâncias econômica e jurídico-política no modo de produção capitalista. Em Poulantzas (2019 [1968]), o Estado capitalista, por intermédio do igualitarismo formal característico do direito burguês, promove uma ideia de povo nação em que os indivíduos são interpelados enquanto sujeitos livres e iguais que trocam equivalentes no mercado, escamoteando, dessa forma, a divisão de classes e a exploração capitalista. Isso, por sua vez, garante tanto a reprodução das relações capitalistas de produção quanto a coesão das formações sociais dominadas por tal modo de produção. Portanto, a reprodução do modo de produção capitalista depende de uma implicação recíproca das instâncias econômica e jurídico-política.

Nesse sentido, Saes (1994) argumenta que existe uma incompatibilidade entre os conceitos de determinação em última instância e dominância e o conceito de condicionamento recíproco.

Ademais, Saes (1994) constata que os autores da corrente althusseriana sempre utilizam o conceito de implicação recíproca para descrever as articulações das instâncias de modos de produção particulares no momento da sua reprodução. Já os conceitos de determinação em última instância e dominância ficam relegados à explicação do modo de produção *em geral*. Saes (1994, p. 46) chega à conclusão, portanto, que os conceitos de determinação em última instância e dominância não são operacionalizáveis no momento em que a análise desce do plano do modo de produção em geral para o modo de produção em particular.

Para os althusserianos, a "dominância" se explicita, nos modos de produção particulares, como intervenção condicionante de uma estrutura qualquer na reprodução da estrutura econômica. Nessa perspectiva, o Estado é a instância "dominante" nos modos de produção pré-capitalistas, na medida em que a coerção extraeconômica, de cunho militar, sobre o produtor direto é condição necessária à reprodução das relações de produção pré-capitalistas. Mas, nesse caso, do que estão falando os althusserianos, ao recorrer de maneira absolutamente imprópria à expressão "dominância", senão da "presença" necessária de uma estrutura na reprodução de outra estrutura? A tentativa de operacionalização do conceito de "dominância", portanto, fracassa, na medida em que ela produz, na prática, uma metamorfose do conceito agora preenchido com a ideia da "implicação recíproca" das estruturas. (SAES, 1994, p. 46)

Saes (1994) procura esboçar uma explicação para a tentativa da escola althusseriana de compatibilizar os conceitos de determinação em última instância/dominância com a análise do momento de funcionamento reprodutivo do "todo social". Segundo Saes (1994), a resposta para esse enigma estaria no esforço desses autores em se afastar de uma concepção funcionalista (ou hegeliana) do todo social. A necessidade de reafirmar a tese materialista da primazia da instância econômica sem cair no economicismo mecânico, de um lado, sem enveredar pelo argumento circular do funcionalismo (hegeliano), de outro, levou-os a essa tentativa, não muito bem sucedida, de forçar os conceitos de determinação em última instância e dominância na concepção do momento reprodutivo do "todo social".

Contudo, para Saes (1994), há um lugar específico para o conceito de *determinação em última instância* no materialismo histórico proposto pela escola althusseriana. Será no texto *O (re)começo do materialismo histórico*, de Alain Badiou (1983) que Saes (1994) encontrará um caminho para atribuir certa coerência a essas duas noções. Por meio de excertos do texto de Badiou, o autor demonstra que o conceito de "determinação em última instância" possui sua validade

teórica e pode ser operacionalizado se a análise faz referência ao período de transição e mudança do “todo social”.

Conforme aponta Motta (2017, p. 114), é por meio do conceito contradição sobredeterminada, ou sobredeterminação, que Althusser (2015 [1965]) tratará do tema da ruptura política enquanto um fenômeno determinado não apenas por uma contradição simples, mas como um processo ocasionado por mais de uma estrutura em conjunção. Esse conceito será essencial também para a questão das relações das instâncias de um modo de produção, bem como para os conceitos de conjuntura e de luta política de classes (aspecto sobredeterminante da luta de classes) em Poulantzas (2019 [1968], p. 89). Nesse sentido, Althusser (2015 [1965], p. 73-74) constrói o conceito de contradição sobredeterminada a partir da identificação de uma diferença estrutural entre a dialética marxista e a dialética hegeliana. Ou seja, não se trataria apenas de uma separação de método (a dialética) e sistema (a filosofia especulativa de Hegel), mas de uma mudança no conteúdo próprio dos conceitos que conformam o sistema da dialética marxista em relação à dialética hegeliana. A exposição de Althusser (2015 [1965]) inicia-se pela análise do conceito de contradição em relação à questão do “elo mais fraco leninista”, isto é, a ideia de que, para Lenin, a Revolução pôde acontecer na Rússia czarista justamente por ali ser o ponto mais fraco da cadeia imperialista, onde haveria, portanto, um *acúmulo complexo de contradições*, as quais eram o índice da fraqueza daquela formação social específica. Mais especificamente, Althusser (2015 [1965]) demonstra que é justamente onde há essa articulação complexa de contradições, onde as contradições não estão reduzidas à sua “representação mais pura (a do Capital versus Trabalho)”, que seria possível desencadear um processo revolucionário.

A partir dessas formulações, Althusser (2015 [1965], p. 77) se afasta de uma posição reducionista, segundo a qual apenas a *contradição fundamental* é o índice da possibilidade do desencadeamento de um processo revolucionário. O autor constata que a contradição em geral (forças produtivas e relações de produção), apesar de necessária, não é suficiente para o desenvolvimento de um processo de transição. Dessa forma, seria importante pensar em um processo de acúmulo e fusão de contradições que podem consolidar uma unidade de ruptura. A noção de “contradição geral” perde sua virtude unívoca na teoria de Althusser (2015, p. 78), ela não determina sozinha os rumos do desenvolvimento histórico, justamente porque, apesar de estar ativa em todas as outras contradições, tem nessas outras contradições a sua *condição de existência*.

Assim, o autor conclui que sendo a contradição determinante do todo social que a governa e, ao mesmo tempo, determinada por esse todo, ela é “sobredeterminada em seu princípio”. (ALTHUSSER, 2015, p. 79).

Como demonstrou Motta (2012, 2014), a construção althusseriana do conceito de contradição sobredeterminada é tributária das elaborações de Mao Tsé-Tung (2007) em *Sobre a contradição* [1937]. Como indicamos, Althusser (2017) elabora uma concepção da contradição que assume a forma de um sistema de múltiplas contradições estruturadas, as quais se determinam mutuamente ou se sobredeterminam. Essa concepção aparece em Mao Tsé-Tung (2007) por meio das noções de caráter absoluto da contradição, particularidade da contradição e, especificamente, nas noções de contradição fundamental, principal e secundária. A partir da ideia de que a contradição principal comanda as contradições secundárias, e da possibilidade de uma contradição secundária assumir a posição de contradição principal ou mesmo de uma contradição principal não coincidir com a contradição fundamental, Mao (2007) formula uma nova concepção de contradição que foge à noção reducionista e economicista do autodesenvolvimento unívoco de uma única contradição fundamental. Ou seja, para esse autor, a contradição fundamental nem sempre exerceria o papel principal no processo de mudança, do mesmo modo que nem sempre controlaria o sistema encadeado de contradições que levaria a uma unidade de ruptura. O caso chinês é um exemplo disso, na medida em que a contradição fundamental (econômica) – forças produtivas e relações de produção – não era a contradição principal, mas sim a questão nacional (imperialismo contra forças nacionais).

Nesse sentido, a apropriação das ideias de Mao (2007) permitiu que Althusser (2015) pensasse tanto os processos de transição e ruptura revolucionária como as relações específicas das instâncias de um modo de produção a partir de uma multiplicidade de contradições interconectadas e desiguais, as quais se fundem e se determinam de maneira mútua e complexa. Althusser (2015) liberta-se, assim, de uma posição simplista na análise da reprodução e transição do modo de produção, pensada apenas como desenvolvimento de uma única contradição principal.

A nosso ver, a noção de contradição sobredeterminada é um dos elementos mais importantes avançados pela escola althusseriana, pois representa um instrumental teórico fundamental e uma virada importante na interpretação da articulação específica entre as instâncias dos modos de produção. Esse conceito, inclusive, é uma peça-chave na compreensão de uma

anomalia fundamental imposta historicamente a um dos postulados mais importantes do campo de pesquisa marxista: a tese segundo a qual a revolução deveria acontecer prioritariamente nos países de capitalismo avançado, onde a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção já tenha atingido seu patamar mais insustentável.

Terminamos aqui nossa apresentação das propostas mais importantes defendidas pela escola althusseriana. A importância desses debates ficará clara principalmente nos capítulos seguintes desta dissertação, nos quais desenvolvemos a perspectiva de classes de Poulantzas (capítulos 2 e 3). A seção seguinte do presente capítulo busca abordar o que entendemos como principais elementos do marxismo analítico, escola teórica que enquadra a abordagem de classes de Wright. O próximo tópico está dividido em quatro subitens: o primeiro contextualiza a relação de Wright com o marxismo analítico; o segundo aborda o compromisso dessa corrente com métodos científicos convencionais (crítica a uma suposta metodologia marxista distintiva); em terceiro lugar, trataremos da junção entre marxismo e individualismo metodológico; e, por fim, apresentaremos a teoria geral da exploração em John Roemer (1982a, 1982b) – base da teoria da exploração de Wright (1998 [1990]).

1.2 Wright e o marxismo analítico

Iniciaremos nossa exposição sobre o marxismo analítico e suas contribuições para uma certa renovação do marxismo a partir do que, nos anos 1990, Wright (1995) identifica como uma crise do marxismo enquanto corrente teórica. Wright (1995) destaca três índices de tal crise. A primeira evidência estaria ligada a uma mudança na ideologia que guiava as sociedades comandadas por partidos comunistas, tais como Polônia, China e União Soviética. Naquele momento, essas sociedades passavam por mudanças que colocavam em xeque o marxismo como teoria capaz de guiar o seu desenvolvimento, o que aparentemente desacreditava a capacidade do marxismo em pautar diretrizes para governar sociedades.⁹ Um segundo aspecto dessa crise era a dificuldade, à época, de enxergar qualquer relação entre o marxismo enquanto teoria social e os partidos e políticos de vertente social democrata, socialista ou comunista; ou mesmo identificar

⁹ Wright cita como momentos marcantes dessas mudanças o sucesso do Solidariedade na Polônia, a Perestroika na URSS e a disseminação de empresas privadas na China.

algo de marxista nos programas de tais partidos. Por fim, Wright (1995) destaca um problema interno à própria intelectualidade marxista. Grande parte dela passava por um processo de abandono dessa vertente teórica e os intelectuais que ali restavam já não compartilhavam um consenso em torno dos “postulados teóricos centrais do próprio marxismo” (WRIGHT, 1995, p. 11). Wright, obviamente, não desconsidera as inúmeras divergências que sempre animaram esse campo de pesquisa. Contudo, defende a tese de que, naqueles anos, se tornava cada vez mais difícil discernir o núcleo central da teoria marxista, uma vez que diversos autores e intelectuais que se consideravam marxistas rejeitavam elementos teóricos centrais dessa corrente, tais como: a teoria do valor e o materialismo histórico enquanto teoria da história.

Wright (1995) entende o termo “marxista” de uma forma, poderíamos dizer, ampliada, pois, em certo sentido, muitos autores diriam que desprezar certas teorias centrais do marxismo colocaria qualquer um fora desse campo. Wright (1995) toma o marxismo como um campo teórico não unificado, porém animado por um terreno de debates e questões comuns, o que se expressa, sintomaticamente, no uso do termo ‘marxismos’, no plural, por parte do autor.

Pode-se simplesmente reconhecer que o Marxismo não é uma teoria unificada com fronteiras bem definidas, mas uma família de teorias unificadas por um terreno comum de debate e questões. Sempre houve uma pluralidade de Marxismos; a novidade talvez seja o grau de heterogeneidade teórica e metodológica que existe neste meio intelectual. (WRIGHT, 1995, p. 12)

A novidade do período de “crise” recairia, segundo o autor, sobre o nível (ou grau) mais alto de heterogeneidade teórica e metodológica do campo, o que, por sua vez, representaria um aspecto importante da crise. Contudo, Wright (1995, p. 12) identifica uma contradição em tal processo, pois tratava-se de um momento – a década de 1990 – caracterizado por uma “considerável vitalidade teórica” dentro campo marxista, o que de certo modo o leva a relativizar a tese da crise. Nesse sentido, nosso autor argumenta que era difícil saber se o que havia era realmente um processo de crise ou uma mudança dinâmica. É nesse contexto de incerteza e “vitalidade teórica” que se dá, segundo Wright (1995), a emergência do que se convencionou chamar de *marxismo analítico*.

O início da história dessa corrente teórica data do final da década de 1970, justamente após o período das grandes manifestações estudantis dos anos 1960 e início dos 1970. Como aponta Wright (1995), em função das grandes mobilizações daqueles anos, o marxismo entra nas

universidades dos países centrais de forma nunca antes vista, dando origem a uma espécie de marxismo acadêmico. A característica central desse movimento era ser um marxismo muito mais bem articulado e elaborado dentro da academia, não mais ao lado do movimento revolucionário (WRIGHT, 1995, p. 28).¹⁰

Wright (1995), portanto, entende o marxismo analítico como uma das tendências que surgem desse campo mais amplo que é o marxismo acadêmico. Assim, em 1979, Gerald Cohen, um dos maiores expoentes dessa corrente, organiza com John Roemer um encontro em Londres para debater os problemas do marxismo contemporâneo – de início, tratando especificamente do problema da exploração. Esse grupo reunia grande parte dos teóricos que dariam origem à corrente do marxismo analítico (COHEN, 2013, p. 22). Dentre os mais proeminentes desses intelectuais destaque, além de Cohen e Roemer, os nomes de John Elster – filósofo norueguês radicado nos EUA –, Adam Przeworski – cientista político polonês – e o próprio Erik Olin Wright. O encontro tornou-se um evento anual do grupo e, no ano de 1986, o termo marxismo analítico aparece em uma coletânea de artigos escritos por tais autores sob a direção de John Roemer (1986).

De acordo com Wright (1995, p. 14), esse grupo de intelectuais, unidos sob a denominação marxismo analítico, nutria consideráveis discordâncias teóricas e políticas entre si, quase não havendo ponto de completo consenso teórico. Diante dessa situação, nosso autor se pergunta: quais seriam os elementos centrais que unificariam a corrente do marxismo analítico? Em resumo, a resposta é elaborada a partir do desenvolvimento de quatro elementos (ou “compromissos teóricos”) que, segundo ele, seriam os pressupostos básicos do marxismo analítico: i) um “compromisso com normas científicas convencionais”; ii) “uma ênfase na importância da conceitualização sistemática”; iii) uma preocupação com “a especificação refinada dos passos que concatenam argumentos teóricos e ligam seus conceitos”; iv) “a importância acordada à ação intencional dos indivíduos, tanto em teorias explanatórias, quanto em teorias normativas” (WRIGHT, 1995, p. 14). É importante notar que Wright não entende que os elementos acima surgem apenas com a emergência do marxismo analítico. O autor ressalta que outros intelectuais

¹⁰ Aqui existe uma semelhança muito forte entre a noção de Marxismo Acadêmico proposta por Wright (1995) e a de Marxismo Ocidental em Anderson (2004 [1976]), tal como exposta acima. Inclusive, em trabalhos anteriores, Wright dá preferência ao conceito de Anderson (2004 [1976]) para tratar desse mesmo momento da história do marxismo. Ver Wright *et al.* (1992, p. 3).

do campo marxista se atentaram para tais questões. Contudo, a diferença principal do marxismo analítico em relação aos outros grupos teóricos e autores marxista seria o grau em que esses elementos são postos em centralidade na elaboração do conhecimento e da teoria.

Seria arrogante sugerir que o Marxismo não possuía nenhum desses elementos até a emergência do Marxismo Analítico enquanto escola autoconsciente. Certamente, houve Marxistas atentos a cada uma dessas questões, e hoje existem marxistas atentos a elas que por uma razão ou outra se distanciam do Marxismo analítico. *O que torna o Marxismo analítico distinto, então, é a extensão com a qual esses princípios são trazidos à linha de frente e sistematicamente aplicados à construção e reconstrução da teoria.* (WRIGHT, 1995, p. 14, meus grifos)

Das quatro características citadas por Wright (1995) como distintivas do marxismo analítico, selecionamos duas mais importantes aos objetivos do presente texto. A primeira delas seria o “compromisso com normas científicas convencionais”, pois é a partir desse pressuposto que Wright (1995) elabora uma crítica e um projeto de renovação em relação à metodologia marxista “ortodoxa”. O segundo aspecto está ligado à teoria da ação intencional dos indivíduos e une o marxismo ao individualismo metodológico, um dos elementos mais polêmicos levantados no âmbito da escola do marxismo analítico. Esses dois pontos serão debatidos com maior profundidade nas duas seções que se seguem.

A escolha dessas duas características justifica-se por dois motivos: primeiro, acreditamos que são esses os dois pontos mais importantes para uma definição precisa do que é o marxismo analítico. As noções de conceitualização sistemática e de especificação dos passos do argumento são elementos mais comuns a outras escolas teóricas e parecem, pelo próprio desenrolar da exposição de Wright (1995), ter uma posição secundária no conjunto dos termos que definem o marxismo analítico. Essa afirmação pode parecer estranha, já que o próprio Wright (1995) não desenvolveu esse tipo de hierarquia entre os elementos citados. Contudo, acreditamos que a hierarquização é importante por colocar em evidência as relações entre os elementos que definem uma ideia, ao mesmo tempo em que evita a construção de conjuntos ou listas arbitrárias de características de um fenômeno sem nenhuma ligação lógica e específica entre si. O segundo motivo está relacionado ao fato de que esses foram, sem dúvida alguma, os aspectos de maior repercussão intelectual trazidos pelo marxismo analítico ao campo do pensamento social. À análise dessas duas características do marxismo analítico dedicaremos os dois próximos itens deste texto.

1.2.1 O compromisso com normas científicas convencionais: crítica ao “método” marxista “ortodoxo”

De acordo com Wright (1995), o uso de normas científicas convencionais foi tratado no campo marxista de duas maneiras principais: por um lado, certas vertentes do marxismo, principalmente as ligadas à teoria crítica, enxergavam qualquer reivindicação à cientificidade na produção de conhecimento “mais como um instrumento da dominação do que como um conhecimento emancipatório” (WRIGHT, 1995, p. 15). Por outro lado, as vertentes marxistas que reivindicavam para si a qualidade de “científicas” acabavam caindo numa espécie de sistema fechado, onde imperava o dogmatismo e a canonização de textos clássicos. Nesse caso, o alvo principal seria o marxismo soviético, que, segundo Wright (1995), funcionava mais ao modo de uma “teologia secular” do que de uma disciplina científica, já que dispunha de respostas pré-estabelecidas para qualquer tipo de questão. O marxismo analítico, em oposição a essas duas tradições, propõe que o marxismo deve: “sem embaraços, aspirar ao status de uma genuína ciência social” (WRIGHT, 1995, p. 15). Portanto, o marxismo não pode ser absolvido dos padrões científicos convencionalmente difundidos, mesmo que fizesse uso de outros critérios de avaliação que não fossem estritamente científicos. Cohen (2013) vai enxergar em Marx esse compromisso:

Marx fundou o que Engels chamou de “socialismo científico” – que é, pelo menos em meio a outras concepções, o estudo da natureza do socialismo e do caminho em sua direção – utilizando *os recursos mais avançados da ciência social*, num quadro de compromisso socialista. (COHEN, 2013, p. 30, meus grifos)

Esse debate impele Wright (1995) a apresentar seu entendimento de “ciência” e elaborar um conceito a esse respeito. Nosso autor filia-se à teoria realista da ciência adotando uma visão que envolve o seguinte pressuposto teórico: “a ciência tenta identificar os mecanismos que geram os fenômenos empíricos que experienciamos no mundo” (WRIGHT, 1995, p. 15). Nossa capacidade de adquirir conhecimento acerca desses mecanismos é dificultada por dois aspectos da relação entre os próprios mecanismos e a nossa observação de seus efeitos: em primeiro lugar, “vivemos em um sistema aberto no qual diversos mecanismos operam simultaneamente” (WRIGHT, 1989, p. 211) e, em função disso, os efeitos de um mecanismo podem neutralizar os efeitos de outros. Nesse caso, a preocupação principal do autor é com a formulação de correlações causais espúrias, já que não

há como afirmar a existência de uma relação invariante entre uma determinada causa (mecanismo) e a manifestação empírica pura de seus efeitos – nossas experiências. Ou seja, tendo em vista que vivemos em um sistema aberto, diferentes mecanismos podem estar gerando as mesmas manifestações empíricas que experienciamos no mundo.

Em segundo lugar, existe uma dualidade no próprio processo de formação desses mecanismos, pois eles são originados tanto por elementos ligados ao processo de observação – moldados pelas escolhas teóricas do observador – quanto por suas próprias propriedades, ou seja, possuem uma realidade independente das construções teóricas do observador (WRIGHT, 1989, p. 211). Devido a essa dualidade, Wright (1989, 1994, 1995) argumenta que é praticamente impossível alcançar a explicação de determinados fenômenos de forma indutiva, a partir apenas de fatos empíricos “puros”, pois esses fatos são “necessariamente selecionados pelo processo de observação em si” (WRIGHT, 1995, p. 16). Portanto, os fatos puros não podem ser objeto da construção do conhecimento, tal como argumentaria uma posição “empiricista ingênua”, já que os próprios fatos são produto de uma construção teórica. Contudo, e aí está a explicação do termo *realista*, uma teoria realista da ciência acredita que os fatos observados não são produtos das categorias do pensamento, mas que eles existem realmente no mundo em que vivemos, mesmo que tais fatos e, salientemos, seus efeitos sejam produzidos pela observação e pela própria teoria (WRIGHT, 1995, p. 16). Nesse sentido, Wright (1995, p. 29) esboça uma interessante teoria sobre a objetividade do conhecimento científico que, na sua visão, existe apenas na medida em que “qualquer um que use os mesmos princípios de seleção [do material empírico] acabará chegando aos mesmos fatos” (WRIGHT, 1995, p. 29). Essa proposição desarma o argumento de que a seleção e observação dos fatos através de determinada teoria enviesaria ou distorceria qualquer conhecimento assim produzido.

Assim, eu rejeito a visão de um empiricismo ingênuo segundo o qual podemos realizar observações que sejam independentes de categorias já inseridas em uma teoria. A observação não pode ser teoricamente neutra e, conseqüentemente, nossas teorias nunca podem ser simples generalizações indutivas de fatos pré-teóricos. Contudo, eu também rejeito a visão antirrealista segundo a qual nossa observação é totalmente constituída pelas categorias do pensamento, pelos discursos que usamos para descrever o mundo. Teorias científicas tentam construir explicações baseadas em mecanismos reais que existem no mundo independentemente de nossas teorias – ainda que nossa observação acerca desses mecanismos e de seus efeitos dependa, em partes, das teorias em si. (WRIGHT, 1989, p. 211).

Essa visão de ciência e compromisso com normas científicas tradicionais adotados pelo marxismo analítico resultam, para Wright (1995), em três implicações principais: i) os marxistas analíticos tendem a nutrir um ceticismo em relação a uma suposta “metodologia marxista distintiva”, isto é, uma espécie de metodologia única por ser a “visão de mundo” do proletariado, sujeito da emancipação da humanidade. De acordo com a metodologia distintiva, haveria, de um lado, o método marxista – “dialético, histórico, materialista, antipositivista, holista” – e, de outro, a “ciência social burguesa” – “não dialética, ahistórica, idealista, positivista e individualista.” (WRIGHT, 1995, p. 16). Contudo, Wright não chega a defender que tudo o que é notadamente reconhecido como método marxista deva ser jogado fora no âmbito do marxismo analítico, noções como a de “contradição” podem e são utilizadas pela corrente, porém há sempre uma preocupação em tratar esses conceitos teoricamente mais complexos por meio de explicações que fazem referências a “causas, mecanismos e efeitos” (WRIGHT, 1995, p. 16).

O alvo principal da crítica de Wright (1992, 1995) é o filósofo marxista Lukács (2012 [1919]), principal defensor do *método* marxista distintivo e, poderíamos acrescentar, “ortodoxo”. Como demonstra Wright (1995), é nesse autor que a posição de um método marxista distintivo atinge sua forma mais radical. Em seu famoso ensaio intitulado *O que é marxismo ortodoxo? [1919]*, Lukács (2012) defende que poderíamos abandonar todas as teses marxistas e continuar sendo um marxista ortodoxo se o *método* marxista for preservado.

Um marxista “ortodoxo” sério poderia reconhecer incondicionalmente todos esses novos resultados, rejeitar todas as teses particulares de Marx, sem, no entanto, ser obrigado, por um único instante, a renunciar à sua ortodoxia marxista. O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*. (LUKÁCS, 2012, p. 64)

Para Wright (1995, p. 104), deveria ocorrer necessariamente o contrário do que afirma o filósofo húngaro, ou seja, nosso autor rejeita a ideia de que haveria uma metodologia marxista distintiva, ao mesmo tempo em que insiste que “o mais valioso no Marxismo são suas afirmações substantivas sobre o mundo, não sua metodologia”. Nesse sentido, Cohen (2013) faz coro aos argumentos de Wright (1995) quando trata do significado do termo *analítico* na expressão “marxismo analítico”. Para Cohen (2013), o marxismo analítico pode ser entendido em dois

sentidos: um amplo, que faz oposição ao termo dialético, e um estrito, que seria o oposto de um pensamento holístico. Essas duas compreensões analíticas teriam possibilitado a fuga dos marxistas em direção a metodologias científicas convencionais pouco aceitas pelo campo marxista “tradicional”, sendo a abordagem de classes de Wright (1997b) um exemplo disso. Comentando os dois sentidos do termo analítico, Cohen (2013) nos diz:

Em cada um dos sentidos de “analítico, ser analítico é ser o oposto à forma de pensamento tradicionalmente pensada como parte integrante do marxismo: o pensamento analítico, no sentido amplo de “analítico”, é o oposto do assim denominado pensamento dialético; e o pensamento analítico, no sentido estrito de “analítico”, é o oposto do que se pode chamar de pensamento “holístico”. *O pensamento decisivo que fundou o marxismo analítico foi a rejeição da afirmação de que o marxismo possui seus próprios métodos intelectuais eficazes.* A rejeição dessa afirmação possibilitou a apropriação de uma rica metodologia convencional que o marxismo, para o seu detrimento, renegou. (COHEN, 2013, p. 20, meus grifos).

Como veremos na seção 3.5.1 do terceiro capítulo, o compromisso de Wright (1995) com as normas científicas convencionais influenciou suas escolhas metodológicas em relação à abordagem de classes, as quais foram alvo de numerosas críticas elaboradas por autores dentro e fora do marxismo. A partir de tal compromisso, para ficarmos em apenas um exemplo, Wright (1997b) constrói o seu modelo de análise de classes utilizando mapas quantitativos de posições de classe, que são preenchidas por uma multiplicidade de posições ocupacionais retiradas de um *survey* sobre condições de trabalho realizado pela Universidade de Michigan. Como afirma Cavalcante (2012, p. 274), essa forma de mapear as classes acaba por transformar a estrutura de classes apenas em uma estrutura ou mapa de categorias profissionais. Entretanto, deixemos em suspenso esse debate, que será aprofundado no capítulo 3, para desenvolvermos a questão da união polêmica entre marxismo e individualismo metodológico, que, em grande medida, se deve ao compromisso dos marxistas analíticos com as normas científicas convencionais.

1.2.2 **Marxismo e individualismo metodológico**

Wright (1995) argumenta que a defesa do individualismo metodológico ou da teoria da escolha racional é uma das características mais polêmicas do marxismo analítico. Os termos dessa controvérsia não oferecem grandes dificuldades de compreensão, pois virtualmente quase todos os

marxistas rejeitavam essa posição epistemológica até a emergência do marxismo analítico (WRIGHT *et al.*, 1992, p. 107).

Wright *et al.* (1992, p. 108) definem o individualismo metodológico como “a visão de que todo fenômeno social é melhor explicado pelas propriedades dos indivíduos que compõe tal fenômeno” ou, colocando em outros termos, “qualquer explicação envolvendo conceitos sociais de nível macro deve, em princípio, ser reduzida a explicações de nível micro envolvendo apenas indivíduos e suas propriedades”. Esse elemento fortemente controverso foi capaz de levar alguns autores a renomear o marxismo analítico, tratando-o como *marxismo da escolha racional*, ou seja, um marxismo que sustenta a ideia de que o indivíduo é a sede da ação social, a qual é baseada em critérios de racionalidade instrumental (meios e fins) (CARLING, 1995).¹¹

Para Wright (1995) e Wright, Levine e Sober (1992), contudo, essa identificação do Marxismo analítico com o individualismo metodológico é errônea. Grande parte dos marxistas analíticos fizeram severas críticas ao individualismo metodológico e às teorias da escolha racional enquanto modelos explicativos para a ação humana. Na verdade, Wright (1995, p. 21) argumenta que “a maior parte dos marxistas analíticos leva bastante a sério o problema de entender as relações entre escolha individual e processos sociais”, o que não implica em concordar que todo processo social possa ser reduzido à escolha intencional dos indivíduos, nem mesmo que a racionalidade seria a base fundamental da ação intencional. Nosso autor, portanto, reconhece a atração dos marxistas analíticos pelos modelos de escolha racional no que se refere às “microfundações da teoria macroestrutural”, ou seja, os marxistas analíticos interessam-se por “analisar os mecanismos pelos quais indivíduos agem da maneira como agem dentro de um conjunto de relações sociais estruturalmente definidas” (WRIGHT, 1995, p. 22).

Segundo Wright, Levine e Sober (1992, p. 121), existem basicamente quatro principais formas de explicação em ciências sociais, que podem ser resumidas nas seguintes sentenças: i) “as propriedades dos indivíduos podem explicar os fenômenos sociais”; ii) “fenômenos sociais podem

¹¹ Dentre os variados termos que pululavam no debate acerca da nova corrente marxista que surgia no final dos anos 1970 (marxismo analítico, marxismo neoclássico, marxismo da teoria dos jogos, etc.), Carling (1994, p. 32-33) argumenta que o termo marxismo da escolha racional [*Rational Choice Marxism*] seria o melhor, pois se existe uma pressuposição distintiva do conjunto daqueles trabalhos é “a visão de que as sociedades são compostas por indivíduos humanos que, sendo dotados de recursos de diversos tipos, tentam escolher racionalmente entre diversos cursos de ação”.

explicar propriedades dos indivíduos”; iii) propriedades dos indivíduos podem explicar as propriedades dos indivíduos (WRIGHT, LEVINE, SOBER, 1992, p. 121); iv) fenômenos sociais podem explicar fenômenos sociais (WRIGHT, LEVINE, SOBER, 1992, p. 121). A quarta posição é criticada pelos autores, que a identificam como uma posição holista radical, com o argumento de que ela só poderia se legitimar caso haja uma cadeia explanatória que envolva uma combinação das duas primeiras proposições. Ou seja, fenômenos sociais só podem explicar outros fenômenos sociais se tal explicação envolver, de algum modo, as cadeias causais que ligam os indivíduos aos fenômenos sociais e vice-versa. Estudar as microfundações, portanto, seria a “investigação desses micro caminhos através dos quais as macro estruturas produzem seus efeitos” (WRIGHT *et al.*, p. 121).

A justificativa mais consistente apresentada pelos autores ao assumirem uma posição individualista metodológica é retirada do trabalho de Elster (1994). Esse autor defende que a busca pela cadeia de micromecanismos causais que explicam os fenômenos sociais produz maior credibilidade às explicações, pois é extremamente difícil distinguir uma *correlação espúria* de um *mecanismo causal genuíno*. Elster (1994) argumenta que uma correlação espúria pode ocorrer de duas maneiras em ciências sociais: primeiramente, por meio de uma confusão entre correlação e explicação, onde haveria uma terceira variável que apenas aparentemente é tomada como a causa de um determinado efeito; em segundo lugar, mediante a confusão entre explicação e necessidade, quando outra causa antecipa a operação da causa genuína. Dessa forma, o estudo das microfundações dos fenômenos sociais seria capaz de diminuir o intervalo de tempo [*time-span*] entre o *explanans* (causa) e *explanandum* (efeito). Isso ocorreria através da construção de cadeias causais contínuas, que evitariam incorrer no problema da formulação de correlações espúrias (ELSTER, 1994, p. 5).

É importante destacar duas ressalvas feitas por Wright et al. (1992) sobre a adoção do individualismo metodológico e dos modelos de escolha racional entre os marxistas analíticos. A primeira envolve propriamente o uso de modelos da escolha racional que, segundo os nossos autores, não devem ser identificados diretamente com a análise das microfundações. Seria possível, portanto, fazer análise de microfundações e dispensar tais tipos de modelos fortemente identificados com a ciência política e a economia neoclássica, ou seja, baseado na escolha racional de indivíduos que ponderam racionalmente os meios e fins de suas ações. Um exemplo disso são

os trabalhos de Burawoy (1985, 1994) sobre o fim do socialismo na União Soviética, em que o autor toma a política de produção e os regimes fabris como microfundações de mudanças macroestruturais. Nesse mesmo sentido, os autores admitem que, com seu conceito de interpelação, Althusser faz uma análise das microfundações da ideologia, na medida em que pensa a relação entre fenômeno social e indivíduo por intermédio da fórmula sintética: a ideologia interpela o indivíduo enquanto sujeito. Isso ocorre a despeito desses autores considerarem Althusser um representante ideal típico do holismo radical em razão da sua célebre formulação dos indivíduos/agentes enquanto suportes das estruturas.

A segunda ressalva está diretamente ligada à identificação do marxismo analítico ao individualismo metodológico. Como mencionamos anteriormente, Wright et al. (1992) argumentam que essa identificação está errada, principalmente pela maneira como aparece em Elster (1994). Contudo, os autores não deixam de achar importante a defesa do individualismo metodológico elaborada por aquele autor, pois ela alerta para uma tendência perniciosa no marxismo e nas ciências sociais: a adoção de uma postura holista radical. Nesse sentido, Wright et al. (1992), rejeitando o individualismo metodológico, identificam-se com uma posição metodológica designada de antirreducionista, ou seja, uma postura que concede importância aos níveis micro da análise dos fenômenos sociais, ao mesmo tempo em que confirmam a irredutibilidade dos fenômenos de nível macro. Portanto, de acordo com os autores, a ciência social “deve ser metodologicamente antirreducionista uma vez que as propriedades e relações que investiga são realizadas de maneira múltipla” (WRIGHT *et al.*, 1992, p. 127). Essa postura epistemológica de Wright (1992) torna-se importante porque fundamenta seu conceito de estruturas de classe – ou seja, estrutura composta por agregados coletivos de localizações de classe – enquanto um conceito micro sociológico. Isso permite ao autor tomar categorias profissionais como posições na estrutura de classes. Procedimento que gerou muitas acusações à sua análise de classe, a qual, em certo sentido, apropria-se da teoria da estratificação social, tal como veremos adiante de forma mais detalhada, na seção 3.5.1 desta dissertação. Para terminar, analisaremos o conceito de exploração de John Roemer, fundamental na construção do conceito de exploração em Wright.

1.2.3 O conceito de exploração de John Roemer

A construção da teoria de classes de Wright (1998 [1990]) passa por uma reavaliação das análises do economicista norte-americano John Roemer acerca do conceito de exploração no marxismo. Como veremos na seção e 2.3.1 do segundo capítulo, será por meio da expansão e de certas modificações na teoria da exploração de Roemer (1982a, 1982b) que Wright (1997b, 1998 [1990]) construirá seu modelo de análise de classes e sua concepção de materialismo histórico.

A proposta principal dos trabalhos de Roemer (1982b, p. 276) é elaborar uma teoria geral da exploração forte o suficiente para explicar tal fenômeno em diferentes tipos de sociedade ou modos de produção (feudal, capitalista e socialista). A exploração capitalista (ou marxista) aparece na obra do autor apenas como um caso específico da exploração em geral (ROEMER, 1982b, p. 253), que é definida por um dispositivo de análise contrafactual que se apoia na teoria dos jogos.

Roemer (1982b, p. 276) utiliza a teoria dos jogos cooperativos para construir sua teoria geral da exploração. O autor parte da seguinte condição para definir se um indivíduo ou um grupo de indivíduos é ou não explorado: “eu proponho que um grupo pode ser concebido como explorado caso haja alguma *alternativa condicionalmente factível* sob a qual seus membros estariam em uma situação melhor” (ROEMER, 1982b, p. 276). A partir dessa premissa, o autor propõe um jogo performado por uma coalizão de agentes em determinado tipo de economia. Uma coalizão de agentes S teria o direito de se retirar ou de participar da economia específica que está sendo tratada (ROEMER, 1982b, p. 276). Assim, *se uma determinada coalizão de agentes consegue melhorar a condição de seus membros por meio de sua retirada da economia (ou do jogo), podemos dizer que essa coalizão é explorada*. Esse tipo de construção, partindo dos *jogos de retirada* (SANTOS, 2002, p. 40), leva o autor a mobilizar um argumento de tipo *contrafactual* (WRIGHT, 1998 [1990], p. 11), ou seja, que define de maneira hipotética um *prêmio* que a coalizão receberia caso se retirasse de determinada economia. Roemer (1982b, p. 277) define o *prêmio* de uma coalizão S no jogo v como o montante $v(S)$, o *prêmio* pela retirada. Portanto, caso o montante $v(S)$ seja maior do que a coalizão S receba em sua situação atual, podemos dizer que essa coalizão é explorada. Para que a definição de exploração em Roemer (1982a; 1982b) se conclua, é importante que se preencha uma outra premissa, ligada ao fato de que o complemento da coalizão S , designada de S' , tenha sua situação piorada caso S aceite o seu *prêmio* e se retire do jogo. Essa segunda premissa, como argumenta Roemer (1982b, p. 277), assegura que haja propriamente uma *relação de exploração*,

ou seja, se a coalizão S é explorada, existe uma coalizão (S') exploradora. Como resume Wright (1998 [1990], p. 11), “o bem-estar de S' é causalmente dependente da privação de S ”.

A partir da construção desse “dispositivo”, Roemer (1982b) parte para a análise dos diferentes tipos de exploração: a exploração feudal, capitalista e socialista. No caso de uma economia feudal, Roemer (1982a, p. 199-200; 1982b, p. 278) define que a *regra de retirada* para aferição da exploração feudal seria que os agentes de uma coalizão, inseridos nas relações de produção feudal (servos), caso se retirassem do jogo, levariam consigo apenas os seus próprios recursos ou *ativos pessoais* (WRIGHT, 1998 [1990], p. 11). De acordo com Roemer (1982, p. 200, esses ativos consistiriam em seus recursos próprios somados ao lote familiar (*family plot*). A retirada do jogo levando consigo apenas seus *ativos pessoais* implicaria, por consequência, em uma ruptura dos servos com os laços de obrigação feudais e com o fornecimento de sobretrabalho aos senhores, mantendo-se, ao mesmo tempo, as condições prévias de consumo e produção da coalizão. Assim, ao se retirar do jogo levando consigo apenas os seus ativos pessoais, a coalizão feudal pode melhorar as condições de seus membros, o que define contrafactualmente o tipo feudal de exploração em Roemer (1982, p. 278). Além disso, a coalizão feudal complementar (S') dos senhores feudais, estaria em pior posição após a retirada dos servos da economia, já que não mais se beneficiaria do sobretrabalho dos servos. A piora da situação dos senhores feudais, portanto, preenche a segunda premissa do dispositivo desenvolvido por Roemer (1982), qual seja, a de que o bem-estar dos exploradores depende das privações dos explorados.

No caso da exploração capitalista, a regra de retirada consistiria em a coalizão levar consigo apenas a parte *per capita* dos meios de produção alienáveis (transferíveis e não humanos) da sociedade – os meios de produção propriamente ditos (ROEMER, 1982a, p. 202; 1982b, p. 279). Os agentes da coalizão capitalista não levariam apenas seus recursos pessoais (privados), como no caso da exploração feudal, mas uma parte igual da divisão total dos meios de produção dessa sociedade. O teste para a exploração capitalista, dessa forma, consistiria em “equalizar o acesso de todos os agentes aos recursos alienáveis da sociedade (meios de produção)” (ROEMER, 1982b, 279). No caso da exploração capitalista, a pergunta que se faz é: como essa coalizão estaria caso as relações de produção capitalistas – relações de propriedade privada dos meios de produção – fossem abolidas? Diferentemente da pergunta para a exploração feudal, que consistia em se demandar como aquela coalizão estaria caso os laços feudais fossem abolidos (ROEMER, 1982b,

p. 279). Portanto, para Roemer (1982a, 1982b), uma determinada coalizão é capitalistamente explorada caso ela alcance uma situação melhor para seus agentes ao se retirar do jogo capitalista apenas com a parte per capita dos meios de produção alienáveis dessa sociedade.

Na concepção de Roemer (1982b, p. 283), ao ser abolida a propriedade desigual em torno dos meios de produção alienáveis da sociedade, ou seja, a exploração capitalista, o socialismo seria alcançado. Contudo, nesse último tipo de sociedade persistiriam desigualdades ligadas ao que o autor chama de ativos inalienáveis, ou seja, as qualificações. A desigualdade em torno de qualificações inalienáveis, que não foram minadas pelo fim da exploração capitalista, daria origem ao que Roemer (1982b, p. 283) designa por *exploração socialista*. Dessa forma, uma coalizão seria explorada de forma socialista, na medida em que consegue melhorar sua situação ao se retirar do jogo socialista levando consigo apenas a parte per capita dos recursos inalienáveis da sociedade, visto que os recursos alienáveis (meios de produção) já estariam distribuídos de forma igualitária pelo fim da exploração capitalista (ROEMER, 1982b, p. 283).

Para Roemer (1982b), a exploração socialista existe na situação em que os indivíduos são pagos “pelo seu trabalho”, ou seja, pelo nível de qualificação que possuem. Essa questão é interessante, pois na teoria da exploração de Roemer (1982b) e de Wright (1998 [1990]), como veremos, é possível que haja exploração socialista dentro de uma sociedade capitalista. Algo possível devido à concepção específica de materialismo histórico que Roemer depreende de sua teoria da exploração. Para Roemer (1982b, p. 283), cada revolução elimina a desigualdade anterior gerada pela exploração em torno de formas específicas de propriedade privada. Assim, por exemplo, a revolução burguesa seria responsável apenas pela eliminação da exploração feudal, deixando intactas a exploração capitalista e socialista. Do mesmo modo, depreende-se daí que a revolução socialista seria responsável apenas por eliminar a exploração capitalista, restando a exploração socialista. Nessa perspectiva, o avanço histórico afunila cada vez mais o escopo dos ativos que se permite tornar privado: laços feudais, meios de produção e, finalmente, os ativos inalienáveis (qualificações) (ROEMER, 1982b). Como veremos na seção 2.2.3, essa compreensão de materialismo histórico também será sustentada por Wright (1998 [1990]), embora com algumas modificações.

Neste primeiro capítulo, buscamos expor alguns dos debates mais importantes para a construção da abordagem de classes de Poulantzas e Wright, os quais envolvem diretamente as correntes teóricas que enquadram a teoria desses dois autores, o marxismo estrutural e o marxismo analítico, respectivamente. Na discussão sobre o marxismo estrutural, tratamos de três formulações principais: a primeira fazia referência ao corte epistemológico nas obras de Marx. Tentamos demonstrar por meio dela como a visão humanista dos textos de juventude de Marx não se concilia com a construção de uma abordagem de classes marxista, já que a noção de essência humana genérica, central para aquele período da obra do autor, não se ajusta bem à noção de classes sociais. Ademais, como veremos no capítulo seguinte, Poulantzas rejeita os textos de juventude de Marx e constrói a sua abordagem de classes levando em conta apenas as obras políticas e econômicas desse autor. A segunda formulação da escola althusseriana diz respeito à visão de marxismo enquanto ciência. Essa proposição será importante para Poulantzas (2019 [1968]) visto que define os registros de abstração e concretude aos quais a análise científica se dirige: modo de produção em geral, modo de produção em particular e formação social. A terceira formulação abordada definiu o conceito de modo de produção ampliado, que, como veremos, é a base do conceito de classe social em Poulantzas (2019 [1968]), ou seja, classe social como efeito global das estruturas econômica, política e ideológica.

No caso de Wright e o marxismo analítico, caracterizamos mais três principais debates: o primeiro, relacionado ao compromisso com as normas científicas convencionais, permite que Wright (1997b) se distancie da ideia de uma metodologia marxista ortodoxa. O que, por sua vez, conduz o autor a se apropriar tanto de metodologias quantitativas, para formulação de seus mapas de classe, quanto da teoria matemática dos jogos (baseado na obra de Roemer), para construir seu conceito de exploração. O segundo foi a vinculação do marxismo ao individualismo metodológico. Como veremos, é a partir dessa posição metodológica que Wright (1997b) elabora o seu conceito de localização de classe, ou seja, um conceito de nível micro de análise. Por fim, tratamos da teoria da exploração de Roemer (1982), de onde Wright (1998 [1990]) retira os principais recursos produtivos em torno dos quais ocorre a exploração nos diversos modos de produção. Com esses aspectos em vista, passaremos ao capítulo 2, no qual trataremos dos elementos fundamentais das abordagens de classe de Wright e Poulantzas, a fim de realizar um estudo comparativo entre os

autores. Nosso intuito será avaliar em que medida certos elementos das abordagens de classe desses autores se mantêm mais ou menos fiéis ao postulado da luta de classes como motor da história.

2. A análise de classes de Nicos Poulantzas e Erik O. Wright

Realizaremos agora uma análise comparativa e exploratória das abordagens de classe de Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright. Manteremos o foco nos elementos teóricos básicos das duas abordagens, discutindo, assim, dois temas centrais: as classes sociais no momento i) da *reprodução* e ii) da *transição*. Desse modo, o presente capítulo possui dois objetivos: o primeiro, explorar e tratar das *divergências*, das *convergências* e possíveis *relações de complementaridade* entre os desenvolvimentos teóricos dos dois autores em relação à teoria das classes sociais no marxismo; o segundo estaria ligado à avaliação de quais elementos das duas abordagens de classe podem ser entendidos como mais ou menos progressivos. Ou seja, em que sentido cada uma dessas abordagens estaria mais ou menos em adequação ou contradição com o postulado teórico da luta de classes como motor da história retirado do programa de pesquisa marxista de Burawoy (1990).

Quanto ao primeiro objetivo, defendemos a ideia de que seria possível estabelecer pelo menos uma relação de complementariedade entre as abordagens de Wright e Poulantzas. Essa proposição pretende indicar, de forma inicial e exploratória, possíveis caminhos para o desenvolvimento do debate das classes sociais dentro da teoria marxista. A intenção, portanto, não é elaborar um novo conceito de classe social, mas explorar as possibilidades de avanço desse conceito, na medida em que certas incorporações teóricas poderiam ser profícuas para uso em sociologia. Como veremos, os dois autores em debate escapam, cada um à sua maneira, ao que poderíamos chamar de visão economicista das classes, ou seja, ambos não aderem à perspectiva de que as classes são um fenômeno puramente determinado pela economia, que não leva em consideração outros fatores relevantes (de ordem política, ideológica, cultural) para a sua determinação ou que apenas os incorpora de modo intuitivo e não sistemático. Portanto, propor relações de complementariedade entre a teoria dos autores visa pensar quais elementos poderiam ser incorporados, ou não, a uma teoria das classes marxista. Essa questão é importante para nosso trabalho, pois estamos, de certo modo, atrelados à linha de pesquisa marxista, que desde os textos de seus fundadores, Marx e Engels, vêm sendo acusada, entre outros aspectos, de ser uma teoria economicista, ou seja, uma teoria que toma apenas a economia como elemento determinante de todos os fenômenos sociais. Nesse sentido, podemos afirmar que diversos autores dessa corrente, desde Engels (1978 [1890]) – passando por Althusser (2006 [1965]), Poulantzas (2019 [1968]) e

Wright (1997b) –, vêm tentando desenvolver respostas, a nosso ver, bastante satisfatórias para esse tipo de acusação.

Tentaremos demonstrar que a abordagem neomarxista das classes de Wright (1997b) pode complementar o aspecto da autoridade no processo produtivo elaborado por Poulantzas como critério político da determinação de classe. Defenderemos neste capítulo que a teoria da exploração capitalista de Wright (1998 [1990]), que passa a incorporar a noção de organização – controle sobre o processo produtivo –, pode trazer avanços complementares ao que Poulantzas (1978, 2019 [1968]) entende como nível político da determinação de classe, ou seja, a ideia de autoridade no processo produtivo. Essa complementaridade é possível porque a noção de “organização” elaborada por Wright (1997b), enquanto recurso produtivo envolvido na exploração, é capaz de nuançar os diversos níveis de controle presentes no processo produtivo e trazer uma formulação mais específica para o problema do pertencimento de classe dos *gerentes* ou camadas superiores das classes médias em sociedades capitalistas avançadas. Já na abordagem de Poulantzas (1974), como veremos na seção 2.1.3 deste capítulo, esse conjunto de assalariados estaria completamente identificado com a burguesia, pois esse autor, por meio do conceito de posse, defende uma noção absoluta de poder e controle sobre o processo produtivo. De maneira diversa, acreditamos que a noção de exploração em torno de ativos de qualificação proposta por Wright (1998 [1990]), como veremos a seguir, rompe diretamente com um princípio básico da noção de classes sociais marxista, ou seja, com a ideia de que as classes se constituem de forma relacional. A noção de qualificação de Wright incorpora a abordagem da estratificação social (classes enquanto estratos de uma hierarquia definida de forma linear), de modo que é difícil apreender como haveria relação de exploração entre detentores de diferentes níveis de qualificação em uma escala contínua. A apropriação que Wright (1998 [1990]) faz da teoria da estratificação será caracterizada como um recuo degenerativo da abordagem do autor frente ao programa de pesquisa marxista, já que ela reduz o escopo da teoria de classes marxista e acaba cedendo a um programa de pesquisa “rival”, no caso, a abordagem weberiana das classes.

A segunda ideia que pretendemos defender está ligada ao desenvolvimento da concepção de transição e da mudança social em relação às classes sociais. Parece-nos que Poulantzas (2019 [1968]) consegue desenvolver uma perspectiva de transição mais adequada ao postulado da luta de classes do programa de pesquisa marxista do que aquela desenvolvida por Wright (1997b).

Avaliamos que o conceito de interesses de classe, elaborado por Wright (1997b) a partir dos anos 1980, não traz especificidade aos objetos aos quais a luta de classes faz referência. Como veremos, esse conceito possui um caráter amplo na obra do autor. A luta de classes, por exemplo, pode fazer referência tanto à luta política (partido político) quanto à luta econômica (sindicato). Desse modo, Wright (1997b) tende a ignorar uma distinção importante, trazida por Poulantzas (2019 [1968]) – mas tomada de Lenin (1977, 2006), entre as especificidades da luta econômica e da luta política de classes. Ao ampliar demais o objeto ao qual o conceito de interesse de classe faz referência, Wright (1997b) enfraquece o postulado da luta de classes como motor da história, pois já não há mais um tipo de luta específica responsável pela mudança na história. O conceito de luta de classes, portanto, perde força em razão de sua inconsistência em relação à ideia de motor da história e, por isso, defendemos que a posição de Wright frente ao tema das classes e da transição é menos progressiva do que a posição avançada por Poulantzas.

A discussão está dividida em dois grandes blocos. O primeiro (seção 2.1), onde debateremos os conceitos fundamentais da análise de classes em Poulantzas (1974, 2019 [1968]), tratando tanto das classes sociais no momento da reprodução quanto no momento da transição. No segundo bloco (seção 2.2), realizaremos a exposição das formulações de Wright (1997b) acerca desses dois temas, ao mesmo tempo em que iniciaremos a análise comparativa entre os dois autores, apontando as convergências e divergências identificadas por nossa pesquisa, bem como as possíveis relações de complementaridade que podem ser estabelecidas entre essas duas teorias.

2.1 A abordagem de classes de Nicos Poulantzas

2.1.1 Críticas ao economicismo e historicismo: bases da análise de classes de N. Poulantzas

Jessop (2013) argumenta que, no início da trajetória intelectual de Nicos Poulantzas, o conceito de classe social encontrava-se ainda tributário das problemáticas da classe sujeito (classe enquanto sujeito da história) e do economicismo (classe determinada unicamente pela instância econômica). Durante essa fase, ainda muito atrelada ao existencialismo de Jean-Paul-Sartre e de suas relações com a revista *Les Temps Modernes*, Poulantzas pouco escreveu sobre a questão das classes sociais. Jessop (2013) identifica um processo de transição na obra do autor nos anos 1960, quando o tema das classes passa a assumir um caráter central em sua teoria. Esse será o momento

em que Poulantzas (2008a, 2008b) desenvolverá pela primeira vez suas críticas ao economicismo, ao subjetivismo, ao voluntarismo e ao historicismo no que se refere ao conceito das classes sociais dentro do marxismo. Essas críticas animarão toda a sua abordagem de classes desenvolvida principalmente no final dos anos 1960, na obra *Poder Político e Classes Sociais* [1968].

Nesse trabalho, Poulantzas (2019 [1968]) irá retomar e reelaborar aquele conjunto de críticas a partir de duas posições fundamentais e interligadas acerca do tema das classes sociais: i) a *leitura histórico genética das classes sociais* e ii) o economicismo. A primeira posição estaria baseada em uma visão dos textos de Marx que os tratava como uma “historiografia do processo de gênese da classe social” (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 62). Conforme aponta Poulantzas (2019 [1968], p. 62), essa historiografia toma as diferenças entre luta política e luta econômica de classes enquanto diferentes níveis do processo histórico de formação das classes sociais. Poulantzas (2019 [1968], p. 61-62) desenvolve essa crítica a partir de possíveis leituras que podem ser feitas dos textos políticos de Marx e Engels, especificamente, do *Manifesto do partido comunista* e da *Miséria da filosofia*. A princípio, Poulantzas (2019 [1968], p. 62) demonstra que esse tipo de leitura destacaria três níveis distintos da formação das classes: i) massa indiferenciada ou disseminada de indivíduos (MARX; ENGELS, 2010a [1848], p. 47)¹², que se torna ii) “*classe em si*” (econômica), para alcançar a iii) “*classe para si*” (política). O alvo das críticas de Poulantzas (2019 [1968], p. 62-63) dirige-se justamente à interpretação que, segundo o autor, é feita de maneira errônea das noções de classe em si, luta econômica, e classe para si, luta política, que aparecem em sua forma mais clara em *Miséria da filosofia* [1847]:

A princípio, as condições econômicas haviam transformado a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou a essa massa uma situação comum, de interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe diante do capital, mas não ainda *para si mesma*. Na luta, da qual somente assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, ela se constitui em classe para si. Os interesses que ela defende se transformam em

¹² “O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua existência. No começo, empenham-se na luta operários isolados; mais tarde, operários de uma mesma fábrica; finalmente, operários de um mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Dirigem os seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para reconquistar a posição perdida do trabalhador da Idade Média. Nessa fase, o proletariado constitui massa disseminada [...]” (MARX; ENGELS, 2010^a [1848], p. 47, meus grifos).

interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política (MARX, 1922, p. 217).

A crítica de Poulantzas (2019 [1968]) dirige-se, desse modo, às correntes historicistas da análise de classes, cujo pressuposto teórico fundamental estaria na famosa frase de Marx (2011b [1852]) “os homens fazem a sua própria história”. Essa posição – representada, principalmente, por Lukács (2012) – concebe “a classe como sujeito da história” tanto como princípio gerador das estruturas quanto como princípio da transformação dessas estruturas (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 62).

Dessa forma, para a abordagem histórico-genética das classes “o problema teórico das estruturas de uma formação social se reduz à problemática de sua origem, ela própria relacionada ao autodesenvolvimento da classe-sujeito da história” (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 62). O fator importante que devemos levar em consideração na crítica de Poulantzas (2019 [1968]) à noção de classe-sujeito da história está ligado a uma recusa da ideia de “classe em si” (economia), que já contém desde o início a necessidade de sua transformação e da qual ela seria o próprio sujeito – “classe para si” (política). Tudo se passa como se fosse suficiente esperar que a “classe em si” realize automaticamente e mecanicamente a sua missão histórica: sua própria transformação. Nesse sentido, o seu próprio fim estaria prontamente estabelecido em seu começo, e as estruturas seriam criadas e transformadas pelo “homem”.

De acordo com Poulantzas, (2019 [1968]) existem dois erros fundamentais na perspectiva histórico-genética das classes sociais. Para o autor, i) Marx considera os agentes da produção como “suporte” ou “portadores” das estruturas e, em decorrência disso, ii) as classes sociais não devem ser compreendidas como a “origem genética das estruturas”. A partir dessa interpretação Poulantzas (2019 [1968]) consegue escapar de um entendimento das classes sociais que toma a estrutura jurídico-política como efeito da estrutura econômica – o que seria o mesmo que pensar em uma “classe em si” (econômica) que teria como efeito a sua transformação em “classe para si” (política e ideológica). Poulantzas (2019 [1968]) recusa essa ideia e propõe a noção de classe como um *efeito global* das estruturas (econômica, política e ideológica) sobre o domínio das relações sociais, ou das práticas econômicas, políticas e ideológicas.

Uma segunda posição acerca das classes sociais alvo da crítica de Poulantzas (2019 [1968]) é o economicismo. Segundo o autor, o economicismo pode ser definido como uma interpretação

das classes sociais no marxismo que leva em consideração somente a instância econômica como fator de determinação das classes (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 64). De acordo com essa concepção, as classes sociais seriam tomadas apenas como o lugar dos agentes nas relações de produção. As críticas de Poulantzas (2019 [1968]) estão diretamente relacionadas à questão da *determinação estrutural de classe*, que é a base da reformulação específica do seu conceito de classe social.

2.1.2 A determinação estrutural de classe

Como demonstra Poulantzas (2019 [1968]), para o economicismo, a classe social estaria localizada unicamente no nível das relações de produção. Ou seja, concebidas apenas a partir da instância econômica, as classes são reduzidas “ao lugar dos agentes no processo de trabalho e às suas relações com os meios de produção” (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 64). Em contraposição a essa leitura, Poulantzas (2019 [1968]) propõe uma elaboração do conceito de classe tributária da reformulação específica da corrente althusseriana acerca da noção de modo de produção. Já que o conceito de modo de produção passa a englobar, como vimos na seção 1.1.3, não somente as estruturas econômicas, mas também as estruturas jurídico-política e ideológica. Assim, temos que o mesmo tipo de relação entre as instâncias do modo de produção será um elemento para a formulação do conceito de classes sociais, no qual a estrutura econômica assumiria, na determinação das classes, o papel de *determinante em última instância*. Como resume Skotnes (1979), nesse novo arranjo, as relações de dominação político-ideológicas passam a assegurar a reprodução das relações de produção, que assumem o papel principal na determinação de classe ou de determinante em última instância. Isso quer dizer que o nível econômico é o elemento principal da determinação de classe para Poulantzas (1974, 2019 [1968]), embora ele possa ser sobredeterminado pelos níveis político ou ideológico. Ou seja, o nível econômico pode determinar a dominância do político e ideológico na definição de certas classes sociais.

Como veremos no capítulo 3, a questão da sobredeterminação do político-ideológico cumprirá um papel fundamental em relação à determinação de classe da nova pequena burguesia em Poulantzas (1974). Para o autor, a determinação econômica da pequena burguesia pode ser, em certos casos, sobredeterminada pelo nível político – função de supervisão – e pelo nível ideológico

– trabalho intelectual. A discussão pormenorizada desses elementos será feita no capítulo seguinte, por ora, basta retermos que, para Poulantzas (2019 [1968]), a classe social é o “efeito de um conjunto de estruturas e de suas relações, no caso: i) o nível econômico; ii) o nível político; e iii) o nível ideológico” (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 65), o que significa dizer que as classes são *estruturalmente determinadas* (JESSOP, 2013; LÉGER, 1976; SKOTNES, 1979). Assim, as classes sociais, enquanto *efeito global* das estruturas, nunca devem ser definidas por apenas uma das estruturas específicas de um modo de produção, mas por todas elas – econômica, política e ideológica. Um exemplo disso está ligado ao fato de que no capitalismo só pode haver burguesia e proletariado, pois a separação dos trabalhadores dos meios de produção e a viabilização das relações de compra e venda da força de trabalho são sancionadas pelas “relações jurídicas formais de propriedade” (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 71), sem as quais não haveria o trabalhador assalariado livre.

Diante da ideia de que as classes são efeito global das estruturas, Skotnes (1979) traz uma interessante interpretação sobre a noção de estruturas em Poulantzas (2019 [1968]): em cada formação social específica as estruturas resultam de uma combinação complexa de modos de produção e suas relações mútuas como um todo, ou seja, “uma estrutura total, composta por numerosas estruturas regionais somadas a suas leis de interação e transformação” (SKOTNES, 1979, p. 35). Para Skotnes (1979), a formulação de Poulantzas (1974, 2019 [1968]) possui duas vantagens principais e interconectadas: a primeira e mais óbvia é a maior complexidade de sua análise de classe, que considera o conjunto de estruturas como determinante das classes sociais e não apenas uma das instâncias, tal como a visão economicista. A segunda vantagem se dá em decorrência da primeira. Poulantzas (1974, 2019 [1968]) incorpora de modo *sistemático* elementos extraeconômicos à sua análise de classes. Ou seja, o autor (1974, 2019 [1968]) consegue escapar de deslizos recorrentes no economicismo, que, muitas vezes, incorpora *intuitivamente* elementos que estão fora do âmbito das relações de produção à sua abordagem. Skotnes (1979) dá como exemplo disso as noções de salário e lucro, comumente empregadas em abordagens economicistas para definir classes sociais, mesmo estando fora das relações de produção, já que fazem parte das relações de distribuição no capitalismo. No caso de Poulantzas (1974, 2019 [1968]), por mais que esse autor não defina classe a partir das noções de lucro e salário, o seu conceito de classe permite a incorporação sistemática de elementos extra econômicos – político e ideológicos. Ademais, o

fato de Poulantzas (2019 [1968], p. 69-71) não determinar as classes apenas a partir das relações de produção, somado ao uso da noção de formação social (sobreposição de modos de produção), permite que ele rompa com a ideia clássica de que haveria apenas duas classes principais em cada modo de produção histórico. A sobreposição de modos de produção em uma formação social específica daria origem, mediante os efeitos dessas estruturas sobre seus agentes suportes, a processos de “fracionamento”, “dissolução” e “fusão” de classe responsáveis por conformar categorias específicas que a análise de um modo de produção puro, ou de uma instância regional específica, tal como a econômica, não permitiriam. Apesar disso, a instância econômica ainda possui o papel principal na determinação das classes, portanto, faz-se necessário entender como Poulantzas (1974, 2019 [1968]) define essa instância.

Para Poulantzas (1974, p. 20), “as relações econômicas possuem[...] o papel principal na determinação das classes sociais”. Essa estrutura é determinada pelo processo de produção, do mesmo modo que “[...] o lugar dos agentes e sua distribuição social [é determinado] pelas relações de produção” (POULANTZAS, 1974, p. 20). A produção não é o único momento da esfera econômica no capitalismo, havendo também os momentos do consumo (capital mercadoria) e da repartição do produto social (capital dinheiro), mas, para Poulantzas (1974), o processo de produção continua sendo a categoria central da esfera econômica. Portanto, dois aspectos são fundamentais na definição das relações de produção que constituem o processo de produção: i) a propriedade econômica real, ou seja, “o controle econômico real dos meios de produção, isto é, o poder de destinar os meios de produção a determinadas utilizações e de dispor assim dos produtos obtidos”; e ii) a posse: “a capacidade de pôr em funcionamento os meios de produção, isto é, o domínio do processo de trabalho” (POULANTZAS 1974, p. 21).

Um dado importante é que esses dois aspectos recobrem dois tipos de relações de produção da esfera econômica. A *primeira* seria a relação entre os *proprietários (não-trabalhadores)* e os *meios de produção*. Segundo nosso autor, essa relação define quais são as classes *exploradoras em todas as sociedades*, pois é a relação de propriedade real sobre os meios de produção que permite a apropriação dos produtos do trabalho, ou seja, as diversas formas assumidas pelo *sobretalho* a depender do modo de produção (pré-capitalistas ou capitalista). Dessa maneira, vale ressaltar a distinção entre propriedade econômica e propriedade jurídica feita por Poulantzas (1974, p. 21). Na maior parte dos casos, a propriedade econômica, ou seja, o controle real dos meios de produção

coincide com a propriedade jurídica, forma da lei. Contudo, nas situações em que não há correspondência entre propriedade econômica e propriedade jurídica, tal como em diversos casos de sociedades de ações, por exemplo, o fator determinante para *definição das classes dominantes* é, de acordo com Poulantzas, a propriedade econômica.

A segunda relação apontada se dá entre os *produtores diretos* e os *meios de trabalho* e define o lugar das *classes exploradas* nos diversos modos de produção. Entretanto, a depender do modo de produção, tal relação ocorre de maneira diferente. No caso do modo de produção feudal, para ficarmos nos mesmos exemplos de Poulantzas (1974), os produtores diretos *não* estariam *separados* dos *meios de trabalho*, já que os servos tinham garantias por costume que lhes asseguravam uma parcela de terra que não poderia ser desapropriada arbitrariamente pelo senhor feudal. No caso do capitalismo, essa relação muda, pois o *produtor direto* (classe operária) é totalmente despossuído e *separado* dos meios de produção e trabalho. Da mesma maneira, essas relações específicas fazem com que a apropriação do produto social se dê, também, de forma diferente para cada modo de produção: no capitalismo, a relação de exploração efetua-se por meio da apropriação de mais-valia incorporada pelo trabalho à mercadoria, ou seja, uma relação de apropriação indireta; no caso do modo de produção feudal “a exploração dominante se fazia pela extração direta do sobretabalho, sob a forma, por exemplo, da corveia ou do tributo em natura” (POULANTZAS, 1974, p. 22).

Nesse sentido, haveria uma relação de dupla separação que estabeleceria uma homologia entre as duas relações fundamentais do econômico – proprietário (não trabalhador)/meios de produção e produtor direto/meios de trabalho – no modo de produção capitalista: o trabalhador estaria tanto *separado* da propriedade real dos meios de produção quanto *separado* da posse dos objetos de trabalho. Inversamente, a burguesia detém a propriedade real dos meios de produção e a posse. No caso do feudalismo, não haveria essa relação de homologia, pois, como vimos, os trabalhadores não estavam separados da posse, mas apenas da propriedade real dos meios de produção e da capacidade de apropriar-se do sobretabalho (POULANTZAS; 1974, 2019 [1968]).

As formulações de Poulantzas (1974, 2019 [1968]) acerca do nível econômico de determinação das classes sociais abrem espaço para uma digressão teórica específica relacionada ao papel dos *gerentes* em sociedades capitalistas avançadas. Essa questão será elaborada por Wright (1993 [1978]) e acreditamos existir espaço para uma proposta de complementariedade

entres as duas abordagens, baseada na especificidade do conceito de organização proposto por Wright (1997b) que, em um sentido específico, possui correlação com a ideia de *possessão* exposta acima.

2.1.3 Gerências e relações de produção

Poulantzas (1974, p. 190) avalia a questão dos *gerentes* a partir de uma crítica à análise de classes marxista difundida nos anos seguintes à Segunda Guerra. Essa crítica acusava o conceito de classe marxista de não ser mais adequado, como era no século XIX, para avaliar as classes sociais em sociedades “pós-industriais” ou “tecno-burocráticas”. A difusão da grande empresa (*big corporation*), somada ao processo de concentração acelerada do capital com o advento do capitalismo monopolista, provocou um movimento de dissociação radical entre as relações de *propriedade econômica* e as relações de *possessão*. Esse processo de dissociação cria, segundo Poulantzas (1974), um cenário onde diversas unidades produtivas passam ao controle de uma única propriedade econômica. Assim, os poderes que derivam das relações de *possessão*, direção do processo produtivo, transferem-se às mãos de agentes distintos daqueles que são os portadores da propriedade econômica real dos meios de produção. É esse processo que estabelece a figura dos *agentes-gerentes* (POULANTZAS, 1974), isto é, agentes portadores da *possessão*, mas não da propriedade econômica.

Será na esteira dessas transformações do capitalismo monopolista que surgirá a concepção dos *gerentes* enquanto uma nova classe “dominante” interessada na *potência* e *expansão* da empresa, diferentemente do capitalista “mudo”. Isso nos levaria a uma sociedade não mais estruturada pela lógica do “lucro”, mas por uma lógica *tecnocrática*, o poder na mão dos quadros técnicos-gerenciais (POULANTZAS, 1974, p. 190). A resposta elaborada por Poulantzas (1974) para esse debate consiste em assumir que os *gerentes* devem ser considerados parte da burguesia, pois não se pode falar em uma “nova classe” nem em uma nova sociedade *gerencial-tecnocrática*. Para defender essa perspectiva, Poulantzas (1974, p. 194) parte de dois argumentos conjugados em relação à ideia de poderes sobre o processo produtivo: em primeiro lugar, os poderes que concernem à utilização, alocação e direção do processo produtivo para determinadas utilizações estão diretamente ligados às relações de propriedade real e *possessão*, que, como vimos,

determinam o lugar das classes dominantes. Sendo assim, em segundo lugar, Poulantzas (1974) argumenta que a posseção tornou-se função do capital e, desse modo, “*os agentes dirigentes que exercem diretamente esses poderes e que se encarregam das “funções do capital” ocupam o lugar do capital, pertencendo, assim, à classe burguesa*” (POULANTZAS, 1974, p. 194). De forma sintética, pois aprofundaremos esse debate no capítulo seguinte, quando tratarmos das camadas superiores da nova pequena burguesia, o argumento de Poulantzas (1974) se sustenta na ideia de que, apesar da dissociação entre propriedade real e posseção, essa última segue como parte da determinação estrutural das classes dominantes, pois ela é função do capital. Uma vez que as gerências assumem tal função, devem ser definidas como agentes que pertencem à classe burguesa.

2.1.4 Classes sociais: o domínio das práticas

A partir desse debate, Poulantzas (2019 [1968]) elabora uma fórmula sintética em que expõe mais uma camada da construção do seu conceito de classes sociais: “as classes sociais são efeito global das estruturas [de um modo de produção ou formação social] no *domínio das relações sociais*” (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 65, meus grifos). Para explorarmos essa ideia é necessário apresentarmos a distinção entre as *relações de produção* e as *relações sociais de produção feita por Poulantzas (2019 [1968])*. O autor argumenta que, por mais que Marx tenha dado um uso muitas vezes frouxo a essa distinção, esses dois conceitos são diferentes e fazem referência a domínios separados da análise de classes. O termo *relações de produção* designa “formas específicas de combinação dos agentes da produção e dos meios de produção” (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 66). Ou seja, um conceito que está ligado ao *domínio das estruturas*, mais especificamente da estrutura econômica, na medida em que trata da combinação entre as condições materiais e técnicas de trabalho – cujos meios de produção e os agentes da produção, em sua relação com os meios de trabalho, são sua forma específica. Por outro lado, as *relações sociais de produção* designam as relações de classe ligadas ao *domínio*, não das estruturas, mas *das práticas sociais*. As *relações sociais de produção*, portanto, recobrem o efeito de distribuição pelas estruturas econômica, política e ideológica dos agentes suportes no domínio das práticas sociais. Nesse sentido, para Poulantzas (2019 [1968], p. 68), as classes são um conceito que define “*os efeitos do conjunto das estruturas da matriz de um modo de produção ou de uma*

formação social sobre os agentes que constituem seus suportes: esse conceito indica, portanto, o efeito da estrutura global no domínio das relações sociais”. Ao definir as classes sociais como efeito das estruturas, Poulantzas (2019 [1968], p. 68) demonstra que não podemos situá-las nas estruturas nem as entender como estruturas. Isso significa dizer que as classes não podem ser tomadas como uma estrutura regional ou parcial da estrutura global do modo de produção, tal como seria o caso do Estado, das relações de produção e da ideologia (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 68). Não há, assim, “homogeneidade teórica” entre os conceitos de classe e estrutura (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 68).

Baseado nessas considerações, Poulantzas (2019 [1968], p. 69) estabelece o tipo de relação específica entre as estruturas do todo social e as classes sociais (relações sociais). Para nosso autor, “(...) a organização das instâncias em níveis econômico, político e ideológico reflete-se em práticas econômica, política e ideológica das classes e em ‘luta’ das práticas das diversas classes” (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 69). Dessa forma, como as práticas de classe (econômica, política e ideológica) são um domínio-efeito das estruturas de um modo de produção, “as etapas sucessivas da luta de classes mantêm o mesmo tipo de relação que as instâncias da matriz [de um modo de produção ou formação social]” (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 69). Ou seja, a determinação em última instância da luta econômica de classes pode se refletir por um deslocamento da dominância a outro nível da luta de classes – luta política ou ideológica. Mediante a distinção marcada entre estruturas e classes sociais, Poulantzas (2019 [1968]) evita incorrer no erro de tratar as estruturas jurídico-política e ideológica como o domínio da luta de classes (classe para si), que se desenvolve sobre a estrutura econômica (classe em si). Segundo Poulantzas (2019 [1968]), para o marxismo, as classes sociais são, em um só movimento, luta de classes:

As classes sociais significam para o marxismo, em um único movimento, contradição e luta de classes: as classes não existem anteriormente, como tais, para entrar, em seguida, na luta de classes, o que deixaria supor que elas existiriam classes sem luta de classes. As classes sociais englobam as práticas de classe, isso quer dizer, a luta de classes, e estão postas apenas em sua oposição (POULANTZAS, 1974, p. 16).

Existem dois caminhos de interpretação para a tese segundo a qual as classes só existem na luta de classes entre os comentadores da obra de Poulantzas. De um lado, temos autores como Skotnes (1979), Jessop (2013), Léger, (1976) e Wright (1993 [1978]), que entendem essa tese

enquanto uma simples reafirmação do fato de que as classes sociais só existem em sua relação de contradição. Para eles, portanto, Poulantzas (1974) estaria apenas reforçando o aspecto contraditório das relações de classe. Wright (1993 [1978], p. 32) sintetiza de forma consistente essa primeira posição sob o argumento de que, em Poulantzas, a luta de classes não teria a ver com a organização autoconsciente de uma classe ou consciência de classe. Para Wright (1993 [1978]), Poulantzas (2019 [1968]) estaria afirmando que as classes existem mesmo quando desorganizadas:

Através dessa proposição Poulantzas não quer dizer que as classes só podem ser entendidas em termos de *consciência* de classe. Luta de classes, em Poulantzas, não se refere à auto-organização de uma classe enquanto força social, mas sim à qualidade antagonística e contraditória da relação social que compreende a divisão social do trabalho. A luta de classes existe mesmo quando as classes estão desorganizadas. (WRIGHT, 1993 [1978], p. 32).

Em oposição a essa interpretação teríamos Saes (2003), que desenvolve uma explicação, a nosso ver, mais elaborada e coerente com os pressupostos epistemológicos de Poulantzas (2019 [1968]). A noção de classe social assume, na formulação daquele autor, dois sentidos distintos, relacionados aos dois momentos principais das formações sociais e modos de produção para a escola althusseriana, os momentos da transição e da reprodução. Em nossa compreensão, esses sentidos seguem aquilo que é exposto por Poulantzas (2019 [1968], p. 49, 75, 84) sobre o duplo caráter da luta de classes política: enquanto prática voltada à reprodução do modo de produção vigente e como “ponto nodal do processo transformação” (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 76).

Para dar tratos à ideia de que as classes só existem na luta de classes, Saes (2003) inicia seu raciocínio a partir da distinção elaborada pela escola althusseriana entre o momento de reprodução e o momento de transição das sociedades. Esses dois momentos, como argumenta o autor, são responsáveis por gerar sistemas de agregação social distintos: o funcional e o antagonístico (SAES, 2003, p. 250). O funcional estaria ligado à noção de grupos funcionais, ou seja, agregados sociais cuja ação está atrelada à atividade reprodutiva das formações sociais. O autor toma como exemplo o funcionamento de agregados ou grupos funcionais no modo produção capitalista, demonstrando como o nível jurídico-político, representado pelo Estado, determina classificações aos agentes que permitem às classes proprietárias controlar os despossuídos. Essas classificações, segundo Saes (2003, p. 251), atribuem o controle dos proprietários dos meios de produção sobre a pessoa dos trabalhadores, gerando práticas econômicas específicas: práticas de dominação dos proprietários e

práticas de submissão dos trabalhadores, ambas “funcionais para a reprodução das relações econômicas vigentes” (SAES, 2003, p. 251). O autor demonstra ainda que tanto os conflitos intercapitalistas quanto as reivindicações salariais, ou por aumento nos padrões de consumo, empreendidas pelos trabalhadores (portanto lutas de caráter econômico), quando conjugadas, não apenas seguem funcionais para a reprodução das relações capitalistas, como “são responsáveis pelo caráter altamente desenvolvimentista da economia capitalista” se comparado ao ritmo mais lento de desenvolvimento de sociedades pré-capitalistas (SAES, 2003, p. 253). Saes (2003) propõe, então, uma definição geral para os grupos funcionais: em sociedades de classe, são grupos “cuja ação se revela funcional para a preservação e, ao mesmo tempo, a evolução interna do tipo histórico de sociedade vigente” (SAES, 2003, p. 252).

Ainda seguindo a distinção elaborada por Saes (2003), de outro lado teríamos os agregados antagonísticos ou classes sociais, que estão relacionados ao momento de transição das formações sociais. Portanto, da luta de classes. Vale ressaltar que grupos ou agregados funcionais não podem ser tomados como classes sociais. O mesmo valendo para os conflitos funcionais, que não são luta de classes para o autor. A luta de classes, nesse sentido, é o conflito exclusivo entre grupos sociais no momento da transição.

Essa é a interpretação específica dada por Saes (2003) à ideia de que as classes só existem na luta de classes, como elaborada por Poulantzas (2019 [1968]). Esse esclarecimento é importante porque, até onde conseguimos alcançar em nossa pesquisa, Poulantzas (2019 [1968]) não deixa exatamente claro seu entendimento sobre essa tese. Dessa forma, achamos necessário esclarecer a linha de interpretação seguida e que será usada na comparação que faremos entre as obras de Wright e Poulantzas a partir da seção 2.2 deste capítulo. Feitos esses esclarecimentos, podemos passar ao debate sobre as classes e a transição em Poulantzas.

2.1.5 Classes sociais e a transição

Para tratarmos do debate sobre a transição em Poulantzas (2019 [1968]), bem como elaborar a ideia de que as classes sociais existem apenas na luta de classes, é necessário primeiro abordar as especificidades da luta política de classes na teoria do autor. Conforme argumenta Poulantzas (2019 [1968], p. 46), existem dois tipos de prática política ou luta política de classes. O primeiro tem

como efeito “a manutenção da unidade de uma formação” e tem como objeto específico o Estado, enquanto *fator de coesão social*. Isso ocorre porque, segundo Poulantzas (2019 [1968]), o Estado mantém em equilíbrio instável os diferentes níveis estruturais das formações sociais. Poulantzas (2019 [1968]) destaca que há uma ação conjugada de dois elementos do nível político, ou seja, do Estado, que determinam a prática política voltada à reprodução das formações sociais: o *direito burguês* e o *burocratismo*. O direito burguês institui os agentes de uma formação social como sujeitos formalmente livres e iguais. Essa instituição produz o que o autor denomina como efeito de isolamento, que é responsável pela aparente independência dos produtores diretos entre si e dissimula sua dependência mútua e sua identidade de classe (SAES, 2007). Já o burocratismo, o caráter aberto do Estado capitalista a todas as classes, pautado no recrutamento universalista e meritocrático da burocracia estatal, produziria o efeito de representação. O Estado capitalista torna-se o Estado representante do povo-nação, dissimulando sua qualidade de Estado de classe. Portanto, esses dois efeitos ideológicos competem para a manutenção das práticas políticas dentro dos limites da reprodução das formações sociais (SAES, 1998). Segundo Lazagna (2019), é apenas quando esses efeitos ideológicos da estrutura política param de exercer sua influência que se abre espaço para o surgimento da prática política transformadora, o que define o segundo tipo de luta da política de classes em Poulantzas (2019 [1968], p. 49, 75, 84). Trata-se daquilo que Saes (2003, p. 250) designa de “ruptura ideológica-política necessária”. Como aponta Lazagna (2019), esse seria o momento de *crise do modo de produção* ou da transição.

Poulantzas (2019 [1968], p. 42-43) apoia sua teoria da transição nas formulações da escola althusseriana, especificamente na obra de Balibar (1968), de onde extrai a especificidade do caráter transformador da prática política de classes. Balibar (1968) desenvolve uma teoria da transição a partir da análise da passagem da manufatura para a grande indústria. Esse autor demonstra que, em períodos de transição, acentuam-se as *defasagens* ou temporalidades diferenciais entre as instâncias de um modo de produção (BALIBAR, 1968, p. 218). É justamente a temporalidade diferencial, somada à autonomia entre as instâncias de um modo de produção, que permitirão, em momentos de transição, o político intervir por antecipação sobre as outras instâncias, transformando e fixando os limites do novo modo de produção (BALIBAR, 1968, p. 223). O político antecipa a economia, rompendo, assim, com a forma típica de articulação das instâncias, responsável pela manutenção do equilíbrio instável dos níveis de um modo de produção. Ou seja, rompe com aquilo que Saes

(2003) tratou por implicação recíproca ou coordenação recíproca das instâncias. Conceitos extraídos da obra de Balibar (1968):

Durante o período de transição, as formas do direito, da política de Estado não são como antes adaptadas (articuladas sobre os limites próprios da estrutura de produção) mas *defasados* em relação à estrutura econômica: as análises da acumulação primitiva mostram, do mesmo modo que a força enquanto agente econômico, a *antecipação do direito* e das formas de Estado sobre as formas da estrutura econômica capitalista. Nós traduziremos essa defasagem dizendo que, novamente, a correspondência se apresenta aqui sob a forma da “*não-correspondência*”, porque o modo de intervenção da prática política, no lugar de conservar os limites e de produzir efeitos sobre suas determinações, os desloca e os transforma (BALIBAR, 1968, p. 224).

Saes destaca dois aspectos importantes da teoria da revolução em Balibar (1968): um morfológico e um dinâmico. O primeiro deles – “a morfologia da transição” – tem como elemento principal a defasagem por antecipação do político sobre o econômico, o primeiro assumindo o papel dominante durante o período de transição (SAES, 2003, p. 253). O político, portanto, antecipa a economia para criar as “condições indispensáveis à implantação de uma nova estrutura econômica”, nesse caso, correspondentes ao avanço prévio da estrutura política. Dessa morfologia da transição elaborada por Balibar (1969), Saes (2003, p. 254) depreende uma dinâmica da transição, caracterizada pelo descompasso e pela falta de correspondência entre as instâncias do todo social, ou seja, “o colapso do processo de reprodução social”. Momento no qual os efeitos ideológicos e desmobilizadores das estruturas sobre os agentes são interrompidos. Se tomarmos como exemplo o modo de produção capitalista, a interrupção dos efeitos ideológicos desmobilizadores instaura uma situação, para as classes trabalhadoras, na qual se consolida a passagem da “submissão prática” à “negação prática das relações de produção vigentes” (SAES, 2003, 254). Já no caso dos proprietários dos meios de produção, duas dinâmicas ocorrem em conjunto: a primeira seria o deslocamento para segundo plano do conflito contra os proprietários dos meios de circulação, com o intuito de organizar uma resposta às classes contestadoras das relações de produção vigentes. A segunda dinâmica relaciona-se à necessidade da classe proprietária dos meios de produção em se auto-organizar para levar a cabo essa resposta, já que o Estado perde a sua capacidade de garantir a dominação de classe em momentos de falência da coordenação recíproca das estruturas do todo social. Esse fenômeno é definido por Saes (2003, p. 254) como *crise do Estado*. Entretanto, resta ao autor elaborar as razões pelas quais a *crise do modo*

de produção e, conseqüentemente, *do Estado* ocorrem. Isto é, o que levaria uma formação social ou modo de produção específico a uma situação de não-correspondência recíproca entre as instâncias de um modo de produção? Segundo Saes (2003, p. 254), são as *mudanças econômicas* internas e dentro dos limites de uma determinada totalidade social que levariam a esse processo de crise do modo de produção, o que Engels designou muitas vezes de “movimento da economia”. No caso do capitalismo, por exemplo, seria o próprio desenvolvimento das forças produtivas, ao passo que nas sociedades pré-capitalistas seria o processo de mercantilização. Podemos dizer que Saes (2003) acredita que, no caso do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas e a conseqüente ampliação do caráter socializado da produção levaria os trabalhadores, em determinado momento, a notar a contradição cada vez mais clara entre o caráter altamente socializado da economia e a apropriação altamente privatizada e restrita do produto social. Essa percepção em algum momento os levaria a se organizar em torno da contestação das relações de produção vigentes.

As formulações de Poulantzas (2019 [1968]) são a base dessa discussão. O autor desenvolve uma teoria específica sobre a luta política que associa as classes à dinâmica própria da transição. Apoiado nas formulações de Balibar (1968), Poulantzas (2019 [1968]) depreende o caráter específico da luta de classes política ou prática política como elemento responsável pela transformação das formações sociais. Sua discussão parte da interpretação do postulado marxista segundo o qual “a luta de classes é o motor da história”. Para nosso autor, é a luta política de classes que constitui o motor da história, já que a luta possui como efeito “a transformação da unidade de uma formação social, nos seus diversos estágios e fases” (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 43). Segundo Poulantzas (2019), essa especificidade da luta política está atrelada ao seu “objeto específico”, que é a *conjuntura*, ou seja, “o lugar nodal onde se condensam as contradições dos diversos níveis de uma formação nas relações complexas regidas pela sobredeterminação, por sua defasagem e por seu desenvolvimento desigual” (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 43). É no âmbito da conjuntura, portanto, que a prática política pode versar sobre os diversos níveis estruturais de uma formação social – econômico, ideológico, teórico e, também, político. Essa prática política visa o poder de Estado e sua transformação.

Contudo, vale notar que Poulantzas (2019 [1968]) considera os dois tipos de prática política – transformadora/reprodutora – como práticas estruturadas. Segundo Saes e Farias (2021) e

Lazagna (2019 [1968]), isso torna-se um problema, pois sugere a possibilidade de uma mesma estrutura gerar práticas com resultados distintos. Para Saes (2007), Poulantzas (2019 [1968]) erra ao considerar que a prática política transformadora é também uma prática estruturada, pois a característica fundamental desse tipo de prática é ser antiestrutural e antisistêmica, o que a conecta diretamente à ideia de classe social e luta de classes no sentido forte do termo.

A partir dessa exposição dos elementos fundamentais da abordagem de classes de Poulantzas (1974, 2019 [1968]), nas próximas seções, buscaremos desenvolver tanto a análise da abordagem de classes de Erik Olin Wright quanto a comparação dessa abordagem com a de Poulantzas. O objetivo, portanto, será apontar divergências e convergências identificadas por nossa pesquisa entre as obras dos dois autores, destacando, sempre que possível, as possibilidades de complementariedade entre as duas abordagens. Nossa pesquisa tem como um de seus objetivos centrais explorar o debate da análise de classes no marxismo, procurando, cautelosamente e na medida do possível, propor avanços no desenvolvimento da teoria marxista das classes. Esses avanços serão considerados no quadro de análise epistemológica proposto por Burawoy (1990), apresentado na introdução desta dissertação. Em outras palavras, buscamos investigar em que medida as abordagens de classe de Poulantzas e Wright podem ser pensadas como mais ou menos progressivas em relação aos postulados do programa de pesquisa marxista.

2.2 A análise de classes de Erik Olin Wright e o estudo comparativo com Nicos Poulantzas

Em texto recente dedicado à memória de Erik Olin Wright, Burawoy (2020) propõe uma chave interpretativa interessante para o conjunto da obra daquele autor, segundo a qual haveria em sua trajetória a história de dois marxismos. Burawoy (2020) apoia sua reflexão no famoso ensaio de Alvin Gouldner, *The Two Marxisms* [1980], em que Gouldner (1993) reflete sobre a renovação da sociologia ocidental impulsionada pelo período de grandes mobilizações sociais dos anos 1960. Em resumo, para Gouldner (1993, p. 32), haveria duas tendências principais na história do marxismo. Uma concebia o marxismo como “crítica” e a outra como ciência social. Essas duas tendências, segundo o autor (GOULDNER, 1993, p. 33), derivam de duas noções distintas do conceito de práxis em Marx. A primeira, ligada ao marxismo científico, enxerga a práxis enquanto trabalho assalariado submetido às leis de reprodução do sistema capitalista. O marxismo para essa

tendência seria a economia política das leis do desenvolvimento do capitalismo. A segunda, ligada à tendência do marxismo crítico, concebia a práxis como atividade livre e revolucionária. Nesse sentido, o marxismo, enquanto crítica, seria uma filosofia da práxis emancipatória (GOULDNER, 1993).

Como sugere Burawoy (2020), esses dois marxismos enquadram a trajetória intelectual de Erik Olin Wright. Até início dos anos 1970, ainda de acordo com Burawoy, o marxismo crítico e o científico estariam unidos na obra de Wright. Situação que mudaria com o início de seu projeto de análise de classes, nos anos 1970, quando essas duas tendências passam a tomar rumos distintos. Segundo a interpretação de Burawoy (2020), após essa cisão, viria à tona a fase científica da obra de Wright, relacionada justamente ao projeto da análise de classes. Esse período, que se estende do início dos anos 1970 ao início dos anos 1990, foi de grande importância para a trajetória intelectual do autor, pois alçou sua abordagem de classes ao debate internacional em sociologia e o firmou como um dos grandes expoentes nesse tema. Tudo isso em um cenário de acirradas disputas entre abordagens de classe que emergiam no campo da sociologia internacional, cujos exemplos mais importantes são a teoria neoweberiana das classes do sociólogo inglês John Goldthorpe e os famosos trabalhos sobre classes sociais de Pierre Bourdieu na França. É apenas no início dos anos 2000 que a fase científica da obra de Wright dará lugar à fase “crítica”, iniciada com o projeto das “utopias reais”. Nosso estudo da obra de Erik Olin Wright tem como recorte o que Burawoy (2020) denomina de fase científica da obra daquele autor.

Como veremos neste capítulo, e Wright (1998 [1990]) é insistente neste aspecto, sua abordagem de classes não teve uma trajetória homogênea ao longo desses mais de vinte anos de estudo das classes sociais. Por isso, optamos neste capítulo por tomar como núcleo teórico de nossa análise os textos que vão da publicação de *The Debate on Classes* [1990] até a publicação de *Class Counts em 1997*. Essa última, sem dúvida, sua obra de maior repercussão intelectual no que diz respeito à teoria das classes, fruto de um grande estudo comparativo sobre consciência de classe em três países (EUA, Japão e Suécia), que demandou quase dez anos de pesquisa. Apesar de não ser o objeto central de nosso trabalho, faremos o possível para captar certas discontinuidades e heterogeneidades presentes na obra do autor, por meio da análise dos textos anteriores à publicação de *The Debate on Classes*. Isso será feito apenas na medida em que essas discontinuidades impactarem em nosso estudo comparativo com a obra de Poulantzas (2019 [1968]). Feitos esses

apontamentos, podemos passar à elaboração dos fundamentos centrais da abordagem da análise de classes em Wright.

2.2.1 Objetivo central da análise de classes

Wright (1997) argumenta que o principal objetivo da análise de classes é tentar compreender tal noção como uma variável independente, capaz de explicar uma ampla gama de fenômenos sociais. Podemos afirmar, portanto, que esse é realmente um fator distintivo de sua obra em relação à noção de classes sociais, na medida em que esse controle teórico e de definição de variáveis será uma preocupação constante do autor, refletindo-se no título de sua obra: *Class Counts*, ou seja, as classes têm importância, no sentido de possuírem um potencial explanatório de alta relevância em sociologia.

Burawoy (2020) traz uma explicação interessante para essa preocupação constante na obra de Wright, que estaria ligada à necessidade de aproximar o marxismo do campo intelectual acadêmico norte americano¹³, então dominado pelo funcionalismo de Talcott Parsons e Paul Lazarsfeld. Burawoy (2020) destaca que essa preocupação tem reflexos significativos na obra de Wright, uma vez que o autor pauta grande parte de suas escolhas metodológicas em pesquisas quantitativas, com o objetivo de trazer legitimidade ao marxismo em um ambiente hostil a essa corrente teórica. Essa questão, a princípio, já demarca uma diferença importante entre a obra de Wright e Poulantzas, pois, a nosso ver, devido aos contextos intelectuais distintos, os autores produziram respostas distintas ao problema da definição de um conceito de classes sociais marxistas. Ao afirmar que as classes sociais são efeito das estruturas, Poulantzas (2019 [1968]) desloca o conceito de classe social de variável independente – a que explica o fenômeno (*explanans*) – para variável dependente – fenômeno que será explicado (*explanandum*) –, como uma tentativa de fugir ao que seria a leitura histórico-genética das classes sociais e ao economicismo. Essa formulação possui a vantagem de escapar de uma leitura mono causal e

¹³ Cavalcante (2012, p. 51) destaca essa mesma necessidade imposta pelo meio intelectual estadunidense. Segundo esse autor: “[...] Wright buscava um caminho em que questões essenciais do marxismo fossem empiricamente demonstráveis e o debate não ficasse restrito somente à discussão conceitual-abstrata, o que muito se explica, evidentemente, pelo meio acadêmico estadunidense, hostil a pesquisas metodologicamente orientadas pelo marxismo tradicional”.

determinística das classes, mas acaba por restringir o potencial explanatório do conceito de classe social em um sentido muito específico: tomar a classe como causa principal de certos fenômenos sociais – variável independente. Contudo, e pretendemos explorar melhor esse tema mais adiante, quando Poulantzas (2019 [1968]) trata da transição por meio da noção de prática política transformadora, ocorre uma aproximação com Wright (1997b), já que, nesse caso, as classes sociais tornam-se novamente variável independente do fenômeno em questão.

Wright (1997b), por outro lado, tenta responder a uma demanda do contexto intelectual norte americano, tal como ressaltam Burawoy (2020) e Cavalcante (2007), filiando-se a um postulado metodológico do marxismo analítico, ligado à necessidade de aderir às normas científicas convencionais da sociologia (WRIGHT, 1995). Isso faz com que nosso autor tenda a construir uma noção de classe social, que, como tentaremos demonstrar, foge de uma concepção economicista do conceito, ao mesmo tempo em que mantém o conceito de classe social no papel de variável principal da construção de sua abordagem. Contudo, como veremos na seção 1.2.4 deste capítulo, essa preocupação, que consideramos interessante, não o impede de se apropriar da teoria da estratificação social, elemento que julgamos pouco consistente com a ideia de classe social marxista, ou seja, de que as classes se conformam relacionalmente e em oposição. Portanto, para entender melhor em que medida Wright (1997b) se apropria da teoria da estratificação, será necessário definir as noções de interesses antagônicos e exploração na obra do autor, conceitos que analisaremos nas duas seções seguintes.

2.2.2 Interesses antagônicos e a parábola dos Shmoos

Podemos afirmar que o primeiro tema caro à abordagem de classes de Wright (1997b) é a noção de interesses de classe. Nesse sentido, o autor resgata no primeiro capítulo de *Class Counts* a figura de uma criatura fantástica retirada dos quadrinhos de Al Capp, dos anos 1940, para ilustrar a questão dos interesses antagônicos de classe. Os Shmoos são criaturas que em determinado momento surgem na pobre e semi-rural comunidade de Dogpacht, cidade fictícia nos EUA. Eles produzem todos os bens necessários *apenas à subsistência* dos seres humanos, nada de luxo e de ostentoso, apenas o básico e necessário. Os Shmoos seriam, assim, aquelas criaturas capazes de restituir à humanidade o “Jardim do Eden”, de onde Deus a havia banido. No quadrinho, temos a

figura do capitalista, chamado P. U., que, junto ao seu “capanga”, procura a região mais pobre do país para instalar sua nova fábrica, acreditando que em Dogpatch as pessoas aceitariam qualquer oferta irrisória de emprego em função da enorme pobreza que assola o local. Contudo, P. U. não sabia da existência dos Shmoos, que, por produzirem os bens necessários à sobrevivência dos homens daquele lugar, frustram as intenções do personagem em contratar a força de trabalho local por baixos salários. Os trabalhadores de Dogpatch rejeitam a proposta de emprego de P.U. e seu capanga. No fim do quadrinho, P.U. e o capanga conseguem destruir os Shmoos e instalar sua empresa na combalida Dogpatch.

A parábola acima resumida, como demonstra Wright (1997b), pode explicar de maneira clara a relação entre os interesses antagônicos que conformam as classes sociais. Podemos pensar, assim, em um quadro geral de interesses opostos entre os capitalistas e os trabalhadores em relação à posse e existência dos Shmoos. Segundo Wright, para os capitalistas existem quatro relações de interesse decrescentes que podem ser apreendidas pela parábola: i) os capitalistas têm interesse em manter os Shmoos somente para eles próprios; ii) os capitalistas têm interesse na destruição completa dos Shmoos; iii) todas as pessoas possuem Shmoos; e, por fim, iv) apenas os trabalhadores possuem Shmoos. No caso dos trabalhadores, o quadro de referência muda, pois para eles o mais interessante é que i) todas as pessoas possuam Shmoos, na medida em que o fato dos capitalistas terem Shmoos, liberaria maiores recursos para investimentos na economia; ii) apenas os trabalhadores possuam Shmoos; iii) apenas os capitalistas possuam Shmoos; e, por fim (iv), a destruição dos Shmoos.

Como Wright (1997b, p. 7-8) demonstra, a ordem de interesses dos trabalhadores em relação aos Shmoos representa o que poderíamos entender como “interesse humano universal”, ou a ideia marxista da “classe universal”, cujo o interesse específico coincide com o interesse da humanidade em geral. Wright (1997b, p. 8) argumenta que a definição de interesse universal não está ligada a nenhuma ideia normativa de altruísmo ou justiça, mas sim a uma condição da posição objetiva ocupada pelos agentes na sociedade. Outro aspecto relevante que podemos extrair da parábola está relacionado ao fato de que a privação dos trabalhadores não é um resultado indesejável da busca por lucro no capitalismo, mas uma necessidade indispensável para a realização desse lucro. A exploração, portanto, aparece como um elemento necessário à reprodução da economia capitalista. Wright (1997b) argumenta que as classes exploradoras possuem interesse na

privação dos meios de subsistência dos explorados – os Shmoos. Isso ocorreria mesmo que a existência dos Shmoos não significasse uma redistribuição direta de sua riqueza.

Neste momento já possuímos elementos suficientes para compreender a origem específica das classes para Wright (1997b). Ela está relacionada à noção de exploração, que, em sua essência, gera interesses antagônicos. Dessa forma, podemos apontar uma diferença entre as abordagens de classe de Poulantzas e Wright (1997b). Para Wright (1997b), as classes sociais são originadas a partir de relações de exploração que geram interesses antagônicos. Enquanto para Poulantzas (2019 [1968]), as relações de exploração ou apropriação importam, mas apenas quando se trata do nível econômico das estruturas de uma formação social. Nesse sentido, as classes seriam também efeito de relações de exploração e apropriação contidas no nível econômico do modo de produção, mas não somente. Tanto o nível político quanto o ideológico atuam na definição das classes para Poulantzas (2019 [1968]). Poderíamos, então, imaginar uma provável crítica de Poulantzas (2019 [1968]) a Wright (1997b), em razão de sua visão economicista das classes, baseada apenas em determinação simples da exploração econômica. Contudo, como veremos na seção seguinte, o conceito de exploração reelaborado por Wright (1997b, 1998 [1990]), a nosso ver, será capaz de escapar de uma abordagem que poderíamos classificar como economicista, na medida em que insere os conceitos extraeconômicos de organização e qualificação no interior de sua definição de classe.

2.2.4 O conceito de exploração

Antes de adentrarmos propriamente na formulação de Wright (1997b) acerca do conceito de exploração, parece-nos válido apresentar a trajetória desse conceito no desenvolvimento geral da análise de classes na obra do autor. Em um dos ensaios de *The Debate on Classes* [1990], Wright (1998 [1990]) discute as reformulações realizadas em seu conceito de classe, demonstrando que, a princípio, ele utilizava a categoria de dominação como elemento fundamental de determinação das classes sociais, especificamente para determinar as localizações contraditórias de classe. O incômodo do autor com esse tipo de formulação desenvolve-se em torno da categoria de trabalhador semiautônomo, ou seja, aqueles que “ocupam uma localização de classe contraditória entre a classe trabalhadora e a pequena burguesia” (WRIGHT, 1993 [1978], p. 66-67). A categoria

de trabalhadores semiautônomos, segundo Wright (1998 [1990]), gerava certas inconsistências no momento de sua aplicação empírica. O exemplo trazido para ilustrar esse problema faz parte dos resultados de suas primeiras incursões empíricas no campo da análise de classes sociais, ainda utilizando o conceito de dominação. Um zelador, que aparecia na pesquisa como alguém que possuía um controle relativamente alto sobre o seu processo de trabalho, acabava por ser caracterizado como um trabalhador *semiautônomo*, ao passo que um piloto de avião, de renda e qualificação muito mais alta que o zelador, encaixava-se melhor em uma posição de classe trabalhadora por ter pouco controle sobre o seu processo de trabalho. A questão para Wright (1998 [1990]) será resolvida mediante uma mudança no núcleo teórico da sua primeira formulação do conceito de localizações contraditórias. Com o avanço de sua reflexão, Wright (1998 [1990]) nota que as primeiras formulações colocavam o conceito de dominação no centro de sua análise de classes, problema que será resolvido a partir de uma troca, na qual o conceito de exploração toma o lugar do conceito de dominação.

A categoria *trabalhadores semiautônomos* possuía um problema justamente porque a ideia de autonomia já carregava consigo a noção de dominação. Wright (1998 [1990], p. 6) passa a argumentar que, para muitos autores, “marginalizar o conceito de exploração seria uma virtude e não um pecado” em se tratando de teoria social. Entretanto, ele afirma que colocar de lado o conceito de exploração enfraqueceria enormemente sua abordagem de classes. A primeira fraqueza estaria relacionada à ideia de interesses opostos de classe. Wright (1998 [1990]) tenta demonstrar que o conceito de dominação não permite elaborar de forma consistente uma correlação entre as localizações de classe e os interesses de classe. Um exemplo interessante utilizado para discutir essa questão é o da família ou das relações familiares. Podemos dizer que os pais dominam seus filhos, mas isso não significa necessariamente que pais e filhos possuam interesses materiais opostos. Já a “exploração implica intrinsecamente em um conjunto de interesses materiais opostos” (WRIGHT, 1998 [1990], p. 6). Em segundo lugar, o uso do conceito de dominação pode levar a uma “abordagem das múltiplas opressões”, como designado pelo autor. No interior desse tipo de abordagem, as sociedades são tomadas como um espaço onde diversos tipos de opressões coexistem, sendo que cada uma delas está baseada em um diferente tipo de dominação: racial, sexual, econômica etc. Diante disso, classe seria apenas uma das opressões existentes na sociedade e perderia sua centralidade no que concerne à análise social e

histórica (WRIGHT, 1998, p. 7), o que, logicamente, seria um problema para uma abordagem marxista das classes que tradicionalmente concede uma forte centralidade ao conceito de classe social.

Diante do exposto na seção 1.2.3 do primeiro capítulo, podemos afirmar que Wright (1998 [1990], p. 14) reelabora as formulações de Roemer (1982) sobre a exploração. Como vimos, a desigualdade em torno de ativos ou recursos produtivos de diversos tipos pode ser entendida como o elemento central da teoria da exploração de Roemer (1982a, 1982b). Segundo esse próprio autor, haveria dois tipos de ativos produtivos principais em torno dos quais se dariam as relações de exploração: *os ativos físicos* (alienáveis), recursos pessoais (feudalismo) e meios de produção (capitalismo); e *os ativos inalienáveis*, status (socialismo burocrático) e qualificação (socialismo). Assim, Wright (1998 [1990], p. 14) reelabora a teoria de Roemer partindo da reformulação do ativo produtivo em torno do qual acontece a exploração feudal, isto é, *os ativos pessoais*. Como vimos (seção 1.2.3), esse ativo consiste nos recursos próprios dos servos e no lote familiar. Para Roemer (1982), a exploração feudal ocorreria se a coalizão feudal fosse capaz de melhorar sua situação depois de se retirar do jogo feudal e levar consigo seus ativos pessoais. Wright (1998 [1990]), por sua vez, entende que a exploração feudal pode ser caracterizada de outra maneira e toma a *força de trabalho* como o recurso produtivo em torno do qual a exploração feudal se desenvolve. O autor então argumenta que a força de trabalho no feudalismo seria um recurso produtivo dividido desigualmente. Os servos não possuem propriedade total sobre a sua força de trabalho, pois parte do controle desse recurso se encontraria nas mãos dos senhores feudais (WRIGHT, 1998 [1990], p. 14). Essa situação difere do capitalismo, em que todos os indivíduos possuem o controle total sobre a sua força de trabalho e todas as pessoas possuem ao menos uma unidade de força de trabalho (WRIGHT, 1998 [1990], p. 14). Já no feudalismo isso não ocorreria, pois os servos possuíam menos de uma unidade de força de trabalho.

A partir dessa ponderação, Wright (1998, p. 14) redefine a regra de retirada para exploração feudal. Ao se retirar do jogo feudal, a coalizão dos servos receberia a parte per capita da divisão dos ativos da sociedade em força de trabalho, ou seja, uma unidade completa de força de trabalho. Dessa maneira, a exploração feudal passa a ser compreendida como a desigualdade na distribuição de ativos em força de trabalho (WRIGHT, 1998 [1990], p. 14-15). Essa reformulação de Wright

(1998 [1990]) traz simetria aos diferentes tipos de exploração analisados na obra de Roemer (1982a), pois cada ativo produtivo passa a ser entendido por meio de uma relação de propriedade:

(...) exploração feudal baseada em desigualdades geradas pela propriedade de ativos de força de trabalho; exploração capitalista em desigualdades geradas pela propriedade de ativos alienáveis; exploração socialista baseada na desigualdade gerada pela propriedade de ativos inalienáveis. (WRIGHT, 1998 [1990], p. 15)

Dessa forma, Wright (1998 [1990], p. 15) pôde estabelecer a correspondência entre os diferentes tipos de exploração e as relações de classes específicas que cada tipo de exploração estabelece. Ou seja, Wright (1998 [1990]) pôde definir as duas classes principais de cada modo de produção: no feudalismo, senhores e servos; no capitalismo, burguesia e proletariado; e, no socialismo, especialistas e trabalhadores (WRIGHT, 1998 [1990], p. 15).

Contudo, para Wright (1998 [1990]) ainda existe um segundo problema na teoria da exploração de Roemer (1982a), que estaria relacionado à exploração no socialismo “realmente existente”, ou seja, a União Soviética. Segundo Roemer (1982a), nessa sociedade onde a propriedade privada dos meios de produção havia sido abolida, persistiam desigualdades que dificilmente poderiam ser associadas apenas às desigualdades em relação a ativos de qualificação não alienáveis. Assim, para dar tratos à questão da exploração no “socialismo existente”, Roemer (1982a, p. 243) mobiliza o conceito de *exploração de status*, cuja figura típica seria a exploração exercida pela burocracia estatal. Nesse tipo de exploração, as desigualdades de remuneração estariam ligadas às posições ocupadas por certos indivíduos no aparelho burocrático, o que não teria necessariamente a ver com as *qualificações* (socialismo) necessárias para exercer as funções demandadas por tais posições. Caso as remunerações estivessem associadas ao nível de qualificação dos agentes que ocupam determinadas posições, poder-se-ia afirmar que este seria um aspecto do tipo de exploração socialista, tal como vimos na seção 1.2.3 do capítulo 1. Contudo, para Roemer (1982a, p. 243) esse não seria necessariamente o caso do “socialismo realmente existente”, em que as remunerações especiais dos detentores de determinadas posições na burocracia dariam origem à exploração de status.

Em sociedades socialistas, existem posições que dão aos seus portadores o direito de obter salários especiais e mais elevados ou mesmo outras formas de privilégio e remuneração. Exemplos disso são os membros do partido comunista, cargos na burocracia e certos

trabalhos que requerem lealdade ou que estão nos holofotes públicos. Se essas posições requeressem qualificações especiais, seria justo afirmar que a remuneração diferencial a essas posições é apenas um aspecto da exploração socialista. [...] Certamente, alguns dos privilégios resultantes desses estratos de posições são um retorno em função das qualificações, porém alguns não o são. *Esses pagamentos especiais pelas posições ocupadas dão origem à exploração de status.* (ROEMER, 1982a, p. 243, meus grifos)

Assim, Roemer (1982a) aplica novamente o dispositivo da teoria dos jogos para avaliar se determinada coalizão é status-explorada (*status-exploited*). Podemos considerar tal coalizão como explorada caso ela consiga melhorar a situação de seus membros retirando-se do jogo do “socialismo existente”, levando consigo apenas seus ativos pessoais e isentando-se totalmente das obrigações de status. Wright (1998, p. 15), entretanto, demonstra que essa definição de exploração de status em Roemer (1982a) é insatisfatória por duas razões principais: *a primeira* estaria associada ao fato de que cada tipo de exploração apresentado por Roemer (1982a, 1982b) possui uma relação direta com as forças produtivas. Isso quer dizer que seriam conceitos materialistas, ou seja, capazes de explicar a distribuição de recursos produtivos das sociedades (WRIGHT, 1998 [1990], p. 15-16). Ativos pessoais (feudalismo), meios de produção (capitalismo) e qualificações (socialismo) são conceitos que possuem uma relação direta com a produção, ao contrário do conceito de status que não possui nenhuma relação necessária com as forças produtivas das sociedades. A segunda razão diz respeito ao fato de que seria difícil distinguir esse tipo de exploração da exploração feudal. Os senhores feudais são remunerados não por suas qualificações escassas ou pela propriedade privada de capital, mas sim pela incumbência de sua posição. Ainda assim, segundo Wright (1998 [1990], p. 16), não seria razoável considerar igual a lógica da exploração de classe na União Soviética e na Europa do século XIV.

Wright (1998 [1990], p. 16) resolve o problema da exploração de status mediante a introdução de um quarto ativo de produção designado de *ativos de organização*. A base para essa reformulação estaria na compreensão de que a divisão técnica do trabalho, enquanto a forma pela qual o processo produtivo é organizado, pode ser considerada como uma fonte de produtividade (WRIGHT, 1998 [1990], p. 16). Wright assume, portanto, que a organização deve ser tomada como um recurso produtivo e entende tal conceito como “as condições de coordenar a cooperação entre produtores em meio a uma complexa divisão social do trabalho” (Wright, 1998 [1990], p. 16). No capitalismo contemporâneo, os ativos de organização são controlados pelas gerências e pelos capitalistas. Para Wright (1998 [1990], p. 16), diferentemente de Poulantzas (1978, 2019 [1968]),

apesar de controlarem a organização da produção, os gerentes estariam em uma posição de classe inferior à dos capitalistas, já que controlam a organização dentro de unidades produtivas sob constrangimentos da propriedade econômica do capital exercido pelos capitalistas. Já no *socialismo burocrático de estado*, os ativos de organização assumem um papel mais importante, pois o controle técnico da produção passa a ser uma tarefa organizada de forma centralizada (planificação econômica central) (WRIGHT, 1998 [1990], p. 16). Segundo Wright (1998 [1990], p. 17), a exploração no socialismo burocrático de estado tem como base o poder burocrático ligado aos órgãos estatais de planificação econômica. Assim, a base material para as relações de classe passa a ser os ativos de organização (WRIGHT, 1998 [1990], p. 17). Vale notar que há uma diferença entre ativos de organização e autoridade, pois é a distribuição desigual dos ativos de organização que vai conceder maior ou menor controle sobre o processo produtivo a certas posições, o que se expressará, dentro das relações de classe, como uma hierarquia de autoridade. A autoridade não configura um ativo produtivo em si. Wright (1998 [1990], p. 17), por fim, recoloca o conceito de exploração em torno de ativos de organização na perspectiva da teoria dos jogos, postulando que haveria exploração em torno de ativos de organização (ou exploração no socialismo burocrático de estado) se os não gerentes (*nonmanagers*) conseguissem melhorar sua situação ao se retirarem dessa economia levando sua parte per capita da divisão dos ativos organizacionais. Isso seria equivalente a dizer que o controle organizacional foi democratizado (WRIGHT, 1998 [1990], p. 17).

Por meio dessas reformulações da teoria da exploração de Roemer (1982a, 1982b), Wright (1998 [1990], p. 17) pôde desenvolver uma perspectiva de materialismo histórico e uma tipologia de estrutura de classes baseada nas diferenças entre os ativos em torno dos quais a exploração se dá em cada modo de produção. De acordo com essa perspectiva do materialismo histórico, assim em Roemer (1982a), cada revolução tem como tarefa histórica eliminar a forma de exploração anterior, ao mesmo tempo em que essa eliminação implica, para Wright (1998 [1990], p. 18), no aprofundamento da exploração em torno do ativo produtivo principal do modo de produção seguinte. Dessa forma, o feudalismo aparece como o modo de produção cuja exploração ocorre em torno da distribuição desigual da força de trabalho ou ativos em pessoas (*assets in people*) (WRIGHT, 1998 [1990], p. 17). A exploração feudal determina, então, duas classes fundamentais: senhores e servos. A tarefa histórica da revolução burguesa, portanto, seria eliminar a exploração

sustentada na força de trabalho e redistribuir esse ativo. Ou seja, após a revolução burguesa, cada indivíduo passa a ter ao menos uma unidade completa de força de trabalho.

O capitalismo, para Wright (1998 [1990]), surge com o fim da exploração de tipo feudal, abrindo espaço para o *aprofundamento* de um novo tipo de exploração, cuja base seria a distribuição desigual dos meios de produção. A exploração capitalista em torno dos meios de produção vai determinar as duas classes fundamentais de sua estrutura de classes: capitalista e trabalhadores. A revolução anticapitalista, portanto, teria como tarefa histórica a eliminação da exploração baseada na desigualdade da propriedade privada dos meios de produção. Vale notar que, nessa perspectiva de materialismo histórico, os diversos tipos de exploração coexistem nos diferentes tipos de sociedade. Assim, o capitalismo, por exemplo, comporta tanto a exploração capitalista quanto a exploração do socialismo burocrático (ativos de organização) e do socialismo (qualificações) (WRIGHT, 1998 [1990], p. 19).

De acordo com Wright (1998 [1990], p. 20), após a revolução anticapitalista – fim da propriedade privada dos meios de produção –, chegaríamos ao socialismo burocrático de estado, cuja base da exploração seria as desigualdades de acesso aos ativos de organização. Essa desigualdade, por sua vez, é aprofundada neste novo modo de produção, pois, enquanto no capitalismo o controle da organização produtiva se restringe à firma, no socialismo de estado burocrático ele se estende a toda a sociedade por meio da planificação central. A apropriação e redistribuição de sobretrabalho por princípios hierárquicos vira função do aparelho burocrático de estado (WRIGHT, 1998 [1990], p. 20). Segundo Wright (1998 [1990]), essa configuração se reflete na divisão principal entre burocratas/gerentes e não gerentes dentro do campo das relações de classe.

O fim da exploração em torno de ativos de organização – a democratização do controle organizacional – levaria essa sociedade ao socialismo, cuja base de exploração seria as qualificações (WRIGHT, 1998 [1990], p. 20). Duas classes principais são determinadas pela exploração em torno de qualificações: especialistas e trabalhadores. A apropriação se daria por meio da redistribuição negociada de sobretrabalho, ou seja, da transferência de renda dos detentores de menor grau de qualificação (trabalhadores) aos detentores de maior grau de qualificação (trabalhadores) (WRIGHT, 1998 [1990], p. 21). Wright (1998 [1990] p. 21) argumenta que tal tipo de transferência de sobretrabalho pode ocorrer apenas em situações em que há escassez de certos

tipos de qualificação. A Tabela 1, retirada da obra do autor, sintetiza e organiza todos os elementos da reconstrução que Wright (1998 [1990]) empreende sobre o conceito de exploração de Roemer:

Tabela 1

Tipos de estrutura de classe	Principal ativo desigualmente distribuído	Mecanismo de exploração	Classes	Principal tarefa da transformação revolucionária
Feudalismo	Força de trabalho	Extração coercitiva de sobretrabalho	Senhores e servos	Liberdade individual
Capitalismo	Meios de produção	Troca de força de trabalho e mercadorias no mercado	Capitalistas e trabalhadores	Socialização dos meios de produção
Socialismo burocrático de estado	Organização	Apropriação planejada e distribuição de sobretrabalho baseada na hierarquia	Burocratas/gerentes e não-gerentes	Democratização do controle organizacional
Socialismo	Qualificações	Redistribuição negociada de sobretrabalho dos trabalhadores aos especialistas	Especialistas e trabalhadores	Igualdade real

Fonte: (WRIGHT, 1998 [1990], p. 19)

Após determinar os ativos produtivos em torno dos quais a exploração se dá em diferentes tipos de sociedade, Wright (2015, p. 38) elabora três princípios fundamentais para estabelecer se realmente há relação de exploração: i) “o princípio do bem-estar interdependente inverso”, o que significa que o bem estar de um (exploradores) depende causalmente da privação de outros (explorados); ii) “o princípio da exclusão”, ou seja, a exclusão de acesso dos explorados a certos ativos de produção é condição da interdependência inversa, tal como vista acima; e, por fim, iii) “o princípio da apropriação” relacionado à apropriação dos resultados do esforço de trabalho dos explorados pelos exploradores.

Wright (1997b) propõe, então, três condições para definir o conceito de exploração, depreendidas desses três princípios fundamentais. A primeira condição, i) seria a que estabelece interesses antagônicos entre as posições de classe exploradas e exploradoras. A segunda condição,

ii) está atrelada à ideia de que esses interesses antagônicos são fruto da localização dos agentes na divisão social do trabalho. Essa relação deve ser entendida como “assimétrica”, pois para certos agentes está vetada a possibilidade de competir igualmente na esfera da exploração. Por fim, a terceira condição implica na necessidade de apropriação, ou seja, o bem-estar do explorador depende, não apenas da privação do explorado, mas do seu esforço. A exploração, nesse sentido, é compreendida como uma relação de necessidade e dependência do explorador em relação ao explorado. Isso a diferencia do que Wright (1997b) denomina como *opressão não exploratória*¹⁴, tipo de relação que exclui o oprimido dos meios de produção e subsistência, mas que não implica em apropriação do esforço de trabalho. O exemplo trazido por Wright (1997b) acerca dessa forma de opressão é o das comunidades indígenas norte-americanas, em que o genocídio torna-se o expediente típico nesse tipo de relação opressora (não exploratória), uma forma comum de garantir o bem-estar dos opressores. Se voltarmos à questão da exploração, por exemplo, o expediente de eliminação do oprimido encontra-se vetado, na medida em que a relação de exploração implica na dependência do explorador em relação ao explorado. Ou seja, no caso da exploração, não há espaço para eliminação física (genocídio) do explorado. Agora que compreendemos as especificidades do conceito de exploração em Wright, podemos passar à construção de seu conceito de estrutura de classes.

2.2.4 Exploração e estrutura de classes

Como descrevemos na seção anterior, Wright (1998 [1990]) afirma que, em sociedades capitalistas avançadas, a exploração ocorre em torno de três ativos produtivos principais, que estão distribuídos desigualmente por meio da estrutura de classes: os meios de produção, os ativos de organização e os ativos de qualificação. São justamente esses dois últimos ativos – organização e qualificações – que, a nosso ver, permitem a Wright (1997b, 1998 [1990]) escapar do que seria uma abordagem economicista da análise de classes, já que podemos considerá-los elementos extraeconômicas na definição da estrutura de classes proposta pelo autor.

A partir da exploração em torno desses três ativos apresentados acima, Wright (1997b), deriva seu conceito de estrutura de classes em sociedades capitalistas avançadas. Primeiramente,

¹⁴ Do inglês, *nonexploitative oppression*.

teríamos duas localizações de classe principais polarizadas entre proprietários e não proprietários, ou seja, ligadas à distribuição desigual de direitos e poderes sobre os meios de produção propriamente ditos: capitalistas, proprietários dos meios de produção, e trabalhadores, proprietários apenas de sua força de trabalho que é vendida no mercado. A “classe média” – gerentes especializados, gerentes não especializados e especialistas – ocuparia localizações contraditórias na estrutura de classes. Segundo Wright (1998 [1990], p. 26), essa localização de classe é definida pelo fato de estarem tanto excluídas da propriedade dos meios de produção (como os trabalhadores) quanto por terem interesses divergentes da classe trabalhadora em função de seus direitos e poderes sobre ativos de organização e ativos de qualificação. Essas formulações permitem a Wright (1997b, p. 25) elaborar seu mapa de localizações de classe em sociedades capitalistas avançadas, que, em sua forma principal, possui seis localizações de classe (Figura 1).

Figura 1



Fonte: Wright (2015, p. 147)

É por meio desse mapa, que designa tanto a estrutura quanto as localizações de classe, que Wright (1997b) terá em mãos um instrumental teórico capaz de controlar o papel do conceito de

classe social como variável independente de suas análises empíricas. Essas variáveis, por sua vez, apresentam-se em níveis distintos de análise: macro e micro. No nível macro, será apresentada a noção de estrutura de classes, e no nível micro, a noção de localização de classes, ou seja, micro posições que, em conjunto, conformam a estrutura de classes. Essa formulação, como podemos observar, é tributária da junção específica que o materialismo analítico faz entre marxismo e individualismo metodológico, abordada na seção 1.2.2 do capítulo 1.

Tendo em vista a incorporação dos ativos de organização e ativos de qualificação feita por Wright (1997b), dois elementos merecem destaque para os fins da nossa dissertação: o primeiro faz referência à possibilidade de se estabelecer uma relação de complementaridade entre a noção de posse em Poulantzas (1974) e a noção de ativos de organização em Wright (1997b, 1998 [1990]); o segundo elemento diz respeito à apropriação por Wright (1997b) da problemática da estratificação por meio do seu conceito de qualificações.

Quanto ao primeiro elemento, devemos notar que a discussão sobre ativos de organização, elaborada por Wright (1993 [1978]), poderia complementar o conceito de posse. Segundo Wright (1993 [1978]), Poulantzas (1974) teria assumido uma concepção absoluta de controle dos meios de produção e do processo produtivo, ou seja, uma noção na qual estabelece que ou os agentes possuem ou não possuem poderes relacionados a colocar em marcha o processo produtivo. Concordamos com Wright (1993 [1978]) que tal abordagem parece pouco sensível aos distintos graus de controle que podem ser estabelecidos no âmbito do processo produtivo.

A questão principal gira em torno do pertencimento de classe dos *gerentes*. Como vimos, Poulantzas (1974) enquadra essa categoria na burguesia, o que, para Wright (1993 [1978]), seria um erro, pois, para ele, existem diferentes graus de controle dentro do processo produtivo, os quais o conceito de posse não conseguiria apreender. Nesse sentido, acreditamos que a complementação da noção de posse pelo conceito de organização seria capaz de abarcar a diversidade de categorias que exercem em maior ou menor grau o controle do processo produtivo. Isso se torna importante porque, como demonstra Wright (1993 [1978], p. 70), o processo de desenvolvimento do capitalismo gerou diferenciações internas à posse, nas quais o controle dos meios físicos de produção e o controle do trabalho são designados a agentes distintos (WRIGHT, 1993 [1978], p. 70). Dessa forma, de acordo com Wright (1993 [1978]), o capitalismo avançado foi capaz de produzir “uma hierarquia elaborada” a respeito das categorias gerenciais

ligadas à posseção: no nível mais alto, estariam os gerentes superiores, responsáveis por controlar o aparato de produção como um todo; abaixo deles, os gerentes de nível intermediário, que seriam responsáveis por controlar apenas certos segmentos da produção; e no nível mais baixo, haveria certas categorias de trabalhadores que possuiriam “certo controle real sobre seu processo de produção imediato” (WRIGHT, 1993 [1978], p. 71). A partir dessas conclusões de Wright (1993), acreditamos que sua crítica à obra de Poulantzas (1974, 2019 [1968]) não estabelece uma relação de divergência, mas sim de complementariedade, capaz de captar certas variações internas à categoria dos gerentes. Essas variações são relacionadas a uma ideia de duplo pertencimento de classe que o conceito de posseção (absoluto) de Poulantzas (1974, 2019 [1968]) não conseguiria captar.

No que diz respeito à noção de qualificação em Wright (1997b), por outro lado, acreditamos que há uma divergência não apenas em relação à abordagem de Poulantzas (2019 [1968]), mas também em relação ao postulado teórico da luta de classes como motor da história. Essas divergências ocorrem porque a posição dos ativos de qualificação não se concilia bem com os critérios da teoria da exploração do próprio Wright (1997b) e também com a noção relacional das classes sociais no marxismo. Desse modo, a exploração socialista, entendida como um critério de análise das classes segundo o qual se possui mais ou menos qualificações, indica uma apropriação da abordagem da estratificação social por Wright (1997b). Ou seja, as classes sociais são pensadas enquanto estratos em uma hierarquia contínua de níveis. Isso gera problemas para a ideia de exploração, pois ter mais ou menos qualificações não necessariamente implica que quem possui mais qualificações o tem porque alguém possui menos. Em *Class Counts*, Wright (1997b) deixa clara essa posição:

Incorporar habilidades dessa maneira à análise de classes, de certa forma, borra a distinção aguda entre uma análise de classes *racional* e uma análise de classes *gradual* estratificada. Habilidades, antes de tudo, variam mais ou menos de forma contínua – alguém pode ter mais ou menos habilidades. “Níveis” de habilidades, assim, sugerem estratificação em uma estrutura de desigualdade, mais do que *localizações* em uma estrutura de relação de classes. A análise de classes proposta aqui, portanto, tenta combinar uma explicação das relações sociais que constituem o atributo de classe da estrutura de classes com uma explicação dos processos que geram estratificação nas localizações de classe (WRIGHT, 1997b, p. 19, grifos do autor).

A partir disso, podemos elencar alguns problemas da apropriação por Wright (1997b) da teoria da estratificação. Em primeiro lugar, a abordagem da estratificação se concilia mal com os próprios pressupostos teóricos da exploração, vistos na seção 2.2.3. Assim, é difícil compreender como haveria exploração em torno de qualificações mediante o princípio do bem-estar interdependente inverso¹⁵, isto é, como o bem-estar de indivíduos mais qualificados dependeria da privação dos menos qualificados. Do mesmo modo, não é tão clara a maneira pela qual os mais qualificados excluem os menos qualificados dos ativos de qualificação. Esse elemento de exclusão, por exemplo, é claro em relação aos meios de produção, pois os proprietários dos meios de produção realmente excluem os não proprietários de seu acesso. Por fim, no que diz respeito à apropriação, Wright (1998 [1990]) ainda tenta argumentar que poderia haver apropriação de sobretrabalho dos mais qualificados pelos menos qualificados em situações onde há escassez de certas qualificações em relação à sua demanda. Os portadores de qualificações escassas receberiam uma remuneração maior que os custos de reprodução da sua força de trabalho, o que, segundo Wright (1998 [1990], p. 20), demonstraria a transferência de trabalho entre esses agentes. Contudo, de acordo com os critérios do próprio Wright (2015), não é possível afirmar que há realmente uma relação de exploração em torno dos ativos de qualificação mesmo que haja apropriação. Isso porque, como ele argumenta, todos os três critérios – bem-estar interdependente, exclusão e apropriação – devem ser preenchidos para que se possa realizar um diagnóstico de exploração (WRIGHT, 2015, p. 38).

Assim, consideramos que a noção de qualificação apropria-se da problemática da estratificação social em desacordo com o postulado teórico do programa de pesquisa marxista, segundo o qual a luta de classes é o motor da história. A concepção das classes enquanto estratos não consegue estabelecer interesses contraditórios, que são a base do conceito de luta de classes. Nesse sentido, o conceito de exploração em torno de recursos de qualificação pode ser apreendido como um elemento degenerativo do programa de pesquisa marxista proposto por Burawoy (2019).

Acreditamos que podemos interromper a discussão em torno das correlações entre os elementos do conceito de exploração em Wright (1997b) feita até aqui, pois pretendemos retomá-la no capítulo seguinte, onde debateremos de maneira mais aprofundada os conceitos de ativos de

¹⁵ Ver p. 86 desta dissertação.

organização e ativos de qualificação, que aparecem nas formulações de Wright (1997b, 1998 [1990]). O terceiro capítulo será mais oportuno para essa questão, pois será o momento em que realizaremos a comparação entre as respostas de Wright e Poulantzas para o que ficou conhecido como “o problema das classes médias”. Nesse sentido, nossa apresentação segue retomando as relações entre os conceitos de localização e estruturas de classe e os conceitos de práticas e luta de classes, que, em Wright (1997b), são as bases para o entendimento dos elos entre práticas e estruturas.

2.2.5 Luta de classe, práticas de classe e interesses de classe

Para entender os elos entre prática e estrutura, precisamos explorar três conceitos básicos, que são essenciais para a reconstrução teórica da obra de Wright (1997b): luta de classe, práticas de classe e interesses de classe. Analisaremos conceitos que, para Wright (1997b), localizam-se em planos distintos de análise. Sendo assim, a luta de classes, bem como a estrutura de classes, situam-se em um nível macro de análise, ao passo que os conceitos de práticas de classe, localização e consciência de classe, situam-se em um nível micro de análise.

A noção de práticas de classe pode ser entendida como as atividades realizadas por determinados indivíduos de uma determinada localização de classe, com o intuito de realizar algum de seus interesses de classe. Nesse sentido, podemos afirmar que, para Wright (1997b, p. 381), a noção de “prática” está intimamente ligada à noção de intencionalidade na ação, ou seja, as ações realizadas pelos indivíduos devem possuir um objetivo consciente. Na mesma direção, a noção de práticas de “classe” “implica que o objetivo [da prática] seja a realização de interesses de classe”.

Práticas de classe incluem atividades mundanas como um trabalhador vendendo seu trabalho no mercado de trabalho, um contramestre disciplinando um trabalhador por mal desempenho, um acionista votando em uma assembleia de acionistas. Porém, práticas de classe também incluem ações como a participação em uma greve ou a destruição de um sindicato. (WRIGHT, 1997b, p. 381-382).

Luta de classe enquanto conceito macro é definido na obra de Wright (1997b) a partir do conceito de práticas de classe. O conceito, dessa maneira, faz referência a “formas organizadas de práticas antagonistas de classe, ou seja, práticas que são diretamente dirigidas umas contra as outras” (WRIGHT, 1997b, p. 382). Wright (1997b) entende a luta de classes como um

macrofenômeno coletivo, pois o caráter antagonista dos interesses de classe, que é determinado pela estrutura de classes, faz com que as práticas de classe tendam a se desenvolver como conflitos de classe coletivos, ou seja, luta de classes. Isso ocorre porque “a realização dos interesses dos membros de uma classe, geralmente, implica em confronto contra os interesses de membros de outra classe (WRIGHT, 1997b, p. 382).

Finalmente, devemos definir o conceito de interesse de classe para que a relação fundamental entre classe e agência fique clara. Wright (2015, p. 35) define interesse de classe como “os interesses materiais das pessoas decorrentes de suas situações materiais dentro das relações de classe”. Dessa forma, interesses materiais podem ser entendidos como “padrões de vida, condições de trabalho, nível de esforço, lazer, segurança material e outras coisas” (WRIGHT, 2015, p. 35). Os interesses dos agentes sobre esses fatores podem ser descritos como interesses de classe na medida em que as “oportunidades” e as escolhas que as pessoas têm e realizam na busca desses interesses são estruturados pela sua localização de classe. Segundo Wright (2015, p. 35), entender e descrever o interesse de classes constitui o elo fundamental, entre “as relações de classe e as ações dos indivíduos dentro dessas relações de classe”. Nesse sentido, a consciência de classe deve ser entendida como “o conhecimento subjetivo que as pessoas têm dos seus interesses de classe e das condições para favorecê-los” (WRIGHT, 2015, p. 35).

Um aspecto importante que devemos destacar sobre o elo entre estrutura e práticas de classe está relacionado fundamentalmente à maneira como Wright (2015) define a noção de interesses de classe e as consequências teóricas que essa definição possui para a formulação de seu conceito de luta de classes. Adiantamos que essa questão será debatida na seção sobre classes sociais e transição. Neste momento, basta salientar que o conceito de interesse de classe, tal como desenvolvido pelo autor, engloba uma ampla gama de atividades, que, a nosso ver, faz com que se perca o conteúdo específico da noção de luta de classes quando comparada à definição desse mesmo conceito na formulação de Poulantzas (2019 [1968]). Ou seja, em Wright (2015), o conceito de interesses de classe faz referência a uma gama de aspectos da vida social que podem ser das mais diversas ordens possíveis – econômica, política, ideológica etc. Por isso, entendemos que a luta de classes associada à realização desses interesses perde sua especificidade, pois pode versar sobre qualquer âmbito da vida social. Wright (1997b, 2015) perde de vista uma das distinções mais importantes da teoria marxista concernente ao escopo da luta de classes: a distinção entre luta

política e luta econômica, ou seja, a luta que visa o poder de Estado, realizada pelo partido político, e a luta econômica, realizada pelo sindicato. Acreditamos que o conceito de luta de classes em Wright (1997b, 2015) perde força em relação ao desenvolvido por Poulantzas (2019 [1968]) – luta política de classes que visa a transformação das relações de produção –, já que assume uma acepção genérica e ampliada, isto é, não deixa claro os objetos aos quais essa luta faz referência.

Antes de passar para a seção seguinte, onde analisaremos mais profundamente a questão da transição para Wright, devemos destacar que, em *Class, Crisis and the State* [1978], o autor elabora uma diferenciação entre interesses imediatos e fundamentais de classe, que se aproxima muito da distinção entre luta econômica e luta política de classes (WRIGHT, 1993 [1978], p. 83-84). Segundo Wright (1993 [1978], p. 89-90), os interesses imediatos de classe podem ser definidos como “interesses dentro dos limites de uma dada estrutura de relações sociais”. Já os interesses fundamentais são definidos “pelos interesses que colocam em questão a própria estrutura de relações sociais”. Os exemplos trazidos pelo autor esclarecem a questão: os interesses imediatos estariam ligados aos interesses econômicos dos trabalhadores, como lutas por salário e melhores condições de vida. Por outro lado, os interesses fundamentais estariam ligados, por exemplo, à luta pelo socialismo (WRIGHT, 1993 [1978], p. 90). Ainda no centro dessa discussão, Wright (1993 [1978]) demonstra que esses dois tipos de interesse fazem referência a registros distintos da análise, ou seja, os interesses imediatos fazem referência a um modo de produção dado (reprodução), ao passo que os fundamentais fazem referência à passagem entre os modos de produção (transição). Podemos notar que essa distinção entre interesses imediatos e fundamentais é abandonada pelo autor a partir dos anos 1980, quando ele define o conceito de interesses de classe de uma maneira, podemos dizer, ampliada (WRIGHT, 1997b, 1998 [1990], 2015). Merece destaque a obra *Class Counts* (Wright, 1997b), seu trabalho de maior repercussão e onde o autor segue a linha de uma definição ampla do conceito de interesses de classe. Nossa hipótese para o autor ter abandonado os conceitos de interesses imediatos e fundamentais está relacionada às pressões do contexto intelectual norte-americano, refratário à teoria marxista das classes. Esse contexto é caracterizado pela hegemonia da teoria da estratificação social, que estava no “coração” da teoria sociológica nos anos 1970 naquele país (BURAWOY, 2020, p. 74). Segundo Burawoy (2020, p. 78), há um processo geral na trajetória da abordagem de classes de Wright que o leva progressivamente a se distanciar dos debates marxistas clássicos e adotar uma posição que conciliava diversas abordagens

de classe (WRIGHT, 2015). Dessa forma, acreditamos que o abandono da distinção entre interesses imediatos e fundamentais tenha feito parte desse processo.

2.2.6 Transição e classes sociais na obra de Wright

A presente seção tem como objetivo debater a temática da transição e das classes sociais na obra de Wright, abordando as críticas que esse autor fez em trabalhos conjuntos (WRIGHT; LEVINE, 1980; WRIGHT *et al.*, 1994) à teoria do materialismo histórico proposta por Gerald A. Cohen — desenvolvida em seu livro *A teoria da história de Karl Marx: uma defesa* [1978].¹⁶ É esse o momento da obra de Wright em que ocorre um desenvolvimento mais específico e aprofundado da ideia de transição, desenvolvida a partir do debate com as teses de Cohen (2013). Portanto, é por meio dessa crítica, elaborada em texto conjunto de Wright e Levine (1980), que pretendemos reconstruir o debate sobre a transição e as classes sociais na obra de Wright. O objetivo é dar continuidade ao nosso estudo exploratório e comparativo da abordagem de classes desse autor em relação àquela de Poulantzas (2019 [1968]).

Nesse sentido, a presente seção divide-se em duas partes distintas: uma primeira parte, onde desenvolvemos os elementos centrais da teoria do materialismo histórico defendida por Cohen (2013), e uma segunda parte onde abordamos as críticas elaboradas por Wright e Levine (1980) às teses de Cohen (2013), a partir da mobilização dos conceitos de capacidade de classe e de interesse de classe. Ainda nessa seção, elaboramos e aprofundamos a ideia de que Wright e Levine (1980)

¹⁶ A publicação dessa obra pode ser tomada como um dos momentos mais importantes tanto do surgimento como do futuro desenvolvimento da corrente do marxismo analítico. Tal como aponta Lazagna (2010), o trabalho de Cohen foi capaz de alçá-lo, por um lado, ao patamar de maior filósofo marxista do mundo anglófono e, por outro, consagrá-lo como o fundador do marxismo analítico. A originalidade da tese de Cohen (2013) acerca do materialismo histórico é patentemente reconhecida no campo intelectual marxista e foi capaz de gerar inúmeros debates ao longo dos mais de quarenta anos que se seguiram à sua publicação. Segundo Wright (1992, p. 12) e Wright *et al.* (1994, p. 235), o livro de Cohen (2013) é a defesa mais “clara” e “sistemática” da tese “clássica” da primazia das forças produtivas em relação às relações de produção já elaboradas dentro do marxismo. No mesmo sentido, Tarrit (2006) argumenta que a publicação desse livro foi o marco da quebra de um paradigma do mundo acadêmico anglófono, na medida em que, segundo esse autor, até os anos 1970 não havia realmente um grande corpo de teoria marxista produzida em regiões de língua inglesa, a despeito, entretanto, de toda a força que sempre teve a classe operária na Grã-Bretanha. Ainda nesse sentido, Lazagna (2010) acrescenta: “Com efeito, pode-se afirmar que a defesa que Cohen faz do materialismo histórico é considerada original pela esmagadora maioria dos seus interlocutores. Isso também se deve à leitura – *exegética* – que faz do prefácio que Marx escreveu para seu livro: *Para uma crítica da economia política*, mais conhecido como ‘*Prefácio de 1859*’.” (LAZAGNA, 2010, p. 58).

defendem um conceito ampliado de interesses de classe que, por sua vez, reflete em uma falta de especificidade do conceito de luta de classes, principalmente no sentido de distinguir claramente o que seria um tipo de conflito transformador (luta política) de um tipo de conflito reprodutivo (luta econômica). Defendemos que a abordagem proposta por Poulantzas (2019 [1968]), por meio da especificidade do conceito de luta política de classes como motor da história, seria uma proposta mais consistente para abordar o tema da transição dentro de uma perspectiva marxista. Isso ocorre porque, o conceito de Poulantzas (2019 [1968]) especifica os objetos aos quais a luta de classes, no sentido forte do termo, faz menção.

2.2.7 A teoria da história de Gerald Cohen

O argumento geral da obra de Cohen (2013), apresentado logo na introdução de seu texto, é que seu livro é uma defesa do materialismo histórico e que seu “objetivo é construir uma teoria da história sustentável que esteja, em geral, de acordo com o que Marx disse sobre o tema” (COHEN, 2013, p. 15). Segundo Lazagna (2010), o trabalho de Cohen defende duas teses principais: i) a tese da primazia das forças produtivas sobre as relações de produção e ii) a tese de que existe uma relação funcional entre a base econômica e as superestruturas, ou seja, as superestruturas surgem e desaparecem na medida em que promovem ou frustram o desenvolvimento das forças produtivas. Dessas duas teses, analisaremos apenas a primeira, pois ela é o foco central da crítica de Wright e Levine (1980) acerca do conceito de transição no materialismo histórico. Essa crítica demarca a posição desses autores sobre os processos de transição entre modos de produção, objeto de análise da presente seção. Visto isso, passemos propriamente à tese de Cohen (2013):

O que eu defendo, pois, é um materialismo histórico à moda antiga, uma concepção tradicional, segundo a qual a história é, fundamentalmente, o pleno desenvolvimento da capacidade produtiva humana, e as formas de sociedade surgem e desaparecem na medida em que possibilitam ou impedem esse desenvolvimento. O foco está nos conceitos mais básicos da teoria, os de forças produtivas e relações de produção. E haverá excepcionalmente pouca discussão, como expressam os livros sobre Marx e a sociedade, quanto ao conflito de classe à ideologia e ao Estado. (COHEN, 2013, p. 17, meus grifos)

O primeiro elemento que devemos destacar é que, para Cohen (2013, p. 173), Marx atribui uma primazia explicativa às forças produtivas. Ou seja, as forças produtivas possuiriam primazia

explicativa “sobre as relações de produção ou sobre a estrutura econômica que as relações de produção constituem” (COHEN, 2013, p. 173). Nesse sentido, três termos merecem ser definidos: *forças produtivas*, *relações de produção* e *estrutura econômica*. Cohen (2010, p. 64) define as *forças produtivas* como “as edificações e os meios utilizados no processo de produção: meios de produção de um lado e força de trabalho de outro”. Nessa equação, haveria um desdobramento da força de trabalho que assume dois sentidos: um primeiro relacionado à força física dos trabalhadores e outro relacionado às suas habilidades e seus conhecimentos. Para Cohen (2010, p. 64), a parte mais importante desse desdobramento para o desenvolvimento das sociedades estaria relacionada ao segundo aspecto mencionado, ou seja, sua “dimensão subjetiva”, o conhecimento. Cohen (2010) argumenta que em estágios mais avançados das forças produtivas, esse elemento pode ser concebido como a própria ideia de “ciência”.¹⁷

As relações de produção, dessa forma, são consideradas pelo autor como “relações de poder econômico sobre a força de trabalho e os meios de produção, de cujo privilégio alguns gozam, enquanto os outros carecem” (COHEN, 2010, p. 66). Em suma, as relações de produção são relações de propriedade. Por fim, seria interessante notar o uso específico que Cohen (2010, p. 66) dá ao termo *estrutura econômica*, restringindo-o apenas ao conjunto das relações de produção. Nesse caso, elas seriam a base econômica dos modos de produção, diferentemente das forças produtivas, que não estão na base econômica, mas abaixo delas, naquilo que Cohen (2010, p. 66) entende por base material da sociedade.

A partir dessas definições, o autor afirma que “a tese da primazia é a de que a natureza de um conjunto de relações de produção é explicada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas que esse conjunto abrange (em maior grau do que o contrário)” (COHEN, 2013, p. 173-174). Essa tese, segundo Cohen, aparece em Marx associada ao que ele chama de *tese do desenvolvimento*, ou seja, a tese segundo a qual “as forças produtivas tendem a se desenvolver ao longo da história” (COHEN, 2013, p. 174). O autor tenta demonstrar, por meio de sentenças retiradas do *Prefácio de 1859*, que Marx (1982) realmente defende as duas teses acima. Na famosa passagem do *Prefácio*, Marx (1982) nos diz:

¹⁷ Na medida em que a ciência se torna o elemento de maior importância das forças produtivas, ficam claras as razões que levam Cohen (2013, p. 62) a afirmar que sua obra consiste em “uma interpretação “tecnológica” do materialismo histórico”.

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas. [...] Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas do desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. [...] Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. (MARX, 1982, p. 25)

Para Cohen (2013, p. 176), os excertos acima comprovam que Marx (1982 [1985]) filiava-se à *tese do desenvolvimento*, na medida em que as referências ao desenvolvimento das forças produtivas são abundantes neste texto. Ademais, Marx (1982) não esboça preocupação com o tipo de movimento contrário, ou seja, de regressão das forças produtivas ao longo da história. No que concerne à tese da primazia das forças produtivas sobre as relações de produção, a primeira sentença da citação é a chave explicativa utilizada por Cohen (2013): as relações de produção *correspondem* às forças produtivas e não o contrário, o que significa dizer que “aquelas [relações de produção] são adequadas a estas [forças produtivas], e lhe podemos atribuir a ideia de que as relações de produção são como são *porque* são adequadas ao desenvolvimento produtivo” (COHEN, 2013, p. 176). Ou seja, não haveria uma relação de correspondência simétrica, segundo a qual as relações de produção corresponderiam ao nível de desenvolvimento das forças produtivas e vice-versa. Cohen (2013, p. 176) tenta demonstrar, portanto, que a natureza das relações de produção é explicada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas e não o inverso.

Poderíamos afirmar, a partir de Wright e Levine (1980), que existem mais três teses importantes na obra de Cohen: i) a *tese da compatibilidade*, ii) a *tese da contradição* e, por fim a iii) *tese da transformação*. Cohen (2013) defende que há *compatibilidade* entre forças produtivas e relações de produção na medida em que existe um certo limite de desenvolvimento das forças produtivas que, quando ultrapassado, geraria uma *incompatibilidade* com as relações de produção existentes. Essas noções de *compatibilidade/incompatibilidade* expressam-se na ideia de correspondência que tratamos acima. A partir do momento em que se alcança o patamar de *incompatibilidade* entre as forças produtivas e as relações de produção, advém o fenômeno da

contradição, quando as relações de produção passam “de formas de desenvolvimento das forças produtivas” para “grilhões” desse desenvolvimento, o que caracteriza a *tese da contradição*. Nesse sentido, para destravar o desenvolvimento das forças produtivas é necessário modificar as relações de produção, que agora são seu obstáculo, e aí estaria a *tese da transformação*.

Para sustentar sua concepção de materialismo histórico, Cohen (2013) é obrigado a desenvolver um argumento que torne consistente a ideia de que as forças produtivas tendem a se desenvolver na história, ou seja, tornar consistente a *tese do desenvolvimento*. A defesa de Cohen da tese do *desenvolvimento* é construída por meio de duas categorias principais: a de *racionalidade*, relacionada à ideia de natureza humana, e a de *escassez*, ligada às circunstâncias históricas vividas pelos homens (COHEN, 2013, p. 190). Tais categorias empregadas pelo autor (2013) podem ser entendidas em um registro de análise supramodal, conforme aponta Boito Jr. (2015, p. 155), ou trans-histórica, como nas palavras de Wright *et al.* (1994, p. 24), isto é, categorias com validade epistemológica para diversos modos de produção.

Nesse sentido, Cohen (2013, p. 192) entende que os homens são, de certo modo, racionais e, por conseguinte, tanto “sabem satisfazer suas necessidades prementes” quanto “aproveitar e empregar os meios para a satisfação dessas necessidades”. Essa característica da natureza humana em um contexto de *escassez*, portanto, impeliria os homens a desenvolver as forças produtivas, tendo em vista que a satisfação de suas necessidades não pode ser obtida diretamente da natureza, mas sim mediante o emprego “de boa parte de seu tempo e energia” (COHEN, 2013, p. 192). Tendemos a concordar com o argumento de Boito Jr. (2015) de que a maneira pela qual Cohen (2013) sustenta sua tese do desenvolvimento significa um avanço dentro da teoria marxista, na medida em que ele tenta, de forma pioneira e consistente, sanar essa lacuna deixada por Marx, ou seja, explicar a razão de haver uma tendência progressiva de desenvolvimento nas sociedades humanas. A explicação da tendência progressiva de desenvolvimento das forças produtivas – encontradas virtualmente em todo tipo de sociedade, como ressalta Boito (2015, p. 156-157) – é um elemento essencial para a explicação dos processos de mudança na história.

Cohen (2013) elenca alguns contra-argumentos à sua tese, dentre os quais dois nos parecem mais relevantes para o argumento do autor. O primeiro é a acusação de que ele cairia num “determinismo tecnológico”, que seria incapaz de ressaltar o lado humano do processo histórico. Em outras palavras, na “visão tecnológica, tem-se a impressão de que o inumano prevalece sobre

os homens” (COHEN, 2013, p. 187). A contra argumentação de Cohen busca ressaltar o aspecto humano de sua tese ao aproximar o desenvolvimento das forças produtivas ao crescimento das faculdades humanas. Para nosso autor, portanto, o desenvolvimento das forças produtivas significaria um “enriquecimento da capacidade do trabalho humano”, o que recolocaria o elemento humano no centro da história. Nesse sentido, Cohen tenta demonstrar, usando um argumento hiperbólico, que são as relações de produção que possuem a capacidade de escravizar os homens. Hiperbólico na medida em que:

A capacidade de escravizar os homens é uma característica que pertence primordialmente às relações sociais e não às capacidades materiais: são as relações de produção que se convertem em entraves ao impedirem o desenvolvimento material. Para apresentar a questão de maneira hiperbólica: as forças produtivas não escravizam os homens já que os homens não podem ser escravos das suas próprias capacidades. (COHEN, 2013, p. 187)

O segundo argumento que poderia ser levantado contra as teses de Cohen (2013), segundo o próprio autor – e que nos interessa mais diretamente neste texto, pois versa sobre a luta de classes e a transição – está relacionado ao papel da *luta de classes* na mudança social. Esse argumento diz respeito ao postulado central do programa de pesquisa marxista que guia nossa avaliação das abordagens de classe de Wright e Poulantzas: a luta de classes enquanto “motor da história”. Cohen (2013, p. 188) defende que a luta de classes possui um potencial explanatório limitado, pois explica qual classe triunfa no momento da mudança, mas deixa de lado a explicação sobre as razões pelas quais ela triunfa. O autor aponta que “*Marx encontra a resposta [para saber qual classe triunfa] no caráter das forças produtivas*” (COHEN, 2013, p. 188). De forma sintética, Cohen (2013, p. 189) alega que a classe que emerge triunfante de um período de mudança social será a classe mais adequada a dirigir o desenvolvimento das forças produtivas. Esse aqui é justamente o ponto de partida das críticas realizadas por Wright (1992) e Wright e Levine (1980). Vejamos quais são elas.

2.2.8 Crítica à abordagem de Cohen sobre a transição

A crítica e os argumentos de Wright e Levine (1980) à teoria da transição de Cohen desenvolvem-se mediante a introdução do conceito de capacidades de classe na teoria da mudança histórica. Na visão desses autores, para a construção de qualquer teoria da história adequada e consistente, é central entender como os interesses de classe são traduzidos e transformados em

práticas (WRIGHT; LEVINE, 1980, p. 58). Dessa forma, para explicar o processo de tradução dos interesses de classe em práticas sociais, seria essencial compreender o desenvolvimento da *capacidade de classe*, ou seja, “aqueles recursos organizacionais, ideológicos e materiais disponíveis para as classes na luta de classes” (WRIGHT; LEVINE, 1980, p. 58).

A partir da noção de capacidades de classe, Wright e Levine (1980) atacam o argumento de Cohen (2013) segundo o qual a transformação social dependeria, em primeiro lugar, do desenvolvimento das forças produtivas. Para Cohen (2013), o desenvolvimento das forças produtivas levaria inexoravelmente à formação da *capacidade de classe* necessária à transformação social. Ou seja, na perspectiva do autor, não haveria espaço para qualquer tipo de constrangimento ou coação social historicamente concreta que pudesse bloquear esse processo. Isso ocorreria, segundo Wright e Levine (1980), porque a tese de Cohen (2013) é construída em cima de categorias trans-históricas, isto é, categorias que não levam em conta contextos estruturais e historicamente concretos. O elemento crucial da crítica aqui é a utilização das categorias trans-históricas de escassez e racionalidade instrumental que sustentam e são centrais para o argumento de Cohen (2013). Essas categorias não admitem intervenção das condições concretas e dos contextos historicamente específicos, onde poderiam estar envolvidas diversas formas de coação social capazes de constranger o desenvolvimento da *capacidade de classe*.

Em lugar de enxergar um crescimento inexorável da capacidade da classe trabalhadora em lutar contra a irracionalidade intensificada do capitalismo, tem-se argumentado que existe um processo sistemático no trabalho em sociedades capitalistas que desorganiza a classe trabalhadora, bloqueia suas capacidades e frustra sua aptidão para destruir as relações de produção capitalistas. (WRIGHT; LEVINE, 1980, p. 59)

Segundo Wright e Levine (1980), Cohen (2013) erra também ao reduzir a ideia de capacidade de classes à de interesses de classe. Cohen (2013), dessa maneira, pressupõe que o desenvolvimento das forças produtivas levaria as classes dominadas a perseguirem automaticamente e mecanicamente tais interesses. Seguindo o argumento, Cohen (2013) defende que, em momentos de transição, os interesses da classe mais adequada para dirigir o desenvolvimento das forças produtivas acabam, em certa medida, por se identificar com os interesses gerais da sociedade. Isso levaria as classes, até então apoiadoras da classe dominante no regime anterior, a mudar de lado e passar a apoiar a nova classe que emerge triunfante do período

de mudança. Portanto, Wright e Levine (1980) depreendem que, para Cohen (2013), a capacidade de classe está inteiramente atrelada aos interesses de classe e ao desenvolvimento das forças produtivas.

De acordo com a crítica elaborada por Wright e Levine (1980, p. 59) à posição de Cohen (2013), não haveria um “processo automático de desenvolvimento das capacidades de classe, enquanto consequência direta do desenvolvimento das forças produtivas”. Por mais que Marx tenha demonstrado que certos aspectos do processo de trabalho influenciam um tal desenvolvimento, para os autores, existem muitos outros que o desencorajam. Assim, não haveria uma teoria geral, baseada em categorias trans-históricas, adequada para resolver a equação entre forças produtivas e relações de produção e, portanto, não haveria também uma tal teoria que consiga substituir o que “Lenin chamou de ‘a alma do Marxismo’: a ‘análise concreta da situação concreta’” (WRIGHT; LEVINE, 1980, p. 59). A abstração, tal como a de Cohen, dos seres humanos dos contextos históricos e concretos nos quais eles agem é, para nossos autores, uma característica fundamental do contratualismo, na medida em que esse procedimento é realizado em prol de um conceito de racionalidade pura. É comum para o contratualismo tomar como elementos de segunda ordem teórica “as condições estruturais de tradução da racionalidade em ação” (WRIGHT; LEVINE, 1980, p. 60). Dessa forma, concordamos com esses autores, na medida em que eles demonstram que os determinantes mais importantes da ação humana estão ligados diretamente aos constrangimentos e determinações sociais historicamente concretos. Esses fatores são frequentemente minimizados por argumentos de tipo contratualista. Wright e Levine (1980) admitem que a ideia de racionalidade avançada por Cohen (2013) é um elemento importante para uma teoria da ação social, mas apenas quando tal ideia de racionalidade é pensada em sua relação direta com os constrangimentos sociais concretos. Ou seja, em geral as ações dos indivíduos são racionais, por causa dos “constrangimentos sociais, das relações de dominação, das incapacidades para ação coletiva e assim por diante” (WRIGHT; LEVINE, 1980, p. 60).

Wright e Levine (1980), portanto, apresentam uma crítica ao modelo de transição exposto por Cohen (2013) que coloca no centro do debate sobre a transição a categoria de capacidades de classe. Existe aqui um paralelo necessário a ser feito com o modelo de transição proposto por Poulantzas (2019 [1968]). De certo modo, podemos afirmar que tanto Wright e Levine (1980) quanto Poulantzas (2019 [1968]) constroem suas teorias da transição a partir da crítica a uma

abordagem mecanicista do materialismo histórico. Poulantzas (2019 [1968]) o faz a partir da crítica ao economicismo, enquanto Wright e Levine (1980) o fazem a partir da crítica ao argumento de tipo contratualista elaborado por Cohen (2013). Nesse sentido, os três autores também avançam a tese de que a mudança social depende do que poderíamos chamar de causalidade múltipla. Ou seja, para eles, não existiria uma relação inequívoca entre o desenvolvimento econômico ou das forças produtivas que levaria inevitavelmente a uma mudança nas relações de produção. Por isso, Wright e Levine (1980) e Poulantzas (2019 [1968]) mobilizam, respectivamente, as categorias de capacidades de classe e luta política de classes — que parecem tratar do mesmo elemento explicativo dentro de uma teoria da história. Em um primeiro momento, a noção de capacidade de classe, enquanto recursos organizacionais, ideológicos e materiais para a luta de classes, nos parece muito próxima da noção de partido político distinto utilizada por Poulantzas (2019 [1968]), enquanto elemento central para dirigir o processo de luta política transformadora. A divergência central identificada ao final da nossa análise estaria no fato de que Wright e Levine (1980) não definem o escopo ao qual essa capacidade de classes faz referência, ou seja, se faz referência à luta econômica ou à luta política. Wright e Levine (1980) não desenvolvem profundamente esse tema — dos objetos específicos da capacidade de classe. Porém, como vimos, esse conceito vem sempre associado à noção de luta de classes, e, conforme Wright (1997b) desenvolve posteriormente, assume uma acepção que poderíamos chamar de ampliada. Queremos dizer com isso que a luta de classes em Wright (1997b) não possui um objeto específico, tal como para Poulantzas (2019 [1968]) — ou seja, luta política de classes que objetiva o poder de Estado. Enquanto macroconceito sociológico derivado da noção de práticas de classe, a luta de classes em Wright (1997b) pode assumir, desde que coletivamente, um caráter econômico ou político ou ideológico, na medida em que está associada diretamente a uma noção ampliada de interesses de classe, tal como definida no item 2.2.4 deste capítulo.

Nesse sentido, acreditamos que Poulantzas (2019 [1968]) possui uma teoria da transição mais consistente com o postulado marxista da luta de classes como motor da história, uma vez que *mantém* e *avança* sobre a distinção clássica, encontrada em Lenin (1997, 2006), entre luta política e luta econômica. Acreditamos que a luta sindical/econômica não pode ser entendida, como Wright (1997b) o faz, como luta de classes, muito menos como “o motor da história”. Considerar a luta econômica por aumento de salários como luta de classes está, a nosso ver, em contradição direta

com o postulado teórico da luta de classes. A luta por salários no capitalismo faz parte do conflito reprodutivo ou funcional, como prefere Saes (2003). Tratá-la, portanto, como luta de classes implica em abdicar da característica de motor da história proposta pelo postulado do programa marxista. Ou melhor, ao considerar qualquer tipo de conflito como luta de classes, Wright torna genérico o postulado teórico da luta de classes marxista. A luta de classes é, em sua perspectiva, *também* o motor da história e não mais *apenas* o motor da história.

O problema está no fato de que, como vimos na seção 2.2.4 deste capítulo, nos textos após *Class, crisis and state* [1978], Wright (1993 [1978]) abandona a distinção entre interesses imediatos (reprodução) e interesses fundamentais (transição). Essa distinção implicava, ainda no texto de 1978, em uma diferenciação do conceito de capacidade de classe. Wright (1993 [1978]), naquele momento, dividia esse conceito em dois: *as capacidades de classe estruturais*, ligadas ao próprio desenvolvimento histórico e estrutural das sociedades, e *as capacidades de classe organizacionais*, derivadas da organização consciente dos integrantes de determinada classe social (WRIGHT, 1993 [1978], p. 99). Assim, as capacidades organizacionais – “os vínculos reais entre os membros de uma classe criados através da direção consciente de organizações de classe” (WRIGHT, 1993 [1978], p. 101) – podiam ser entendidas como a noção de partido político distinto, diferente da organização que realiza a luta de tipo econômico, o sindicato. Portanto, naqueles trabalhos, Wright mobilizava conceitos que, a nosso ver, indicam uma defesa forte do postulado da luta de classes como motor da história. Após esses textos, consideramos que Wright (1997b, 1998 [1990]) atenua esse postulado mediante a utilização de um conceito ampliado de interesses de classe, definido como: “os interesses materiais das pessoas decorrentes de suas situações materiais dentro das relações de classe. Interesses materiais incluem uma série de questões – padrões de vida, condições de trabalho, nível de esforço, lazer, segurança material e outras coisas” (WRIGHT, 2015, p. 35).

A partir dos elementos expostos acima, concluímos que esse aspecto da abordagem de Wright (1997b) caracteriza-se como *um aspecto menos progressivo de sua teoria de classes em relação ao programa de pesquisa marxista*. Poulantzas (1974, 2019 [1968]), por outro lado, mantém-se consistente ao postulado da luta de classes proposto por Burawoy (1990). Isso ocorre porque Poulantzas (2019 [1968]) sustenta uma distinção clara entre luta econômica e luta política, na qual esta última assume uma feição específica em sua teoria, enquanto “nível *sobredeterminante*

da luta de classe, na medida em que ela concentra os níveis da luta de classe” (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 89). Ou seja, a luta política de classes é o que realiza, no plano histórico, o acúmulo complexo de contradições das demais instâncias (econômica e ideológica) no momento de ruptura (ou transição). Esse seria o momento em que Poulantzas (2019 [1968]) avança sobre e fortalece o postulado teórico do programa de pesquisa, ou seja, é aqui que o autor demonstra o caráter específico da luta política de classes, enquanto luta de classes no sentido forte da transformação ou o “motor da história”.

Diante desses elementos, vale realizar uma ressalva importante sobre a comparação entre a teoria da transição de Poulantzas (2019 [1968]) e de Wright e Levine (1980) e Wright (1997b). O primeiro ponto diz respeito ao fato de que assumimos uma interpretação possível para o entendimento do conceito de luta de classes em Poulantzas (2019 [1968]). Como foi dito na seção 2.1.3 deste capítulo, existem divergências entre os comentadores da obra de Poulantzas (2019 [1968]) quanto à interpretação do conceito de luta de classes, de modo que nos apoiamos em uma delas, referenciada nas propostas de leitura trazidas por Saes (2003), Boito Jr. (2007) e Lazagna (2019 [1968]). Nesse sentido, vale destacar que Wright (1993 [1978]), sintomaticamente, interpreta Poulantzas (2019 [1968]) de modo diferente dos autores acima, já que entende o postulado poulantziano de que as classes só existem na luta de classes como uma reafirmação do caráter relacional do conceito de classe em Poulantzas (2019 [1968]). Sintomaticamente porque acreditamos que Wright (1993 [1978]) perde de vista justamente o que consideramos faltar à sua teoria da transição: o caráter específico e restrito da luta de classes transformadora, ou seja, a luta política no sentido forte apresentado por Poulantzas (2019 [1968]). A restrição do objeto, ou recorte, feito por Poulantzas (2019 [1968]), parece mais consistente, pois delimita o objeto específico ao qual a luta de classes faz referência.

Este capítulo teve como objetivo central apresentar os elementos fundamentais da teoria das classes de Poulantzas e Wright por meio de uma análise comparativa das obras dos autores, apontando divergências, convergências e possíveis relações de complementaridade entre suas abordagens. Tentamos, também, explorar em que medida suas formulações se conciliavam com o

postulado marxista das classes sociais como motor da história. Concluímos, a partir disso, que a obra de Wright (1997b) possui certos elementos que podemos caracterizar como *degenerativas* ou/e *menos progressivos* frente aos postulados de um programa de pesquisa marxista. O primeiro estaria relacionado ao fato de que o autor se apropria da abordagem da estratificação social por meio do uso do conceito de qualificação. Demonstramos como esse tipo de abordagem impede a formulação de uma visão relacional das classes sociais, o que, por sua vez, implica na impossibilidade de se estabelecer interesses antagônicos de classe. Essa questão atinge diretamente o postulado da luta de classes como motor da história, já que não é possível dizer que há luta de classes sem interesses antagônicos. Nesse sentido, caracterizamos o conceito de exploração em torno de ativos de qualificação em Wright como um *elemento degenerativo* de sua abordagem de classes. O segundo elemento que descrevemos como *menos progressivo relaciona-se* à concepção de transição de Wright. Como vimos, por meio de seu conceito de interesses de classe, o autor imprime um caráter genérico à noção de luta de classes (WRIGHT, 1997b), o que implica em uma inconsistência com o postulado da luta de classes como motor da história do programa de pesquisa marxista, na medida em que a luta de classes passa a ser também e não somente o motor da história. Wright (1997b), assim, reduz as pretensões do conceito ao ampliar demais os objetos aos quais ele faz referência. Por essas razões, caracterizamos sua abordagem das classes e a transição como um elemento *menos progressivo* de sua teoria das classes.

Vale ainda ressaltar que esse capítulo não pode ser entendido como uma avaliação taxativa das escolhas de Wright (1997b) no campo da teoria das classes. Um dos nossos propósitos era avaliar em que medida a análise de classes de Wright, bem como a de Poulantzas, conciliavam-se com o pressuposto da luta de classes como motor da história. Portanto, não há aqui exatamente uma avaliação de, por exemplo, qual teoria é melhor: a teoria da estratificação ou a análise de classes marxista. Também não temos o objetivo de avaliar em que medida a proposta de junção dessas duas abordagens trazidas por Wright (1997b) é mais consistente de um ponto de vista sociológico mais amplo. Apesar de nosso trabalho ter, em certa medida, conseguido indicar nossa preferência pela análise de classes marxista relacional, ainda não podemos afirmar que essa abordagem é superior à da estratificação. Esse tipo de avaliação pode fazer parte de uma agenda posterior de pesquisa, voltada a comparar a abordagem marxista das classes com outras vertentes da teoria de classes em sociologia, ou mesmo de uma agenda que teste empiricamente esses

conceitos. Contudo, devemos salientar que o próximo capítulo, onde debateremos as soluções de Wright e Poulantzas ao problema das classes, levantará também novos elementos que sustentam a nossa discordância inicial com a apropriação de Wright (1997b) da teoria da estratificação.

3. Poulantzas e Wright frente ao “problema das classes médias”

3.1 O “problema das classes médias” no marxismo

Seguindo as indicações de Boito Jr. (2004) e Cavalcante (2012), podemos afirmar que o debate sobre as “classes médias” se desenvolve no marxismo pelo menos desde o início do século XX, quando Rudolf Hilferding (1985) aborda esse tema em seu *O capital financeiro* [1909]. Esse autor já identificava, naquele período, um processo de ampliação de camadas de trabalhadores assalariados – segundo ele, erroneamente identificadas como “nova classe média” – que se expandiam, nas palavras do autor, de forma “extraordinária”. Essa expansão ocorria tanto em função do advento da grande indústria e do conseqüente aumento da mecanização do processo produtivo, quanto do “desenvolvimento do sistema de ações”, ou seja, sistema que passava o controle do processo produtivo às mãos de outros agentes (gerentes), os quais não eram exatamente os detentores da propriedade econômica das empresas (HILFERDING, 1985, p. 325). Hilferding (1985) argumentava que, em razão da própria elevação da composição orgânica do capital, o crescimento dessas novas camadas de assalariados – principalmente de técnicos e supervisores – chegaria a superar o crescimento do proletariado. A expansão da mecanização, segundo o autor, tornava “supérflua a força de trabalho, mas não a supervisão do técnico” (HILFERDING, 1985, p. 325). Da mesma maneira, o desenvolvimento do sistema de ações, responsável pela dissociação entre o que ele chama de direção e propriedade, transformava a direção em “função especial de trabalhadores e funcionários mais bem remunerados” (HILFERDING, 1985, p. 325). Esse fenômeno empírico de expansão do assalariamento em sociedades capitalistas avançadas, identificado por Hilferding (1985) já no início do século XX, daria origem ao que Poulantzas (1974) e Wright (1997b) tratariam mais à frente como o “problema das classes médias” no marxismo.

Como discute Bertonecelo (2009, p. 31), nas últimas décadas do século passado, dois desafios foram postos ao debate teórico marxista. O primeiro, como já comentamos por meio de Hilferding (1985), é a complexificação da estrutura de classes nas sociedades contemporâneas, conhecido no debate internacional como o “problema das classes médias” ou, como prefere Wright

(1989), o “embaraço das classes médias”¹⁸. Ainda segundo Bertonecelo (2009), esse debate foi capaz de contestar a tese marxista de que o processo de reprodução do capital levaria a uma polarização tendencial da estrutura de classes entre duas classes fundamentais: burguesia e proletariado. Do ponto de vista marxista, essa polarização estrutural se materializaria em uma polarização política responsável pela superação revolucionária do sistema capitalista (BERTONCELO, 2009, p. 31).

O segundo problema apontado pelo autor está relacionado à emergência de novos atores coletivos, os quais não tinham necessariamente origem operária nem expressavam “o conflito central entre capital e trabalho” (BERTONCELO, 2009, p. 31). Como aponta Sallum (2004), é principalmente a partir das mobilizações do Maio de 1968, em que os atores centrais do processo foram identificados como “classe média”, que boa parte da literatura acadêmica se mobiliza na direção de contestar a capacidade do marxismo em adequar sua teoria das classes a uma teoria da ação política. Mais especificamente, contestar a capacidade do marxismo em compreender quais seriam os atores que deveriam assumir o papel central nos movimentos políticos em sociedades capitalistas avançadas.

Essa contextualização do debate é importante, pois de fato houve um grande esforço dentro do marxismo em trabalhar com essas novas questões. Uma série de autores – tais como Poulantzas (1974), Wright (1997b), Serge Mallet (1963), Pierre Belleville (1963), Andrieux e Lignon (1966), Moorhouse (1976), Harry Braverman (1980), Guglielmo Carchedi (1989, 1996)¹⁹ – tentaram tratar essas questões de diversas maneiras em suas obras. Devemos ressaltar que, entre esses esforços, a obra de Poulantzas (1974) ganha destaque para Wright (1993[1978], p. 31), que a considera “o esforço mais sistemático e completo para entender precisamente o critério marxista para as classes na sociedade capitalista”.

¹⁸ Do inglês, “the embarrassment of middle classes”.

¹⁹ Devemos nos atentar para o fato de que o “problema da classe média” não foi uma questão que circulou exclusivamente dentro do campo de debate marxista. Diversos trabalhos de linhagem neoweberiana exploraram essa questão. Os principais deles, dentro dessa perspectiva, foram escritos por autores da Escola de Nuffield, Oxford, Inglaterra: Lockwood (1958, 1960, 1966), Goldthorpe e Lockwood (1963), Goldthorpe et alli (1967). O principal conceito utilizado pelos autores para definir essas novas classes foi “trabalhadores prósperos”, do inglês *affluent workers*. Wright (1994, p. 92) reconhece, como possíveis aproximações com o marxismo, que esses autores, por um lado, utilizam a mesma relação capital trabalho como eixo principal das relações no capitalismo e, por outro, dão a devida importância em seus trabalhos às novas categorias interpostas às posições de patrões e trabalhadores.

Wright (1993 [1978]) argumenta que essa série de discussões foi capaz de reconfigurar um cenário onde havia pouco desacordo entre os marxistas em relação ao entendimento da classe operária, definida como “trabalhadores manuais envolvidos diretamente na produção de mercadorias físicas para o capital privado” (WRIGHT, 1993 [1978], p. 30). Contudo, esse acordo relativamente consistente não se confirmava quando a análise deslocava seu foco para outras categorias de trabalhadores assalariados. Dentro e fora do marxismo, numerosas posições se conformaram para dar uma resposta a essa questão, de forma que consideramos desnecessário remeter a todas essas posições neste espaço. Assim, focaremos nosso debate em apenas três posições principais que estruturam o problema das classes médias de forma suficientemente satisfatória para os fins desta dissertação. Essas três posições enquadram e expõem de forma contrastada os debates mais importantes que envolvem a discussão específica entre Wright e Poulantzas em torno da teoria das classes.²⁰ A primeira posição designaremos de *concepção ampliada da classe operária*; a segunda chamaremos de *concepção restrita da classe operária*; e, por fim, a terceira, pautada na ideia de *localizações contraditórias na luta de classes*.

A concepção ampliada da classe operária caracteriza-se pela estratégia de colocar todos os trabalhadores assalariados na posição de classe operária, excetuando apenas os altos cargos gerenciais e executivos intimamente ligados à burguesia. Wright (1996 [1980], p. 390) denomina essa proposta de “visão polarizada simples da estrutura de classes em sociedades capitalistas avançadas”. A estrutura de classes capitalista, segundo essa abordagem, caracterizaria-se por uma classe trabalhadora mastodôntica (*mammoth*) (90% a 80% da sociedade), uma pequena burguesia restrita (de 10% a 8%) e uma burguesia diminuta. Como apontam Boito Jr. (2004) e Poulantzas (1974), essa posição foi defendida majoritariamente pelo marxismo soviético durante o pós-guerra, pois era de interesse do regime fazer valer a tese da polarização entre burguesia e operariado (BOITO JR., 2004, p. 215). Essa posição tomava todo e qualquer trabalhador assalariado como classe operária.

Já nos anos 1960 e 1970, vemos surgir defesas mais elaboradas dessa mesma tese. Seria o caso de Belleville (1963) e Mallet (1963) que, na década de 1960 na França, desenvolvem o que

²⁰ Todo recorte, de fato, implica em simplificações, que no caso de Poulantzas e Wright são bastante claras na medida em que esses autores discutem em suas obras com posições das mais variadas dentro do debate das classes médias. Como não conseguiremos abordar todas elas no espaço desta dissertação, remetemos o leitor ao capítulo primeiro da tese de doutorado de Cavalcante (2012), onde o autor apresenta de modo minucioso grande parte dessas posições.

ficou conhecido como a tese da “nova classe operária”. Os dois autores apontam para um processo de expansão dos limites da classe operária, incorporando ao conceito de operariado os trabalhadores não-manuais (engenheiros, técnicos de escritórios, pesquisadores de laboratório). Ambos possuem teses muito parecidas sobre essa questão: tanto um quanto o outro enxergam um duplo movimento de aproximação que levaria o trabalho do operário, principalmente permeado pela tecnologia da automação, a um patamar intelectual elevado, quebrando a divisão clássica entre trabalho intelectual e trabalho manual. Isso ocorria ao mesmo tempo em que as condições de trabalho dos técnicos, engenheiros, dos *blouses blanches*, começavam a se deteriorar em razão de dois processos principais: parcialização e intensificação. Ademais, para Mallet (1963) e Belleville (1963), haveria um processo de expansão da fronteira da classe operária tanto para o momento anterior ao processo de produção (pesquisas, estudos de mercado, logística) quanto para o momento de seu escoamento (transporte, distribuição, comunicação). Essa posição ampliada defendida por Mallet (1967) foi diretamente criticada por Poulantzas (1974) por meio do argumento de que haveria descontinuidades no processo de qualificação do antigo operário especializado, que ocorriam apesar do crescimento dos processos de automação e de inserção de novas tecnologias no processo produtivo.

Braverman (1980) realiza a defesa mais rigorosa e qualificada da perspectiva ampliada da classe operária. Esse autor demonstra, com riqueza de detalhes, mudanças significativas que impulsionaram um processo contínuo de proletarização daquilo que ele chama de trabalhadores de escritório, da classe média e também da “nova classe média” – termo que assume de maneira crítica (BRAVERMAN, 1980, p. 344). Podemos, assim, elencar *dois conjuntos* de aspectos levantados por Braverman que sustentam sua visão ampliada da classe trabalhadora: *primeiramente*, haveria um conjunto de fenômenos relacionados diretamente à degradação do trabalho no capitalismo monopolista. Esses fenômenos aproximariam as camadas “intermediárias” de trabalhadores da posição de classe operária. São três os principais elementos da degradação do trabalho segundo Braverman (1980): i) a relação de assalariamento e o conseqüente rebaixamento relativo dos níveis salariais dos trabalhadores de escritório e das classes médias (BRAVERMAN, 1980, p. 252); ii) o surgimento de um exército de reserva próprio a esse tipo de emprego que, por um lado, mantém esses conjuntos de trabalhadores sob a ameaça constante do desemprego e, por outro, pressiona a redução relativa de seus salários (BRAVERMAN, 1980, p. 344-345); e, por fim, iii) a expansão da

racionalização do processo de trabalho, por meio da aplicação dos princípios da gerência científica, que impunham desqualificação, especialização e mecanização ao trabalho dos setores intermediários. Além disso, segundo Braverman (1980, p. 267-268), esse fenômeno estaria diretamente relacionado à dissolução da diferenciação trabalho manual/ trabalho intelectual, aspecto que, como veremos, será crucial para as definições de nova pequena burguesia e classe trabalhadora em Poulantzas (1974).

O *segundo conjunto* de aspectos levantados por Braverman (1980) está diretamente relacionado a duas questões que abordaremos de forma mais profunda nesta seção: o debate sobre trabalho produtivo/improdutivo e o debate sobre as funções do capital e do trabalho. Quanto ao primeiro debate, é importante notar que Braverman (1980, p. 357) tende a igualar o trabalho produtivo ao trabalho improdutivo, trazendo como elemento principal da sua argumentação a forma de assalariamento capitalista e a consequente degradação do trabalho atrelada a essa forma. Dessa forma, a massa crescente de trabalhadores improdutivos do capitalismo monopolista (ou moderno, nos termos do autor) é igualada aos trabalhadores produtivos.

Quando eram poucos [os trabalhadores improdutivos] diferiam dos produtivos, e tendo-se tornado muitos passaram a ser semelhantes aos produtivos. Embora o trabalho produtivo e o improdutivo sejam tecnicamente distintos, embora o trabalho produtivo tenda a decrescer na razão do aumento de sua produtividade, enquanto o improdutivo tenha aumentado *apenas como consequência do aumento dos excedentes jorrados pelo trabalho produtivo* – a despeito dessas distinções, as duas massas de trabalho não estão absolutamente em flagrante contraste e não precisam ser contrapostas uma à outra. Elas constituem uma massa contínua de emprego que, atualmente e diferentemente da situação nos dias de Marx, têm tudo em comum. (BRAVERMAN, 1980, p. 357)

Como bem nota Cavalcante (2012, p. 160), apesar de reconhecer as diferenças técnicas entre trabalho produtivo/improdutivo, Braverman (1980) teria privilegiado a relação de assalariamento (forma capitalista) em sua definição da classe trabalhadora, o que, ainda segundo aquele autor, parece ser uma tendência dos autores que defendem uma concepção ampliada da classe operária. Como veremos, essa tendência foi também adotada por Wright (1997b).

O segundo debate importante levantado por Braverman (1980) está ligado ao modo específico que esse autor trata a questão da função do capital e da função do trabalho na definição

do que seria, para ele, a “nova classe média”²¹ em relação à “velha classe média”. Segundo Braverman (1980, p. 342-343), o trabalho assalariado no capitalismo exprime duas funções distintas: i) “num caso, o capital contrata uma “força de trabalho” cuja função é atuar, sob direção externa, para aumentar o capital”; a segunda, ii) “o capital escolhe um pessoal administrativo para representá-lo no local e, ao representá-lo, supervisionar e organizar os trabalhos da população trabalhadora”. Esses seriam, segundo nosso autor, os dois extremos das posições de classe no capitalismo. Contudo, observa-se que entre eles se interpõem camadas que exercem ambas as funções, o que seria a marca de distinção da “nova classe média” em relação à “velha classe média”. Ou seja, a velha classe média estava fora da “estrutura polar” do capitalismo, não possuindo atributos nem da classe trabalhadora, nem da burguesia.

A “velha classe média” ocupava aquela posição em virtude de sua posição fora da estrutura polar: capital ou trabalho; ela possuía atributos de ser nem capitalista nem trabalhadora; ela não desempenhava papel direto no processo de acumulação de capital, seja de um lado ou de outro. Esta “nova classe média” em contraste ocupa sua posição intermediária não porque esteja *fora* do processo de aumento do capital, mas porque, como parte desse processo, ela assume as características de *ambos os lados*. (BRAVERMAN, 1980, p. 344, grifos do autor)

Se o primeiro tipo de solução para o “problema das classes médias” foram as teses que advogavam sua ampliação, o segundo foi o oposto. Nessa perspectiva, defendia-se o que podemos denominar de uma concepção restrita da classe operária. O maior expoente na defesa dessa concepção, segundo Wright (1996), foi Poulantzas (1974). Como esse autor é objeto central de nossa dissertação, não aprofundaremos desnecessariamente suas formulações neste espaço, deixaremos para fazê-lo nas seções seguintes do capítulo. Contudo, podemos adiantar que, para Poulantzas (1974), a classe operária é caracterizada por aqueles trabalhadores assalariados que exercem trabalho produtivo, estão subordinados à direção e supervisão do capital e, por fim, realizam trabalho manual. Essas características, por sua vez, definem, por contraste, a “nova pequena burguesia”: assalariados que exercem trabalho improdutivo, intelectual e de supervisão

²¹ Vale notar que, para Braverman (1980, p. 344), a posição de classe média no capitalismo monopolista está sempre em constante ameaça de proletarização. Apesar de compor de 15% a 20% da população nos EUA, segundo dados do autor (Braverman, 1980, p. 341), esses setores estariam submetidos constantemente à tendência estrutural do capitalismo monopolista, que seria transformar quase toda a população em “empregada do capital” (BRAVERMAN, 1980, p. 342), no sentido de classe operária.

do processo de trabalho. Como demonstra Wright (1993 [1978]), estatisticamente falando, a estrutura de classes nos EUA, segundo essa proposta, caracterizar-se-ia principalmente por uma classe operária restrita (menos de 20% da força de trabalho americana) e por uma nova pequena burguesia “mastodôntica”, representando mais de 70% da população economicamente ativa do país.

A terceira posição nesse debate, notadamente a defendida por Wright (1997b), argumenta que essas novas categorias emergentes não possuem uma posição definida em exatamente uma única classe social. Segundo essa visão, algumas posições de classe ocupam “localizações contraditórias nas relações de classe” (WRIGHT, 1996, p. 391). Como aponta Wright, podemos distinguir duas variantes dessa mesma perspectiva. Uma primeira que caracteriza as localizações contraditórias em termos das funções contraditórias dentro do processo produtivo – função do capital e função do trabalho (CARCHEDI, 1996). E uma segunda via, que trabalha essas localizações a partir das relações estruturalmente contraditórias dentro do processo de produção. Essa última abordagem será defendida e elaborada por Wright (1979, 1980, 1997), mas sofrerá certas alterações decorrentes do desenvolvimento da obra do autor.

Será em diálogo, basicamente, com as posições apontadas acima que Wright (1997b) e Poulantzas (1974) irão elaborar suas respostas específicas para o problema das classes médias, tal como o descrevemos na presente seção. Assim, o tópico seguinte abordará o debate que inicia a discussão de Poulantzas (1974) sobre o tema, ou seja, as diferenças entre o que o autor entende por pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia.

3.2 Pequena burguesia tradicional e nova pequena burguesia

Segundo Poulantzas (1970, p. 257), a pequena burguesia é o “ponto nodal” da teoria marxista das classes sociais. Essa afirmação se sustenta, segundo o autor, no fato de que essa classe social demonstra de forma clara como o critério estritamente econômico de definição das classes sociais é insuficiente. Será dentro da pequena burguesia que encontraremos uma situação na qual distintas posições nas relações de produção (nível econômico) produziram efeitos políticos e ideológicos semelhantes que, por sua vez, colocariam a pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia dentro de uma classe ampla definida como pequena burguesia. Os mesmos

efeitos políticos e ideológicos, portanto, excluíam a pequena burguesia tanto da classe operária quanto da burguesia, unificando os dois conjuntos pequenos burgueses em uma mesma classe social (POULANTZAS, 1970).

Para Poulantzas (1970, p. 258), economicamente falando, a pequena burguesia tradicional deriva da *pequena produção* e da *pequena propriedade*. A pequena produção pode ser definida como a pequena empresa familiar ou artesanato, cuja característica principal é ser, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e trabalhadora direta. Nesse sentido, para o caso da pequena produção, não se pode falar em relação de exploração, já que o emprego de trabalho assalariado é extremamente raro nesses casos. O trabalho é normalmente realizado pelos membros da família ou pelo próprio proprietário, de forma que não há remuneração por salário e nem mesmo apropriação de sobretrabalho. A reprodução dessa classe está garantida pelo lucro na venda de suas mercadorias e pela participação na distribuição total da mais-valia (POULANTZAS, 1970, p. 258). Já a pequena propriedade é definida, basicamente, pelo pequeno estabelecimento comercial, ligado à esfera da circulação do capital, onde o trabalhador direto também é proprietário da unidade comercial, muitas vezes ajudado por sua família que lhe fornece trabalho. *A posição comum no nível econômico, ocupada pela pequena propriedade e pela pequena produção, pode ser definida, segundo Poulantzas (1970, p. 258), pelo fato desses dois conjuntos de agentes “não explorarem diretamente trabalho assalariado”.*

A pequena burguesia tradicional, para Poulantzas (1970, 1974), é uma classe que não pertence ao modo de produção capitalista “puro”, e sua existência em uma formação social capitalista se explica pelo fato de que toda formação social é constituída por uma sobreposição coetânea de distintos modos de produção, como vimos no primeiro capítulo. Dessa forma, a existência da pequena burguesia tradicional depende da coexistência, em uma formação social específica, tanto do modo de produção feudal quanto da forma simples de produção da mercadoria. Forma de transição, portanto, entre o modo de produção feudal e o capitalismo. Por essas razões, Poulantzas afirma que essa é uma “classe de transição”, destinada a desaparecer no modo de produção capitalista, seja incorporando-se à burguesia ou ao proletariado (POULANTZAS, 1970, p. 259; POULANTZAS, 1974, p. 224-225).

A nova pequena burguesia, por sua vez, caracteriza-se, ao nível econômico, de forma totalmente diferente da pequena burguesia tradicional, pois são conjuntos assalariados, cuja

característica principal, para quase todos os casos, seria realizar o que Poulantzas (1970, 1974) entende por trabalho improdutivo. Ademais, o adjetivo “nova” advém do fato de que a nova pequena burguesia, diferentemente da *pequena burguesia tradicional*, é uma classe ligada diretamente à reprodução ampliada do modo de produção capitalista. Ou seja, seu crescimento e desenvolvimento estão intimamente ligados à passagem ao estágio monopolista do capitalismo, especificamente à separação crescente entre a propriedade econômica e a posse dos meios de produção. Portanto, o trabalho improdutivo torna-se a primeira categoria que devemos analisar para compreender o critério econômico de determinação de classe da nova pequena burguesia para Poulantzas (1974), o que nos leva, conjuntamente e conseqüentemente, a debater o critério oposto de determinação da classe operária, ou seja, o trabalho produtivo.

Antes de passar à seção seguinte, devemos destacar que concordamos com o argumento de Skotnes (1979, p. 37) segundo o qual Poulantzas (1974), em sua análise de classes apresentada em *As classes sociais no capitalismo contemporâneo*, “nunca foca sistematicamente no proletariado”, tratando da determinação dessa classe apenas como um “esforço para debater as fronteiras de classe da nova pequena burguesia, que é sua preocupação principal”. Ainda segundo Skotnes (1979), isso empresta um caráter desigual à sua análise da classe operária. Apesar de bem trabalhada no que tange à determinação econômica, a análise acaba por tratar a determinação ideológica apenas como subproduto da discussão sobre a ideologia pequeno burguesa e deixa de lado ou não se detém explicitamente à prática política do proletariado. Nesse sentido, nosso texto buscará reconstruir os aspectos da determinação estrutural de classe do proletariado, a partir do que se encontra em estado prático na discussão de Poulantzas (1974) sobre a determinação de classe da pequena burguesia.

3.3 Critério econômico de determinação da nova pequena burguesia e da classe operária

3.3.1 Critério econômico: trabalho produtivo e trabalho improdutivo

A primeira questão que devemos abordar acerca da determinação estrutural de classe da nova pequena burguesia está associada às fronteiras que marcam o limite dessa classe social em relação à classe operária nas relações de produção capitalista. Ou seja, Poulantzas (1974) demonstra que o primeiro grande aspecto a ser abordado deve ser a *determinação econômica* dessas duas classes sociais, o que se justifica pelo fato de o nível econômico deter “o papel principal em

sua determinação de classe” (POULANTZAS, 1974, p. 224). Dois elementos são essenciais para o entendimento da determinação de classe da nova pequena burguesia ao nível econômico: primeiramente, não se trata, nesse caso, de uma posição de classe burguesa, já que esse conjunto de agentes encontra-se separado tanto da propriedade real quanto da posse dos meios de produção; em segundo lugar, trata-se de um conjunto de trabalhadores assalariados, “remunerados sob a forma de salário” (POULANTZAS, 1974, p. 224). Esses dois elementos, por sua vez, nos remetem à questão da definição da classe operária, em função do trabalho assalariado e da exclusão dos meios de produção. Ou seja, para Poulantzas (1974), não é possível definir a classe operária apenas em função dessas duas características, pois, apesar de todos os agentes da classe operária serem trabalhadores assalariados, nem todos os trabalhadores assalariados fazem parte da classe operária. Desse modo, a classe operária não é definida por um critério negativo – ou seja, a separação da propriedade e do poder sobre meios de produção –, mas sim por um critério positivo, que seria justamente o que Poulantzas (1974, p. 225) entende por *trabalho produtivo*.

No marxismo, o debate sobre o *trabalho produtivo* envolve uma série de dificuldades relacionadas, principalmente, às próprias definições que podem ser apreendidas a partir das obras de Marx. Como demonstra Cavalcante (2012), esse é um debate complexo que gerou e gera numerosas confusões entre marxistas e não marxistas. Dessa forma, a nosso ver, seria necessário fazer duas ressalvas importantes sobre as razões pelas quais entendemos que esse tema é relevante para o marxismo e, especificamente, para uma teoria das classes marxistas.

O *primeiro* ponto a ser destacado, tal como demonstra Cavalcante (2012), está ligado ao fato de que a distinção entre trabalho produtivo/improdutivo encontrada em Marx tenta desvelar o caráter mistificado da economia capitalista. Ou seja, mostrar como o emprego de trabalho produtivo permite ao capitalista, por meio da apropriação de mais-valia, empregar em paralelo uma massa crescente de trabalho improdutivo que não seria nem funcional nem útil tanto para a autovalorização do capital quanto para a consequente reprodução do sistema como um todo (CAVALCANTE, 2012, p. 104-105). Nesse sentido, concordamos com Cavalcante (2012) que não cabe uma crítica de caráter moral ao debate do trabalho produtivo, tal como encontrada em Hannah Arendt (2001), segundo a qual Marx teria menosprezado e desprezado o trabalhador improdutivo, na figura do trabalho servil, como se ele fosse moralmente menos importante. Como demonstra Cavalcante (2012, p. 103-104), é necessário entender a lógica do trabalho produtivo para,

justamente, desvelar a maneira pela qual o capitalismo reproduz o que o autor designa de formas de “escravidão moderna”, relacionadas ao emprego de trabalho doméstico e servil dentro do capitalismo.

O *segundo* aspecto a ser ressaltado acerca desse debate está mais propriamente relacionado à necessidade de se entender o trabalho produtivo em função das possibilidades e do alcance da ação política das classes sociais dentro do capitalismo. A definição de trabalhador produtivo, relacionada diretamente ao processo de autovalorização do capital, designa os agentes que teriam possibilidades de levar a cabo a) tanto o estancamento do processo de autovalorização do capital e do concomitante aumento da riqueza material da sociedade, quanto b) a reorganização da produção de riquezas de uma maneira distinta. Dito de outro modo, o conceito de trabalho produtivo serviria à teoria das classes sociais para identificar a classe que seria responsável, no capitalismo, pelo processo de mudança social e transição a uma nova forma de organização da produção e da sociedade. Acreditamos, portanto, que essa questão é importante, pois, a nosso ver, é ela quem guia os desenvolvimentos de Poulantzas (1974) em seu debate tanto sobre trabalho produtivo no capitalismo quanto sobre a definição dos conceitos de classe operária e nova pequena burguesia, por mais que na obra desse autor as preocupações apontadas acima não estejam colocadas de maneira tão clara.

Do mesmo modo, a discussão sobre trabalho produtivo fará parte da crítica que realizaremos a Wright (1993 [1978]), na medida em que esse autor despreza a distinção trabalho produtivo/improdutivo enquanto um critério pertinente de determinação das classes. Como tentamos demonstrar acima, em concordância com as formulações de Cavalcante (2012), a discussão sobre trabalho produtivo no capitalismo é essencial para a compreensão das possibilidades de ação política e transformação social eventualmente encampadas pelas classes sociais no capitalismo. Desprezar essa distinção, como faz Wright (1993 [1978]), seria enfraquecer a capacidade explanatória de uma teoria das classes marxistas que esteja preocupada não só com os problemas da reprodução dos modos de produção, mas também com os problemas da transição. Feitas essas ressalvas e tendo adiantado parte da nossa crítica às escolhas teóricas de Wright (1993 [1978]), podemos agora passar ao conceito de trabalho produtivo tal como ele foi definido por Poulantzas (1974).

Segundo Poulantzas (1974), um primeiro passo para definir o conceito de trabalho produtivo seria entendê-lo como um conceito que designa “um trabalho efetuado *sobre condições sociais determinadas*, o que remete, assim, diretamente às relações sociais de exploração de um modo de produção dado” (POULANTZAS, 1974, p. 225). Desse modo, *trabalho produtivo* é compreendido como o trabalho envolvido “na relação de exploração dominante” de um modo de produção (POULANTZAS, 1974, p. 226). No capitalismo, portanto, o trabalho produtivo deve ser tomado apenas como o trabalho envolvido na produção de mais-valia. Ou seja, um trabalho ligado ao objeto principal e específico do processo de produção capitalista, que, nesse sentido, não seria produzir um valor de uso, mas sim a valorização do valor. Poulantzas (1974) ressalta que essa não é a única concepção de trabalho produtivo encontrada em Marx, mas indica que ela, a princípio, serve como elemento para definir as fronteiras e o próprio conceito de classe operária. Uma das consequências principais dessa concepção é a pronta exclusão do conceito de classe operária de todos os trabalhadores envolvidos na esfera da circulação do capital, os quais apenas participam da realização da mais-valia, sem participar de sua produção. Tal como argumenta Poulantzas (1974), a esfera da circulação e o trabalho nela envolvido estão vinculados ao processo de redistribuição do produto social total, portanto, envolvidos em um processo que não é capaz de aumentar a riqueza material total da sociedade.

Podemos depreender dessas formulações que *apenas* o capital produtivo e, conseqüentemente, os trabalhadores ligados a esse setor do capital produzem mais-valia. Os trabalhadores ligados ao capital comercial não podem, assim, ser considerados classe operária, já que o processo de circulação não produz nem acrescenta valor às mercadorias. Duas ressalvas aqui são importantes. A primeira, é que Poulantzas (1974) afirma que essa distinção entre capital produtivo e comercial não deve ser lida de uma maneira rígida, pois tanto um capital quanto o outro podem empregar trabalho produtivo ou comercial. Por exemplo, muitas vezes o capital produtivo pode se encarregar, ele mesmo, da parte de venda e publicidade, processos vinculados à esfera da circulação do capital. A segunda observação importante é que, de acordo com Poulantzas (1974), no capital comercial, o trabalho de transporte das mercadorias é um prolongamento da produção na esfera da circulação, resultando, assim, na geração de mais-valia.

A partir desses primeiros elementos sobre o trabalho produtivo em Poulantzas (1974), podemos começar a definir o que seria trabalho improdutivo no capitalismo: o trabalho que assume

“a forma de *serviços*, cujos produtos ou as atividades são consumidos enquanto *valor de uso* e que não são trocados por capital, mas por renda” (POULANTZAS, 1974, p. 228, grifos do autor). Assim, Poulantzas (1974), sempre apoiado em Marx, demonstra que mesmo os trabalhos na forma de serviços, que participam na reprodução da força de trabalho – advogado, médico, professor, por exemplo –, não podem ser considerados produtivos, *já que não são comprados enquanto capital*, ou seja, *para valorização do valor*. Isso também valeria para os agentes que fazem parte da burocracia estatal, que contribuem para a reprodução das relações sociais capitalistas, sem, contudo, produzir mais-valor de forma direta. Poulantzas (1974) acredita que parte desses conjuntos de trabalhadores assalariados estaria, no capitalismo monopolista, submetida a relações de exploração que se dão de uma forma muito específica. Como explica o autor, a extensão das relações de assalariamento faz com que a burguesia submeta parte dessa força de trabalho, modificando, assim, o caráter geral de independência das partes que trocam equivalentes. Dessa maneira, o capital consegue prevalecer nessa relação de troca desbalanceada e extrair sobretrabalho dos setores improdutivos assalariados. Isso ocorre não por apropriação de mais-valia, mas por meio de uma relação de troca desfavorável que não envolve, assim, produção de valor, apenas redistribuição do produto social total. Portanto, para Poulantzas (1974), existe exploração mesmo quando não há trabalho produtivo, devido ao desequilíbrio de força entre os agentes que teoricamente deveriam trocar equivalentes em condições iguais no mercado.

Essas formulações sobre o trabalho produtivo/improdutivo são, segundo Poulantzas (1974), as bases expostas por Marx em torno dessa questão. Contudo, o autor faz uma complementação de caráter restritivo a essas ideias, que o faz tomar o trabalho produtivo no capitalismo enquanto o trabalho que produz mais-valia, mas que está ligado somente à produção de bens materiais (valores de uso concretos).

Diremos, assim, que é trabalho produtivo, no modo de produção capitalista, aquele que produz mais-valia *reproduzindo* diretamente os *elementos materiais* que servem de *substrato* à relação de exploração: *elemento que, portanto, intervém diretamente na produção material, produzindo valores de uso que aumentam a riqueza material*. (POULANTZAS, 1974, p. 231, grifos do autor)

Obviamente que Poulantzas (1974) não realiza essa “correção” na obra de Marx de maneira aleatória. Como comenta Cavalcante (2009, 2012), Poulantzas (1974) elabora essa restrição do

conceito de trabalho produtivo a partir do conceito geral de trabalho produtivo (geral) apresentado por Marx, que difere do seu próprio conceito de trabalho produtivo capitalista. Como demonstra Marx no capítulo V do Livro I d'*O Capital*, o trabalho produtivo “em geral” pode ser definido como todo trabalho que, em sua relação com os meios de produção e objetos de trabalho, produz um valor de uso. Segundo o próprio Marx (2013, p. 258): “Se consideramos o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, tanto o meio como o objeto do trabalho aparecem como meios de produção, e o próprio trabalho aparece como trabalho produtivo”. Poulantzas (1974), como argumenta Cavalcante (2009, 2012), transpõe o elemento material dessa noção de trabalho produtivo em geral – a criação de valores de uso – para sua noção de trabalho produtivo capitalista, cujo acréscimo de determinação capitalista seria a produção de valor ou mais-valia. Poulantzas (1974) se apoia na ideia de que a definição geral de trabalho produtivo em Marx – enquanto produtor de valor de uso – não é suficiente para explicar o trabalho produtivo no capitalismo, mas é necessária, na medida em que o valor de uso é o anteparo material do valor de troca, ou seja, da valorização do valor. Dito de outra forma, nas palavras de Cavalcante:

Para Poulantzas, a associação entre trabalho produtivo e materialidade se mantém em ambas as definições, pois a definição geral de produtividade é apenas “não suficiente” para o capitalismo, isto é, não significa que ela deixa de existir, ou melhor, que não seja necessária. A definição específica do capitalismo apenas restringe a anterior, não a anula. Para Poulantzas, Marx seguiu esse caminho, mas não diretamente, e sim por uma forma “distorcida”, por meio do conceito de mercadoria. Se a mercadoria é vista como “um objeto externo, uma coisa” que satisfaz necessidades do estômago ou da fantasia, a ilação é de que apenas haveria mercadorias (e valor) em sentido propriamente material. As atividades fora da produção material estariam, em última instância, reféns da “problemática dos serviços”, que não se trocam por capital, mas por renda. (CAVALCANTE, 2014, p. 64)

Portanto, antes de abordarmos as críticas à definição de trabalho produtivo encontrada em Poulantzas (1974), devemos concluir que, para esse autor, trabalho produtivo (elemento que define a classe trabalhadora ao nível econômico) é definido como *trabalho assalariado que produz mais-valia e está relacionado às formas de produção material de sociedades capitalista, ou seja, a produção de mercadorias concretas*. Nesse sentido, o *trabalho improdutivo capitalista*, que define grande parte da nova pequena burguesia ao nível econômico, pode ser definido como *trabalho assalariado voltado à produção imaterial, que não é capaz de produzir valor*.

Essa definição de Poulantzas (1974) foi criticada por diversos autores, inclusive porque o próprio Marx (2013) demonstra no capítulo XIV do Livro I d' *O Capital* que o conceito de trabalho produtivo “em geral” não pode ser aplicado ao processo capitalista de produção. Como argumentou Cavalcante (2007, p. 105-106), posto dessa forma, esse conceito pressupõe um “trabalho em geral” que independe da forma histórica concreta em que ele se realiza. Segundo o próprio Marx (2013, p. 258): “Essa determinação do trabalho produtivo, tal como ela resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não é de modo nenhum suficiente para ser aplicada ao processo capitalista de produção”. Por isso, as formulações desenvolvidas por Poulantzas (1974), que restringem o conceito de trabalho produtivo no capitalismo à produção de bens materiais concretos, foram criticadas por autores como Cavalcante (2007), Skotnes (1979) e o próprio Wright (1993 [1978]). Para esses autores, o próprio Marx (2013) desautoriza, em diversos momentos, essa correção ou restrição conceitual elaborada por Poulantzas (1974). Para melhor compreensão da crítica de Wright (1993 [1978]), devemos apontar mais um momento em que, de forma clara, Marx (2013) rejeita esse uso da noção de trabalho produtivo feito por Poulantzas (1974).

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. (MARX, 2013, p. 578)

Essa passagem é importante, pois ela claramente não restringe o conceito de trabalho produtivo a um critério de determinação material, de modo que ela foi constantemente utilizada pelos críticos de Poulantzas para rebater seus argumentos sobre o trabalho produtivo no capitalismo.²²

²² Wright (1993 [1978]) se espanta ao perceber que Poulantzas (1974), apesar das citações massivas da obra de Marx encontradas na discussão desse autor sobre trabalho produtivo, não analisa essa passagem que indica de forma tão clara a irrelevância do critério material de determinação do trabalho produtivo. Cavalcante (2009, 2012) ressalta que essa é uma passagem clara e pouco ambígua encontrada em *O Capital* Livro I, que foi escrito e publicado por Marx em vida,

Posto dessa maneira, a discussão sobre o conceito de trabalho produtivo pode ganhar um tom de autoridade, ou seja, tomar o que Marx diz como a verdade sobre o tema. Contudo, acreditamos que existe uma disputa em torno das possíveis leituras dos textos de Marx e Poulantzas (1974) tenta demonstrar que o seu conceito de trabalho produtivo foi retirado da obra do autor. Não parece haver, da parte de Poulantzas (1974), uma tentativa de retificação do conceito tal como ele aparece em Marx, o que poderia minar o argumento de que há uma certa arbitrariedade em sua posição.

Um dos autores que, a nosso ver, consegue dar trato consistente à questão do trabalho produtivo na obra de Marx seria Cavalcante (2009, 2011, 2012). Segundo esse autor, grande parte das confusões em torno das definições de trabalho produtivo e improdutivo viriam de um certo uso flexível dos termos encontrados no próprio Marx. Não pretendemos retomar aqui todos os elementos da massiva exposição de Cavalcante (2012), que analisa de forma ampla as diversas ambiguidades encontradas na obra de Marx sobre o tema do trabalho produtivo. Para os fins dessa dissertação, é necessário apenas retomar a reformulação do autor acerca desse conceito, a qual parte principalmente de uma análise das formulações de Poulantzas (1974). Para Cavalcante (2009, 2012), a confusão em torno da discussão do trabalho produtivo e trabalho improdutivo capitalista estaria diretamente relacionada aos níveis de abstração a que esse conceito faz referência na obra de Marx. Como vimos, Marx tende a tratar esse conceito em registros de abstração distintos, de forma que a restrição do conceito a um critério de determinação material – valor de uso – só seria válida em um plano de abstração elevado, no qual independeria as formas historicamente concretas de relações de produção. Isso quer dizer que, para Cavalcante (2012, 2009), seria necessário entender a “difícil mediação entre as formas de determinação e o conteúdo material (concreto ou não) da riqueza social” para assim estabelecer uma definição de trabalho produtivo no modo de produção capitalista (CAVALCANTE, 2009, p. 65). Ou seja, em um nível concreto de análise, seriam as relações vigentes de produção (formas de determinação da riqueza) que determinam as forças produtivas (conteúdo material ou não da riqueza).

No caso do capitalismo, segundo Cavalcante (2009, 2012), será o processo de subsunção real ou total do trabalho pelo capital que determinaria o caráter produtivo ou improdutivo do

ou seja, não se trata de um texto publicado postumamente, nem mesmo de uma passagem encontrada em manuscritos ou mesmo trabalhos inacabados do autor.

trabalho. Para o autor, não importaria o conteúdo (material ou não), mas sim que o trabalho esteja totalmente subsumido ao capital, isto é, a subsunção formal – relação de assalariamento – e a subsunção real – extração de mais-valia. Segundo Cavalcante (2012, 2009), esse seria o centro das confusões em torno da definição de trabalho produtivo que partiram de Marx, já que o desenvolvimento próprio do capitalismo seria capaz de subsumir em diferentes graduações distintas formas de trabalho cujo conteúdo pode ou não ser material. Cavalcante (2009) destaca que, no momento em que Marx escrevia, era o trabalho voltado para produção de bens materiais que estava majoritariamente subsumido ao capital, o que não impediu Marx de notar processos de subsunção de formas de trabalho ligadas à produção imaterial.

A conclusão de Cavalcante (2012, p. 152) é que o trabalho produtivo pode ser definido como “o uso da força de trabalho que produz valor equivalente ao necessário para sua reprodução (conservando o valor pré-existente) ao mesmo tempo em que cria valor excedente (mais-valia)”. Ademais, seguindo a construção do autor, trabalho produtivo é trabalho explorado pelo capital produtivo, utilizado na esfera da produção, o que demarca sua diferença com o trabalho utilizado na esfera da circulação. Aqui seria importante retomar o próprio Marx (1980) no seu exemplo sobre o trabalho do alfaiate, pois acreditamos que ele é instrutivo na medida em que demarca claramente os âmbitos de trabalho realizado na esfera de circulação (serviço) e trabalho realizado na esfera da produção (trabalho produtivo).

Para mim tanto faz comprar uma calça ou comprar pano e mandar vir em casa um alfaiate a quem pago o serviço (isto é, trabalho de alfaiate) de converter o pano em calça, se o que está em jogo é apenas obtê-la. Compro a calça da alfaiataria que vende roupas feitas, em vez de mandar fazê-la em casa, por ser cara esta solução (...). Mas, nos dois casos, transformo o dinheiro com que compro a calça não em capital e sim em calça, e nos dois casos trata-se para mim de utilizar o dinheiro como *simples meio de circulação*, isto é convertê-lo nesse valor de uso particular. (...) *o alfaiate que vem a minha casa não é trabalhador produtivo*. (...) Ao revés, o serviço que o mesmo alfaiate, empregado pelo dono da alfaiataria, presta a esse capitalista não consiste em converter pano em calça, mas em ser o tempo de trabalho necessário, materializado numa calça = 12 horas de trabalho, e a remuneração que recebe = 6 horas. Que isso aconteça sob a forma de confecção de calças apenas dissimula a verdadeira relação. O dono alfaiataria, logo que possa, procura por isso converter de novo calça em dinheiro, isto é, numa forma em que desaparece por completo o trabalho determinado do trabalho do alfaiate (...). (MARX, 1980, p. 396-397)

No caso do alfaiate, como demonstra Cavalcante (2012, p. 149), estamos nos referindo a um tipo de trabalho que, em caso de ser empregado pelo capitalista, a “*materialidade é potencialmente subsumida ao capital*”, pois trata-se de um conteúdo material que se adequa

completamente à forma capitalista de exploração. Nesse sentido, as dificuldades se impõem justamente quando se tenta associar trabalho produtivo e produção imaterial, já que é difícil pensar como um trabalho, cuja mercadoria (serviço) se esgota concomitantemente ao ato de ser executada, possa gerar valor excedente e acumulá-lo (CAVALCANTE, 2012, p. 153). Para Cavalcante (2012, p. 153), o problema é que se a “riqueza capitalista” só pode ser medida em bens materiais, não se pode admitir que o trabalho imaterial esteja gerando propriamente mais-valia, mas apenas formas de produzir “lucro comercial” a um proprietário específico, ou mesmo “formas indiretamente produtivas (portanto improdutivas, a rigor) de contribuir para a formação da mercadoria “força de trabalho”.

É importante notar, portanto, que o esforço de Marx em pensar os problemas que o conteúdo imaterial impõe à sua teoria do valor tem um sentido específico, como aponta Cavalcante (2012, p. 154): o de “evitar cair no fetichismo da mercadoria (e do capital) de considerar que qualquer trabalho é produzido como mercadoria capitalista e que, assim, basta produzir algo para ser produtivo”. Em suma, o que Cavalcante (2012) argumenta é que, se considerarmos produtivas todas as atividades desenvolvidas no capitalismo, estaríamos subscrevendo o pretensível caráter de autonomia e universalidade do capital, onde tudo que se produz é útil e funcional à sua realização plena. Segundo Cavalcante (2012, p. 155), é nesse sentido que “o conceito de capital, que se pretende universal e autônomo, não é plenamente realizável”. O capital tenta se impor, enquanto relação social de produção, a todas as atividades humanas, isto é, as relações de produção tentam moldar todos os conteúdos que assumem as forças produtivas. Entretanto, no caso da produção imaterial (“forma serviço”), o capital encontra um obstáculo de adequação, pois o conteúdo específico (imaterial) dessa atividade demonstra dificuldade em garantir tanto uma valorização abstrata quanto a acumulação de capital em mercadorias físicas (CAVALCANTE, 2012, p. 154). Ainda assim, vale notar que o capital, como relação social que tende a se impor a todas as relações humanas, tenta adequar o conteúdo imaterial da forma serviços, o que se expressa na produção de patentes e licenças, ou mesmo nas tentativas de informatização de vários serviços (aulas, brincadeiras, etc.) (CAVALCANTE, 2012, p. 155). Ou seja, tentativas que visam transformar os serviços em “mercadorias de fácil reprodução e armazenamento” (CAVALCANTE, 2012, p. 155).

Para finalizar nossa incursão no debate sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, podemos afirmar que, para Cavalcante (2012), é nesse sentido que Marx estaria “simplificado” nas

formulações de Poulantzas (1974). O autor argumenta que, na medida em que Poulantzas assume que o trabalho produtivo capitalista só pode ser definido em função de um critério de materialidade, ele não levaria em consideração a possibilidade de o capital subsumir outras formas de trabalho de conteúdo diferente, distinto do conteúdo material.

O trabalho de Cavalcante (2009, 2012, 2014) é importante para nossa dissertação porque apresenta uma forma consistente de lidar com a definição de trabalho produtivo capitalista, sem restringir demais esse conceito, como o faz Poulantzas (1974), e sem recair em uma posição que considere arbitrária a noção de trabalho produtivo/improdutivo enquanto elemento de determinação das classes sociais, tal como o faz Wright (1993 [1978]). Dessa forma, para explicar nossa crítica a Wright (1993 [1978]), é necessário expor as formulações do autor concernentes ao debate do trabalho produtivo, as quais, por sua vez, estão no bojo de uma crítica realizada a Poulantzas (1974).

3.3.2 Crítica de Wright ao critério econômico de definição da nova pequena burguesia e do proletariado

Para Wright (1993 [1978], p. 46), existem *três problemas* principais na teoria do trabalho produtivo em Poulantzas (1974). *O primeiro* estaria relacionado à própria definição do conceito. *O segundo* à “falta de correspondência” entre, de um lado, as posições distintas no processo de trabalho e, de outro, a diferenciação trabalho produtivo/improdutivo. Por fim, *um terceiro*, o mais importante segundo Wright (1993 [1978], p. 46): “a ausência de interesses econômicos fundamentalmente distintos entre trabalhadores produtivos e improdutivo”. Adiantamos de antemão que, a nosso ver, apenas a primeira crítica de Wright (1993 [1978]) ao conceito de trabalho produtivo em Poulantzas (1974) se sustenta, mas com ressalvas.

Wright (1993 [1978]) argumenta que a definição de Poulantzas (1974), e principalmente o critério de determinação material do trabalho produtivo, é arbitrária. Como tentamos demonstrar, apoiado em Cavalcante (2012, 2009), esse conceito possui um certo traço de arbitrariedade em Poulantzas (1974), na medida em que opera uma simplificação restritiva das diversas indicações de Marx sobre o assunto. Mesmo assim, consideramos mais consistente tomar esse conceito como uma simplificação — tese de Cavalcante (2012) — do que como uma arbitrariedade, argumento de Wright (1993 [1978]). Como demonstramos brevemente, Poulantzas (1974) segue um raciocínio

possível, que pode ser depreendido da obra de Marx, e seu principal erro não foi operar uma arbitrariedade, mas sim uma simplificação. Ou seja, Poulantzas perde de vista a complexidade própria da definição de trabalho produtivo em Marx. Essa complexidade, por sua vez, está relacionada não diretamente a uma indefinição na teoria de Marx, mas à incapacidade própria do capital em adequar sua forma ao conteúdo de certos tipos de atividade. Feitos esses apontamentos, podemos passar à reconstrução das críticas de Wright (1993 [1978]) à abordagem de Poulantzas sobre o tema.

Em *primeiro lugar*, Wright (1993 [1978]) sustenta que o principal aspecto da arbitrariedade na definição do conceito de trabalho produtivo em Poulantzas (1974) estaria no fato desse autor entender que a mais-valia só é gerada na produção de “mercadorias físicas”. Wright (1993 [1978], p. 46) argumenta: “valores de uso assumem a forma de serviços, e esses serviços forem produzidos para o mercado, não haveria razão para se entender que não se pode gerar mais-valia na produção não-material”. Nesse momento, Wright (1993 [1978]) retoma a comparação de Marx, exposta acima, entre o mestre-escola e o operário na fábrica de salsichas, alegando que “seria difícil imaginar uma afirmação mais clara de que Marx não restringe o conceito de trabalho produtivo ao trabalho envolvido na produção de mercadorias físicas” (WRIGHT, 1993 [1978], p. 47). Apesar da rápida argumentação de Wright (1993 [1978]), tendemos a concordar, como já mencionamos, que a perspectiva do autor procede, pois alinha-se com uma crítica ao caráter restritivo e simplificador que Poulantzas (1974) empresta ao conceito de trabalho produtivo. O problema é que Wright (1993 [1978]) recai no oposto simétrico do problema encontrado em Poulantzas (1974). Ou seja, ao tomar qualquer serviço que seja produzido para o mercado como produtivo, Wright (1993 [1978]) simplifica Marx, não pela restrição, mas pela ampliação do escopo do trabalho produtivo a todas as atividades exercidas por trabalhadores assalariados, excetuando a simples troca monetária (compra e venda).

A *segunda crítica* de Wright (1993 [1978]) às formulações de Poulantzas (1974) estaria relacionada à falta de correspondência entre distintas posições na divisão social do trabalho e a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. Essa não correspondência ocorreria, segundo o autor, pelo fato de numerosas posições na divisão social do trabalho exercerem uma espécie de mescla entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, fazendo com que a distinção entre trabalho produtivo/improdutivo perca seu potencial como critério da determinação de classes. O exemplo

trazido para ilustrar a ideia de que há, em certas posições, uma mescla de trabalho produtivo e improdutivo é o do atendente de mercearia. Segundo Wright (1993 [1978], p. 47), o atendente de mercearia pode, por um lado, exercer a função de receber o pagamento por uma determinada mercadoria, o que caracterizaria um trabalho de tipo improdutivo ligado à esfera da circulação. Mas, por outro, o mesmo atendente pode distribuir os produtos na prateleira do estabelecimento, que seria um trabalho produtivo, na medida em que realiza a última fase do processo de transporte das mercadorias – trabalho considerado produtivo até mesmo por Poulantzas (1974). James O'Connor (1975), autor no qual Wright (1993 [1978]) se baseia para a discussão de trabalho produtivo, aprofunda, em certa medida, esses argumentos. Para O'Connor (1975, p. 303), há um problema entre certos marxistas em equalizar o trabalho de troca – a simples transferência de dinheiro e direitos de propriedade entre portadores de dinheiro e de produto (vender e comprar) – e o que o autor denomina de trabalho de distribuição – relacionado ao transporte de mercadorias. Nesse sentido, O'Connor (1975) argumenta que os simples atos de cortar, pesar e embalar a carne que se compra na mercearia seriam capazes de modificar o valor de uso do produto, na medida em que essas operações subtraem tempo de trabalho que seria necessário para o comprador do produto realizá-las. Portanto, para o autor, operações como pesar, embalar, organizar na prateleira, fariam dos atendes de mercearia trabalhadores produtivos, já que essas tarefas fariam parte do que o autor entende por trabalho de distribuição. Nesse sentido, O'Connor (1975, p. 303) sustenta que só pode haver trabalho puramente improdutivo entre classes ou estratos de trabalhadores que realizam única e exclusivamente trabalho de troca – venda e compra. A partir dessa ideia, podemos depreender que todos os demais trabalhadores realizam trabalho produtivo no capitalismo.

O problema dos argumentos de Wright (1993 [1978]) e O'Connor (1975) está no fato de que esses autores desprezam uma determinação fundamental da definição de trabalho produtivo, e que foi apresentada por Cavalcante (2012): a ideia de que deve haver uma adequação entre as formas de determinação e o conteúdo material ou imaterial da riqueza. Ou seja, a concepção de que são as relações de produção vigentes que determinam o caráter produtivo ou improdutivo do trabalho, sua capacidade ou não de produzir valor. Desse modo, ao ignorarem essa determinação essencial do trabalho produtivo e, ao mesmo tempo, tomarem apenas a determinação formal (relação de assalariamento) desse trabalho como elemento fundamental da definição de trabalho produtivo, O'Connor (1975) e Wright (1993 [1978]) não levam em consideração que existem,

como mostra Cavalcante (2012, p. 154), variados graus de adequação da forma capitalista ao conteúdo material ou imaterial da produção de riqueza.

Cavalcante (2012, p. 159-158) tende a concordar em partes com a ideia de que a determinação formal deve ser privilegiada, ou seja, que as relações de produção determinam as forças produtivas. Além disso, ele afirma que privilegiar a forma em lugar do conteúdo (produção ou não de valor e produção material ou imaterial) foi um expediente largamente utilizado pelos autores (BRAVERMAN, 1980; MALLET, 1967, por exemplo) que trabalham com o conceito ampliado de classe operária. Para Cavalcante (2012), Wright (1993 [1978]) evidentemente está incluído no conjunto desses autores:

Ocorre que, ao ser introduzido em atividades que não geram valor, mesmo assim o capital busca adequar aquele processo de trabalho à sua determinação formal. Esse aspecto precisa ser claramente identificado, pois é com base nele que *uma gama extensa de autores marxista – com certa razão – argumentam que na formação da classe social o aspecto formal conta muito mais do que o conteúdo da atividade – isto é, se gera ou não valor, se está ou não ligado à produção material*. Essa será a posição de Braverman, aquela que informa em certa medida as propostas de Wright que vimos anteriormente e que também está presente na maior parte dos autores que defende um conceito de classe trabalhadora ampliado. (CAVALCANTE, 2012, p. 158-159, meus grifos)

No entanto, por mais que esse procedimento tenha certa validade para a definição do que é trabalho produtivo, falta a Wright (1993 [1978]) e O'Connor (1975) realizar o procedimento principal, que seria pensar a *adequação* ou *inadequação* da forma capitalista (relação de assalariamento) ao conteúdo da riqueza (material/imaterial que produz mais-valia ou não). Desconsiderar esse elemento leva esses autores a cometer o erro, como já comentamos acima, inverso ao de Poulantzas (1974), qual seja, ampliar demais o escopo do conceito de trabalho produtivo, sem captar as nuances específicas que a diferença entre o conteúdo material e imaterial, principalmente esse último, impõem a esse conceito (CAVALCANTE, 2012). Esses autores, que simplificam Marx por uma ampliação, terminam por cair no fetichismo da mercadoria e do capital, na medida em que, para eles, o simples fato de produzir algo já é, em si, ser produtivo. Posto de outra forma, ampliar em demasia o escopo dos tipos de trabalho que podem ser considerados produtivos subscreve as pretensões de que todo trabalho no capitalismo é, de alguma forma, útil para a ampliação de sua riqueza. Ou seja, retomando de outra maneira o argumento de Cavalcante

(2012, p. 155), subscrevem as pretensões de autonomia e universalidade do capital, enquanto um sistema plenamente realizável e, acrescentaríamos, sem contradições.

Em consequência direta dessa ampliação das categorias às quais o conceito de trabalho produtivo faz referência, esses autores acabam por perder de vista dois elementos fundamentais e interconectados que estão por trás da discussão sobre trabalho produtivo: i) definir e explicar quem produz valor em uma sociedade capitalista, já que, na concepção que defendem, virtualmente todos que produzem são produtivos e ii) entender que o fato de produzir valor constitui uma das bases mais consistentes e prováveis para ação coletiva desses agentes. Dessa forma, de maneira hiperbólica, podemos argumentar contra O'Connor (1975) e Wright (1993 [1978]) que é empiricamente muito mais fácil assistirmos a uma ação coletiva encampada por petroleiros do que por atendentes de mercearia. Além disso, interromper a produção de gasolina é muito mais prejudicial ao funcionamento do capitalismo, do que interromper a organização de prateleiras na mercearia. Esse argumento evidencia uma diferença entre a capacidade de ação política e antissistêmica dos setores que exercem trabalho produtivo em relação aos que exercem trabalho improdutivo.

A *terceira* e mais importante crítica, segundo Wright (1993 [1978], p. 48), à questão do trabalho produtivo em Poulantzas (1974) está relacionada ao fato de que a distinção trabalho produtivo e improdutivo não gera interesses de classe fundamentalmente distintos²³. Para Wright (1993 [1978]), são os interesses fundamentais de classe que devem ser tomados como o critério econômico principal para estabelecer as distinções entre as classes sociais. Wright (1993 [1978], p. 48) argumenta ainda que, caso se assuma que a distinção trabalho produtivo/improdutivo gera posições distintas na divisão social do trabalho, não haveria razões para dizer que o interesse de classe fundamental do trabalhador produtivo – fim do capitalismo e construção do comunismo – seja diferente daquele do trabalhador improdutivo. Wright (1993 [1978], p. 48) levanta um possível argumento para sustentar a tese de que trabalhadores improdutivos não tem interesse no socialismo, expondo que muitas ocupações improdutivas devem desaparecer com o socialismo. Isso supostamente geraria uma falta de interesse dos trabalhadores improdutivos em uma possível mudança socialista da sociedade. Para Wright (1993 [1978]), entretanto, esse argumento não se

²³ A distinção aqui é entre interesses imediatos e interesses fundamentais, sobre os quais tratamos no Capítulo 2.

sustenta, pois do mesmo modo que muitos empregos improdutivos desapareceriam em uma sociedade socialista, muitos empregos produtivos também passariam pelo mesmo processo. O inverso também seria válido, ou seja, existem trabalhos improdutivos, tais como o dos médicos contratados pelo Estado, que seriam mantidos em uma sociedade socialista.

Apesar de Wright (1993 [1978]) tocar apenas tangencialmente nessa questão, é importante para nossa pesquisa apontar alguns erros do raciocínio do autor sobre os interesses distintos dos trabalhadores produtivos e improdutivos. O primeiro problema do argumento de Wright (1993 [1978]) está no fato dele entender o processo de conformação de interesses fundamentais de classe apenas a partir de um critério econômico, ignorando as determinações políticas e ideológicas desse processo. Se adiantarmos um pouco o argumento sobre a questão da hierarquia, que será debatida com mais profundidade na seção 3.4.1 deste capítulo, veremos que o fato do trabalhador ser produtivo ou improdutivo, para Poulantzas (1974), não influencia por si só o seu interesse (ou não interesse) na manutenção das hierarquias do processo produtivo. São as supervisões e direções que possuem esse interesse. Como demonstra Poulantzas (1974), essas categorias de profissionais são trabalhadores produtivos que, diferentemente do operário fabril, possuem um interesse político-ideológico na manutenção das hierarquias dentro do processo produtivo, já que as hierarquias garantem sua posição de dominação política (autoridade no processo produtivo) e ideológica (realização de trabalho intelectual). São justamente esses fatores que, segundo Poulantzas (1974), apesar do critério econômico, os retira da classe operária e os insere na nova pequena burguesia. Ilustrativo dessa discussão são as observações de Boito Jr (2004) sobre os conflitos de interesse entre a classe média e a classe operária nas experiências socialistas na Rússia e na China. Segundo Boito Jr. (2004, p. 216), a experiência soviética admitia “a compatibilidade entre o socialismo e a manutenção da autoridade despótica dos administradores, gerentes e burocratas no interior das unidades produtivas e na planificação global da economia”. Como argumenta o autor, apenas a pequena burguesia urbana e o campesinato eram vistos como obstáculos à revolução, na medida em que essas classes mantinham seu apego característico à propriedade privada. A resistência das classes médias à socialização dos meios de produção permanecia, portanto, oculta (BOITO JR., 2004, p. 214). De acordo com Boito, isso se explica porque “a socialização dos meios de produção é o controle coletivo desses meios pelos produtores diretos livremente associados”

(BOITO JR., 2004, p. 216). Defender, portanto, as desigualdades de autoridade no processo produtivo e no mundo do trabalho seria opor-se a essa socialização:

Por isso, a defesa da manutenção de desigualdades no mundo do trabalho – desigualdades de participação no processo de tomada de decisão no interior das unidades produtivas e no processo de planificação global da economia, às quais deveriam corresponder outras tantas desigualdades no que se refere a salários e condições de trabalho – constitui oposição ao processo de socialização. Enquanto a oposição pequeno-burguesa à socialização opõe a propriedade privada à propriedade coletiva, a oposição de classe média pode, aparentemente, aceitar a propriedade coletiva, mas estará defendendo, de fato, uma nova forma de propriedade privada – a propriedade da burocracia de Estado e dos administradores sobre os meios de produção. No modelo soviético, esse fenômeno era ocultado pelo discurso ideológico sobre a “propriedade socialista” ou “propriedade de todo o povo”. As posições particulares dos trabalhadores não manuais eram, quando chegavam a ser tematizadas criticamente, quando muito, apresentadas como simples apego localizado desses trabalhadores a certas vantagens salariais, posição que poderia gerar, no máximo, pequenas desigualdades na distribuição de rendas. (BOITO JR., 2004, p. 216-217).

No caso chinês, seguindo o argumento de Boito Jr. (2004), houve um processo contrário, pois em determinado momento passa-se a questionar a autoridade de certos setores sociais no controle do processo produtivo. É a crítica chinesa ao modelo soviético (BOITO JR, 2004, p. 217) que vai impulsionar diversos autores marxistas a problematizar a questão das “classes médias” dentro do capitalismo monopolista, tal como é o caso de Poulantzas (1974). A questão principal, como a coloca Boito Jr. (2004, p. 217), estava associada ao fato de que os trabalhadores não manuais (de classe média) possuíam interesses concretos na divisão capitalista do trabalho e na manutenção das hierarquias do processo produtivo, que os colocavam em direta oposição à socialização dos meios de produção. Nesse sentido, seria interessante notar que o critério puramente econômico de trabalho produtivo e improdutivo não pode realmente moldar interesses de classe distintos, conforme aponta Wright (1993 [1978]). Contudo, isso não é uma razão para descartá-lo como elemento determinante das classes sociais, pois, como tentamos demonstrar, os interesses de classe não podem ser determinados a partir de um critério puramente econômico. O critério econômico é sobredeterminado pelos critérios político-ideológico, e esse é o caso das classes médias.

Para finalizar nossa crítica ao argumento de Wright (1993 [1978]), segundo o qual o fator econômico deve sempre preponderar na definição da determinação de classe, devemos notar que, de fato, trabalho produtivo e improdutivo não geram, por si sós, interesses de classe divergentes,

mas geram, para usar um conceito do próprio Wright (1993 [1978]), as já citadas capacidades de classes distintas (seção 2.2.5 do capítulo 2). Nesse sentido, seria importante insistir no potencial da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo e nas possibilidades de ação coletiva de distintas camadas de assalariados engendradas por essa distinção. Atendo-nos mais uma vez a um exemplo prático e a um argumento hiperbólico, seria difícil supor que uma greve de atendes de mercearia tenha o mesmo potencial antissistêmico do que uma greve de petroleiros. Ou seja, há realmente uma diferença clara em relação ao potencial da ação coletiva dos setores produtivos, pois são esses os setores responsáveis pela valorização do valor, ou seja, os mais bem posicionados para interferir na reprodução do modo capitalista de produção.

Voltando ao argumento de Wright (1993 [1978]) em relação à capacidade do trabalho produtivo/improdutivo gerar interesses de classe distintos, notamos que, em dado momento de seu argumento, o autor toma novamente a experiência de assalariamento ou a forma social capitalista como fator principal na determinação de classe, desconsiderando mais uma vez a adequação/inadequação do conteúdo à forma (CAVALCANTE, 2012). A forma seria o determinante na medida em que é a relação de assalariamento que conforma um tipo de experiência comum entre trabalhadores produtivos e improdutivos:

Em ambos os casos [trabalhador produtivo e improdutivo], o capitalista vai tentar manter o patamar de salários o mais baixo possível; em ambos os casos, o capitalista vai tentar aumentar a produtividade, fazendo os trabalhadores trabalharem de forma mais dura; em ambos os casos, os trabalhadores se encontrarão desapossados do controle do processo produtivo; em ambos os casos, socialismo é um pré-requisito para o fim da exploração. É difícil perceber onde uma divergência de interesses econômicos possa emergir das posições de trabalho produtivo e improdutivo nas relações capitalistas de produção. (WRIGHT, 1993 [1978], p. 49-50)

Esse tipo de argumento aparece também em Skotnes (1979, p. 38), que em sua crítica a Poulantzas (1974) toma exatamente a experiência proporcionada por uma relação de assalariamento – igual, em sua opinião, para trabalhadores produtivos e improdutivos – para descartar a relevância do uso dessa distinção na determinação das classes sociais. O referencial de Skotnes (1979, p. 38) é justamente a obra de Braverman (1987) que, segundo o autor, tem o potencial de mostrar de maneira clara como a situação dos trabalhadores de escritório e dos operários se aproximavam no capitalismo monopolista. O trabalho de Skotnes (1979) junto ao de Braverman (1987) e Wright (1993 [1978]) subscrevem, mais uma vez, a afirmação de Cavalcante

(2012) de que os autores que trabalham com um conceito ampliado de classe operária normalmente privilegiam a forma capitalista (assalariamento) em detrimento do conteúdo material do trabalho, o que, a nosso ver e pelo que já adiantamos anteriormente, constitui um erro em suas abordagens.²⁴

Tentamos abordar nessa seção, a pertinência da utilização (ou não) dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo para a definição das classes sociais no marxismo, por meio de uma exposição crítica das obras de Poulantzas (1974) e Wright (1993 [1978]). Nossa crítica às abordagens desses autores em relação a essa distinção apoiou-se fortemente na obra de Cavalcante (2009, 2012), o que nos permitiu chegar a duas conclusões principais sobre esse debate. A primeira é que não devemos restringir o conceito de trabalho produtivo à produção material, tal como faz Poulantzas (1974), pois não é apenas o conteúdo material que determina a produtividade do trabalho no capitalismo, mas o nível de adequação e inadequação da forma capitalista ao conteúdo material ou imaterial e de produção de mais-valia. Somente assim seria possível superar uma abordagem que restringe o uso do próprio Marx do conceito de trabalho produtivo e compreender fenômenos de geração de valor que estariam notadamente fora do domínio da produção material. Ademais, restringir o conceito de trabalho produtivo dessa maneira pode trazer consequências importantes ao entendimento sobre quais são os agentes capazes de levar a cabo o conflito antagônico principal do capitalismo entre capital e trabalho. Por outro lado, criticamos também a posição ampliada defendida por Wright (1993 [1978]), que, em última instância, desconsidera completamente a validade da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo na determinação das classes sociais. Isso às custas de não se levar em consideração que os trabalhadores produtivos são os que estão em melhor posição para levar a cabo o conflito de classes e, eventualmente, o processo

²⁴ É importante salientar que tanto Wright (1993 [1978]) quanto Skotnes (1979) não descartam totalmente o conceito de trabalho produtivo e improdutivo para uma teoria econômica marxista. O argumento dos autores sustenta que esses conceitos não foram desenvolvidos para dar um tratamento às determinações objetivas das classes sociais. Wright (1993 [1978], p. 50), no capítulo três de *Class, Crises and The State*, trabalha a importância do conceito de trabalho produtivo para uma teoria do processo de acumulação e das tendências de crise no capitalismo avançado. Segundo Skotnes (1979, p. 39): “Em minha opinião, o propósito desse conceito [trabalho produtivo] no sistema conceitual de Marx era prover ferramentas para estudar a contradição principal do processo de desenvolvimento capitalista. Trabalho produtivo/improdutivo conceitualizam a alocação de mais-valia e força de trabalho entre o setor que produz mais capital (e, assim, acumula capital) e os setores que drenam o capital para longe da acumulação, mas são necessários para a reprodução da formação social. Um tal conceito pode ser utilizado em uma variada gama de estudos concretos – desde aqueles que analisam as tendências seculares do desenvolvimento capitalista até aquelas que analisam os sintomas das crises cíclicas. Tão longe quanto consigo enxergar, não há maiores razões para acreditar que trabalho produtivo/improdutivo foi construído para delinear classes [...]”

de transição, uma vez que são eles os responsáveis pela acumulação e produção de mais-valia, processos centrais para as formas de reprodução desse modo de produção específico.

Estabelecidas essas conclusões, daremos andamento à exposição dos outros aspectos (político e ideológico) de determinação da pequena burguesia e classe operária. Para Poulantzas (1974), como mostramos repetidas vezes, as determinações do nível econômico entre trabalho produtivo e improdutivo constituem-se em apenas um dos fatores envolvidos na determinação das classes sociais. Desse modo, passaremos agora à discussão sobre as hierarquias de supervisão e direção do processo de trabalho, um dos elementos mais importantes para definição da nova pequena burguesia e da classe operária em Poulantzas (1974).

3.4 Critérios políticos e ideológicos da determinação da nova pequena burguesia e classe operária em Poulantzas

3.4.1 Critério político: direção, supervisão e gerências

Para Poulantzas (1974, p. 239), certas franjas da nova pequena burguesia, como é o caso da supervisão e direção, não podem ser definidas apenas por realizarem trabalho improdutivo, já que elas também estariam, tal como a classe operária, envolvidas diretamente com o processo produção material. Ademais, além de realizarem trabalho produtivo, esses grupos que compõem a nova pequena burguesia são, ao mesmo tempo, explorados, na medida em que fornecem sobretrabalho ao capitalista na forma de trabalho não pago. Assim, dois desafios teóricos são colocados por Poulantzas (1974) para a definição da determinação de classe da supervisão e das direções no capitalismo monopolista: o primeiro faz parte de uma interessante análise do autor sobre o desenvolvimento do capitalismo monopolista e da consequente dissociação entre propriedade econômica e posse que o acompanha; o segundo está relacionado justamente ao fato de explicar por que podemos excluir essas camadas da classe operária, mesmo elas realizando trabalho produtivo e sendo exploradas pelo capital.

Poulantzas (1974, p. 128) inicia sua análise das transformações da articulação entre propriedade econômica e posse a partir da exposição da figura típica dessa articulação no “capitalismo concorrencial”. Como mostra o autor, esse estágio do capitalismo é caracterizado por um “recobrimento dos limites das relações entre propriedade econômica e posse”

(POULANTZAS, 1974, p. 128). Naquele momento, o capitalista detinha, ao mesmo tempo, a propriedade econômica e o controle do processo de produção (possessão), que se desenrolava dentro de uma unidade de produção determinada e dava origem “à imagem clássica da unidade de produção como ‘empresa individual’” (POULANTZAS, 1974, p. 128). O exercício dos poderes relacionados à propriedade econômica e à posse era concentrado na figura do “empreendedor individual”. Desse modo, Poulantzas (1974) demonstra que, no processo de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, a concentração da propriedade econômica acontece primeiro que a centralização do processo de trabalho ou da posse (POULANTZAS, 1974, p. 137). Será justamente a antecipação da concentração que dará início ao processo de dissociação entre propriedade econômica e posse, antes sobrepostos na figura do capitalista individual da etapa concorrencial do capitalismo. É nesse processo que surge a imagem típica do capitalismo monopolista: as *holdings*, caracterizadas por uma propriedade econômica unificada que se estende por diversas unidades de produção, ou seja, uma propriedade econômica que submete diversas relações de posse distintas.

Essas formas de *extensão* do capitalismo monopolista, realizadas historicamente por esse avanço [da concentração], implicam elas mesmas em *uma dissociação, dessa vez, da propriedade econômica e da posse*. A forma dominante que “substitui” o capitalismo concorrencial, isto é, uma propriedade econômica e uma posse do capitalista individual em uma unidade de produção determinada, é aquela de *uma propriedade econômica única e concentrada se estendendo sobre diversas unidades de produção separadas*: a saber aquela de uma propriedade econômica submetendo – “subsumindo” – relações de posse relativamente distintas. (POULANTZAS, 1974, p. 134-135)

É justamente esse processo de dissociação entre propriedade econômica e posse que dará origem às diversas camadas de assalariados que analisamos na presente seção: supervisão, direção e gerências. Como demonstra Poulantzas (1974, p. 133), a relação de posse no modo de produção capitalista é *função do capital*, que, com o processo de dissociação, será assumida por esses conjuntos de trabalhadores. Isso explica o porquê de Poulantzas (1974) retirar as camadas que exercem o trabalho de supervisão, direção e gerência da classe operária. Para o autor, essas camadas assumem em patamares e níveis diferenciados a função do capital, especificamente a função de direção do processo produtivo. Como afirma Poulantzas (1974, p. 243-244), os conjuntos assalariados de direção e supervisão “[...] exercem poderes, que não são forçosamente exercidos pelos capitalistas eles mesmos, mas que derivam da posição do capital, capital esse que se apodera

da função de direção do processo de trabalho”. Poulantzas (1974) retira do próprio Marx (2013) as bases dessa noção de função do capital, presente na discussão sobre a cooperação. Marx (2013, p. 400) demonstra que a cooperação, enquanto aumento do número de trabalhadores em unidades específicas de produção, trabalhando lado a lado de forma coordenada, impõe uma transformação qualitativa da função de direção. Segundo Marx (2013, p. 406): “Essa função de direção, supervisão e mediação torna-se função do capital assim que o trabalho a ele submetido se torna cooperativo”.

Assim como o capitalista é inicialmente libertado do trabalho manual tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima com a qual tem início a produção verdadeiramente capitalista, agora ele transfere a função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores individuais e dos grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados. (MARX, 2013, p. 406)

Essa discussão sobre a função do capital é essencial para a análise de Poulantzas (1974) sobre a determinação de classe das gerências (*managers*). Para nosso autor, os gerentes não fazem parte da nova pequena burguesia, mas sim da burguesia, mesmo estando submetidos a uma relação de assalariamento e não sendo portadores da propriedade jurídica ou, certas vezes, econômica dos meios de produção. Isso ocorre, como argumenta Poulantzas (1974), pelo fato de os gerentes assumirem o *lugar do capital* (ou função do capital), na medida em que exercem os poderes que derivam tanto da propriedade econômica quanto da posse, ou seja, a capacidade de destinar os meios de produção a tal ou qual uso e dispor dos produtos obtidos dessa utilização (propriedade econômica) e o poder de direção sobre o processo de trabalho (posse) (POULANTZAS, 1974, p. 21).

É o lugar do capital definido como a articulação de relações que comportam certos poderes, que determina o pertencimento de classe dos agentes que ocupam essas “funções”. Isso remete a dois aspectos interligados do problema: a) *os poderes* associados à utilização dos recursos, à alocação dos meios de produção a tal ou qual utilização, etc., ou mesmo à direção do processo de trabalho, *estão ligados* às relações de propriedade econômica e posse e essas relações delimitam *um e mesmo lugar*, o lugar do capital; b) *Os agentes dirigentes que exercem diretamente esses poderes e que preenchem as “funções do capital ocupam o lugar do capital, e possuem, assim, um pertencimento de classe burguês, mesmo sem deter a propriedade jurídica formal.* Dessa forma, os gerentes são, em todos os casos, parte integral da burguesia. (POULANTZAS, 1974, p. 194)

É importante notar que Poulantzas (1974), mesmo reconhecendo haver um processo de dissociação entre propriedade econômica e posse no desenvolvimento próprio do capitalismo

monopolista, não modifica sua posição em relação ao pertencimento de classe das gerências (que exerceriam apenas posseção), pois, segundo o autor, esse processo de dissociação não logrou separar a posseção da função do capital.

(...) as dissociações que constatamos, notadamente, entre as relações de propriedade econômica e posseção – direção do processo de trabalho – não significam de nenhum modo que essa última, exercida pelas gerências, tenha se separado do lugar do capital. De outra parte, se constatamos uma dissociação entre os diversos “agentes” *portadores das relações do capital* e aqueles que *exercem seus poderes*, não se trata, aqui, de uma separação qualquer entre o *lugar* do capital e seus *poderes* (capitalistas contra managers), ou mais precisamente de uma separação qualquer entre as *relações* de propriedade econômica e posseção, de um lado, e os poderes que daí derivam, de outro. (POULANTZAS, 1974, p. 195)

Podemos afirmar que, para Poulantzas (1974), o trabalho de supervisão é inquestionavelmente produtivo, já que é responsável por coordenar um sistema combinado de produção. O argumento do autor demonstra que o trabalho de direção e supervisão se faz cada vez mais necessário no capitalismo monopolista, na medida em que i) com o advento da grande indústria e da maquinaria, o capitalista passa a se afastar da função direta de direção do processo produtivo e ii) o trabalho dos produtores diretos passa a ser, cada vez mais, parcializado. A direção e supervisão garantem a integralidade e unidade do processo produtivo que se parcializa, permitindo o bom funcionamento da produção, o que, na visão de Poulantzas (1974), as caracteriza como um trabalho de tipo produtivo. Contudo, ainda conforme o autor, esses setores não podem ser incluídos na classe operária, já que é o trabalho de supervisão e direção que garante a dominação política do capitalista sobre a classe operária na esfera do processo produtivo. Segundo Poulantzas (1974, p. 242-243, grifos do autor), o “*trabalho de direção e supervisão capitalista é a reprodução direta das relações políticas entre a classe capitalista e a classe operária no seio do processo de produção*”. É sob a forma de trabalho produtivo que a dominação política se realiza dentro do processo produtivo, fazendo com que supervisores e diretores exerçam, como função principal, a tarefa de “[...] extrair mais-valia dos operários – em coletá-la” (POULANTZAS, 1974, p. 243). Ainda resta ao autor equacionar o pertencimento de classe desses grupos, já que poderia se supor um duplo pertencimento envolvido no problema, ou seja, uma classe social que seria ao mesmo tempo explorada, na medida em que está sujeita à relação de assalariamento e realiza trabalho produtivo, e exploradora, ao passo que exerce a função de extração de mais-valia.

Apresentar essa determinação sobre a forma de um *duplo pertencimento* de classe fazendo referência à “dupla natureza” de seu [agentes de direção e supervisão] trabalho dizer que eles fazem parte da classe operária (trabalho produtivo) *na medida em que*, por um lado, eles realizam trabalho necessário a todo processo produtivo e, de outro, dizer que eles não fazem parte da classe operária, *na medida em que* eles realizam as relações políticas de exploração, é falso já que não apreendemos, em seu lugar, a *articulação* da divisão técnica do trabalho e da divisão social do trabalho sob a dominação dessa última. (POULANTZAS, 1974, p. 243)

Poulantzas (1974) rejeita a tese do duplo pertencimento de classe e desenvolve seu argumento contrário, por meio do que ele entende como diferença entre a divisão técnica do trabalho e a divisão social do trabalho. A divisão técnica estaria relacionada mais diretamente ao processo de trabalho em si – ligado ao âmbito das forças produtivas –, ao passo que a divisão social do trabalho estaria atrelada às estruturas de um modo de produção – relações de produção e as instâncias político-ideológicas. Para Poulantzas (1974, p. 240), a divisão social do trabalho domina a divisão técnica do trabalho, o que podemos resumir como tese da primazia da divisão social do trabalho sobre a divisão técnica do trabalho. O processo de trabalho só existe em condições sociais determinadas, sempre associado a relações de produção específicas, o que lhe confere, portanto, a forma de um processo de produção (POULANTZAS, 1974, p. 240).

O processo de trabalho não existe em si como nível autônomo das forças produtivas, mas sempre sobre formas sociais determinadas, notadamente articuladas a relações de produção determinadas: é a dominação das relações de produção sobre o processo de trabalho que confere à sua articulação a forma de um processo produtivo. (POULANTZAS, 1974, p. 240).

Nesse sentido, Poulantzas (1974) argumenta que a exploração que submete supervisores e diretores faz parte da divisão técnica do trabalho, ao passo que a extração de mais-valia e a dominação política da classe operária no processo produtivo estaria relacionada diretamente à divisão social do trabalho. Por essa razão, a extração de mais-valia e a dominação política são os elementos principais a serem levados em conta na determinação estrutural desses setores da nova pequena burguesia. Por isso, mesmo que estejam submetidos à exploração e realizem trabalho produtivo, eles estariam excluídos da classe operária. Como veremos a seguir, essas formulações de Poulantzas (1974) acerca do critério político de determinação de classe da nova pequena burguesia serão criticados por Wright (1993 [1978]) em um aspecto específico que, a nosso ver,

possui um certo sentido, qual seja: o fato de podermos tomar esses critérios enquanto realmente “políticos”. Como vimos, Poulantzas (1974) claramente deriva o trabalho de supervisão, direção e gerência da posse, o que, a princípio, seria um critério econômico da determinação de classe. Contudo, não avançaremos além disso neste momento, pois trataremos dessa questão na quinta seção deste capítulo, onde será discutida a crítica de Wright (1993 [1978]) aos critérios políticos e ideológicos da determinação de classe em Poulantzas (1974). Dessa forma, devemos antes passar à exposição do critério ideológico de determinação da classe operária e da nova pequena burguesia para Poulantzas (1974).

3.4.2 Critério ideológico: a divisão do trabalho intelectual/trabalho manual

Os primeiros apontamentos de Poulantzas (1974) sobre a divisão trabalho manual/intelectual concernem a duas questões principais que eliminam certas confusões que podem envolver a ideia de trabalho intelectual – característica que recobre as diversas posições da nova pequena burguesia na divisão social do trabalho. A primeira confusão seria entender que os agentes que compõem a nova pequena burguesia seriam todos “intelectuais”. Para Poulantzas (1974), os intelectuais compõem não uma classe, mas uma categoria social responsável pela elaboração da ideologia de classes. As categorias sociais possuem, segundo o autor, uma relação “*específica e sobredeterminante com estruturas distintas das econômicas* (POULANTZAS, 2019 [1968], p. 82). Por exemplo, além dos intelectuais, que elaboram a ideologia, haveria a burocracia, que mantém uma relação específica com o Estado (nível político).

A segunda confusão estaria relacionada ao fato de a divisão trabalho intelectual ser, muitas vezes, tomada a partir de critérios empíricos, tais como “trabalho feito pelo cérebro” / “trabalho feito com as mãos”. Poulantzas (1974) admite que no caso da classe operária, ligada ao trabalho manual, sempre há utilização de trabalho intelectual, por mais físico que seja o trabalho realizado. A divisão trabalho manual/intelectual, segundo o autor, está sempre relacionada aos critérios ideológicos e políticos que marcam o lugar dos agentes na divisão social do trabalho. Poulantzas (1974, p. 253) argumenta que o trabalho intelectual pode ser pensado como todo tipo de trabalho que *exclui o trabalhador manual do conhecimento necessário para pôr em andamento o processo*

produtivo. Assim, não importa se esse trabalho é realizado em sua expressão empírica pela “mão” ou pelo “cérebro”.

A definição de Poulantzas (1974, p. 253) sobre o trabalho intelectual está ligada a um dos principais elementos da definição da classe operária no modo de produção capitalista – a separação dos trabalhadores dos meios e objetos de trabalho –, que assume sua expressão ideológica na exclusão da classe operária dos saberes necessários para pôr em marcha o processo produtivo. Esse elemento de exclusão, portanto, define o que Poulantzas (1974) entende por trabalho intelectual:

Podemos dizer assim que recai “do lado” de trabalho intelectual no próprio processo de produção capitalista, e para além de toda apreensão empírico-naturalista de seu “conteúdo”, todo trabalho que toma a forma de um saber cujos trabalhadores diretos são excluídos [...]. (POULANTZAS, 1974, p. 253, grifos do autor)

Como nota Skotnes (1979, p. 42), Poulantzas (1974) argumenta que o monopólio do conhecimento tornou-se função do capital, tomou a forma de conhecimento secreto cujo acesso estaria vetado à classe operária. Nesse sentido, mesmo realizando trabalho produtivo, os engenheiros e técnicos estariam excluídos da classe operária, pois “eles realizam as relações políticas e ideológicas de subordinação da classe operária ao capital (divisão trabalho intelectual/trabalho manual), e esse aspecto de sua determinação de classe é o aspecto dominante” (POULANTZAS, 1974, p. 258). Poulantzas (1974, p. 258) reconhece que há uma divisão importante entre os técnicos e engenheiros, o que poderia sugerir um outro pertencimento de classe a camadas desses setores de assalariados. As altas camadas dos setores técnicos e de engenharia exercem a função de direção e supervisão que, por si só, já os retiraria da classe operária. Contudo, os setores subalternos dessas camadas não exercem essa função, mas ainda assim devem ser excluídos, segundo Poulantzas (1974). Mallet (1967) torna-se alvo das críticas de Poulantzas (1974), pois, como vimos, aquele autor sustenta a tese de que, devido às mudanças no processo produtivo impulsionadas pela automação, os operários especializados (trabalho desqualificado) teriam adquirido qualificações que os aproximavam do trabalho intelectual exercido por técnicos e engenheiros. Concomitantemente, o mesmo processo de reestruturação da produção teria aumentado o grau de parcialização e especialização do trabalho em escritório aproximando os técnicos e engenheiros da classe operária. Essa dupla aproximação, de caráter técnico, justifica para Mallet (1967) a junção desses conjuntos de assalariados em uma só classe: a nova classe operária.

Para Poulantzas (1974), o argumento de Mallet (1967) repousa em certa concepção tecnicista das classes sociais, argumento que possui certa razão, a nosso ver. Como demonstra Poulantzas (1974, p. 258), Mallet (1967) toma como elemento principal da determinação de classes a divisão técnica do trabalho, em detrimento da divisão social do trabalho. Ou seja, o critério para definição das classes passa a ser as mudanças técnicas impulsionadas pela automação e não as relações de dominação e subordinação político-ideológicas.

Poulantzas (1974), propõe, então, um argumento interessante sobre os conjuntos de trabalhadores que se situam nas fronteiras superiores da classe operária (operários qualificados) e inferiores da nova pequena burguesia (técnicos subalternos), bem como aqueles trabalhadores que se situam nas fronteiras superiores da nova pequena burguesia e da burguesia. Quanto ao primeiro caso, Poulantzas (1974, p. 261) argumenta que a divisão trabalho intelectual/manual possui uma tendência a se reproduzir internamente às classes. No caso da classe operária, essa divisão se expressa nas categorias de operário qualificado e operário não qualificado, do lado da divisão manual do trabalho. Essas categorias não são, para Poulantzas (1974), um simples efeito de uma divisão técnica, mas sim efeitos da divisão social do trabalho e das relações de dominação político-ideológicas no seio da classe operária. Mesmo assim, nosso autor argumenta que ainda existe uma barreira de classe entre a classe operária e a pequena burguesia, na medida em que os operários qualificados, por exemplo, não exercem as funções de controle e supervisão – acopladas ao “segredo do conhecimento” do processo produtivo – sobre os operários especializados.

No entanto, *a barreira de classe dessa divisão existe*: os OP [operários qualificados] não exercem absolutamente sobre os OS [operário não qualificado], nem esses últimos sobre os trabalhadores braçais, a direção e supervisão acopladas à legitimação do conhecimento secreto e de monopólio que os engenheiros e técnicos exercem sobre o conjunto da classe operária. (POULANTZAS, 1974, p. 262)

Por meio dessa discussão, Poulantzas (1974, p. 262) critica ainda o que ele denomina de tendência “institucionalista-funcionalista” de análise da “empresa”. Essa tendência cometeria o equívoco de considerar as relações de poder e autoridade dentro de instituições de forma unilinear e hierárquica. Ou seja, o poder e a autoridade para essa tendência fluiriam de forma contínua e decrescente partindo do topo à base das ocupações da empresa, o que sugere uma concepção de estratificação do poder. Como vimos, essa escala contínua e estratificada não existe para Poulantzas

(1974), na medida em que autoridade e poder assumem um caráter relacional em função das posições na divisão social do trabalho determinadas por relações de subordinação e dominação política e ideológica. Isso, por sua vez, é justamente o elemento que estabelece a barreira entre a classe operária e a nova pequena burguesia. Essa crítica de Poulantzas (1974) é importante pois, em certo sentido, ela pode ser dirigida ao trabalho de Wright (1997b), que se apropria da problemática da estratificação em sua abordagem de classes, ou seja, de uma concepção teórica que compreende as classes de maneira linear em uma hierarquia de estratos. Esse tipo de abordagem das classes sociais gera incongruências com postulados teóricos fundamentais do programa de pesquisa marxista, pois nelas as classes não são mais apreendidas de maneira relacional e contraditória. Dessa forma, torna-se difícil determinar os interesses em oposição que impulsionariam a luta de classes (motor da história).

No caso das camadas inferiores da nova pequena burguesia, Poulantzas (1974) argumenta que mesmo os técnicos subalternos não podem ser alocados dentro da classe operária, pois eles, de algum modo, realizam as relações de autoridade que derivam da divisão trabalho manual e trabalho intelectual, ou seja, o monopólio dos conhecimentos secretos do processo produtivo. Isso marcaria, portanto, a diferença entre a pequena burguesia e o operário qualificado. Esse, por sua vez, na hierarquia interna do campo trabalho manual, estaria em uma posição superior ao operário não qualificado, embora sobre ele não exerça autoridade. Poulantzas (1974) tenta demonstrar, portanto, que a divisão trabalho manual e trabalho intelectual possui, no seio da classe operária e da pequena burguesia, um alcance limitado, produzindo, no máximo, frações internas a essas duas classes.

Ao tratar do conjunto de trabalhadores que ocupariam as posições superiores da nova pequena burguesia, Poulantzas (1974, p. 264) argumenta que sua determinação de classe deve ser analisada em função “de seu lugar em relação ao capital”. Com isso em vista, Poulantzas (1974, p. 264-265) propõe uma diferenciação específica atrelada às relações políticas de direção e supervisão entre o que ele entende por *instâncias subalternas* e *instâncias dirigentes*. As instâncias subalternas representariam aqueles agentes que exercem o papel político de supervisão do processo de trabalho – nova pequena burguesia. Já as instâncias dirigentes são representadas pelos agentes que ocupam o lugar do capital e exercem o poder que daí deriva. Em relação às instâncias dirigentes, Poulantzas (1974, p. 265) argumenta que os técnicos e engenheiros se localizam em uma posição de subordinação – “eles são dominados pelo capital”. Essas camadas estariam também subordinadas

à dominação ideológica do segredo e do monopólio do conhecimento (divisão trabalho intelectual/manual). Segredo esse que as instâncias dirigentes seriam portadoras. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que exercem esse tipo de dominação ideológica sobre a classe operária, os engenheiros e técnicos são dominados ideologicamente e da mesma forma pelo capital.

Em resumo, para Poulantzas (1974), o pertencimento de classe dos engenheiros e técnicos não sofre alterações em função da reprodução das relações de dominação político-ideológica (supervisão e trabalho intelectual), o mesmo valendo para classe operária. Engenheiros e técnicos, mesmo que submetidos à dominação ideológica e política da classe dirigente, continuam fazendo parte da nova pequena burguesia. Segundo Poulantzas (1974, p. 266), a dominação política e ideológica que submete esses setores pode, no máximo, influenciar em divisões internas à própria pequena burguesia, ou seja, no fracionamento da pequena burguesia. Esse tipo de dominação, portanto, não seria capaz de romper as barreiras entre os níveis subalternos da pequena burguesia e da classe operária.

Vimos nas duas seções anteriores como Poulantzas (1974) aborda os elementos da determinação política e ideológica da classe operária e da nova pequena burguesia. Esses elementos tornaram-se alvo direto de críticas elaboradas por Wright (1993 [1978]), as quais, em nossa interpretação, são fundamentais para compreender a solução proposta por esse autor ao problema das classes médias. Portanto, na seção seguinte abordaremos de forma detalhada a crítica de Wright (1993 [1978]) aos elementos político e ideológico da determinação de classe, demonstrando, sempre que possível, nossa concordância ou discordância com as formulações do autor. Nosso objetivo é construir mais uma camada de interpretação para esclarecermos a nossa pergunta de pesquisa: em que medida as soluções específicas encontradas por Wright e Poulantzas ao problema das classes médias podem ser lidas como mais ou menos progressivas frente aos postulados teóricos de um programa de pesquisa marxista.

3.5 Críticas de Wright aos critérios políticos e ideológicos de determinação da nova pequena burguesia e da classe operária

As críticas de Wright (1993 [1978], p. 51) à forma como Poulantzas (1974) compreende a determinação política e ideológica da pequena burguesia e da classe operária se constrói a partir de três formulações principais: i) a primeira estaria relacionada à ideia de que Poulantzas, em sua

análise da política e ideologia, esvazia sua própria tese segundo a qual o critério econômico possui papel principal na determinação de classe; ii) para Wright (1993 [1978], p. 52-53), seria difícil justificar que o critério político trazido por Poulantzas (1974) em sua discussão sobre a hierarquia de supervisão possui realmente um caráter político e não econômico. Como veremos na discussão, o debate sobre a supervisão parece fazer mais referência ao conceito de posse, que estaria ligado ao nível econômico de determinação das classes; e, por fim, iii) Wright (1993 [1978], p. 53) argumenta que a escolha da divisão entre trabalho manual e intelectual como critério ideológico é arbitrária, na medida em que existiriam outras divisões possíveis a serem tomadas como aspecto ideológico da determinação de classe da nova pequena burguesia e da classe operária. Passemos aos desenvolvimentos desses três aspectos, adiantando que concordamos, em certa medida, com as duas primeiras críticas de Wright (1993 [1978]) – ligadas aos critérios econômico e político – a Poulantzas (1974), ao passo que tendemos a discordar fortemente da terceira, a respeito do critério ideológico. Baseando nossas formulações nos trabalhos de Saes (1977) e Boito Jr. (2004), acreditamos que a divisão trabalho manual e intelectual (ou não manual como preferem esses dois últimos autores) possui um papel relevante na formulação do conceito de classe média no marxismo, pois está diretamente vinculada à ideologia meritocrática desses agentes.

A primeira crítica de Wright (1993 [1978]) à utilização dos critérios políticos e ideológicos de determinação das classes em Poulantzas (1974) está relacionada à ideia de que a abordagem de Poulantzas (1974), ao mesmo tempo em que postula a primazia do econômico na determinação das classes sociais, esvazia essa tese quando trata dos aspectos políticos e ideológicos que definem a nova pequena burguesia. O argumento de Wright (1993 [1978], p. 51), apesar de simples, a nosso ver, tem certa razão, na medida em que o autor consegue demonstrar que, para Poulantzas (1974), qualquer desvio ideológico ou político retira o agente da classe operária, por mais que o critério econômico de determinação seja o mesmo. Por exemplo, o caso dos *técnicos subalternos*, assalariados que realizam trabalho produtivo no nível econômico, mas que em sua determinação ideológica realizam trabalho intelectual, apenas por esse critério são excluídos da classe operária. Nesse sentido, Wright (1993 [1978], p. 51) compreende que, para Poulantzas (1974), os critérios ideológicos e políticos acabam sendo igualizados ao critério econômico e, dessa forma, seria difícil manter a validade da primazia do econômico na determinação de classe. Poulantzas (1974), como demonstra Wright (1993 [1978], p. 51-52), explica essa posição a partir da tese da primazia da

divisão social do trabalho sobre a divisão técnica e parece tomar o critério trabalho produtivo/improdutivo como parte da divisão técnica do trabalho, o que justificaria a exclusão de certos conjuntos de trabalhadores da classe operária:

Já vimos, a propósito dos supervisores do processo de trabalho e dos engenheiros e técnicos, a importância do papel da divisão trabalho intelectual/trabalho manual. Esse papel aparece como decisivo, pois, em função da primazia da divisão social do trabalho sobre a divisão técnica do trabalho, ele exclui esses conjuntos de dentro da classe operária, apesar do aspecto do “trabalho produtivo”, do qual eles igualmente são portadores. (POULANTZAS, 1974, p. 267)

Wright (1993 [1978]) possui certa razão em sua crítica à abordagem de Poulantzas (1974), pois ao igualar a realização de trabalho produtivo com a divisão técnica do trabalho, Poulantzas (1974) esvazia a ideia de que a realização de trabalho produtivo constitui a forma dominante da exploração em sociedades capitalistas. Para Wright (1993 [1978], p. 52), o critério econômico deve ser tomado, juntamente com o político e ideológico, como parte da divisão social do trabalho, e uma vez que isso esteja garantido, seria difícil aceitar que os critérios políticos e ideológicos esvaziem sempre a determinação econômica das classes. O correto seria a relação contrária: uma vez que o critério econômico possui o papel principal na determinação das classes sociais, ele deveria esvaziar as eventuais determinações ideológicas e políticas de classe.

A segunda crítica elaborada por Wright (1993 [1978]) questiona até que ponto podemos entender o critério político da hierarquia de supervisão e direção de Poulantzas (1974) como um critério realmente político²⁵. Como demonstra Wright (1974), existem duas maneiras pela qual Poulantzas (1974) conceitualiza a noção de supervisão: i) a primeira estaria ligada à ideia de que o trabalho de supervisão é a reprodução das relações políticas entre a classe operária e a classe capitalista no interior do processo produtivo (POULANTZAS, 1974, p. 242-243); a segunda, nas palavras de Wright (1993 [1978], p. 52), é a ideia de que “supervisão pode ser vista como um aspecto da dissociação estrutural entre propriedade econômica e posse”. Como vimos, no desenvolvimento do capitalismo monopolista, a posse, enquanto controle do processo

²⁵ Skotnes (1979), em concordância com Wright (1993 [1978]), também toma o critério da autoridade enquanto elemento político da determinação da pequena burguesia, sem, contudo, deixar de ressaltar que Poulantzas (1974) é, no mínimo, pouco sistemático quando aborda este tema. Isso se reflete também no fato de não haver propriamente uma elaboração sistemática do critério político de determinação da classe operária.

produtivo, se dissocia da propriedade econômica. No entanto, como acrescenta Wright (1993 [1978] [1978], p. 53), nesse processo, a posseção se torna internamente diferenciada, de modo que “o controle sobre o processo de trabalho inteiro (gerência superior) se separa do controle imediato da atividade de trabalho (supervisão)”. Assim, para Wright (1993 [1978], p. 53), seria necessário considerar a posseção como um aspecto das relações políticas para que fizesse sentido tomar a supervisão também como um aspecto desse tipo de relação, já que ela surge do processo de diferenciação interna da posseção. Caso contrário, a noção de supervisão deve continuar sendo um critério econômico, pois está associada diretamente ao controle do processo produtivo.

Devemos concordar com Wright (1993 [1978]) que é difícil tomar a definição do trabalho de supervisão e direção exatamente como um critério do nível político de determinação das classes. Inclusive porque, em numerosas passagens do texto, mas principalmente na discussão sobre a divisão trabalho intelectual/manual no caso dos engenheiros, Poulantzas (1974) trata o político e o ideológico como um aspecto unificado da determinação das classes sociais. Por isso, consideramos que a discussão trazida por Poulantzas (1974) sobre a função do capital no que se refere à direção e supervisão do processo produtivo é mais consistente do que estabelecer se esse critério é político, ideológico ou econômico. Dessa forma, é interessante notar que Wright (1993 [1978]) ignora completamente esse aspecto do debate trazido por Poulantzas (1974), o que nos leva a elaborar ao menos duas razões para que isso tenha ocorrido. Em primeiro lugar, Wright (1993 [1978]) se atém ao modelo geral de determinação de classes ao qual Poulantzas (1974) repetidas vezes diz se filiar, qual seja, o modelo de determinação estrutural das classes pelos níveis econômico, político e ideológico. Tendo isso em vista, a crítica de Wright (1993 [1978]) faz todo o sentido, pois Poulantzas (1974) parece ter certa dificuldade em adequar os pressupostos do marxismo estrutural à sua teoria das classes. É difícil realmente estabelecer se o trabalho de supervisão e direção faz parte da instância política, já que faz muito mais sentido ele estar atrelado ao conceito de posseção – nível econômico da determinação de classes. Assim, consideramos que a posição mais consistente exposta por Poulantzas (1974) nesse debate está justamente na sua discussão em relação

à função do capital²⁶, momento em que esse autor se afasta decisivamente dos fundamentos da determinação estrutural de classes.²⁷

A terceira crítica elaborada por Wright (1993 [1978]) dirige-se ao critério ideológico de determinação de classe em Poulantzas (1974): a divisão trabalho intelectual/ trabalho manual. Para Wright (1993 [1978], p. 53), o fato de Poulantzas (1974) escolher a divisão trabalho intelectual/ trabalho manual como critério principal da determinação de classe da nova pequena burguesia e da classe operária é arbitrário em pelo menos dois sentidos. Primeiro, nosso autor argumenta que é difícil estabelecer por que essa divisão deve ser considerada uma determinante das fronteiras de classe, ao invés de ser tomada apenas como “uma simples divisão interna à classe operária” (WRIGHT, 1993 [1978], p. 53). Em um segundo, ele questiona as razões pelas quais a divisão trabalho intelectual/manual é escolhida em detrimento de outras formas de dominação e subordinação ideológica. O exemplo que o autor nos traz sobre o sexismo é interessante, pois segundo Wright (1993 [1978], p. 53), a identificação de certos tipos de trabalho enquanto “trabalho feminino”, de status inferior, colocam as mulheres em uma condição de subordinação e dominação ideológica em relação aos homens na divisão social do trabalho. Entretanto, o fato de todos os homens estarem associados a essa posição de dominação, dificilmente excluiria um homem trabalhador da classe operária (WRIGHT, 1993 [1978], p. 53). Para Wright (1993 [1978]), portanto, esse tipo de distinção – incluindo aqui trabalho intelectual e manual – cria apenas divisões importantes dentro da classe operária e só poderiam ser tomadas como critério para definição das classes se correspondessem a diferenças reais nas relações de produção.

Como adiantamos acima, tendemos a discordar dessa última crítica proposta por Wright (1993 [1978]) em relação ao critério ideológico de determinação das classes em Poulantzas (1974). Nesse sentido, a reformulação que Saes (1977) elabora a partir da abordagem de Poulantzas (1974), trazendo o conceito de “nova classe média” para o debate marxista, nos ajuda a sustentar nossa posição quanto a essa questão.

²⁶ Para uma abordagem de classes interessante que parte das noções de função, ver Carchedi (1996). Ademais, como demonstra Cavalcante (2012), Carchedi (1996) elabora sua posição em uma tentativa clara de desenvolver e superar insuficiências que enxergava no debate acerca das funções tanto em Poulantzas (1979) quanto em Braverman (1980).

²⁷ Como veremos a seguir, Jessop (2013) também nota esse processo de afastamento de Poulantzas (1974) dos fundamentos teóricos do marxismo estrutural, naquilo que concerne aos efeitos ideológicos que unificam a nova pequena burguesia e a pequena burguesia tradicional.

O argumento de Saes (1977, p. 99) é que a classe média não pode ser definida no nível econômico. Ou seja, que classe média e trabalhador improdutivo não são conceitos coincidentes, aspecto que o autor depreende justamente da singularidade ideológica da classe média em relação à pequena burguesia tradicional. A classe média deve ser definida, segundo o autor, ao nível da ideologia, e há aqui uma certa concessão à teoria da estratificação social. Para Saes (1977, p. 99), “classe média é uma questão de estratificação social”, mas o entendimento do autor sobre estratificação é diverso. Em Saes (1977, p. 99), estratificação significa o “aspecto da ideologia dominante que reduz a divisão capitalista do trabalho a uma hierarquia do trabalho, correspondente, para empregar a expressão de Bourdieu e Passeron, a uma ‘escala de dons e méritos’. Posto de outra maneira, a ideologia dominante apaga na consciência de alguns setores que realizam trabalho produtivo a contradição entre capital e trabalho imposta pela relação de assalariamento, inscrevendo em seu lugar o “sentimento de superioridade do trabalho não-manual com relação ao trabalho manual” (SAES, 1977, p. 99). Dessa forma, a “classe média” deve ser compreendida como uma “noção prática” que, para o autor, não abre espaço para uma formulação teórica prévia capaz de descrever quem são os seus agentes e, em seguida, passar ao estudo de suas práticas políticas (SAES, 1977, p. 99). Assim, uma vez que a classe média se caracteriza por ser uma noção prática, ela realmente não pode ser definida ao nível econômico, como pretende Wright (1993 [1978]) em sua crítica a Poulantzas (1974).

Como Boito Jr. (2004, p. 223) demonstra, o processo de formação das classes médias deve ser pensado para além do nível econômico, como algo que “realiza, mas que também transforma, aquilo que se encontra apenas potencialmente presente no campo da economia”. Desse modo, segundo Saes (1977), a rejeição da igualização do trabalho manual ao trabalho intelectual sobredetermina o aspecto econômico da nova classe média, sujeitas, tais como a classe operária, às relações de assalariamento. É importante notar que a sobredeterminação ideológica de que estamos tratando, justamente por ser ideológica, carrega consigo o aspecto mistificador que justifica, no plano da hierarquia do trabalho, a superioridade da classe média em relação à classe operária (BOITO JR., 2004). É interessante notar que Boito Jr. (2004) e Saes (1977), ao tratarem a questão da classe média sob o viés da ideologia, ainda conseguem manter-se dentro dos critérios marxistas da análise de classes. Tal como afirma Saes (1977), essa é uma concessão parcial à teoria da estratificação, já que a noção de classe média permanece ocultando a contradição real entre

capital e trabalho. Esse elemento é importante, pois é dele que decorre a dificuldade de se delimitar rigorosamente quais são os agentes da classe média. A classe média, como categoria prática que resulta do efeito político da ideologia dominante sobre certos setores do trabalho assalariado, só pode ser definida no nível das práticas políticas (SAES, 1977, p. 99-100).

Como veremos na seção seguinte, ao desconsiderar o aspecto ideológico de determinação da nova pequena burguesia ou classe média e tentar definir fronteiras rígidas entre essas classes, Wright (1993 [1978]) incorre no erro de ceder a uma teoria da estratificação baseada na noção de privilégios, a qual se concilia de maneira ruim com o seu próprio critério marxista de definição das classes, a saber: a *relação de exploração*. Nesse sentido, passaremos agora para a discussão sobre o conceito de *localizações contraditórias e privilegiadas nas relações de classe*, solução específica que Wright (1997b) elabora para o problema das classes médias.

3.5.1 As localizações contraditórias e privilegiadas nas relações de classe

Como vimos no capítulo 2, Wright (1997b) elabora um conceito de exploração que abrange não apenas os meios de produção, mas também o que o autor denomina de meios de organização e ativos de qualificação. Como foi dito, é por meio das relações de exploração em torno desses três ativos produtivos que Wright (1979b) estabelece a estrutura de classes em sociedades capitalistas avançadas e desenvolve uma solução para o “problema das classes médias”. Essa solução passa pela formulação do conceito de localizações contraditórias nas relações de classe. Para Wright (1997b) – diferentemente do que vimos para Poulantzas (1974) e próximo do que vimos para Braverman (1980) –, as chamadas “classes médias” caracterizam-se por estarem envolvidas em ambos os lados da exploração. Isto é, ao mesmo tempo em que são exploradas, já que não são portadoras dos meios de produção, elas exploram em diferentes níveis e gradações outras classes sociais por serem portadoras de ativos de organização e qualificação. Vejamos mais detidamente o debate sobre esses dois últimos ativos produtivos citados, pois eles estão no centro da definição de Wright (1997b) das localizações contraditórias nas relações de classe. Iniciaremos esse debate pela apresentação da noção de ativos (ou meios) de organização.

A inserção dos ativos de organização da produção na abordagem de classes de Wright (1989) baseia-se nas teorias clássicas de Smith e Marx, as quais, de certa forma, mostravam que a

divisão técnica do trabalho era, em si mesma, uma fonte de produtividade. Desta maneira, o termo organização pode ser lido como: “as condições de coordenação e cooperação entre produtores dentro de uma complexa divisão do trabalho” (WRIGHT, 1989, p. 8). A chave para o entendimento dessa noção está atrelada à discussão sobre autoridade no processo produtivo. Segundo Wright (1997b), os proprietários dos meios de produção não só detêm e possuem tal propriedade, mas também dominam o trabalhador. Existe, portanto, uma relação de autoridade. Os empregados, como gerentes e supervisores, dominam o trabalhador ao mesmo tempo em que são dominados pelo capitalista. Isso os posiciona em uma *localização contraditória nas relações de classe*. Dessa forma, o maior grau de controle sobre o processo de trabalho aproximaria os agentes nessas localizações de uma posição mais próxima aos capitalistas, ou, na outra ponta, de uma posição de classe operária.

Um segundo aspecto da discussão sobre organização gira em torno da relação entre os ganhos salariais e a apropriação de parte dos lucros. A posição de supervisores e gerentes na organização do trabalho, portanto, os colocaria em uma situação vantajosa para reivindicar uma parte maior dos lucros na forma de ganhos salariais, elevando o patamar desses ganhos muitas vezes acima dos custos de reprodução de sua força de trabalho (WRIGHT, 1997b, p. 17). O mecanismo por meio do qual essa apropriação maior do lucro ocorre é o que Wright (1997b) denomina como “renda de lealdade”. Esse tipo de renda é definida basicamente pelos altos ganhos salariais praticados em relação aos gerentes e supervisores, que constituem, em sociedades capitalistas avançadas, os melhores meios de gerar consentimento dessas posições de classe em relação aos interesses da empresa. Isso estabelece um tipo de situação onde, em cargos mais elevados na hierarquia funcional, os ganhos do trabalho ultrapassem os custos necessários para produzir as habilidades e qualificações envolvidas na reprodução e produção desse tipo de força de trabalho. Nesse sentido, segundo Wright (1997b, p. 17, grifos do autor), os *gerentes* “não ocupam apenas uma *posição contraditória nas relações de classe* em virtude da dominação, eles ocupam o que pode ser denominado como uma *localização privilegiada para apropriação nas relações de exploração*”²⁸.

²⁸ Do inglês, *privileged appropriation location within exploitation relations*.

Quanto aos ativos de qualificação, existem dois mecanismos por meio dos quais, segundo Wright (1997b), pode-se estabelecer uma relação de exploração: i) a escassez de determinadas qualificações no mercado de trabalho e ii) a dificuldade de dominação e controle do trabalho qualificado no processo produtivo. O primeiro desses aspectos, o da escassez, está ligado ao fato de que certos níveis de qualificação e habilidades são escassos no mercado de trabalho. Essa escassez, contudo, não se deve apenas a uma falta de oferta desse tipo de força de trabalho, mas também a obstáculos sistemáticos impostos para se alcançar determinados patamares de qualificação. Isso é o que Bertonecelo (2009, p. 33) designou de “estratégias de fechamento social”, ou seja, modos pelos quais certos atores “tentam reproduzir a escassez de seus ativos” no mercado de trabalho. O elemento mais óbvio por meio do qual esse fenômeno ocorre são as credenciais escolares e de profissionalização. Contudo, como nota Wright (1997b, p. 18), esse não é o único elemento que compete para a escassez de qualificações no mercado de trabalho. A restrição sustentada da oferta de determinadas formas qualificadas da força de trabalho desempenha um papel importante nesse fenômeno. É por isso que certos detentores de determinadas qualificações e habilidades conseguem atingir remunerações que ultrapassam o nível de reprodução de suas condições de subsistência, ou seja, chegam ao que Wright (1997b) denomina como renda de habilidade (*skill rent*).

O segundo mecanismo, por meio do qual existe exploração em torno das qualificações, está ligado às dificuldades de controle e dominação do trabalho qualificado. Essas dificuldades, segundo Wright (1997b, p. 18) impõe aos empregadores a necessidade de implementar mecanismos de lealdade que sejam capazes de incentivar um determinado nível de cooperação dessa força de trabalho mais qualificada, o que ocorre na forma da renda de lealdade. Nesse sentido, os detentores de qualificações altamente escassas podem se apropriar de partes do produto social total de duas maneiras: primeiro, por sua posição estratégica na organização da produção, enquanto controladores do conhecimento necessário para pôr em marcha o processo produtivo; e, em segundo lugar, por sua posição estratégica no mercado de trabalho, como portadores de qualificações escassas. Assim, para Wright (1997b), tal como ocorre com os gerentes nas relações de organização, os *especialistas* – posição de classe mais elevada no eixo das qualificações – também possuiriam o que o autor denomina de *localização privilegiada nas relações de exploração*.

Wright (1997b, p. 19) admite que ao incorporar a questão das qualificações à sua abordagem de classes, ele faz uma concessão à teoria da estratificação, como vimos no capítulo 2, pois “as qualificações variam de maneira, mais ou menos, gradual – alguém pode ser mais ou menos qualificado que outro” (WRIGHT, 1997b, p. 19).

A abordagem proposta acima, como vimos, constitui a solução específica de Wright (1997b) ao problema das classes médias. Essa solução se desenvolve a partir da formulação de dois conceitos distintos e interconectados: *localizações contraditórias nas relações de classe* e *localizações privilegiadas nas relações de exploração*. Essas duas categorias, somadas à de exploração em torno dos meios de produção, geram um mapa de classes que se define da seguinte maneira. Primeiramente, esse mapa é dividido em duas partes distintas relacionadas à exploração em torno dos meios de produção. A primeira, a dos detentores dos meios de produção, onde se localizam três posições de classe diferenciadas em função do número de empregados contratados: a pequena burguesia (nenhum empregado), os pequenos empregadores (poucos empregados) e os capitalistas (muitos empregados). Na segunda parte do mapa estariam localizados todos os empregados, despossuídos dos meios de produção. As posições nessa parte variam segundo as relações de organização e qualificação, de modo que se pode estabelecer três posições distintas que alocam um certo número de localizações de classe cada. A primeira, das localizações privilegiadas nas relações de exploração, seria ocupada pelos gerentes, pelos *especialistas*-supervisores e pelos *especialistas*. A segunda, das localizações contraditórias nas relações de classe, estariam os supervisores qualificados, os supervisores não qualificados, os gerentes não qualificados e os trabalhadores qualificados. Por fim, haveria uma localização de classe que define a classe operária em sentido restrito: trabalhadores não qualificados.

Obviamente que o autor recebeu numerosas críticas aos seus trabalhos, a maior parte dirigidas ao procedimento metodológico de formulação de um mapa de classes. Como bem salientou Bertonecelo (2009, p. 33), esse mapa acaba sendo *proxy* de posições em uma hierarquia ocupacional. O mesmo argumento é levantado de outra forma por Cavalcante (2012, p. 274), para quem a pretensão de mapear as classes teve como resultado, no máximo, a produção de um “mapa profissional”.

Carchedi (1998, p. 114) avança outro argumento contra os procedimentos metodológicos utilizados por Wright (1997b). O autor demonstra que, ao preencher as posições de classe de seu

mapa com categorias ocupacionais em seus estudos empíricos sobre classes e consciência, Wright (1997b) iguala praticamente toda a sua abordagem de classes a uma teoria da estratificação social. Segundo Carchedi (1998, p. 115), com esse procedimento metodológico (quantitativo), Wright (1997b) conseguiria alcançar apenas uma posição estática e determinística, tanto da estrutura de classes como da consciência de classes.

Boito Jr (2004, p. 223) apresenta uma formulação interessante sobre esse tema da determinação de fronteiras da classe média. O autor demonstra que a questão da classe média realmente transpassa a determinação econômica das classes, de modo que isso impede a delimitação rigorosa das fronteiras entre a classe média e a classe operária. Essas fronteiras se movimentam constantemente, a depender de fatores ligados tanto à situação de trabalho (nível econômico) quanto à luta de classes no sentido político.

O que ocorre é que não há limite objetivo, rigoroso e fixo que separaria, no âmbito do processo e situação de trabalho, a situação de classe média da situação operária. Esse limite é definido também pela intervenção da luta de classes, apresenta-se como algo relativamente frouxo e móvel, a sua mobilidade depende tanto da situação de trabalho, quanto da conjuntura específica da luta de classes. (BOITO JR. 2004, p. 223)

Baseado nos argumentos levantados por Bertonecelo (2009), Boito (2004), Carchedi (2007) e Cavalcante (2012), consideramos que o fato de Wright (1993 [1978], 1997b) desprezar a determinação ideológica da noção de classe média o faz se apropriar da teoria da estratificação em sua abordagem de classes. Essa solução, que (como mencionamos) se adequa mal ao postulado da luta de classes como motor da história, abdica da constituição relacional e conflitual das classes sociais.

Ademais, é importante notar, juntamente com Santos (2004) e Bertonecelo (2009), que não fica claro nas formulações de Wright (1997b) como o processo de exploração se dá em torno dos ativos de qualificação. Portanto, concordamos com Bertonecelo (2009, p. 33) quando afirma que, pela maneira como Wright (1997b) aborda o problema das qualificações, parece que os portadores desse ativo produtivo estão apenas em melhores condições de resistir à exploração capitalista. Essa crítica de Bertonecelo (2009) faz eco às nossas conclusões do capítulo 2, segundo as quais não fica clara a maneira pela qual a exploração ocorre em torno dos recursos de qualificação. Problema que nos levou a caracterizar esse elemento da teoria de Wright como degenerativo.

Para concluir nossas observações, devemos apontar que a escolha metodológica de Wright (1997b) em preencher as localizações de classe por meio de categorias profissionais para a realização de pesquisa quantitativa também se concilia mal com o postulado marxista da luta de classe como motor da história. Essa escolha, pautada no compromisso do marxismo analítico com normas científicas convencionais, termina por aproximar quase toda a análise de classes de Wright (1997b) à teoria da estratificação social que, como dissemos, abdica do caráter relacional de constituição das classes sociais e, por conseguinte, possui dificuldades em dar tratos à relação entre classes e conflito político transformador. Dessa forma, se o propósito do autor era propor uma solução (refutação da anomalia) ao problema das classes médias (anomalia), que contestava a tese da polarização de classes marxista, apropriar-se da teoria da estratificação social nos parece enfraquecer a solução específica trazida por Wright a esse problema.

Na próxima seção, onde trataremos dos efeitos ideológicos da unidade da pequena burguesia, retomaremos e aprofundaremos a discussão sobre a importância de se pensar a ideologia e os efeitos ideológicos na determinação das classes médias. Essa questão é importante, pois também fez parte de um debate entre Poulantzas (1974) e Wright (1993 [1978]). Debate que, por sua vez, consegue parcialmente demonstrar as vantagens e desvantagens das soluções trazidas pelos dois autores ao problema das classes médias.

3.6 Efeitos ideológicos e determinação de classe em Poulantzas

3.6.1 O subconjunto ideológico pequeno burguês em Poulantzas

A discussão sobre a ideologia é um fator importante na definição do conceito de pequena burguesia em Poulantzas (1974). São os efeitos ideológicos da determinação de classe pequeno burguesa (anticapitalismo, meritocracia, fetichismo do poder e contestação via participação) que, para o autor, justificam a inserção tanto da pequena burguesia tradicional quanto da nova pequena burguesia em uma mesma classe social (tese da unidade da pequena burguesia). Ou seja, há entre os efeitos ideológicos desses dois grupos um forte parentesco que faz com que Poulantzas as entenda como partes de uma mesma classe. Vale notar que Poulantzas (1974, p. 307) considera que não podemos falar de uma verdadeira ideologia pequeno burguesa. Segundo o autor, essa classe não possui uma posição política autônoma de longo termo, como seria o caso da burguesia e da

classe operária. Isso ocorre porque não há, em relação à pequena burguesia, o elemento de antagonismo irreconciliável que caracteriza a relação entre burguesia e proletariado. A pequena burguesia é definida, na concepção de Poulantzas (1970, p. 264), por um critério negativo, ou seja, não faz parte da burguesia nem da classe operária. Portanto, só podemos falar de ideologia e política de classe, no sentido forte e a longo termo, quando falamos das duas principais classes de um modo de produção. No modo de produção capitalista, teríamos, assim, a ideologia burguesa dominante e a ideologia ligada à classe operária. No caso da pequena burguesia, portanto, só poderíamos falar de um *subconjunto ideológico pequeno burguês* (POULANTZAS, 1974, p. 307).

Como argumenta Poulantzas (1974, p. 308), no contexto da luta ideológica de classe, o subconjunto ideológico pequeno burguês é “constituído pelos efeitos da ideologia burguesa (dominante) sobre as aspirações próprias dos agentes pequeno burgueses”. Por se tratar de uma ideologia dominante, esses efeitos também são exercidos sobre a classe operária. Contudo, nesse último caso, eles são constantemente bloqueados pela prática dessa classe, que está no centro da exploração capitalista. Diferentemente da pequena burguesia, o que se observa em relação à classe operária é o ressurgimento constante da sua própria determinação de classe na forma de práticas sociais. Esse seria, justamente, o elemento que tende a bloquear a penetração da ideologia dominante na classe operária (POULANTZAS, 1974, p. 308). Os efeitos da ideologia burguesa sobre a pequena burguesia, diferentemente da classe operária, são assimilados a partir de um processo de “torção e adaptação”, aos quais se somam os elementos ideológicos específicos ligados à determinação de classe pequeno burguesa: uma situação própria na qual ela é ao mesmo tempo “explorada e dominada pelo capital, mas de uma maneira totalmente distinta da exploração e dominação experimentada pela classe operária” (POULANTZAS, 1974, p. 308).

Assim como a ideologia burguesa atua sobre as ideologias das outras classes sociais, a ideologia operária também tem certa capacidade de penetração, o que se observa, até mesmo, no interior das classes dominantes — por exemplo, o “socialismo burguês” (burguesia) e o “socialismo feudal” (grande propriedade fundiária) (POULANTZAS, 1974, p. 308). No caso da pequena burguesia, sua relação com a ideologia operária é distinta, pois ela está diretamente ligada à determinação estrutural dessa classe. Por ser uma classe também dominada e explorada pelo capital, sua ideologia assume de maneira direta elementos da ideologia operária (POULANTZAS, 1974, p. 308). É por meio de uma equação ambígua entre ideologia operária e ideologia burguesa

que Poulantzas (1974) definirá a ideologia pequeno burguesa como campo de luta entre as duas ideologias principais do modo de produção capitalista, acrescido de elementos próprios da ideologia pequeno burguesa:

Dito de outra forma, o subconjunto ideológico pequeno burguês é um terreno de luta e um campo de batalha particular entre a ideologia burguesa e a ideologia operária, porém com a intervenção própria de elementos especificamente pequeno burgueses. (POULANTZAS, 1974, p. 308, grifos do autor).

Esse terreno de disputa entre ideologias não pode ser tomado como um terreno vago ou uniforme. Como argumenta Poulantzas (1974, p. 309), trata-se de um terreno já circunscrito pela ideologia burguesa e por elementos da ideologia pequeno burguesa, dentro do qual a ideologia operária avança. Isso ocorre de forma não uniforme em decorrência da polarização (entre burguesia e proletariado) que atravessa a determinação de classe da pequena burguesia. Por essa razão, em seu esquema teórico, Poulantzas (1974) admite a possibilidade de grandes setores da pequena burguesia adotarem uma posição ideológica operária.

Tendo em vista essa discussão, vale notar que, para Poulantzas (1974), ideologia não pode ser tomada como “consciência”, ou seja, como “conjuntos conceituais” preestabelecidos. As ideologias se constituem, para o autor, no domínio das práticas, portanto, devem ser compreendidas como práticas materiais que se conformam no âmbito da luta ideológica de classes. Toda ideologia de classe, nesse sentido, só pode se moldar por meio da luta ideológica e assim deve ser interpretada. Essa concepção de ideologia possui a vantagem de não imputar mecanicamente formas ideológicas preestabelecidas às classes e frações de classe, o que poderia gerar inconsistências entre a ideologia imputada e a ideologia real das classes em luta. Segundo Poulantzas,

(...) as diversas ideologias ou subconjuntos ideológicos existem constitutivamente apenas na luta ideológica de classe, e devem ser considerados, não sob a forma de conjuntos conceituais constituídos, mas na sua materialização em práticas de classe. [...] a luta ideológica está presente como tal na constituição de toda ideologia de classe, isto é, em seu próprio seio. (POULANTZAS, 1974, p. 310-311)

A partir dessas formulações sobre a determinação de classe da pequena burguesia, Poulantzas (1974) destaca cinco traços mais importantes da ideologia pequeno burguesa, que serão

tratados a seguir²⁹: i) anticapitalismo reformista; ii) contestação via participação; iii) individualismo ligado às formas de ascensão social ou “mito da passarela”; iv) fetichismo do poder; e, por fim, v) a adoção de formas de revolta violenta. Adiantamos desde já que analisaremos apenas os quatro primeiros elementos tratados por Poulantzas (1974), pois no caso das formas de revolta violenta, nosso autor desenvolve pouco seu argumento. Além disso, esse foi um aspecto pouco tratado pela bibliografia que traremos para discussão. Nossa exposição segue apresentando, primeiramente, a expressão dos efeitos ideológicos ligados à nova pequena burguesia; posteriormente, passaremos aos efeitos ideológicos ligados à pequena burguesia tradicional.

O primeiro efeito político da posição de classe da nova pequena burguesia apresentado por Poulantzas (1970, 1974) é o anticapitalismo reformista pequeno burguês. Esse efeito ideológico está diretamente associado ao discurso da nova pequena burguesia, contrário às grandes riquezas e fortunas, e que almeja justiça social sem, contudo, defender uma mudança radical do *status quo*. Como argumenta Poulantzas (1974), a nova pequena burguesia não defenderia uma mudança revolucionária por causa da instabilidade que tal evento traria ao nível da renda (salário), mais precisamente devido ao seu apego à manutenção das hierarquias salariais (POULANTZAS, 1974, p. 311). Esse elemento se associa ao fato de que os agentes da nova pequena burguesia estão isolados tanto na concorrência do mercado de trabalho quanto em sua situação específica de trabalho. Ou seja, seus agentes não estariam sujeitos ao processo de socialização do trabalho, ao qual se submete a classe operária e que é a base de formação da solidariedade de classe (POULANTZAS, 1974, p. 311). O autor afirma que é esse isolamento o que alicerça o individualismo pequeno burguês da nova pequena burguesia.

Em segundo lugar, esse individualismo, que é constituído em cima da própria situação de isolamento (mercado e situação de trabalho), manifesta-se nas formas contestatórias apoiadas pela nova pequena burguesia. Essas formas preterem a subversão das relações de dominação e subordinação política, em privilégio da “participação” como forma de remanejar essas relações (POULANTZAS, 1974, p. 311). Esse aspecto é interessante, pois Poulantzas (1974) argumenta que a luta antiautoritária encampada pela nova pequena burguesia sempre esbarra no limite da subversão das hierarquias do trabalho. Ou seja, ela não assume a forma de uma luta anti-

²⁹ Eles são um dos aspectos criticados por Wright (1993 [1978]) em sua análise da obra de Poulantzas.

hierárquica, característica da classe operária, justamente pelo fato de haver um apego desses setores a uma hierarquia que sempre valorize o trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual (POULANTZAS, 1974, p. 311). Portanto, a luta contestatória da nova pequena burguesia estaria sempre contida nos limites de uma reorganização das relações de poder, que almeja maior participação de seus agentes nas instâncias decisórias, sem que isso signifique uma subversão das relações de dominação e subordinação político-ideológicas.

Em terceiro lugar, os agentes da nova pequena burguesia, segundo Poulantzas (1974, p. 312), sustentam a ideia de que a mudança de sua condição social está atrelada a formas individuais de ascensão e mobilidade social – o mito da passarela. Segundo nosso autor, esse mito se expressa por uma recusa à transformação radical da sociedade como possibilidade de melhoria de sua condição. Nesse sentido, é o medo da proletarização que os impele a buscar formas de ascensão individual, relacionadas a uma visão meritocrática das mudanças na condição social de seus agentes, ou seja, a ascensão dos “melhores” e “mais capazes”. Nesse sentido, a abertura e a democratização dos aparelhos escolar e estatal possuem um papel importante para a nova pequena burguesia, que encontra neles os corredores ou passarelas para mobilidade de classe, via mobilidade ascendente.

O quarto aspecto ideológico apresentado por Poulantzas (1974, p. 312) é o “fetichismo do poder”. Poulantzas (1974, p. 313) argumenta que, devido a posição intermediária da nova pequena burguesia – entre a burguesia e a classe operária –, os agentes dessa classe tendem a enxergar o estado como uma “força neutra”, cujo papel seria “arbitrar” entre as classes. Assim, a dominação política de classe à qual a nova pequena burguesia está submetida é sempre vista pelos seus membros como uma deformação do Estado. Para a nova pequena burguesia, portanto, o Estado deve ser democratizado e aberto às classes, subentendendo-se que essa abertura ocorreria apenas aos agentes que a compõem, na medida em que correspondem ao interesse geral enquanto classe intermediária e mediadora da oposição entre burguesia e classe operária (POULANTZAS, 1974, p. 313).

Vistos os quatro efeitos ideológicos principais da posição de classe da nova pequena burguesia, podemos passar aos efeitos ideológicos “análogos” – segundo Poulantzas (1974, p. 314) – da posição de classe da pequena burguesia tradicional. Análogos, pois, apesar de serem semelhantes, possuem origens distintas, ou seja, originadas em posições de classe distintas. *Em*

primeiro lugar, Poulantzas (1974, p. 316) identifica um “anticapitalismo do *status quo*”, que mobiliza a pequena burguesia tradicional em direção a uma contestação da “grande riqueza” (monopólios) que ameaça suas condições de existência, ao mesmo tempo em que teme uma transformação revolucionária da sociedade, em razão de seu apego à propriedade privada – medo da proletarização como relação de assalariamento. Nesse sentido, a pequena burguesia tradicional, como classe de transição, defende uma mudança que volte ao passado do capitalismo concorrencial, pois sua existência é constantemente ameaçada pelo capital monopolista.

Em segundo lugar, essa parte da pequena burguesia aspira formas de ascensão social individuais baseadas no mito da passarela. Ou seja, impulsionadas pelo medo da proletarização, aspiram ascender ao patamar da burguesia. Seus agentes querem se tornar pequenos empreendedores a partir do sucesso individual dos melhores e mais capazes. Segundo Poulantzas, esse mito se expressa por uma recusa à transformação radical da sociedade enquanto possibilidade de melhoria de sua condição, aspecto diretamente articulado “ao isolamento econômico desses agentes pequeno burgueses no domínio da concorrência, o que dá lugar ao individualismo pequeno burguês” (POULANTZAS, 1974, p. 316).

Em terceiro lugar, a pequena burguesia tradicional, também por ocupar uma posição intermediária entre burguesia e classe operária, adere ao fetichismo do poder. No seu caso, isso estaria ligado a uma visão de Estado neutro que fosse capaz de estancar o seu declínio.

Por fim, Poulantzas (1974, p. 317) afirma que essa atitude em relação ao Estado – tomá-lo como neutro – está atrelada diretamente à ideologia encucada pelo aparelho específico de Estado que é a família. Nesse sentido, a pequena burguesia tradicional, que se apoia em relações de exploração familiar, rejeita uma transformação radical da sociedade que afete as relações sociais ligadas ao papel da família. Como destaca Poulantzas (1974, p. 317), é justamente essa – a família – a via de penetração da ideologia burguesa (antirrevolucionária) na pequena burguesia.

Como aponta Jessop (2013, p. 173), em sua definição da pequena burguesia, Poulantzas (1974) deixa de lado o nível político de determinação das classes, em privilégio de suas *orientações* ideológicas, ou seja, os efeitos ideológicos característicos da pequena burguesia que tratamos acima. Acontece que esse procedimento acaba por fundir as noções de determinação estrutural de classe e posição de classe na conjuntura, expressa na ideia de efeitos políticos-ideológicos da pequena burguesia. Para Jessop (2013), Poulantzas (1974) realiza um movimento que o afasta das

teses do marxismo estrutural, o que ocorre em contradição com seus próprios pressupostos metodológicos (determinação estrutural de classe) em privilégio de elementos conjunturais (JESSOP, 2013, p. 173-174). Como tentaremos demonstrar na seção seguinte, consideramos que as elaborações de Saes (1977), por meio de dois movimentos interconectados, conseguem resolver esses problemas do conceito de pequena burguesia em Poulantzas (1974). Sem aprofundar muito a questão, podemos adiantar que Saes (1977) i) separa a pequena burguesia tradicional da nova pequena burguesia, por meio do conceito de nova classe média e ii) reestabelece de forma mais precisa a mediação entre a determinação estrutural de classe da nova classe média (divisão trabalho manual/não manual) e sua orientação ideológica na conjuntura. Passemos agora à próxima seção, onde tentaremos abordar a crítica de Wright (1993 [1978]) à tese de unidade da pequena burguesia e, em seguida, demonstrar como Saes (1977) oferece uma saída para as limitações presentes tanto na abordagem de Poulantzas (1974) quanto na de Wright (1993 [1978], 1997b).

3.6.2 Crítica de Wright à tese da unidade ideológica entre nova pequena burguesia e pequena burguesia tradicional

A crítica de Wright (1993 [1978], p. 44) à tese de que a nova e a tradicional pequena burguesia participam da mesma classe parte da premissa de que, para Poulantzas (1974), os efeitos ideológicos da posição de classe pequeno burguesa acabam assumindo maior importância na determinação de classes do que os efeitos políticos e econômicos. Como retoma Wright (1993 [1978], p. 58), a nova pequena burguesia e a pequena burguesia tradicional podem ser caracterizadas como opostas nesses dois níveis estruturais, mas mesmo assim compor uma mesma classe para Poulantzas (1974). Segundo Wright (1993 [1978]), no nível econômico, por exemplo, a pequena burguesia tradicional está em constante ameaça em relação ao crescimento do capitalismo monopolista, ao passo que a nova pequena burguesia depende diretamente desse crescimento. Do mesmo modo, no nível político, seus interesses podem divergir completamente. Como demonstra Wright (1993 [1978], p. 58), a nova pequena burguesia, por exemplo os funcionários públicos, tem interesse na expansão do Estado, ao passo que a pequena burguesia tradicional, como no caso dos pequenos comerciantes, normalmente se opõe à expansão do orçamento público e do aparelho estatal. Essas simples questões levam Wright (1993) a postular que seria necessário haver uma ligação ideológica suficientemente forte entre essas duas camadas

da pequena burguesia para que fosse possível neutralizar as suas diferenças nos níveis político e econômico. Esse elemento, argumenta Wright (1993 [1978], p. 44) com certa razão, não se confirma, na medida em que “a divisão ideológica entre essas duas categorias são, no mínimo, tão profundas quanto a sua proximidade”. Para Wright (1993 [1978]), Poulantzas (1974) teria desenvolvido uma visão parcial dos efeitos ideológicos das duas pequenas burguesias, que se verifica no fato de que elas parecem se opor mesmo nesse quesito. Se tomarmos o exemplo trazido por Wright (1993 [1978]) acerca do individualismo, veremos que ele é completamente diferente para essas duas classes. Para a nova pequena burguesia, como argumenta nosso autor, o individualismo está relacionado a um “carreirismo” que visa mobilidade organizacional, associada, portanto, a uma relação de assalariamento. Já no caso da pequena burguesia tradicional, esse individualismo se manifesta de forma diferente, na ideia de ser “o seu próprio patrão”, que realiza o seu próprio caminho por fora de qualquer demanda organizacional (WRIGHT, 1993 [1978], p. 58-59).

A questão, contudo, parece ser ainda mais profunda do que as diferenças ideológicas da nova pequena burguesia e da pequena burguesia tradicional, pois, para Wright (1993 [1978], p. 59), mesmo que houvesse uma identificação exata da ideologia dessas duas categorias, seria problemático incluí-las numa mesma classe com base apenas nesse critério. O autor argumenta novamente que Poulantzas (1974) estaria esvaziando a tese segundo a qual o critério econômico desempenha o papel principal na determinação das classes, já que toma duas classes distintas ao nível econômico e que não fazem parte do mesmo modo de produção como uma única classe. Isso impele Wright (1993 [1978]) a considerar que “o procedimento adotado por Poulantzas faz da ideologia em si o critério decisivo para as classes” (WRIGHT, 1993, p. 59).

Para além da crítica pertinente de Wright (1993 [1978]) à tese da unidade ideológica entre a nova pequena burguesia e a pequena burguesia tradicional, é importante notar que, não consideramos, como o faz Wright (1993 [1978]), que os aspectos ideológicos apresentados por Poulantzas (1974) sobre a nova pequena burguesia sejam apenas arbitrários e desprezíveis para determinar o pertencimento de classe de seus agentes. Wright (1997b), como vimos, despreza a necessidade de entendimento dos efeitos ideológicos para a determinação das “classes médias”. É nesse sentido que o trabalho de Saes (1977) nos parece mais uma vez incontornável quanto a essa questão. É justamente a partir dessa singularidade ideológica – que Wright (1993 [1978]) admite

existir – que Saes define o conceito de nova classe média. Segundo o autor, a nova classe média pode ser entendida como efeito prático da ideologia dominante, que reduz a divisão capitalista do trabalho à divisão técnica do trabalho. Isso, por sua vez, impede que essa classe seja definida somente ao nível econômico, tal como pretende a abordagem de Wright (1993 [1978]).

Essa reformulação realizada por Saes (1977, p. 99) sobre a abordagem de Poulantzas (1974) possui mais um mérito que deve ser ressaltado e que indica mais uma vez a necessidade de se pensar os aspectos ideológicos enquanto fatores determinantes da (nova) classe média. O mérito de Saes (1977) seria o de restituir os pressupostos estruturais da determinação de classe, que em certa medida foram abandonados por Poulantzas (1974) em privilégio de elementos conjunturais e da posição de classe, como demonstra Jessop (2013). Dito de outra forma, ao trazer o nível ideológico de determinação das classes, Saes (1977) estaria reconstituindo a mediação entre determinação estrutural de classe e posição de classes na conjuntura. Essa operação reaproxima a abordagem de classes de Poulantzas (1974) de seus próprios pressupostos teóricos (POULANTZAS; 1974, 2019 [1968]), ou seja, da ideia de que as classes são o efeito global das estruturas (econômica, política e ideológica) no domínio das práticas.

Para finalizar nossa discussão sobre a relevância dos elementos ideológicos na determinação de classe da nova pequena burguesia, é importante salientar outra questão diretamente ligada aos efeitos ideológicos da determinação de classe da pequena burguesia tradicional e da nova classe média (SAES, 1977, p. 100). Essa questão estaria relacionada aos limites ideológicos dentro dos quais podem se formar alianças de classe entre as duas classes principais do modo de produção capitalista (burguesia e classe operária), de um lado, e a pequena burguesia tradicional e a nova classe média, de outro (SAES, 1977, p. 100). Essa questão é importante porque, mais uma vez, ela demonstra que não se pode ignorar, como pretende Wright (1997b), o elemento ideológico de determinação das classes médias, de modo que Poulantzas (1974) está correto ao trabalhar esses elementos na sua abordagem de classes. Para Saes (1977, p. 100), são justamente os efeitos ideológicos apresentados por Poulantzas (1974) que delimitam as possibilidades de aliança de classe entre a pequena burguesia e as classes fundamentais do capitalismo. Saes (1977) sustenta a tese de que a pequena burguesia tradicional e a nova classe média poderiam, a depender da conjuntura específica, apoiar tanto uma posição burguesa quanto uma posição de classe operária. O que ocorreria em função de dois efeitos ideológicos principais:

a rejeição do assalariamento (pequena burguesia tradicional) e a rejeição da igualização sócio-econômica do trabalho não-manual ao trabalho manual (SAES, 1977, p. 101). No caso da pequena burguesia tradicional, a rejeição ao assalariamento e o apego à propriedade privada podem se manifestar, a depender da conjuntura, por meio de uma postura tanto anticapitalista, na forma do medo em ser extinta pela expansão do capital e, conseqüentemente, ter que se sujeitar à relação de assalariamento, quanto por uma posição pró-capitalista, relacionada ao apego desses setores à propriedade privada (SAES, 1977, p. 101). Já no caso da nova classe média, posturas pró-capitalistas e revolucionárias também podem se estabelecer em função das posições ocupadas pelos agentes na situação de trabalho e a depender da conjuntura política. Os exemplos usados por Saes (1977, p. 101) fazem referências aos segmentos limítrofes da nova classe média: altos técnicos e burocratas, com tendência a formar alianças com a burguesia, e os segmentos do pequeno funcionalismo e bancários, que podem eventualmente se alinhar à classe operária. É importante notar que, para Saes (1977), nunca há uma fusão dos agentes da pequena burguesia tradicional e da nova classe média com a classe operária. Os limites ideológicos dentro dos quais essas posições podem oscilar tendem a permanecer mesmo após a vitória do movimento revolucionário, o que se expressa, no caso da nova pequena burguesia, por uma concepção socialista que não transpassa os limites da ideologia meritocrática ou da hierarquização do trabalho. Por isso, insistimos mais uma vez na ideia de que é difícil tratar do problema das classes desprezando os elementos ideológicos que a constituem.

Neste capítulo, abordamos as soluções de Poulantzas e Wright ao “problema das classes médias” no marxismo. Como dissemos, essa foi, talvez, a anomalia (refutação) mais importante ao longo do século XX dirigida à teoria das classes marxista e ao postulado da luta de classes como motor da história. A expansão de conjuntos de assalariados interpostos à burguesia e ao proletariado contestava a ideia de polarização política de classes e, conseqüentemente, a ideia de que a resolução dessa polarização engendraria um processo de mudança social. O problema das classes médias foi usado, portanto, como elemento comprobatório de uma suposta obsolescência da teoria de classes marxista.

Como demonstramos, dois conceitos principais foram utilizados pelos autores para dar tratos a essa questão: primeiramente, vimos como i) o conceito de nova pequena burguesia, elaborado por Poulantzas (1974), definiu essa classe social como os trabalhadores improdutivos, que exercem função de supervisão e realizam trabalho intelectual. Para o autor, essa definição mantém uma relação de contradição direta com os elementos de determinação da classe operária, ou seja, os trabalhadores produtivos, sem função de supervisão ou direção e que exercem trabalho manual. Em segundo lugar, vimos que ii) o conceito de localizações contraditórias de classe, elaborado por Wright (1997b), que tenta dar resposta ao problema das classes médias por meio da noção de relações de exploração em torno dos meios de produção, ativos de organização e ativos de qualificação. As localizações contraditórias de classe, nesse sentido, seriam aquelas que ao mesmo tempo em que sofrem exploração, exploram outras classes em função de distintos recursos produtivos.

Como vimos, grande parte das formulações de Wright (1997b) acerca da definição de localizações contraditórias de classe constrói-se a partir de uma crítica ao conceito de nova pequena burguesia em Poulantzas (1974). Dessa discussão, tiramos duas conclusões fundamentais: a primeira tentou demonstrar a importância de se pensar os conceitos de trabalho produtivo/improdutivo para a determinação das classes sociais no marxismo. Como demonstramos, esse é um conceito que determina o conjunto de trabalhadores mais capaz de levar a cabo um possível processo de transformação social, na medida em que são responsáveis por produzir valor essencial aos processos de acumulação e reprodução do sistema capitalista. Nesse sentido, criticamos tanto as posturas de Poulantzas (1974) quanto a de Wright (1993 [1978]). A primeira por restringir e a segunda por ampliar demais o escopo do conceito de trabalho produtivo. A nosso ver, a melhor solução para essa questão é dada por Cavalcante (2012), pois o autor demonstra que para definir trabalho produtivo capitalista seria necessário pensar a adequação/inadequação do conteúdo material ou imaterial de certas atividades à forma capitalista ou às relações de produção. Disso se depreende, contudo, um desafio metodológico, devido à própria incapacidade do capitalismo em subsumir de fato certas atividades cujo conteúdo da produção é imaterial. Uma resposta mais concreta à definição do trabalho produtivo talvez deva ser mais bem elaborada por meio de estudos empíricos que sejam capazes de aferir se há ou não extração de mais-valia em certas atividades cujo conteúdo da produção é imaterial.

A segunda conclusão principal extraída do “debate” entre Wright e Poulantzas está atrelada à crítica de Wright (1993 [1978]) ao critério ideológico da determinação da nova pequena burguesia e da classe operária em Poulantzas (1974). Como vimos, Poulantzas (1974) define o critério ideológico de determinação de classe da nova pequena burguesia como a divisão trabalho manual/intelectual. Wright (1993 [1978]) discorda dessa formulação, afirmando que esse critério seria arbitrário, na medida em que não haveria para ele outras divisões possíveis que poderiam ser tomadas como critério ideológico de determinação das classes sociais. Contudo, tentamos demonstrar, principalmente através de Saes (1977), que a divisão trabalho intelectual e manual possui um papel importante, pois está diretamente ligada à ideologia meritocrática sustentada por esses agentes. Ademais, o fato de Wright (1993 [1978]) desconsiderar o critério ideológico na definição das classes médias, foi criticado por meio do entendimento incontornável de Saes (1977) sobre a questão. Ou seja, Saes (1977) demonstra que a classe média enquanto uma questão de estratificação, de fato, é um problema relacionado à ideologia. A estratificação, para Saes, é o aspecto da ideologia burguesa que faz certos conjuntos de assalariados reduzirem a divisão social do trabalho (classes) a uma divisão técnica do trabalho (estratos). Dito de outro modo, tomar a divisão de classes das sociedades capitalistas enquanto uma hierarquia linear de méritos e dons. Ainda em relação a esse aspecto, realizamos uma crítica à escolha metodológica tomada por Wright (1997b) no processo de operacionalização da sua teoria de classes. Como vimos, Wright preenche as localizações de classe do seu mapa de classes a partir de categorias profissionais que acabam por tornar toda a sua estrutura de classes uma hierarquia de estratos. Por fim, como argumentamos, essa postura metodológica, alicerçada no compromisso com normas científicas convencionais do marxismo analítico, possui dificuldades em se conciliar com o postulado da luta de classes enquanto motor da história, já que rompe com o caráter relacional da constituição das classes sociais e, por consequência, com o elemento antagonico do conflito de classes.

Conclusão

Com o intuito de finalizar nossa discussão, retomaremos de forma resumida as principais conclusões extraídas do estudo comparativo entre as teorias das classes sociais de Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright. No segundo capítulo, apresentamos e comparamos os fundamentos gerais das abordagens dos dois autores. Esses fundamentos foram pensados para dar conta da explicação sociológica sobre as classes sociais nos momentos da reprodução e da transição de modos de produção³⁰. Esse exercício de comparação, ademais, teve como objetivo avaliar de que maneira cada um dos autores se afastava ou se mantinha em acordo com o postulado marxista da luta de classes como motor da história. Postulado estabelecido por Michael Burawoy (1990) a partir das formulações de Marx no *Prefácio à crítica da economia política* de 1859. Como dissemos na Introdução, pensar as teorias em função de um postulado atrelado a um programa científico de pesquisa nos permite caracterizar certos aspectos dessas teorias como *degenerados* ou *progressivos*. Ou seja, um determinado aspecto teórico de um autor pode ser considerado *progressivo* quando suas explicações identificam e absorvem refutações dirigidas aos postulados centrais do programa de pesquisa. Isso ocorre por meio da construção de hipóteses auxiliares que aumentam o material empírico do programa e permitem, muitas vezes, realizar previsões de um certo número de fenômenos. Já os aspectos *degenerativos* de um programa de pesquisa normalmente desenvolvem explicações *ad hoc* com o intuito de barrar anomalias, reduzindo o escopo da teoria, ou mesmo cedendo suas explicações a programas de pesquisa rivais. Um programa de pesquisa *degenera* quando as novas teorias que produz já não possuem a capacidade de defender os postulados centrais do seu programa e já não geram explicações capazes de prever novos fatos.

A partir desse trabalho, chegamos a algumas conclusões principais. A primeira indica que há espaço para uma complementação entre as abordagens de Wright e Poulantzas. Isso ocorreria justamente em torno da discussão dos dois autores acerca da ideia de controle sobre o processo produtivo. Como Wright (1993 [1978]) demonstra, Poulantzas (1974) por meio do conceito de *possessão* assume uma noção absoluta de autoridade, segundo a qual o fato de determinados

³⁰ A princípio, Poulantzas e Wright constroem uma teoria das classes sociais na transição entre modos de produção em geral. Contudo, a obra dos autores tende a pensar de maneira mais profunda o processo de transição do capitalismo ao socialismo.

agentes serem portadores de relações de possessão, ou seja, a sua capacidade de pôr em funcionamento os meios de produção, os caracterizaria invariavelmente como parte da burguesia. Esse é especialmente o caso do pertencimento de classe das gerências em Poulantzas (1974). Como afirmamos, tendemos a concordar com Wright (1993 [1978]) que a noção de possessão, enquanto categoria absoluta, tende a apagar os distintos graus de controle que podem existir no interior do processo de produção. Assim, *concluimos que o conceito de exploração em torno de ativos de organização, ou seja, a exploração que acontece basicamente entre os gerentes e não-gerentes, elaborado por Wright (1997b, 1998 [1990]), apontaria mais para uma complementação entre as abordagens dos dois autores do que para uma divergência*. Poulantzas (1974) capta o que poderíamos chamar de *função do capital* na posição de classe das gerências, mas deixa de lado o elemento da exploração que envolve certos grupos gerenciais. Em Wright (1997b) essas variações de controle podem ser captadas por meio da ideia de exploração, o que indica, para nós, um caminho mais adequado para se pensar o duplo pertencimento de classe de certos agentes interpostos entre a burguesia e o proletariado.

Contudo, nosso argumento apontou um caminho diferente quando abordamos o conceito de qualificação encontrado em Wright (1997b). Demonstramos que esse autor, quando trata da exploração em torno de recursos de qualificação, acaba se apropriando da problemática da estratificação social. Ou seja, da ideia de que as classes sociais, enquanto portadores desiguais de ativos de qualificação, constituiriam estratos em uma escala linear dos mais aos menos qualificados. Tentamos demonstrar por intermédio de três argumentos principais como a apropriação da problemática da estratificação estaria, por um lado, em desacordo com os próprios fundamentos da teoria da exploração do autor e, por outro, com o postulado marxista da luta de classes como motor da história.

Em primeiro lugar, pensamos que é difícil comprovar que o princípio do bem-estar interdependente inverso (seção 2.2.3) – o bem estar de um agente depende invariavelmente da privação de outro – seja válido no caso de agentes portadores de distintos graus de qualificação. Não dá para afirmar exatamente que o bem-estar de pessoas mais qualificadas é garantido pela privação de pessoas menos qualificadas. Da mesma maneira, o critério da exclusão dificilmente se apresentaria na exploração em torno de ativos de qualificação. Ou seja, pessoas mais qualificadas, apenas por serem mais qualificadas, não excluem necessariamente as pessoas menos qualificadas

da possibilidade de conquistar uma maior qualificação. Relação de exclusão que é muito clara quando falamos em proprietários dos meios de produção e não-proprietários. Wright (1997b) ainda tenta demonstrar como haveria apropriação de sobretrabalho dos mais qualificados em relação aos menos qualificados, que ocorreria pelo fato das remunerações (*skill rent*) dos mais qualificados ultrapassarem os custos da produção de suas qualificações e de sua própria reprodução. Contudo, mesmo que se aceite essa ideia, como defende o próprio autor, para que haja exploração, o princípio do bem-estar interdependente inverso, o princípio da exclusão e o princípio da apropriação devem ser preenchidos. Nesse sentido, o caráter relacional da determinação de classes se perde na formulação de Wright (1997b) acerca da exploração em torno das qualificações. Isso nos levou a defender o argumento de que tal critério estaria em desacordo com o postulado da luta de classes como motor da história, já que não havendo antagonismo e contradição de interesses, não haveria, conseqüentemente, luta de classes. *Concluimos, portanto, que tomar as classes sociais, no caso das qualificações, enquanto estratos em um contínuo linear, seria uma apropriação degenerativa da teoria das classes de Wright (1997b) em relação ao programa de pesquisa marxista, já que Wright cede parte de sua explicação a um programa de pesquisa rival (problemática da estratificação), incapaz de pensar de forma apropriada o caráter relacional de constituição das classes e do conflito de classes.*

Ainda no segundo capítulo, vimos como Poulantzas (1974, 2019 [1968]) desenvolve seu conceito de classe social escapando tanto de uma abordagem economicista quanto de uma leitura histórico genética da constituição das classes. O autor, por um lado, descarta a possibilidade de definir as classes a partir de um critério puramente econômico e, por outro, critica as noções de classe em si (econômica) e classe para si (política) como etapas do desenvolvimento genético das classes sociais. Segundo Poulantzas (1974, 2019 [1968]), as classes sociais não podem ser entendidas como dualidades circulares de causa (classe sujeito) e efeito (sua própria transformação), como classe econômica (classe em si) que já conteria de forma embrionária o princípio de sua transformação política-ideológica (classe para si). Para Poulantzas (2019 [1968]) não há uma classe sujeito da história, mas sim agentes portadores das estruturas de um modo de produção ou formação social. Assim, ele define as classes sociais como o efeito global das estruturas (econômica, política e ideológica) de um modo de produção ou uma formação social no domínio das práticas de classe. Como vimos, Poulantzas (2019 [1968]) defende a tese de que as

classes só existem na luta de classes, ou seja, elas não existem na economia para em seguida entrar na luta política: elas são, “em um e só movimento”, luta de classes.

A tese das classes enquanto luta de classes, como dissemos, gerou divergências entre os intérpretes da obra de Poulantzas, de modo que acabamos por seguir a linha interpretativa de Saes (2003). Segundo ela, as classes enquanto luta de classes devem ser entendidas na chave da luta política pelo poder de Estado – luta política de classes enquanto “motor da história”. Esse argumento de Saes (2003) se assemelha bastante à ideia de classes no sentido “forte” do termo defendida por Boito Jr. (2007), ou seja, a luta revolucionária de classes pelo poder do Estado. Essas interpretações, a nosso ver, são consistentes com o que Poulantzas (2019 [1968], p. 46) demonstra em sua diferenciação dos tipos distintos de luta política de classe: luta política que possui por objeto o Estado, enquanto fator de coesão de uma formação social (luta política reprodutiva), e luta política pelo poder do Estado (luta política revolucionária), segundo Boito Jr. (2007), a luta de classes no sentido forte. A nosso ver, Poulantzas (2019 [1968]), por meio dessa formulação, não só estaria de acordo com o critério marxista da luta de classes enquanto motor da história, como avança sobre ele a partir de uma definição mais precisa desse postulado: *a luta política de classes pelo poder do Estado como motor da história*. Essa formulação pode apontar caminhos para fortalecer ou reelaborar o postulado da luta de classes como motor da história, tal como ele se apresenta em Burawoy (1990), já que ali o conceito de luta de classes transformadora possui uma forma ampla. Ou seja, qualquer tipo de luta de classes (econômica, ideológica ou política) pode ser compreendido como elemento da transformação. Desse modo, a partir da argumentação apresentada acima, *concluimos que as formulações de Poulantzas acerca da transição na teoria das classes sociais se mantêm consistentes com o postulado teórico do programa de pesquisa marxista, segundo o qual a luta de classes é o motor da história. Assim, caracterizamos esse aspecto de sua abordagem como progressista* em referência ao programa de pesquisa marxista elaborado por Burawoy.

No caso de Wright (1997b), a nossa avaliação foi um pouco distinta. Primeiramente, demonstramos como Wright (1998) constrói o seu conceito de classe social reformulando a teoria da exploração de Roemer (1982a). A partir dessa reformulação, o autor estabelece os ativos ou recursos produtivos principais em torno dos quais as relações de exploração relativas a diferentes modos de produção se dão: ativos em pessoas (feudalismo), meios de produção (capitalismo),

ativos de organização (socialismo burocrático de estado) e os ativos de qualificação (socialismo). Será a partir da conjugação de alguns desses ativos que Wright definirá a estrutura de classes em sociedades capitalistas avançadas, pensada por meio das relações de exploração em torno de meios de produção, ativos de organização e de qualificação. Wright (1997b) parte desses três recursos para formar seu mapa da estrutura de classes, no qual as “classes médias” aparecem como localizações contraditórias de classe, ou seja, posições que, ao mesmo tempo, sofrem exploração em torno de recursos produtivos e exploram outros agentes em torno dos ativos de organização e/ou ativos de qualificação.

A estrutura de classes que Wright (1997b) depreende de sua teoria da exploração se associa à noção de luta de classes e de transição por meio do conceito de interesses de classe. O problema que apresentamos é que Wright, após os anos 1980, vai definir interesses de classe de modo ampliado. O conceito passa, então, a versar sobre qualquer tipo de conflito, cultural, econômico, político, etc., ou seja, não versa sobre conflitos que engendrariam, de fato, mudanças históricas. Na teoria do autor, a luta de classes passa a ser *também* o motor da história, o que enfraquece o postulado marxista da luta de classes. Isso ocorre porque certos tipos de conflito englobados pelo conceito não estariam ligados à transformação social, mas justamente ao seu contrário, a reprodução, como é o caso típico da luta sindical por salários. A partir do momento em que os interesses de classe e a luta de classes podem versar sobre praticamente todos os conflitos de interesse de uma sociedade – “padrões de vida, condições de trabalho, nível de esforço, segurança material e outras coisas” (WRIGHT, 2015, p. 35) –, o espaço reservado à transformação parece ser demasiadamente reduzido ou encoberto na teoria de Wright (1997b). Dessa forma, concluímos que a concepção de Wright sobre as classes sociais e a transição poderia ser caracterizada como um traço *menos progressivo* de sua teoria em relação ao programa de pesquisa marxista, mais precisamente em relação ao postulado da luta de classes enquanto motor da história. Wright (1997b), ao contrário de Poulantzas (1997b), parece evitar a ideia marxista de luta de classes enquanto luta revolucionária capaz de engendrar a transição entre modos de produção. De fato, não fomos os primeiros a notar esse elemento da abordagem de classes do autor. Como aponta Burawoy (2021), a grande aceitação da teoria de classes de Wright (1997b) no ambiente acadêmico norte-americano, refratário à teoria marxista das classes sociais, pode ser entendida a partir desses recuos realizados pelo autor frente ao programa de pesquisa marxista. Recuos encontrados, por meio de

nosso trabalho, também na apropriação da teoria da estratificação e na construção de um conceito ampliado de interesses de classe que encobre o caráter transformador da luta de classes. Como afirma Burawoy (2021):

Tendo retirado a política do Marxismo, tendo deixado para trás as contradições do capitalismo, tendo abandonado a história – especialmente história no sentido da luta de classes – e tendo reduzido a análise de classes a uma série de variáveis independentes, sociólogos do mainstream se sentiam em casa com o Marxismo de multivariáveis de Erik. Se isso é marxismo, pode vir [*bring it on*]. (BURAWOY, 2021, p. 75)

O próprio Wright (1998 [1990]), em entrevista concedida ao *Berkley Journal of Sociology* [1987], admite por meio de uma “honestidade desarmante”, como descreve Burawoy (2021, p. 75), a curiosa aceitação do seu marxismo pelo *mainstream* sociológico e acadêmico de sua época:

O que tem sido curioso ao longo da última década é como houve pouco debate sério realizado pelo *mainstream* sociológico acerca da efusão da pesquisa neomarxista. Eu, em geral, fui incapaz de provocar respostas sistemáticas à minha pesquisa entre sociólogos do *mainstream* [acadêmico], sejam elas teóricas ou empíricas. Um silêncio similar parece ter sido a resposta geral a outros estudiosos radicais. O principal efeito da minha pesquisa no *mainstream*, até onde consigo enxergar, foi que certas “variáveis” passaram a ser mais incluídas em equações regressivas. O que eu pensei ser um amplo desafio teórico à “sociologia burguesa”, desafio respaldado por pesquisas quantitativas sistemáticas, resultou em uma abordagem pragmática de certos elementos isolados do modelo conceitual operacionalizado sem muita atenção a problemas teóricos abstratos. (WRIGHT, 1998 [1990], p. 76)

Os elementos acima nos levam a pensar sobre as consequências do que foi dito no primeiro capítulo desta dissertação, principalmente sobre o *compromisso do marxismo analítico com normas científicas convencionais* (seção 1.2.1). No caso de Wright, como vimos, sua apropriação da problemática da estratificação se dá, em larga medida, em razão desse compromisso e da necessidade de penetrar o ambiente acadêmico norte-americano de final dos anos 1970, quando a teoria da estratificação social era hegemônica naquele país (BURAWOY, 2021, p. 74). De fato, apesar de considerarmos interessante a ideia de que o marxismo enquanto ciência não possui uma metodologia própria, não concordamos com a ideia de que ele pode se apropriar indiscriminadamente de qualquer recurso metodológico sem antes se reportar à história geral do seu programa de pesquisa marxista. Como exposto, a apropriação de Wright da problemática da estratificação se concilia mal com postulados que, a nosso ver, são centrais ao marxismo, o que em

grande medida enfraquece a capacidade de sua teoria em *identificar* e *absorver* anomalias importantes dirigidas à teoria de classes marxista. Podemos exemplificar essa afirmação a partir do que vimos no terceiro capítulo. Não haveria razão para *identificar* a expansão das classes médias no capitalismo monopolista como um problema ou “embaraço” se esse fenômeno histórico não contestasse teses centrais do programa de pesquisa marxista — tais como o postulado da luta de classes como motor da história. Ou seja, se Wright não concordasse com o postulado convencionalmente estabelecido de que a luta de classes é o motor da história, não faria sentido *identificar* a expansão da classe média como uma anomalia e propor uma resolução para esse problema. Em última análise, o problema das classes médias não seria um problema de fato. Do mesmo modo, se o problema de fundo das classes médias é *absorver* uma anomalia que contesta o postulado da luta de classe como motor da história, bem como as teses da polarização política e da transição, adotar a teoria da estratificação como elemento para solução de tal problema enfraquece essa absorção, na medida em que não resolve o problema da relação entre as classes sociais e o conflito transformador.

Isso nos leva a retomar certos elementos que expusemos no terceiro capítulo, onde apresentamos mais detalhadamente uma discussão das soluções específicas que nossos autores deram ao “problema das classes médias”, cujos conceitos centrais envolviam a discussão de *nova pequena burguesia* (POULANTZAS, 1974) e das *localizações contraditórias de classe* (WRIGHT, 1997b). Como vimos, o problema das classes médias foi caracterizado como uma anomalia (refutação) ou instância contestatória tanto do postulado da luta de classes enquanto motor da história quanto da teoria das classes marxista em geral. O fato de o desenvolvimento próprio do capitalismo monopolista gerar um grande conjunto de assalariados interpostos à burguesia e ao proletariado serviu como elemento contestatório da tese da polarização política entre as classes sociais principais do modo de produção capitalista (burguesia e proletariado). Essa contestação, conseqüentemente, foi dirigida à tese de que o conflito político entre essas duas classes levaria à transição a um novo modo de produção.

Para dar tratamento a esse problema, Poulantzas (1974) elabora o conceito de nova pequena burguesia. Em resumo, o autor define a nova pequena burguesia e o proletariado em função de três critérios específicos: a) o critério econômico, realização de trabalho produtivo ou improdutivo; b) o critério político, exercer ou não funções de direção e supervisão; e c) o critério ideológico,

realização de trabalho intelectual ou manual. A nova pequena burguesia, portanto, são agentes que realizam trabalho improdutivo, de supervisão e intelectual (POULANTZAS, 1974)³¹. Já a classe operária se restringe aos trabalhadores produtivos que não exercem função de supervisão e realizam trabalho manual. Já a solução específica de Wright (1997) ao problema das classes médias segue um caminho diferente. O autor define as classes sociais em sociedades capitalistas avançadas a partir das relações de exploração em torno de três recursos ou ativos produtivos principais: meios de produção, ativos de qualificação e ativos de organização. As posições das “classes médias”, nesse sentido, seriam aquelas que, ao mesmo tempo em que são exploradas pela classe capitalista, exploram outras classes, em especial, a classe operária. A exploração se daria, no caso das localizações contraditórias de classe, em relação aos ativos de qualificação e organização.

Vale retomar que, em grande medida, Wright (1993 [1978]) constrói seu conceito de localização contraditória de classe a partir de uma crítica realizada aos critérios de determinação da nova pequena burguesia expostos por Poulantzas (1974). De modo geral, Wright (1993 [1978]) afirma que a definição de Poulantzas (1974) de trabalho produtivo, enquanto trabalho gerador de mais-valia ligado à produção material, é arbitrária e, no limite, não seria um critério importante para a definição das classes sociais. Para Wright (1993 [1978]), basicamente todas as posições na divisão social do trabalho exercem trabalho produtivo, exceto aquelas que exercem os trabalhos estritos de compra e venda. Desse modo, para o autor, não seria recomendável utilizar esse critério como um demarcador de fronteiras entre as classes sociais. Isso nos levou a caracterizar a definição de trabalho produtivo em Wright (1993 [1978]) como uma definição ampliada.

Diante desse “debate” entre os autores, defendemos o argumento contrário a Wright (1993 [1978]), de que *o conceito de trabalho produtivo deve ser levado em conta para a definição das classes médias e da classe operária*. Assim, discordamos da forma ampliada que Wright (1997b) emprega esse conceito, bem como de sua rejeição da noção de trabalho produtivo como um aspecto importante para a definição das classes sociais. Nossa discordância se baseia na ideia de que as classes que realizam trabalho produtivo estão necessariamente em uma posição melhor para levar a cabo o conflito de transformação da sociedade capitalista. Isso se explica porque são essas classes

³¹ Dizemos grosso modo porque, para Poulantzas (1974), os técnicos e engenheiros realizam trabalho produtivo e estão submetidos à supervisão (dominação política) das gerências e direções. Contudo, por realizarem trabalho intelectual e dominarem ideologicamente a classe operária, devem ser caracterizados como nova pequena burguesia.

as responsáveis por realizar o trabalho capaz de produzir valor excedente (mais-valia), essencial ao processo de acumulação e conseqüente reprodução do capitalismo. Dessa forma, concordamos com a centralidade dada por Poulantzas (1974) ao conceito de trabalho produtivo enquanto determinação econômica das classes sociais. O único problema, como visto, era que Poulantzas (1974) restringia demasiadamente esse conceito, tomando-o como trabalho gerador de mais-valia ligado apenas à produção material (mercadorias concretas). Tentamos resolver nossas discordâncias com Wright e Poulantzas por meio da solução encontrada em Cavalcante (2012): não é apenas o conteúdo material que determina a produtividade do trabalho no capitalismo, mas sim o nível de adequação e inadequação da forma capitalista (relação de assalariamento) ao conteúdo material ou imaterial da produção (CAVALCANTE, 2012).

A respeito dos critérios político (hierarquia de supervisão e direção) e ideológico (divisão trabalho manual e intelectual) da determinação de classe da nova pequena burguesia e do proletariado em Poulantzas (1974), Wright (1993 [1978]) argumenta que esses dois critérios acabam por esvaziar a tese defendida por Poulantzas (1974), segundo a qual a economia é o fator principal na definição das classes sociais. Tendemos a concordar parcialmente com esse argumento, na medida em que um desvio em qualquer um desses critérios basta para Poulantzas (1974) retirar certos conjuntos de agentes da classe operária, mesmo que tais agentes preencham o critério econômico, ou seja, exerçam trabalho produtivo. Exemplo disso são os engenheiros que, segundo Poulantzas (1974), exercem trabalho produtivo e, em muitos casos, não exercem função de supervisão, mas por estarem ao lado do trabalho intelectual na divisão trabalho manual/intelectual, são tomados como nova pequena burguesia.

Em segundo lugar, Wright (1993 [1978]) realiza uma crítica pertinente à adoção do critério de supervisão e direção por Poulantzas (1974), pois realmente parece que esse critério (político) estaria mais bem localizado no que o próprio Poulantzas entende por posse. Ou seja, o trabalho de supervisão e direção faria mais referência aos poderes derivados das relações de posse (capacidade de pôr em marcha o processo produtivo), ligadas ao critério econômico de determinação das classes exploradoras (burguesia) e exploradas (classe operária), do que ao critério político, como define Poulantzas (1974).

Por fim, Wright (1993 [1978]) realiza uma crítica, com a qual discordamos, em relação ao que ele entende por uma arbitrariedade na escolha da divisão trabalho manual/intelectual como

critério ideológico da determinação das classes sociais. A partir das considerações de Saes (1977), notamos que o fenômeno da “classe média” deve ser compreendido por meio da ideologia. Para esse autor, classe média é uma questão de estratificação, mas não como a entende o funcionalismo ou a teoria estratificação weberiana. A estratificação é tomada por Saes (1977) como o aspecto da ideologia burguesa que reduz a divisão social do trabalho (classes) à divisão técnica-hierárquica do trabalho (estratos). Nesse sentido, concluímos que Wright (1993 [1978]), ao desconSIDERAR o aspecto ideológico de determinação da nova pequena burguesia ou classe média e tentar definir fronteiras rígidas entre essas classes por meio do conceito de qualificações, acaba incorrendo no erro de ceder à teoria da estratificação, baseada em uma noção de privilégios (localizações contraditórias e privilegiadas nas relações de produção), que se contradiz tanto com o seu próprio critério marxista de definição das classes — qual seja, a *relação de exploração* — quanto com o postulado teórico da luta de classes do programa de pesquisa marxista. Ademais, a escolha metodológica de Wright (1997b) *acaba por enquadrar toda sua teoria de classes na perspectiva da estratificação*, já que o autor operacionaliza seu mapa de classes mediante o preenchimento das diversas localizações de classe por categorias profissionais, com um intuito de realizar uma pesquisa quantitativa de multivariáveis. Essa escolha metodológica, podemos afirmar, está alinhada ao compromisso do marxismo analítico com as normas científicas convencionais, pois a pesquisa quantitativa das classes sociais (*surveys*) era vista pelo autor como um dos recursos metodológicos mais compensatórios em sociologia:

Eu era muito ambicioso enquanto jovem estudioso – ambicioso em minha procura pelo que eu considerava a “verdade, mas também ambicioso por status, reconhecimento, influência e viagens pelo mundo. Embarcando em uma linha de pesquisa ancorada em surveys convencionais que me oferecia recompensas tangíveis. (WRIGHT, 2003, p. 26)

Contudo, essa mesma escolha pela pesquisa quantitativa de multivariáveis transforma o mapa de classes de Wright (1997b) tão somente em um mapa de categorias profissionais (CAVALCANTE, 2012). Fica de lado todo o aspecto relacional e conflitual da constituição das classes sociais dentro de uma perspectiva marxista. Dessa forma, argumentamos que Wright (1997b) de fato se afasta do postulado da luta de classes como motor da história, o que enfraquece sua solução específica ao problema das classes médias. A teoria da estratificação, ao final da

análise, não consegue dar uma resposta adequada à relação entre as classes sociais e o conflito transformador, já que nega o caráter contraditório e antagônico da formação das classes sociais.

Como comenta Burawoy (2021, p. 74-75), Wright acreditava que a utilização de pesquisas quantitativas poderia “legitimar o marxismo na sociologia, ou mesmo demonstrar a superioridade do marxismo enquanto ciência”. De fato, concordamos com a crença do autor, ou mesmo com a intuição mais geral do marxismo analítico em firmar um compromisso com normas científicas convencionais. Contudo, e aqui queremos propor uma diretriz metodológica, *a adoção de normas científicas convencionais não pode ser defendida à revelia de um programa de pesquisa marxista e de seus postulados teóricos*. É o próprio programa de pesquisa que identifica as principais anomalias ou instâncias contestatórias que devem ser combatidas. As escolhas metodológicas, portanto, devem levar em conta os postulados desse programa, para não correremos o risco de identificar problemas que, fora do seu quadro, não são problemas, como é o caso emblemático, por exemplo, do “problema das classes médias”, que só faz sentido dentro do programa de pesquisa marxista. Ou mesmo, para não correremos o risco de criar soluções fracas aos problemas identificados nos limites de determinado programa de pesquisa, como é o caso da adoção da teoria da estratificação por Wright que, no limite, tem dificuldades em resolver a questão das classes e a mudança social.

A crítica que elaboramos acima, vale dizer, segue a mesma linha daquelas feitas por Burawoy (1990) ao marxismo analítico em geral. Para Burawoy (1990, p. 790), a pretensão em adotar normas científicas convencionais e transformar o marxismo em uma ciência “verdadeira”, no caso do marxismo analítico, termina por retirar o marxismo da história, “eclipsando os desafios históricos que foram o ‘motor’ de seu desenvolvimento teórico” (BURAWOY, 1990, p.790). Como tentamos demonstrar ao analisar a teoria de Wright (1997b), esses fatores limitam a capacidade do marxismo “primeiro em reconhecer e depois digerir anomalias” (Burawoy, 1990, p. 790). Burawoy (1995), em sua crítica a Przeworski, demonstra como, de fato, anomalias identificadas a partir do programa de pesquisa marxista guiam Przeworski a estudar temas caros ao marxismo, tais como o compromisso e a formação de classes. Esses estudos fizeram contribuições importantes a esse programa. Contudo, Przeworski (1995, p. 168) não assume sua ligação com o programa e entende o marxismo como um simples conjunto de hipóteses que devem ser submetidas cotidianamente à

inquirição científica. A partir disso, Burawoy (1995) sintetiza sua crítica ao marxismo analítico da seguinte forma:

Marxistas Analíticos, contudo, não querem ser constrangidos pelo legado do Marxismo. Reprimindo o desenvolvimento histórico do Marxismo, eles esperam projetar suas próprias conquistas em uma tábula rasa. Assim, eles mitologizam aqueles que estudam e acabam mitologizando a si mesmos. Se separando da política, daqueles que escrevem sobre [ela] e de uma tradição intelectual evolutiva, eles facilmente sucumbem ao reino da ortodoxia acadêmica. (BURAWOY, 1995, p. 198-199)

Nessa postura científica defendida por Burawoy (1995), um certo nível de convenção e dogmatismo devem ser aceitos, não somente em ciências sociais, como também nas ciências exatas. Seria ingênuo, portanto, imaginar uma ciência que se projeta em uma tábula rasa, produzindo conhecimento a partir apenas de testes e inquirições empíricas convencionais. Como afirmamos, voltando à obra de Wright (1997b), o problema das classes médias só pode ser um problema na medida em que é tomado como uma refutação de certos postulados do programa de pesquisa marxista. Portanto, ele só pode ser identificado a partir do ponto de vista desse programa. Do mesmo modo, sua solução (refutação da refutação) só faz sentido se defende os postulados do programa aos quais a refutação foi dirigida. Dessa forma, consideramos que Wright (1997b) enfraquece sua teoria das classes ao privilegiar uma norma científica convencional, que não necessariamente possui a capacidade de dar respostas ao problema das classes médias. Problema que foi identificado pelo programa de pesquisa marxista.

Portanto, se o propósito é pensar o marxismo enquanto ciência social, enquanto sociologia, ou mesmo pensar uma teoria das classes sociais científica, o enquadramento dos programas de pesquisa, a defesa de seus postulados, a identificação (refutação) e absorção (refutação da refutação) das anomalias devem ser levadas a sério, para que, assim, talvez seja garantido o desenvolvimento da ciência e do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, Revan, n. 20, p. 9-48, 2005a.
- ALTHUSSER, Louis. A querela do humanismo (1967). **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, v.1, n.9, p. 9-51, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. Materialismo histórico y materialismo dialéctico. *In*: ALTHUSSER, Louis; BADIOU, Alain. **Materialismo histórico y materialismo dialéctico**. México: Ediciones pasado y presente, 1983.
- ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- ALTHUSSER, Louis. **Posições I**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- ALTHUSSER, Louis. **Pour Marx**. Paris: La Découverte, 2005b.
- ALTHUSSER, Louis. Sobre o trabalho teórico. *In*: BARISON, Thiago. (org.). **Teoria marxista e análise concreta: textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. **Lire le Capital**. Paris: Librairie François Maspero 1968.
- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ANDRIEUX, Andrée; LIGNON, Jean. **L'ouvrier aujourd'hui**. Paris: Société Nouvelle des Éditions Gonthier, 1966.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- BADIOU, Alain. El (re)comienzo del materialismo dialéctico. *In*: ALTHUSSER, Louis; BADIOU, Alain. **Materialismo histórico y materialismo dialéctico**. México: Ediciones pasado y presente, 1983.
- BALIBAR, Étienne. **Écrits pour Althusser**. Paris: La Découverte, 1991.
- BALIBAR, Étienne. Sur les concepts fondamentaux du matérialisme historique. *In*: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. **Lire le Capital**. Paris: Librairie François Maspero 1968.
- BEAUD, Stephane; PIALOUX, Michel. **O retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BELLEVILLE, Pierre. **Une nouvelle classe ouvrière**. Paris: René Julliard, 1963.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. As classes na teoria sociológica contemporânea. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 67, p. 25-49, 2009.

BOITO JR., Armando; GERMER, Claus. Polêmica sobre a contribuição de Gerald Cohen para a teoria marxista da história. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 41, p. 155-161, 2015.

BOITO JR., Armando. Classe média e sindicalismo. **Politeia - História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 211-234, 2004.

BOITO JR., Armando. Emancipação e revolução: crítica à leitura lukacsiana do jovem Marx. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 36, p. 43-53, 2013.

BOITO JR., Armando. **Estado, Política e classes sociais**: ensaios teóricos e históricos. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BOITO JR., Armando. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. *In*: PINHEIRO, Jair (org.). **Ler Althusser**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BURAWOY, Michael. A tale of two marxisms: Remembering Erik Olin Wright (1947-2019). **New Left Review**, n. 121, jan./fev. 2020.

BURAWOY, Michael. Marxism as Science: Historical Challenges and Theoretical Growth. **American Sociological Review**, v. 55, n. 6, p. 775-793, dez. 1990.

BURAWOY, Michael. Mythological Individualism - The Metaphysical Foundation of Analytical Marxism. *In*: CARVER, Terrel; THOMAS, Paul (ed.). **Rational Choice Marxism**. London: Macmillan Press, 1995.

BURAWOY, Michael. **The Politics of Production**: Factory Regimes Under Capitalism and Socialism. London: Verso, 1985.

CARCHEDI, Guglielmo. Class and Class Analysis. *In*: WRIGHT, Erik Olin (org.). **The debate on classes**. London/New York: Verso, 1989.

CARCHEDI, Guglielmo. On the economics identification of the new middle class. *In*: SCOTT, John (org.). **Class: critical concepts**. London /New York: Routledge, 1996. v. 4.

CARLING, Alan. Rational Choice Marxism. *In*: CARVER, Terrell; THOMAS, Paul (ed.). **Rational Choice Marxism**. London: Macmillan Press, 1995.

CAVALCANTE, Sávio. **Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CAVALCANTE, Sávio. Notas sobre uma polêmica na definição marxista de proletariado. **Crítica Marxista**, n.28, p. 143-151, 2009.

CAVALCANTE, Sávio. Nova pequena burguesia ampliada e proletariado reduzido? Avanços e limites da análise marxista em Nicos Poulantzas. **Revista Demarcaciones**, v. 2, p. 61-85, 2014.

COHEN, Gerald. **A teoria da História de Karl Marx: uma defesa**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

COHEN, Gerald. Forças produtivas e relações de produção. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Unesp, n.31, p. 64-82, 2010.

EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito**. Coimbra: Centelha, 1976.

ELSTER, John. **Making Sense of Marx**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring: a revolução científica segundo o senhor Eugen Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. In: TUCKER, Robert C. (org.). **The Marx-Engels Reader**. New York: W. W. Norton & Company, 1978. p. 760-765.

GOLDTHORPE, John H.; LOCKWOOD, David; BECHHOFFER, Frank; PLATT, Jeniffer. The affluent worker and the thesis of embourgeoisement: some preliminary research findings. **Sage Social Science Collections**, Londres, n. 50, p. 11-31, 1967.

GOLDTHORPE, John H.; LOCKWOOD, David. Affluence and the British Class Structure. **Sociological Review**, v. 11, 1963.

GOSHGARIAN, G. M. Introductory Note, “Sur la genèse”. **Décalages**, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/handle/20.500.12711/12956>. Acesso em: 18/07/2022

GOULDNER, Alvin W. **The Two Marxisms: Contradictions and Anomalies in the Development of Theory**. London: Macmillan Press, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da lógica: 1. A doutrina do ser**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

JESSOP, Bob. **Nicos Poulantzas: Marxist Theory and Political Strategy**. Cambridge: Macmillan, 2013.

LAKATOS, Imre. **Historia de la ciencia: reconstrucciones racionales**. Madrid: Editorial Técnico, 1987.

LAKATOS, Imre. **The methodology of scientific research programmes**. Cambridge/New York: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1989.

LAZAGNA, Angela. Nicos Poulantzas, a reprodução capitalista e a luta de classes. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 12, p. 113–134, 2019.

LAZAGNA, Angela. Apresentação do debate A Teoria da História de Karl Marx: uma defesa, de Gerald A. Cohen. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Unesp, n. 31, p. 57- 61, 2010.

LÉGER, Danièle. Pour une sociologie marxiste du politique: itinéraire de Nicos Poulantzas. **Revue française de sociologie**, n. 17-3. p. 509-532, 1976.

LENIN, Vladimir Ilich. Mais uma vez sobre os Sindicatos: o momento actual e os erros dos camaradas Trótski e Bukhárine. *In*: LENIN, V. I. **Obras escolhidas de em três tomos**. Lisboa: Edições Avante, 1977. t. 3.

LENIN, Vladimir Ilich. **Que fazer?** A organização do sujeito político. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LOCKWOOD, David. Sources of Variation in Working Class Images of Society. **Sociological Review**, v. 14, 1966.

LOCKWOOD, David. The “New Working Class”. **European Journal of Sociology**, v. 1, 1960.

LOCKWOOD, David. **The Black Coated Worker: A Study in Class Consciousness**. Fairlawn N.J.: Essential Books, 1958.

LOSURDO, Domenico; DASTOLI, Carlos Alberto. Como nasceu e como morreu o "marxismo ocidental". **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 16, n. 30, p. 213-242, 2011.

LUKÁCS, Georg. O jovem Marx: sua evolução filosófica de 1840 a 1844. *In*: LUKÁCS, Georg. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 121-202.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

MALLET, Serge. **La nouvelle classe ouvrière**. Paris: Éditions du Seuil, 1963.

MANGOLIN, Cesar. Althusser e o materialismo do encontro: continuidade, complementaridade ou ruptura? **Crítica Marxista**, n. 46, p. 17-25, 2018.

MAO TSE-TUNG. On contradiction. *In*: ZIZEK, Slavoj (org.) **Mao on practice and contradiction**. New York: Verso, 2007.

MARTINS, Maurício Vieira. “O marxismo não é um historicismo”: acertos e limites de uma tese althusseriana. **Crítica Marxista**, n. 34, p. 67-85, 2012.

MARTUSCELLI, Danilo. O anti-humanismo teórico na obra de Althusser: problemas de teoria e efeitos políticos. *In*: PINHEIRO, Jair (org.). **Ler Althusser**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **As lutas de classe na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Misère de la philosophie**: réponse a la philosophie de la misère de M. Proudhon. Paris: Marcel Giard, 1922.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 1.

MASCARO, Alysson Leandro; MORFINO, Vittorio. **Althusser e o materialismo aleatório**. São Paulo: Editora Contra Corrente, 2020.

- MONAL, Isabel. Ser genérico, esencia genérica en el joven Marx. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, n. 16, p. 96-108. 2003.
- MOORHOUSE, H. F. Attitudes to class and class relationships in Britain. **Sage Social Science Collections**, Londres, n. 50, p. 469-296, 1967.
- MOTTA, Luiz Eduardo. O (re)começo do marxismo althusseriano. **Crítica Marxista**, n. 35, p. 73-89, 2012.
- MOTTA, Luiz Eduardo. **A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista**. Rio de Janeiro: Gramma: FAPERJ, 2014.
- MOTTA, Luiz Eduardo. Pour Marx e Lire le capital: convergências e divergências. **Crítica Marxista**, n. 44, p. 109-121, 2017.
- O'CONNOR, James. Productive and Unproductive Labor. **Politics & Society**, n. 5(3), p. 297-336, set. 1975.
- POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 1972.
- POULANTZAS, Nicos. **Fascime et dictature: la III^e Internationale face au fascisme**. Paris: François Maspero, 1970.
- POULANTZAS, Nicos. **La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne**. Paris: Éditions du Seuil, 1975.
- POULANTZAS, Nicos. **Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui**. Paris: Éditions du Seuil, 1974.
- POULANTZAS, Nicos. Marxist Political Theory in Great Britain. *In*: MARTIN, James. **The Poulantzas Reader: Marxism, Law and the State**. London/New York: Verso, 2008b.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- POULANTZAS, Nicos. Preliminaries to the study of hegemony in the state. *In*: MARTIN, James. **The Poulantzas Reader: Marxism, Law and the State**. London/New York: Verso, 2008a.
- POULANTZAS, Nicos. **Presença de Althusser**. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.
- ROEMER, John. **A General Theory of Exploitation and Class**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982a.
- ROEMER, John (ed.). **Analytical Marxism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

- ROEMER, John. New Directions in the Marxian Theory of Exploitation and Class. **Politics and Society**, n. 11(3), p. 253–287, 1982b.
- SAES, Décio; FARIAS, Francisco. **Reflexões sobre a teoria política do jovem Poulantzas** (1968- 1974). Marília: Lutas Anticapital, 2021.
- SAES, Décio. Considerações sobre a análise dos sistemas de classe. *In*: VVAA: **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo: Xamã, 2003.
- SAES, Décio. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, n.7, p.46-66, 1998.
- SAES, Décio. Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). **Contraponto**, ano 2, n. 2, nov. 1977.
- SAES, Décio. Marxismo e história. **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, n.1, p. 39-59, 1994.
- SAES, Décio. O impacto da teoria althusseriana da História na vida intelectual brasileira. *In*: MORAES, João Quartim (Org.). **História do marxismo no Brasil**: Teorias. Interpretações. Campinas: Editora Unicamp, 2007. v. 3.
- SALLUM Jr., Brasília. Classes, cultura e ação coletiva. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 65, p. 11-42, ago. 2005.
- SAMPEDRO, Francisco. A teoria da ideologia de Althusser. *In*: NAVES, Márcio Bilharinho (Org.). **Presença de Althusser**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2010. (Coleção Ideias 9).
- SANTOS, José A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.
- SKOTNES, Andor. Structural Determination of the Proletariat and the Petty Bourgeoisie: A Critique of Nicos Poulantzas'. **Insurgent Sociologist**, n. 9 (1), p. 34-54, 1979.
- TARRIT, Fabian. A Brief History, Scope and Peculiarities of ‘Analytical Marxism’. **Review of Radical Political Economics**, n. 38 (4), p. 595–618, 2006.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 1. a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- TURCHETTO, Maria. O que significa “ciência da história”? *In*: NAVES, Márcio Bilharinho (Org.). **Presença de Althusser**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2010. (Coleção Ideias 9).
- WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew. Rationality and Class Struggle. **New Left Review**, n. 123, set./out. 1980.

WRIGHT, Erik Olin. **Análise de classe**: abordagens. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2015.

WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott. **Reconstructing Marxism**: essays on explanation and the theory of history. London: Verso, 1992.

WRIGHT, Erik Olin. Análise de classes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.17, p. 121-163, mai./ago. 2015.

WRIGHT, Erik Olin. **Class counts**. Comparative studies in class analysis. Nova York: Cambridge University Press, 1997b.

WRIGHT, Erik Olin. **Class, Crise & State**. London/New York: Verso Paperbacks, 1993.

WRIGHT, Erik Olin. **Classes**. London: Verso Classics, 1997a.

WRIGHT, Erik Olin. **Envisioning real utopias**. London/New York: Verso, 2010.

WRIGHT, Erik Olin. Falling into marxism, choosing to stay. *In*: TURNER, S.; SICA, A. (ed.) **Erik Olin Wright Autobiographical Essay**. Estados Unidos: 2003.

WRIGHT, Erik Olin. **Interrogating inequality**. Essays on Class Analysis, Socialism and Marxism. London/New York: Verso, 1994.

WRIGHT, Erik Olin. Marxism as Social Science. **Berkeley Journal of Sociology**, v. 34, p. 209-222, 1989.

WRIGHT, Erik Olin. What is Analytical Marxism? *In*: CARVER, Terrel; THOMAS, Paul (ed.). **Rational Choice Marxism**. London: Macmillan Press, 1995.

WRIGHT, Erik Olin. **The Debate on Classes**. London: Verso, 1998.

WRIGHT, Erik Olin. Varieties of Marxist Conceptions of class Structure. *In*: SCOTT, John (org.), **Class: critical concepts**. London /New York: Routledge, 1996. v. 4.